

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXVIII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1989

CONIMBRIGA

ISSN 0870-1709

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

DIRECTOR

JORGE DB ALARCÃO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Esta edição só foi possível graças ao patrocínio concedido pelas seguintes entidades:

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
E TECNOLÓGICA

**Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para recensão,
pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao**

**DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
PALÁCIO SUB-RIPAS
P — 3000 COIMBRA**

CONIMBRIGA

(Página deixada propositadamente em branco)

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXVIII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1 9 8 9

(Página deixada propositadamente em branco)

RAQUEL VILAÇA

Assistente do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
Bolsista do INIC.

**O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DO RAMALHÃO (PENAMACOR) :
RESULTADOS DAS ESCAVAÇÕES DE 1988 e 1989.**

«Conimbriga», XXVIII, 1989, p. 5-32.

RESUMO: Publica-se o relatório final das escavações realizadas no povoado do Ramalhão (Penamacor) durante os anos de 1988 e 1989.

A análise conjunta das condições de jazida encontradas e do material exumado permitiu definir uma única fase de ocupação, atribuível ao Neolítico Final/Calcolítico, praticamente desconhecidos nesta região da «Beira Raiana».

SUMMARY: We present the final excavation report of the settlement of Ramalhão (Penamacor) covering the years 1988 and 1989.

The analyses of the stratigraphy, combined with that of the material exhumed, allowed us to conclude that this settlement had one phase of occupation only, attributable to the late Neolithic/Calcolithic era. These periods were hitherto unknown in the region of «Beira Raiana».

(Página deixada propositadamente em branco)

O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DO RAMALHÃO (PENAMACOR) RESULTADOS DAS ESCAVAÇÕES DE 1988-1989

1. Introdução

A estação arqueológica do Ramalhão, também conhecida por «Serra Pedreira», foi identificada em finais da década de 70, por Manuel Leitão. Na notícia que dela publicou (LEITÃO, 1982, 17) atribui os materiais cerâmicos, recolhidos em prospecção, ao Bronze/Ferro, identificando bordos de cerâmica carenada, que inclui nas formas M12 e 15 e TU do conjunto de Alpiarça (MARQUES, 1972, Est. II).

Em 1979, Joaquim Baptista estuda materiais cerâmicos da Serra Pedreira, fornecidos por Manuel Leitão, e confirma aquela cronologia (BAPTISTA, 1982, 77-78).

Estas duas notícias revelaram-se-nos da maior importância, na medida em que vinham de encontro ao projecto de investigação que visa o estudo do povoamento da Beira Interior durante a Idade do Bronze, sobre o qual trabalhamos. Contactámos, assim, ambos os autores, informando-os da existência do nosso projecto e do nosso interesse em analisar os materiais em causa, dado que nenhum desenho ou fotografia tinha sido publicado ⁽¹⁾.

(1) Tais materiais nunca foram por nós observados, uma vez que ambos os autores dizem desconhecer o seu actual paradeiro; os nossos esforços para os localizar nos museus de Penamacor e Castelo Branco foram igualmente inúteis.

Depois de termos visitado a estação em Setembro de 1987, programámos uma campanha de escavações com o objectivo de tentar correlacionar os materiais noticiados com outros contextualizados e assim reunir dados que ajudassem a esboçar o tipo de ocupação humana existente no Ramalhão.

Este trabalho dá notícia dos resultados obtidos nas duas campanhas, de quinze dias cada, que realizámos em 1988 e 1989 (2). A análise dos dados e o seu estudo comparativo afasta-se bastante dos resultados a que chegaram aqueles dois autores, constituindo uma surpresa, mas trazendo também novos elementos sobre a problemática das origens do Calcolítico, bastante mal conhecido, nesta região interior. Assim, se justifica a divulgação nesta notícia dos dados obtidos. Por outro lado e admitindo que é correcta a interpretação daqueles dois colegas, a importância do Ramalhão como estação arqueológica vê-se acrescida, por abarcar, segundo este raciocínio, pelo menos duas fases de ocupação bem distintas.

2. Localização geográfica

O monte do Ramalhão insere-se num conjunto de elevações graníticas situadas a sudeste daquela onde se encontra a vila de Penamacor. Aquelas elevações são também designadas por «Serra Pedreira» e somente a de maior altitude absoluta, com 542 metros, é igualmente denominada por Ramalhão.

(2) Além de três trabalhadores camarários, as equipas foram constituídas pelos seguintes alunos ou recém-licenciados da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Dr. Pedro Sobral, Dr.^a Alice Semedo, Ana Cristina Farinha, Helena Goulão, Maria Miguel Lucas, Ana Caessa, Paula Correia, Júlia Pinção, Olímpio Ferreira, Filomena Gaspar, Inês Byrne, Isabel Alves Ferreira, José Alberto Moutinho e Mário Silva.

Os trabalhos realizaram-se com subsídios do Instituto Português do Património Cultural e da Câmara Municipal de Penamacor, que garantiu ainda o alojamento e transporte diário. Contámos, também, com apoio técnico do Serviço Regional de Aiqueologia da Zona Centro. Agradecemos a todas estas entidades a sua colaboração.

O Ramalhão ocupa, por isso, uma posição bem destacada na paisagem, que lhe advém não tanto da sua altitude, mas por constituir um relevo isolado. O desnível entre o ponto mais alto, que designámos por sector V, e o sopé, é da ordem dos 65 metros.

Este sítio pertence à freguesia e concelho de Penamacor, do distrito de Castelo Branco. As suas coordenadas geográficas, tomando como referência o seu ponto médio, são as seguintes (segundo a Carta dos Serviços Cartográficos do Exército, folha 248, na escala 1:25.000) :

Longitude — 7° 09' 06" W Gr.

Latitude — 40° 09' 03" N

A paisagem envolvente é preenchida, a norte, pelos contrafortes xistosos da Serra da Malcata, pertencente à «Superfície da Meseta», enquanto que nos outros sentidos domina a planície, de potencialidade agrícola importante na região, salpicada de quando em quando por modestas elevações que se inserem na «Superfície de Castelo Branco». O Ramalhão situa-se, assim, no limite orográfico que, segundo Orlando Ribeiro, divide o Norte e o Sul de Portugal (RIBEIRO *et alii*, 1987, 135), precisamente na altura em que se anuncia o Alentejo. Enquadra-se, pois, num ambiente de cariz mediterrânico, com carvalho negral, sobreiro, azinheira e esteva.

A sua configuração é grosseiramente oblonga; os lados sul e poente apresentam vertentes íngremes, enquanto que a norte e oriente o pendor é mais suave, até atingir o vale do ribeiro do Mourisco. O sopé encontra-se drenado com diversas linhas de água que correm para aquele ribeiro ou que lhe são independentes, como as ribeiras das Taliscas e da Penela, respectivamente a sudeste e a oeste, continuando pelo rio Torto, que alimenta o Ponsul, afluente do Tejo.

O substrato rochoso é de constituição granítica ⁽³⁾, aflorando à superfície numerosos blocos graníticos que envolvem parcial-

⁽³⁾ Carta Geológica de Portugal, esc. 1:500.000, 1972, da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos. Estranhamente, Joaquim Baptista afirma que a rocha predominante é o xisto (BAPTISTA, 1982, 76).

mente as plataformas existentes na serra. Espessura do solo variável, mas sempre pouco significativa, revelando um intenso processo de erosão. A presença de socacos artificiais e de restos de antigos muros denunciam a prática de uma agricultura, hoje abandonada, que deu lugar ao crescimento espontâneo da giesta branca e negra, rosmaninho, fetos e estevas; encontram-se também frondosos carvalhos, sobreiros e oliveiras.

O acesso pode fazer-se, com automóvel, desde Penamacor até ao «campo da bola», junto à estrada que segue para a fronteira, e, depois, tomando o caminho que circunda o monte pelo lado norte; para subir até à estação, é necessário fazer o percurso a pé. No sopé, a nascente, conservam-se troços de uma antiga via, considerada romana por alguns ⁽⁴⁾.

3. Sondagens e estratigrafia

As duas campanhas realizadas pautaram-se pela abertura de valas de sondagem, localizadas em diferentes plataformas com posições topográficas distintas. À superfície não se reconheciam quaisquer estruturas e o material, bastante raro, não apresentava qualquer concentração mais sugestiva. Sem outros dados que nos pudessem ajudar a optar por esta ou aquela plataforma, privilegiámos a área central e oriental da serra, onde a vegetação era menos densa, para a realização das sondagens.

Estas visavam a detecção de locais que oferecessem boas condições de jazida, passíveis de fornecer informações precisas em termos cronológico-culturais, a fim de serem, posteriormente, escavados em área. Neste sentido, foram seleccionadas onze plataformas que passaram a ser designadas por sectores (de I a XI).

Todas as sondagens foram sujeitas à mesma metodologia, integradas num sistema de quadrícula (1 x 1 m), com uma orientação segundo a direcção N/S ⁽⁵⁾; todas as cotas foram estabelecidas

⁽⁴⁾ Esta via é conhecida por «calçada das Eirinhas» (LANDEIRO, 1961, 150).

⁽⁵⁾ Exceptuam-se as sondagens realizadas no sector VIII, cuja orientação se fez no sentido NW/SE, em função das curvas de nível da plataforma a que corresponde.

em função dum ponto convencional zero, de valor superior a todos os outros, de forma que as cotas são sempre negativas. A totalidade da área intervencionada, reunindo as sondagens de todos os sectores, perfaz cerca de 170 m².

O interesse das sondagens efectuadas varia de sector para sector, tendo-se verificado casos em que a informação foi quase nula, dado que a rocha de base surgiu a escassos centímetros de profundidade. Com excepção dos sectores VII, IX, X e XI, onde se verificou esta situação, e dos sectores I e VIII, cuja estratigrafia descrevemos adiante, os restantes sectores forneceram idênticas características a nível estratigráfico : uma camada superficial, humosa e pouco compacta, com material arqueológico por vezes associado a material recente; a segunda camada, nem sempre explícita, desenvolvia-se a partir da rocha-mãe, com textura arenosa e tonalidade mais clara, também com material arqueológico.

As características das camadas e as condições em que surgiu o material exumado, nomeadamente, cerâmico (muito fragmentado, de superfícies corroídas, fracturas boleadas), denunciam um processo de escorregamento e transporte, associado a agricultura, levando-nos a considerar que as plataformas correspondentes àqueles sectores serão periféricas ao núcleo onde se implantou o grupo humano pré-histórico que habitou a serra. Se é certo que esta hipótese poderá ser admissível, não deverá, porém, excluir uma outra que não contemplará um estabelecimento nuclearizado, mas uma ocupação mais dispersa e de natureza bastante precária.

O corte que realizámos na pequena plataforma exposta e virada a sul, designada por sector I (Est. III), forneceu dados estratigráficos que permitiram definir quatro camadas. As camadas 1 e 2, apenas diferenciadas pela tonalidade mais escura da segunda, correspondem a acumulações de terra e materiais relativamente recentes. A estas camadas correspondem os fragmentos cerâmicos com superfícies corroídas. As camadas 3 e 4, muito mais compactas, apenas forneceram material pré-histórico; a camada 3, de tonalidade muito escura, poderá eventualmente testemunhar restos de um nível de ocupação, apesar de não terem sido detectadas estruturas ou sequer associações significativas de material; a

camada 4 é correlacionável com a camada 2 dos sectores já descritos.

Especial destaque merece o sector VIII, definido por uma ampla plataforma de pendor assinalável no sentido NW/SE. Situa-se na parte ocidental da serra, entre o sector XI, que lhe fica a norte e a uma cota inferior, e os sectores III e IV, a sul e a sudeste, respectivamente; a poente, encontra-se uma enorme massa de afloramentos graníticos, junto ao rebordo ocidental, que separa a plataforma da vertente.

Este foi o único sector escavado em área, cobrindo cerca de 79 m² * * * (Est. IV). Inicialmente foram abertas duas valas de sondagem, posteriormente ampliadas pela importância dos elementos recolhidos. A zona mais importante corresponde a uma pequena área que forneceu material *in situ*, relacionado com uma fossa, permitindo definir um nível de ocupação (Est. VI). Nesta área de maior concentração de material, foram recolhidos alguns pedaços de uma substância argilosa (particularmente no quadrado D2, junto à mó), aparentemente queimados, que poderão testemunhar vestígios de estruturas de combustão muitíssimo destruídas ⁽⁶⁾.

A fossa que referimos, cuja função desconhecemos, foi detectada apenas na base da camada 3; apresenta uma configuração sensivelmente circular, com 68/73 cm de diâmetro e a profundidade máxima de 28 cm. No seu interior foram recolhidos três fragmentos de cerâmica (bojo) e alguns carvões dispersos, de pequena dimensão. Foram ainda definidas duas manchas escuras (Est. IV) de espessura diminuta, cujo significado não foi totalmente compreendido.

Nesta mesma área que acabámos de descrever, atingiu-se a profundidade absoluta de 33 (mínima) e 72 cm (máxima). Foram analisados dois cortes que forneceram a seguinte estratigrafia (Est. V) : a camada 1, de tom acastanhado, a que corresponde o solo

⁽⁶⁾ Agradecemos ao Dr. António Tavares, do Museu Machado de Castro (Coimbra), a elaboração de uma lâmina delgada desta substância argilosa. A sua análise, segundo informação daquele investigador, revelou tratar-se de uma argila muito fina submetida a fogo, composta por grãos de quartzo e algum feldspato, pouco abundantes, de pequeno calibre e muito angulosos; encontrava-se impregnada de matérias carbonosas.

arável, apresentava uma textura bastante solta e com muitas raízes; a camada 2, de tonalidade igualmente castanha, mas mais escura, mais compacta e com material arqueológico mais abundante; apenas foi detectada em algumas zonas, confundindo-se noutras com a camada 1 ; deverá corresponder ao nível de abandono desta área do habitat; a camada 3, de tom castanho-amarelado, tinha uma textura fina e granulosa e desenvolvia-se a partir do solo de base; o material arqueológico era bastante abundante e parte encontrava-se *in situ* (topo da camada 3).

Os elementos fornecidos pelas sondagens realizadas levam-nos a considerar a existência de um habitat, porventura de natureza precária, cujo núcleo principal ou mais bem conservado não foi ainda identificado. Com efeito, se exceptuarmos a área do sector VIII, qualquer um dos outros não forneceu elementos concludentes acerca do tipo de organização do habitat, nem se registaram associações sugestivas ao nível do espólio exumado. Todos eles parecem corresponder a áreas periféricas, onde ficou retido, nas respectivas plataformas, diverso material, que acompanhou e sofreu um processo gradual de erosão.

Pelo contrário, no sector VIII foi possível identificar um nível de ocupação, com material *in situ*, materializado na camada 3, e correlacionável com uma estrutura aberta no saibro de base. Apesar de parcos, estes são os dados disponíveis, que nos permitem esboçar a caracterização deste possível povoado, um dos mais antigos testemunhos de sedentarização na zona. A articulação da estratigrafia definida e dos materiais exumados indicam-nos a existência de uma única fase cronológico-cultural.

4. Espólio

Com excepção de duas mós (dormentes) fracturadas, achadas à superfície na área do sector I, todo o material estudado é proveniente das sondagens realizadas (7).

(7) Como referimos, nunca nos foi possível analisar o material exumado por Manuel Leitão e por Joaquim Baptista.

As duas mós encontradas à superfície foram depositadas no Museu Municipal de Penamacor, instituição que receberá o material das nossas

O estudo descritivo e analítico do material foi feito separadamente por sectores e, em cada um deles, por camadas. Apresentam-se os resultados globais desse estudo, primeiro dos líticos e, depois, do material cerâmico. Não foi encontrada qualquer peça metálica.

4.1. *Líticos*⁽⁸⁾

A primeira verificação referente à indústria lítica desta estação reside na sua raridade, nomeadamente no que respeita à pedra lascada. Analisando o quadro que reúne este tipo de material (Quadro I), verifica-se a ausência de peças típicas, comuns a povoados de natureza idêntica ou próxima do nosso, e a quase inexistência de material retocado. Resume-se a lascas e lâminas com vestígios de talhe mal definidos e muito simples. A matéria-prima utilizada — sílex, calcedonia e quartzito — não é desconhecida na zona ⁽⁹⁾, o que leva a pensar numa obtenção acessível por parte dos habitantes do Ramalhão.

A pedra polida está mais bem representada, quer em termos numéricos, quer na qualidade das peças.

Podemos definir dois grandes grupos: os elementos de moinho, ligados à trituração de cereais, bolota, ou outros vegetais, e os machados/enxós, a que se ligam normalmente os trabalhos agrícolas ou em madeira.

As características deste último grupo encontram-se expressas no Quadro II. De notar que as peças n.º 88-4 e n.º 88-1 apresentam vestígios de uso no gume. A peça n.º 89-1 é proveniente da área do

escavações após a autorização devida; encontra-se provisoriamente na sede do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro.

O desenho do material lítico e cerâmico é da autoria do Dr. José Luís Madeira, com excepção das peças de pedra polida n.º 88-4 e n.º 89-1, desenhadas por Ana Cristina Farinha.

⁽⁸⁾ A identificação da matéria-prima das peças líticas foi feita pelo Dr. Huet Bacelar, do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, e pelo Dr. José Pinto, do Laboratório de Mineralogia da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Agradecemos a ambos a sua colaboração.

⁽⁹⁾ A Carta Geológica de Portugal, na escala 1:50.000, correspondente ao Sabugal (folha 21-A) refere-se aos quartzitos e aos quartzos calcedónicos.

sector Vili com maior concentração de material, tendo-se encontrado *in situ*. A matéria-prima utilizada foi sempre o anfíbolito, o que é, aliás, frequente em utensílios deste tipo. Quer os machados quer as enxós são elementos de cronologia pouco segura e com uma dispersão geográfica muito vasta, limitando, por isso, as ilações que desejaríamos obter com o seu estudo.

Os elementos de mó recolhidos (Quadro III) são todos do mesmo tipo — de vaivém—, comportando duas categorias: os elementos fixos ou dormentes, quase sempre de maiores dimensões, e os elementos moventes ou rebolos. Em cada uma das categorias as dimensões são variadas; merece destaque a dormente n.º 88-5, completa, com dimensões bastante mais reduzidas em comparação com as restantes, podendo corresponder à trituração de produtos de diferente natureza, nomeadamente de origem mineral.

Todas elas, dormentes e moventes, são de granito, com excepção da movente n.º 89-5, que é em aplito granítico. Ambos os materiais se encontram na própria serra do Ramalhão. Predominam as secções plano-convexas e sub-rectangulares.

De assinalar, ainda, o achado conjunto da movente n.º 88-2 e da dormente n.º 88-3, bem como da dormente n.º 88-5 e de um seixo natural, classificado como triturador /percutor, a que nos referimos adiante. Ambas as associações são significativas e contribuíram para a correcta interpretação estratigráfica em que se inseriam. A multiplicidade de funções dum mesmo utensílio é-nos proporcionada pela pequena movente (Est. XII-n.º 2), totalmente polida, que apresenta numa das faces, na sua parte central, sinais evidentes de ter sido utilizada igualmente como percutor.

Além das peças que acabámos de analisar, foram também exumados alguns seixos naturais utilizados como instrumentos. Classificámos como percutor um seixo em quartzito, proveniente do sector III, de forma oval e secção circular, apresentando, num dos extremos e na parte central de uma das faces, vestígios de ter tido aquela função (Est. XVII-1). Idêntica classificação foi atribuída um outro seixo natural, em aplito granítico, de forma e secção elípticas, encontrado junto à dormente n.º 88-5; é provável que tivesse sido igualmente utilizado como triturador ou movente, dado o polimento das faces; o seu achado, relacionado com a dormente, valoriza esta hipótese.

Um fragmento de grauvaque alterado, bastante abundante na serra da Malcata, recoberto por óxidos de ferro, encontrado no sector III, apresenta vários riscos e sulcos intencionais numa das faces; classificámo-lo como possível alisador (Est. XX-2).

Para concluir o estudo do material lítico, resta-nos referir a conta de colar encontrada no sector Vili. É em xisto, discoidal, achatada e com perfuração central (CAMPS, 1981-289-290). A dispersão geográfica, a natureza das jazidas em que aparece e a sua conotação cronológico-cultural são bastante amplas.

4.2. *Cerâmica*

O elevado grau de fragmentação da cerâmica e o boleamento das suas fracturas limitou bastante a reconstituição dos vasos, impossibilitando, na maior parte dos casos, o seu real e completo conhecimento morfológico. A análise técnica das pastas baseou-se na observação macroscópica, tendo-se recorrido, num ou noutro caso, à utilização de uma lupa de aumento. No seu estudo tiveram-se em atenção os seguintes aspectos: tipo de fabrico (manual ou ao torno), identificação do fragmento (bordo, bojo, fundo) ⁽¹⁰⁾, tipo de pasta (friável, homogénea, compacta), tipo de superfície (alisada, polida, corroída), espessura das paredes, diâmetros do bordo e fundo (nos casos em que tal foi possível) e decoração. Se bem que a cor das paredes e do núcleo dos fragmentos tivesse igualmente merecido a nossa atenção, não lhe foi atribuída uma deferência sistemática por considerarmos o seu significado de importância secundária. Apresentam-se aqui os resultados de conjunto.

Ao nível técnico, regista-se o predomínio das pastas grosseiras ou semi-grosseiras, compactas e micáceas ⁽¹¹⁾. Predominam as

⁽¹⁰⁾ Admitimos a possibilidade de alguns fragmentos classificados como bojos corresponderem efectivamente a fundos arredondados; o seu estado de fragmentação não nos permite ir mais longe.

⁽¹¹⁾ Na análise do material cerâmico, baseámo-nos no estudo de H. Balfet (BALFET *et alii*, 1983), de que, porém, nos afastámos num ou noutro pormenor. Por exemplo, a análise macroscópica que efectuámos não nos permitiu adoptar a escala granulométrica proposta por aquela ceramóloga, aliás adoptada de Shepard. Apenas distinguimos e. n. p. de grande calibre > 1 mm, médio

superfícies alisadas, sempre com percentagens acima dos 75%; as polidas têm algum significado apenas nos sectores I (camadas 3 e 4), IV (camada 2) e VIII (camada 3); as corroídas, comuns a todos os sectores, testemunham uma acção de transporte e escorregamento. De notar a ausência de superfícies brunidas ou fortemente polidas, tão comuns às formas do grupo de Alpiarça identificadas por Manuel Leitão e Joaquim Baptista. No que respeita à cor, têm maior expressão numérica os recipientes com tonalidades que vão do acastanhado ao alaranjado, sendo bastante frequentes os que reúnem diversos tons, sugerindo uma cozedura irregular. Em relação à espessura das paredes, regista-se o predomínio das paredes medianamente espessas.

A nota dominante desta análise reside numa assinalável uniformidade técnica, que contrasta com a diversidade morfológica, como demonstraremos a seguir.

Antes de passarmos à descrição dos tipos morfológicos definidos nos diversos sectores, é conveniente afirmar a total ausência de bordos denteados e carenas correspondentes às formas da cerâmica de Alpiarça, já referidas, elementos que tinham permitido atribuir esta estação ao Bronze Final (LEITÃO, 1982; BAPTISTA, 1982); assinale-se, também, a inexistência de asas.

Foram os sectores escavados em maior extensão — IV e VIII — os que forneceram maior variedade tipológica ao nível cerâmico.

Na análise dos bordos, teve-se em conta o tipo de lábio (convexos, planos e sub-rectilíneos) e a sua orientação (extrovertido, vertical, inclinado para o interior). Predominam os bordos convexos, seguidos dos planos; o número de bordos inclinados para o interior é superior aos extrovertidos, factor que intervirá na definição dos tipos a que chegámos.

calibre: 0,5 a 1 mm e pequeno calibre <0,5 mm. No que respeita à natureza dos e. n. p., predominam os grãos de quartzo e as partículas de mica; para o conjunto cerâmico estudado, entendemos por pastas micáceas as que contêm partículas de mica em proporções idênticas às dos grãos de quartzo ; a dimensão que algumas atingem, mais de 1 mm, e o contraste do seu brilho com o fundo mate justificam esta classificação.

Relativamente aos fundos, apenas foi possível a identificação de cinco : 4 planos e 1 convexo.

O estado lastimável em que se encontrava a cerâmica constituiu um grande obstáculo à determinação dos tipos morfológicos. Estes basearam-se na análise dos bordos e fundos, muitas vezes sem hipótese de determinação dos diâmetros, já que não foi possível reconstituir integralmente qualquer recipiente.

O *tipo* 1 corresponde aos recipientes que apresentam corpo e fundo esférico; a boca é fechada. Foram estabelecidos dois sub-tipos, em função da presença ou ausência (a maioria) de um pequeno estrangulamento no bordo. Compreende formas lisas e decoradas, neste caso, com mamilos de forma ovoide ou alongados e dispostos verticalmente; em ambas as variantes surgem sob o bordo. Apresenta uma posição expressiva em quase todos os sectores (I, III, IV, V e VIII), correspondendo a 31,37 % do total dos fragmentos estudados.

O *tipo* 2 compreende recipientes cuja forma geral se baseia na meia-esfera, sendo portanto desprovidos de colo e carena; engloba uma diversidade de lábios e bordos assinalável, que se associam a formas lisas e decoradas, estando, neste caso, presente a decoração plástica e a decoração incisa associada ao puncionamento. A maior ou menor abertura dos recipientes deste tipo, que alguns autores denominam «taças em calote», permitiu a definição de sub-tipos. A sua representatividade nos diversos sectores é igualmente significativa (I 04, III, IV V e VIII 03), com 42,48 %.

No *tipo* 3 foram englobadas as «taças carenadas», correspondendo a formas lisas, abertas e pouco profundas; o fundo é em calote. Apresenta uma baixa percentagem — 2,6% — correspondente a 4 exemplares. A sua distribuição pelos sectores é circumscrita (sectores I 04, II e IV).

No *tipo* 4 incluímos os recipientes ligeiramente fechados, com o bordo inclinado para o interior e uma aresta mais ou menos angulosa. Foram estabelecidos dois sub-tipos. Está representado por 4 exemplares, todos do sector VIII 03, que equivalem a 2,6 %.

O *tipo* 5, a que corresponde um único exemplar do sector VIII 03, apresenta uma carena muito baixa, o fundo convexo e as paredes mais ou menos verticais; desconhece-se o tipo de bordo. Representa 0,6 % do total.

O *tipo 6* reúne os recipientes de corpo esférico ou ovoide, boca fechada e bordo inclinado para o interior; alguns bordos apresentam-se com um ligeiro espessamento externo. Corresponde sempre a formas lisas com uma representatividade a nível sectorial bastante diversa (sectores I 03 e 04, III, IV, V e VIII 03). Soma 8,4 %.

No *tipo 7* incluímos os fundos planos, escassamente representados (4 exemplares) com 2,6% no conjunto total dos fragmentos analisados. Corresponderão a vasos de corpo ovoide ou tronco-cónico (sub-tipos A e B).

O *tipo 8* integra recipientes de boca fechada, corpo provavelmente ovoide e fundo plano; apresentam ainda o colo estrangulado. Só está representado nos sectores I 04 e IV, com 7,18 %.

Estabelecemos um último tipo, *tipo 9*, correspondente a um único exemplar classificado como «colher», encontrado no sector VIII 03. Perfaz 0,6% do total cerâmico estudado.

Antes de passarmos à análise particular de cada tipo e ao seu estudo comparativo, é importante referir que nenhum deles é exclusivo do Ramalhão ou da região em que este povoado se integra. É igualmente importante insistir na completa ausência de formas ou tipos atribuíveis ao Bronze Final (LEITÃO, 1982, e BAPTISTA, 1982). Pelo contrário, os tipos identificados, ou a sua maioria, encontram-se em contextos habitacionais e sepulcrais com uma expressão geográfica e cronológica bastante ampla. Tentaremos estabelecer paralelos formais com contextos das regiões mais próximas — Beira Alta e Alto Alentejo, Meseta e Extremadura espanhola —, com o Norte e o Sul de Portugal.

O tipo 1 corresponde a uma forma primária de ascendência neolítica e, por isso, sem grande significado cronológico-cultural. No Ramalhão aparece em segundo lugar, logo depois das taças em calote ou semi-esféricas. É comum a povoados e sepulcros. Apesar da distribuição genérica deste tipo, é possível, em função dos dados disponíveis, referir algumas particularidades regionais. Por exemplo, encontramos-lo em diversos povoados calcolíticos da Meseta ocidental, como os de Peña del Aguila (Ávila) e Teso del Moral (Zamora), mas em baixas percentagens (LOPEZ PLAZA, 1979, 73), contrariamente ao que sucede no Ramalhão. Tem também representação significativa em vários povoados calcolíticos do Norte de Portugal, nomeadamente na região de Chaves/Vila Pouca

de Aguiar, onde surge em número significativo. Esta aproximação é, porém, quebrada quando introduzimos o factor decorativo. Com efeito, naquela região os esféricos apresentam altos índices de decoração, o que lhe confere um lugar único no contexto calcolítico peninsular, como demonstrou Susana Jorge (JORGE, 1986). Além disso, a técnica decorativa raramente corresponde à aplicação de mamilos, contrariando assim o que ocorre nos raros exemplares decorados, quer do Ramalhão, quer dos povoados mesetenhos a que nos referimos (JORGE, 1986, 378). É ainda possível paralelizar com povoados do Neolítico Final e Calcolítico do Sul de Portugal, tais como Vale Pincel II (Sines) e Cabeço da Mina (Torrão) (SILVA e SOARES, 1976-77), onde surge em percentagens médias.

O nosso tipo 2 encontra paralelos nos mesmos povoados a que aludimos quando tratámos do tipo 1, mas com diferente significado. Este tipo, o mais bem representado no Ramalhão, apresenta idêntica posição em Peña del Aguila e Teso del Moral (LOPEZ PLAZA, 1979, 76), o que já não acontece na Vinha da Soutilha, S. Lourenço ou Pastoria (Chaves). Neste grupo de povoados do Norte de Portugal, destaca-se o de Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar) por apresentar uma percentagem significativa de taças em calote (JORGE, 1986, 613, 622). Por este motivo, o Ramalhão aproxima-se dum outro povoado do Norte de Portugal, da sua área mais oriental, recentemente estudado, o povoado do Cunho (SANCHES, 1988). Aqui, dominam as taças em calote, com diversas variantes, tal como no Ramalhão. Com este factor podemos aproximar todos estes povoados com os do Sul, como Cabeço da Mina (Torrão), Vale Pincel II (Sines), Monte Novo (Sines), Cortadouro (Ourique) (SILVA e SOARES, 1976-77) ou Caramujeira (Lagoa) (GOMES *et alii*, 1978). Se passarmos a analisar alguns contextos sepulcrais, verificamos que este tipo, equivalente ao grupo 4 dos Leisner, é dos mais frequentes no Calcolítico megalítico de Reguengos (LEISNER, 1951, 89) e igualmente conhecido nos monumentos megalíticos da Beira Baixa, como a «Pedra d'Anta» (Medelim), já destruído, e a Anta da Urgueira (Perais) (PEREIRA, 1933 e BAPTISTA, 1983).

No tipo 3 incluímos as taças carenadas que, no Ramalhão, se encontram mal representadas, o que poderá testemunhar um certo arcaísmo. Nos povoados do SO da Meseta a que nos temos vindo a

referir, este tipo encontra-se completamente ausente, embora surja noutros nesta mesma região, como os de El Cerro del Ahorcado, (Zamora), Pozas (Zamora) e Santa María (Ávila), que reúnem, aliás, outras formas carenadas (LOPEZ PLAZA, 1979, 80-81). No Norte de Portugal, este tipo é estranho aos contextos calcolíticos, surgindo numa fase já bastante tardia. Pelo contrário, e como é do conhecimento geral, a taça carenada surge no SO da Península e, particularmente no Alentejo e Algarve, em contextos do Neolítico Médio/Final e Calcolítico Inicial, como o Cabeço da Mina, Vale Pincel II (SILVA e SOARES, 1976-77), Caramujeira II (GOMES *et alii*, 1978), Parede I (SERRÃO, 1983) e estrato B da Lapa do Fumo (SERRÃO e MARQUES, 1971), etc. O povoado de Papa Uvas I (Huelva) oferece também bons paralelos formais para este tipo (MARTÍN DE LA CRUZ, 1985). Na Extremadura espanhola, os povoados de Araya (Mérida) e El Lobo (Badajoz) contam igualmente com este tipo entre as suas formas cerâmicas (ENRÍQUEZ NAVASCUÉZ, 1981-1982 e 1988; ENRÍQUEZ NAVASCUÉZ e INÊSTA MENA, 1985). Nesta mesma região fronteiriça, encontramos ainda este tipo em diversos dólmenes de Valencia de Alcântara (BUENO RAMIREZ, 1988), a que podemos associar outros da zona de Reguengos, com utilização do Calcolítico Inicial/Médio, como os grandes dólmenes de corredor e câmara trapezoidal ou poligonal de Gorginos I, Paço I e anta grande do Olival da Pega (LEISNER, 1951).

Para o nosso tipo 4—tipo, aliás, bastante mal representado no Ramalhão, não atingindo os 3%—é bem mais difícil encontrar paralelos. A nível regional, encontramos os melhores paralelos no dólmen de Corchero (Valencia de Alcântara), de câmara circular e corredor (BUENO RAMIREZ, 1988, 89) e no megalitismo de Reguengos, através do grupo 2 dos Leisner, que reúne esféricos achatados (LEISNER, 1951). No povoado mesetenho de Cerro del Ahorcado é também possível encontrar algumas formas aparentadas com a nossa (LOPEZ PLAZA, 1979, 82). Por fim, é igualmente legítimo estabelecer possíveis relações formais com o tipo 7 definido para o povoado, da região de Chaves, da Vinha da Soutilha (JORGE, 1986, Fig. 10) e com o tipo 4 da Fraga d'Aia (S. João da Pesqueira) (JORGE *et alii*, 1988, Fig. 7).

Definimos o tipo 5 pela presença de um único exemplar de que se desconhece o bordo. Este tipo está escassamente representado

em contextos do Neolítico Final e Calcolítico, anunciando formas que vão ter grande aceitação na Idade do Bronze. Podemos paralelizá-lo com o grupo 6 dos Leisner (LEISNER, 1951, Est. XXVII), aliás com uma percentagem muito inferior às dos outros grupos. Estes vasos de fundo convexo encontram-se também no estrato B da Lapa do Fumo (SERRÃO e MARQUES, 1971, Fig. 9) e na Meseta, em El Cerro del Ahorcado e Pozas (LOPEZ PLAZA, 1979-82).

O tipo 6 regista-se em múltiplos contextos neolíticos e calcolíticos de ampla diversidade espacial, não constituindo, por isso, um tipo com expressão cronológico-cultural significativa.

No tipo 7 incluímos os fundos planos, a que se devem ligar as formas que integram o nosso tipo 8. Para ambos se encontram paralelos nos povoados da Meseta e do Norte de Portugal a que já fizemos referência (o tipo 7 é bastante mais raro que o tipo 8), mas são desconhecidos ou têm expressão quase nula nos contextos meridionais estudados por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares.

O tipo 9 está representado por um só exemplar e corresponde a uma colher. Apresenta-se fragmentada, com cabo horizontal, partido, de secção sub-circular e com duas pequenas depressões laterais na zona de ligação à concha; esta, pouco profunda, está esboroada; teria tido um contorno oval. O nosso exemplar cabe na segunda variante do tipo 9 dos Leisner (cabo partindo horizontalmente do bordo), tipologia que atende somente à forma do cabo e sua posição, mas não ao tipo de concha (LEISNER, 1957, 100-101). Este tipo cerâmico é, de um modo geral, raro, mas com uma notável dispersão geográfica. Encontramo-lo, assim, desde o Chasseense da bacia parisiense e o «Grupo de Gord» (Picardia), onde é bastante abundante (BRIARD, 1989, 109-112), até ao extremo ocidental da Península. A sua origem deve procurar-se no Neolítico Pleno, como provam os exemplares estratigrafados de Los Murciélagos (Córdova) (VICENTE ZARAGOZA e MUÑOZ AMIBILIA, 1973, Fig. 15) e outros, perdurando pelo Calcolítico e Bronze Inicial, em Los Castillejos de Peña de los Gitanos (Granada) (ARRIBAS e MOLINA, 1977, 395), Los Castillejos (Badajoz) (FERNÁNDEZ CORRALES *et alii*, 1988, 71), Peña del Aguila (Avila) (LOPEZ PLAZA, 1974, Fig. 1 e 1979, 77), Cuesta del Negro (Granada) (MOLINA e PAREJA, 1975, Fig. 31), Cerro de la Virgen (Granada)

(SCHULE e PELLICER, 1966, 56), etc. No território actualmente português, este tipo surge não só em contextos habitacionais mas também sepulcrais. Entre os primeiros, contam-se os exemplares do Cabeço da Mina (Torrão) (SILVA e SOARES, 1976-77, 203-204), Monte da Tumba (Torrão) (SILVA e SOARES, 1987, 53, 55, 63), Cunho (Mogadouro) (SANCHES, 1988, 154), Vila Nova de São Pedro (ref. Leisner, 1951, 100; no Museu Arqueológico da Associação dos Arqueólogos Portugueses encontram-se em exposição cinco colheres de Vila Nova de São Pedro), e Castelo Velho do Caratão (Mação) (PEREIRA, 1970, 130). Para os segundos, além do exemplar do dólmen de Rio Torto (Gouveia) atribuído à Idade do Bronze (SENNA-MARTINEZ, 1983-84, 118, 122), contam-se outros entre os monumentos megalíticos de Reguengos e de outras regiões do Sul de Portugal. A título de exemplo, podemos referir as colheres da anta do Barrocal (LEISNER, 1959, Est. 40), anta 1 do Passo, anta 1 de Gorginos e anta grande do Olivai da Pega (LEISNER, 1951, 45); anta da Marquesa (Marvão), anta dos Galvões (Alandroal) e anta da Casa Branca (Pavia) (LEISNER, 1951, 45). Também na vizinha Espanha encontramos um exemplar deste tipo no dolmen de Corchero (Valencia de Alcantara) (BUENO RAMIREZ, 1988, 166) e no povoado de Peña del Aguila (LOPEZ PLAZA, 1979, 77). Aponte-se, ainda, um exemplar proveniente do Cabeço da Amoreira (Muge), sem contexto conhecido (CORTEZ, 1952, 199, 202; FERREIRA, 1974, 192) ⁽¹²⁾. Refira-se finalmente, que o número de colheres provenientes das estações enumeradas é sempre de um ou dois exemplares por estação.

A título conclusivo, poderemos dizer que a cerâmica do Ramalhão, não obstante a relativa heterogeneidade de tipos — foram definidos nove tipos diferentes —, acaba por apresentar, dum modo geral, uma certa monotonia em termos formais, com base em formas primárias e muito simples. Por outro lado, o estudo comparativo que fizemos e que não pretendeu ser exaustivo, confirmou a associação, neste povoado da Beira Baixa, de formas e

(¹²) Spindler refere uma colher do Cabeço da Amoreira, por certo a mesma aqui mencionada, embora apresente desenho de uma colher do Cabeço da Arruda (SPINDLER, 1981, 27, 31, 34).

tipos comuns a outras regiões: taças de diversos tipos, frequentes em contextos neolíticos e calcolíticos meridionais, esféricos e globulares, com ou sem colo marcado, com maior expressão em contextos coevos do Norte de Portugal e com uma posição igualmente favorável em vários povoados do SO da Meseta, que testemunham, por sua vez, influências meridionais na opinião de Lopez Plaza (1979, 102).

No que respeita à cerâmica decorada do Ramalhão, regista-se um baixo índice, com apenas 1,2%, relativamente à lisa. Distribui-se pelos sectores IV, V e VIII, com duas variedades: decoração plástica e decoração incisa associada a puncionamentos.

A decoração plástica apresenta-se sob a forma de pequenos mamilos arredondados ou ovóides, dispostos sob o bordo, ou de mamilos alongados que arrancam verticalmente do bordo; esta segunda variante só está presente no sector VIII. Ambas se associam aos nossos tipos 1 e 2.

O baixo índice de cerâmica decorada, por um lado, e a aplicação de mamilos sob o bordo dos recipientes, por outro, aproxima o povoado do Ramalhão de outros da Extremadura espanhola, SO da Meseta e Alentejo. Por exemplo, no povoado de Araya (Mérida), com uma ocupação atribuível ao Calcolítico Inicial, a cerâmica decorada não chega a atingir 1% (ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, 1981-82 e 1988); em Peña del Aguila (Ávila) e Aldeagordillo (Ávila), a cerâmica decorada é igualmente escassa (LOPEZ PLAZA, 1974, 125 e 1979, 81); ocorre o mesmo no Cabeço da Mina e Vale Pínel II (SILVA e SOARES, 1976-77, 195 e 213).

A associação dos mamilos a formas esféricas ou semi-esféricas adverte-nos para uma provável ascendência neolítica destas cerâmicas.

A cerâmica incisa está representada por um único fragmento de bordo de uma taça em calote, proveniente do sector IV. Está decorada com triângulos incisos que se desenvolvem a partir do bordo, invertidos e abertos, e preenchidos internamente por puncionamentos simples. Este motivo, tendo por base o triângulo e múltiplas variantes, verdadeiramente notável nos povoados da região de Chaves, aparece bem documentado em contextos habitacionais e sepulcrais desde o chamado «Neolítico das Grutas» até ao «Horizonte de Cogotas I», na sua fase mais antiga, do Bronze

Médio e Tardio (FERNÁNDEZ POSSE, 1980, 617). Apresenta, portanto, como outros elementos já analisados no presente estudo, um valor cronológico-cultural bastante vago.

Podemos referir alguns paralelos nas regiões vizinhas, provenientes de povoados do Calcolítico Inicial de Araya (Mérida), Peña del Aguila (Ávila), ou mais tardios, como Aldeagordillo (Ávila) (EIROA, 1973, Fig. 3), Los Cortinalles (Badajoz) (GIL-MASCARELL BOSCA e RODRÍGUEZ DÍAZ, 1988, 61) ou Las Pozas (Zamora) (MARTÍN VALLS e DELIBES DE CASTRO, 1975, 450). Cabe também aqui informar da existência de um fragmento decorado com um triângulo inciso e invertido, preenchido com pontilhado, proveniente do povoado do Cabeço Pelado (Alcains), exposto no Museu de Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco.

No Norte de Portugal, o nosso exemplar aproxima-se da variante Il-b da Vinha da Soutilha (Chaves), da sua primeira fase, onde a decoração é ainda pouco invasora (JORGE, 1986, 93, 696, 779).

Justifica-se, finalmente, uma breve referência aos monumentos megalíticos mais próximos onde se observa este mesmo tema decorativo : no grupo de Reguengos vamos encontrá-lo quase exclusivamente documentado na anta grande do Olival da Pega (LEISNER, 1951, 105); no conjunto megalítico de Valência de Alcântara surge no dólmen de Datas II (BUENO RAMÍREZ, 1988, 166).

5. Considerações finais

Os elementos recolhidos durante as duas campanhas de escavação que realizámos no Ramalhão permitem-nos avançar com alguns princípios caracterizadores deste povoado, embora admitamos a conveniência em usar da máxima prudência na sua interpretação.

A presumível cronologia do Bronze Final atribuída a este povoado, a partir da análise de escassos materiais de superfície (LEITÃO, 1982 e BAPTISTA, 1982), deverá ser hoje posta de lado, face aos únicos materiais disponíveis e que este trabalho pretendeu

divulgar. Não só não encontrámos qualquer pista que sugerisse tal cronologia, como reunimos um acervo de material, nomeadamente cerâmico, que, não obstante as suas limitações de natureza cronológico-cultural, contraria, de qualquer modo, aquela cronologia. Aponta antes, para uma ocupação bastante mais arcaica, nomeadamente de ascendência neolítica, como provam as formas simples e primárias, e a decoração, rara, à base de mamilos e triângulos incisos.

A valorização que atribuímos ao estudo da cerâmica decorreu das condições de jazida com que deparámos, que, com excepção duma pequena área do sector VIII, correspondiam à acumulação de material de escorregamento, não tendo sido detectadas associações significativas ou estruturas de *habitat*; foi definida para todos os sectores intervencionados uma única fase de ocupação. A atenção dispensada à cerâmica resultou ainda das características do material lítico (polido e lascado), dum modo geral atípico, incaracterístico ou com uma distribuição espacial e cronológica demasiado ampla para fornecer dados precisos.

A cerâmica exumada, maioritariamente lisa, caracteriza-se por uma grande homogeneidade técnica que contrasta com uma morfologia variada, a que correspondem nove tipos. O seu estudo comparativo com estações de que se conhece a cronologia, com base em datações absolutas ou relativas, como Cabeço da Mina (Torrão), Vale Pincel II (Sines) (SILVA e SOARES, 1976-77), estrato B da Lapa do Fumo (Sesimbra) (SERRÃO e MARQUES, 1971), Parede I (SERRÃO, 1983), Caramujeira (Lagoa) (GOMES *et alii*, 1978), Vinha da Soutiça, S. Lourenço (Chaves), Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar) (JORGE, 1986), Peña del Aguila (Ávila) (LOPEZ PLAZA, 1979), Araya (Mérida) (ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, 1988), Los Barruecos (Cáceres) (SAUCEDA PIZARRO, 1986) ou Papa Uvas (Huelva) (MARTÍN DE LA CRUZ, 1985), etc., leva-nos a apontar, apesar dos condicionaisismos já referidos, uma ocupação do Neolítico Final/Calcolítico para o povoado do Ramalhão, a situar na primeira metade do III milénio a. C.

Assim sendo, este povoado constitui uma das mais antigas provas de sedentarização conhecidas, até ao momento, nesta região da Beira Baixa. Para já, não são ainda conhecidos outros povoados contemporâneos no concelho de Penamacor, embora alguns achados

recentes ⁽¹³⁾ na Lagoa, Marvão, Covões, Senhora da Quebrada (Benquerenças) e Fonte Salgueira (Aldeia do Bispo), deixem adivinhar a provável existência de outros locais com possível ocupação do Neolítico/Calcolítico.

Também na parte sul do distrito de Castelo Branco têm surgido novos elementos através da acção do N. R. I. A. ⁽¹⁴⁾, que se tem pautado por uma eficaz e sistemática identificação de estações arqueológicas, importando aqui referir os povoados de Peroledo, Cabeça Velha e Charneca de Fratel (Vila Velha de Ródão), actualmente em estudo (HENRIQUES *et alii* 1986; SOARES, 1988). A sua provável correlação com monumentos megalíticos e estações de arte rupestre parece evidente, o que aliás se repete na outra margem do Tejo, já no concelho de Nisa (CANINAS e HENRIQUES, 1987).

Para o período cronológico que estamos a tratar, foram definidos dois modelos de povoamento em função da localização topográfica dos povoados (SILVA e SOARES, 1984). A posição de domínio que ocupa o povoado do Ramalhão, na coroa do monte, aproxima-o do modelo de *habitat* que irá dominar durante o Calcolítico, com evidentes preferências por sítios altos e dominantes, e a que corresponderia uma nova organização social de feição tribo-patriarcal acompanhada por um aumento de produção e acumulação de excedentes (SILVA e SOARES, 1984). Ora este modelo de *habitat*, frequentemente aliado a estruturas defensivas ⁽¹⁵⁾, convive durante algum tempo com outros que, ocupando zonas baixas e abertas, revelam realidades sociais e económicas diferentes.

Apesar de reconhecermos a relativa fragilidade de alguns dos dados reunidos, podemos sugerir, numa primeira análise, que no Ramalhão se instalou uma comunidade humana com carácter

(13) Agradecemos a José Cristóvão, aluno da variante de Arqueologia da FLUC, as informações prestadas sobre este assunto. Os materiais, líticos e cerâmicos, estão a ser estudados por Ana Cristina Farinha, também aluna da variante de Arqueologia.

(14) Núcleo Regional de Intervenção Arqueológica, sediado em Vila Velha de Ródão.

(15) A nível regional, constituem bons exemplos deste modelo os povoados de Charneca de Fratel (Vila Velha de Ródão), Los Barruecos (Cáceres), Los Castillejos e Los Cortinales (Badajoz).

sedentário, pese embora a provável natureza precária das suas estruturas, que praticaria uma agricultura de que constituem testemunhos indirectos os machados, a enxó e os elementos de moinho.

Desconhecemos se, na sua alimentação, a domesticação de animais teria tido um papel importante, uma vez que os pequenos fragmentos ósseos provenientes do sector VIII não foram ainda estudados ⁽¹⁶⁾.

No que diz respeito à origem da matéria-prima utilizada no fabrico de instrumentos, toda ela é de fácil obtenção local ou regional.

Esta comunidade não deixou, pois, testemunhos de grande abertura ao exterior, mas, antes, sinais de um regionalismo conservador, apesar de já anunciar, pela sua situação e posição, os novos ventos de mudança que dominarão durante o Calcolítico.

(¹⁶) Os fragmentos ósseos encontram-se num estado de elevada fragmentação que dificultará o seu estudo.

BIBLIOGRAFIA

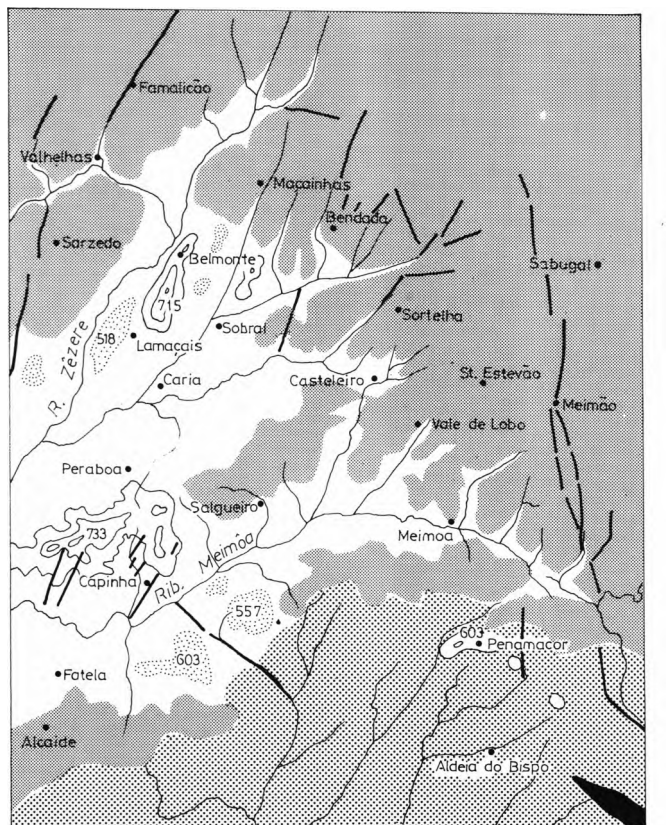
- ARRIBAS, A. e MOLINA, F. (1977), *El Poblado de los Castillejos, en las Peñas de los Gitanos (Montefrío, Granada). Resultados de las campañas de 1971 e 1974*, «XIV Congreso Nacional de Arqueología» (Vitoria, 1975), Zaragoza, p. 389-406.
- BALFET, H. et alii (1983), *Pour la Normalisation de la Description des Poteries*, Paris, C.N.R.S.
- BAPTISTA, J. (1982), *Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Penamacor até ao domínio romano*, «Actas e Memórias do 1.º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor (1979)», Penamacor, p. 73-79.
- IDEM, (1983), *Subsídios para o estudo do megalitismo da Reira Raixa. A Anta da Urgueira*, «O Archeologo Português», série IV, vol. 1, p. 89-102.
- BRIARD, J. (1989), *Poteries et Civilisations – T. 1. Néolithique de la France*, Paris, Éditions Errance.
- BUENO RAMIREZ, P. (1988), *Los Dólmenes de Valencia de Alcantara*, Excavaciones Arqueológicas en España, 155, Madrid.
- CAMPS, G. (1981), *Manuel de Recherche Préhistorique*, Paris, Doin Éditeurs.
- CANINAS, J. C. e HENRIQUES, F. J. R. (1987), *Testemunhos do Neolítico e do Calcolítico no Concelho de Nisa*, «Actas das 1.ªs Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano (1985)», p. 69-82.
- CANINAS, J. e HENRIQUES, F. (1988a), *Povoado Pré-Histórico da Charneca de Vilar de Rei – Peroledo*, «Paleoantropologia e Paleoecologia no Alto Tejo Português — Imóveis de Interesse Cultural e Natural», n.º 1, NIRA, GEPP, MAEDS.
- CANINAS, J. e HENRIQUES, F. (1988b), *Povoado Pré-Histórico da Cabeça Velha*, «Paleoantropologia e Paleoecologia no Alto Tejo Português — Imóveis de Interesse Cultural e Natural», n.º 8, NIRA, GEPP, MAEDS.
- CORTEZ, F. R. (1952), *Contributo para o Estudo do Neolítico em Portugal*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XIII (3-4), Porto, p. 193-248.
- EIROA, J. J. (1973), *Noticia de un yacimiento de la Edad del Bronce en Aldeagordillo (Ávila)*, «XII Congreso Nacional de Arqueología (Jaén, 1971)», Zaragoza, p. 233-240.
- ENRIQUEZ NAVASCUÉS, J. J. (1981-1982), *Avance al estudio de los materiales procedentes de Araya, Mérida (Badajoz)*, «Pyrenae», 17-18, p. 191-202.
- IDEM (1988), *Informe sobre las excavaciones llevadas a cabo en el yacimiento de Araya (Mérida, Badajoz) — 1983-1984*, «Extremadura Arqueológica», I, Salamanca, p. 11-19.
- ENRIQUEZ NAVASCUÉS, J. J. e INÉSTA MENA, J. (1985), *Notas sobre los poblados calcolíticos de la comarca de Lereña (Badajoz)*, «Estudios de Arqueología Extremeña (Homenaje a Canovas Pesini), I, Badajoz, p. 15-24.

- FERNÁNDEZ CORRALES, J. M. et alii (1988), *Los poblados caleolíticos y prerromano de «Los Castillejos» (Fuente de Cantos, Badajoz)*, «Extremadura Arqueológica», I, Salamanca, p. 69-88.
- FERNÁNDEZ-POSSE Y DE ARNAIZ, M. D. (1939), *El Final de la Edad del Bronce en la Meseta Norte: la Cultura de Cogotas I*, Universidade de Granada.
- FERREIRA, O. V. (1974), *Acerca das cerâmicas neolíticas encontradas na parte superior dos concheiros da região de Muge (Portugal)*, «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», LVIII, p. 191-195.
- GIL-MASCARELL BOSCA, M. e RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1988), *Los Cortinales, un yacimiento calcolítico en Villafranca de los Barros (Badajoz)*, «Extremadura Arqueológica», I, Salamanca, p. 55-68.
- GOMES, M. V. et alii (1978), *A estação pré-histórica da Caramujeira – Trabalhos de 1975/76*, «Actas das III Jornadas Arqueológicas (1977)», vol. I, Lisboa, p. 35-72.
- GONZÁLEZ CORDEIRO, A. e ALVARADO GONZALO, M. (1988), *El poblado calcolítico del Cerro de la Horca – Plasenzuela (Caceres) – 1.ª campaña de excavaciones*, «Extremadura Arqueológica», I, Salamanca, p. 21-34.
- HENRIQUES, F. et alii (1986), *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Velha de Bódão*, «Informação Arqueológica», n.º 6, Lisboa, p. 9-22.
- FURTADO, V. (1986), *El Calcolítico en la Cuenca Media del Guadiana y la Necropolis de la Pijotilla*, «Arqueologia», 14, Porto, p. 83-103.
- JORGE, S. O. (1986), *Povoados da Pré-História Recente da região de Chaves – V.ª P.ª de Ajiar*, Porto.
- JORGE, V. O. et alii (1988), *A Fraga d'Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) – Arte Rupestre e Ocupação Pré-Histórica*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», XXVIII (1-2), («Actas do Coloquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular», vol. I), p. 201-232.
- LANDEIRO, J. M., (1961), *A Vila de Penamacor – A Cidade de Asyagriavaca – Estradas Romanas*, «Numus», Porto, vol. VI (3), n.º 22, p. 149-152.
- LEISNER, G. E V. (1951), *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz – Materiais para o Estudo da Cultura Megalítica em Portugal*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, G. E V. (1959), *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel-Der Westen*, Berlin, Verlag von Walter de Gruyter, Madrider Forschungen.
- LEITÃO, M. (1982), *Elementos para um Inventário de Estações Arqueológicas: prospecção e reconhecimento*, «Informação Arqueológica», 2, p. 17.
- LOPEZ PLAZA, M. S. (1974), *Materiales de la Edad del Bronce hallados en Muñogalindo (Ávila)*, «Zephyrus», XXV, p. 121-143.
- IDEM (1979), *Aportación al conocimiento de los poblados eneolíticos del SO. de la Meseta N. Española: la cerámica*, «Setúbal Arqueológica», V, p. 67-102.
- MARQUES, G. (1972), *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*, *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa*, n.º 13, Porto.

- MARTÍN DE LA CRUZ, J. C. (1985), *Papa Uvas I, Aljaraque, Huelva – Campañas de 1976 a 1979*, Excavaciones Arqueológicas en España, 136.
- MARTÍN VALLS, R. e DELIBES DE CASTRO, G. (1975), *Hallazgos Arqueológicos en la provincia de Zamora* (77), «Boletín del Seminario de Arte y Arqueología», XL-XLI, p. 445-473.
- MOLINA GONZALES, F. e PAREJA LÓPEZ, E. (1975), *Excavaciones en la Cuesta del Negro (Purullena, Granada) – Campaña de 1971*, «Excavaciones en España, n.º 86, Madrid.
- MOLINA LEMOS, L. (1980), *El Poblado del Bronce I El Lobo [Badajoz]*, «Noticiario Arqueológico Hispánico», 9, p. 93-127.
- PEREIRA, F. A. (1933), *A Pedra d'Anta ou um monumento megalítico na Beira Baixa*, «O Archeologo Português», XXIX, p. 49-75.
- PEREIRA, M. A. H. (1970), *Monumentos Históricos do Concelho de Mação*, Coimbra.
- PIEL-DESRUISSEAU, J.-L. (1984 e 1986), *VOutil de Pierre P réhistorique* > Paris, Masson.
- PROENÇA, F. T. (1910), *Archeologia do Districto de Castello Branco*, Leiria.
- RAMOS MILLAN, (1981), *Interpretaciones sequenciales y culturales de la Edad del Cobre en la zona meridional de la Península Iberica. La alternativa del materialismo cultural*, «Cuadernos de Prehistoria de la Universidade de Granada», 6, p. 203-256.
- RIBEIRO, O. et alii (1987), *Geografia de Portugal – 7. A Posição Geográfica e o Território*, Lisboa. Edições Sá da Costa.
- SANCHES, M. J. (1988), *Contribuição para o Estudo da Pré-História Recente no Planalto Mirandês*, Porto, FLUP (edição policopiada).
- SAUCEDA PIZARRO, M. I. (1986), *Primeros Avances sobre el Calcolítico en Extremadura: Los Barruecos, Malpartida de Cdceres*, «Norba», 7, p. 17-23.
- SCHÜLE, W. e PELLICER, M. (1966), *El Cerro de la Virgen. Orce (Granada) I*, «Excavaciones Arqueológicas en España», 46.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. et alii (1983-1984), *Contribuições para uma Tipologia da Olaria do Megalitismo das Beiras: olaria da Idade do Bronze (I)*, «Clio/Arqueologia», I, p. 105-138.
- SERRÃO, E. C. (1983), *A Estação Pré-Histórica da Parede*, «O Arqueólogo Português», série IV, I, p. 119-148.
- SERRÃO, E. C. e MARQUES, G. (1971), *Estrato Pré-Campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra)*, «Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia», Coimbra, I, p. 121-142.
- SILVA, C. T. e SOARES, J. (1976-1977), *Contribuição para o Conhecimento dos Povoados Calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve*, «Setúbal Arqueológica», voi. II-III, p. 179-272.
- IDEM (1984), *A estratégia do povoamento dos Chãos de Sines durante a Pré-História*, «Volume d'Hommage au Géologue Georges Zbyszewski», Paris, p. 393-410.

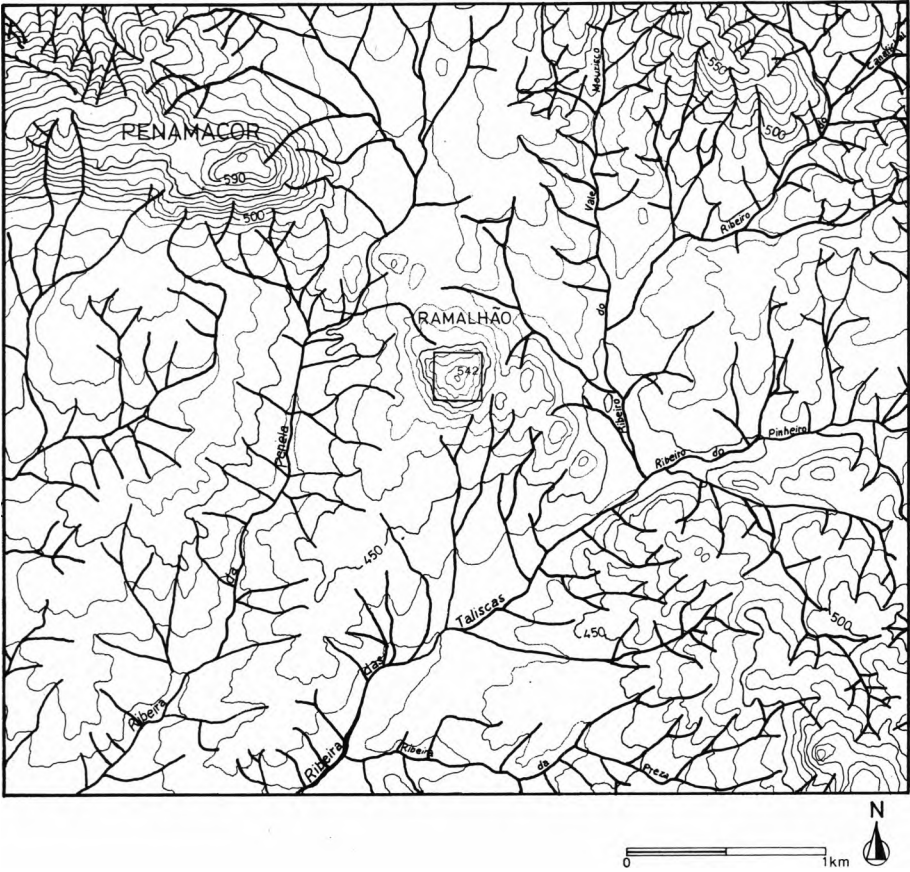
- IDEM** (1986), *Intervenção Arqueológica na Vila do Torrão: Ocupação Calcolítico*. «I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)», Lisboa, *Trabalhos de Arqueologia* — 03, p. 103-114.
- IDEM** (1987), *O Povoado Fortificado Calcolítico do Monte da Tumba – I — Escavações Arqueológicas de 1982-86 (resultados preliminares)*, «Setúbal Arqueológica», VIII, p. 29-79.
- SOARES, J.** (1988), *O Povoado da Charneca do Fratei e o Neolítico Final/Calcolítico da Região Ródão-Nisa: Notícia Preliminar*, «Alto Tejo», 2, Setembro, NRIA/GEEP/MAEDS.
- SPINDLER, K.** (1981), *Zum Enddatum der Portugiesischen Muschelhaufen*, «Madrider Mitteilungen», 22, p. 19-35.
- VÁRIOS** (1979), «*Actas da 1.ª Mesa Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*», Porto, GEAP, *Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto*, n.º 3.
- VICENTE ZARAGOZA, A. M. e MUÑOZ AMIBILIA, A. M.** (1973), *Segunda Campaña de Excavaciones. La Cueva de los Murciélagos, Zuheros (Cordoba)*, *Excavaciones Arqueológicas en España*, n.º 77.

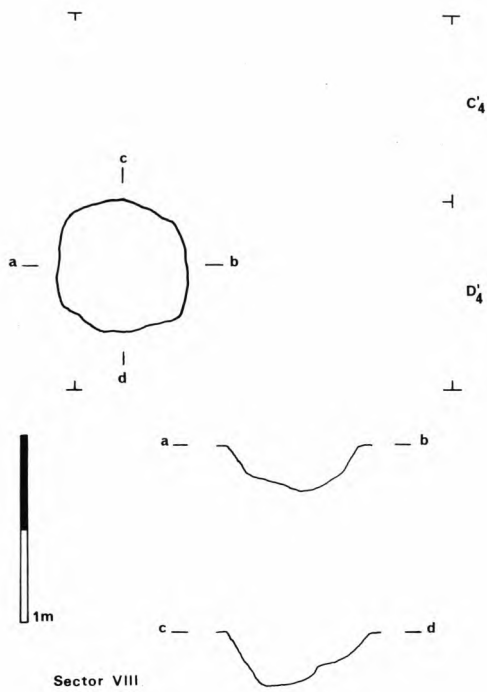
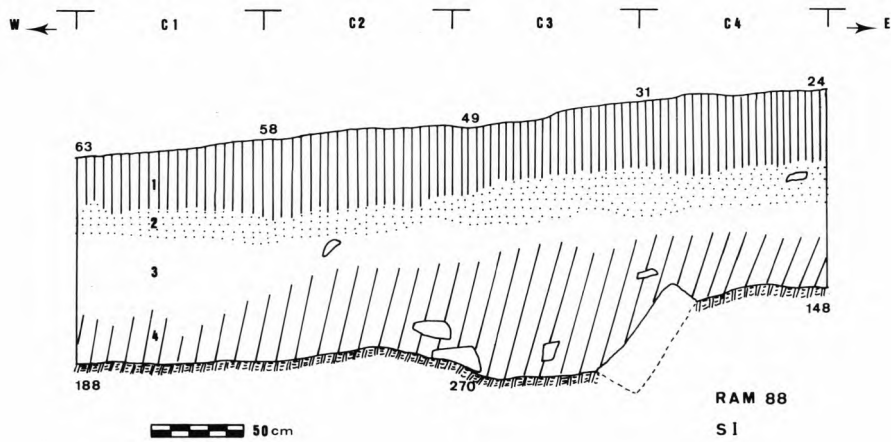
Mapa morfológico da parte oriental da C. da Beira (Ø.Ribeiro,1955)



0 5 Km

-  Montanhas e planaltos da Cordilheira Central
-  Relevos residuais no fundo da depressão
-  Superfície de Castelo Branco
-  Cova da Beira
-  Crista de Quartzito
-  Montes-ilhas (curvas equidistantes de 100 m)
-  Vales de fractura

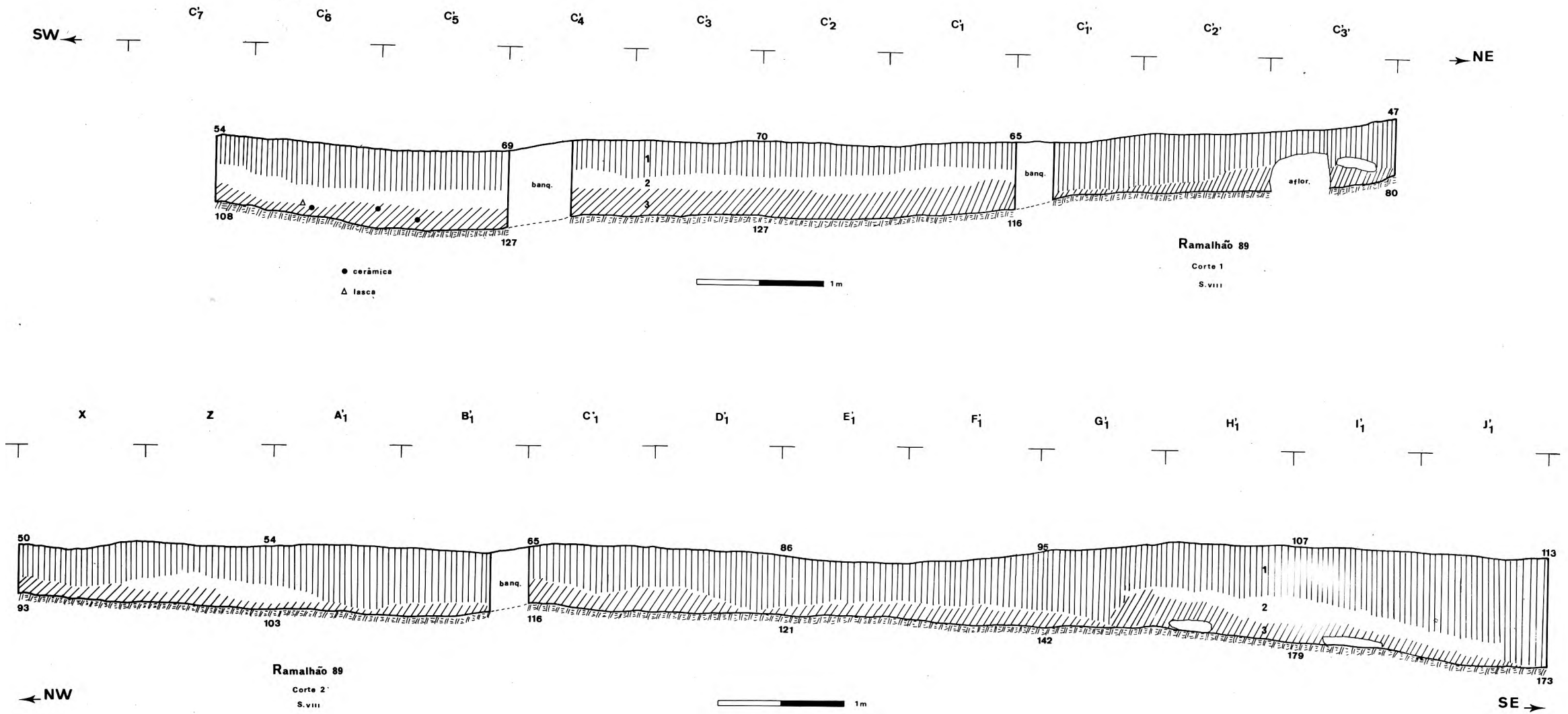




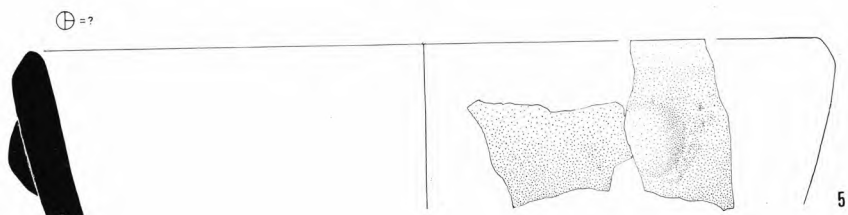
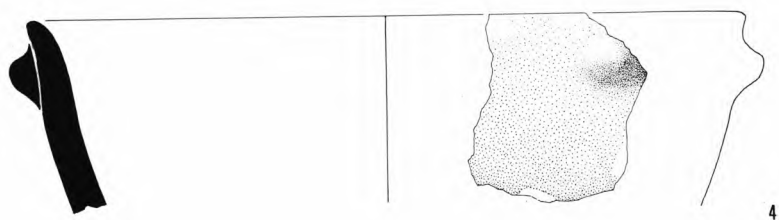
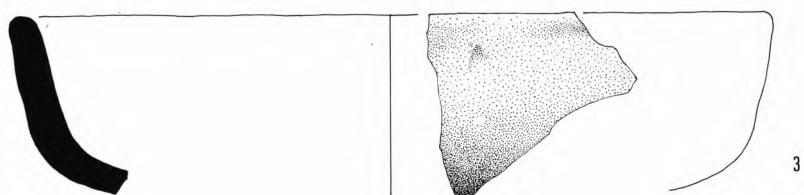
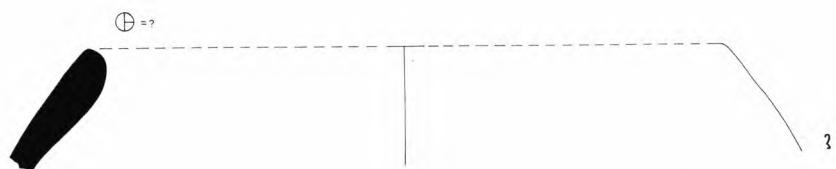
(Página deixada propositadamente em branco)



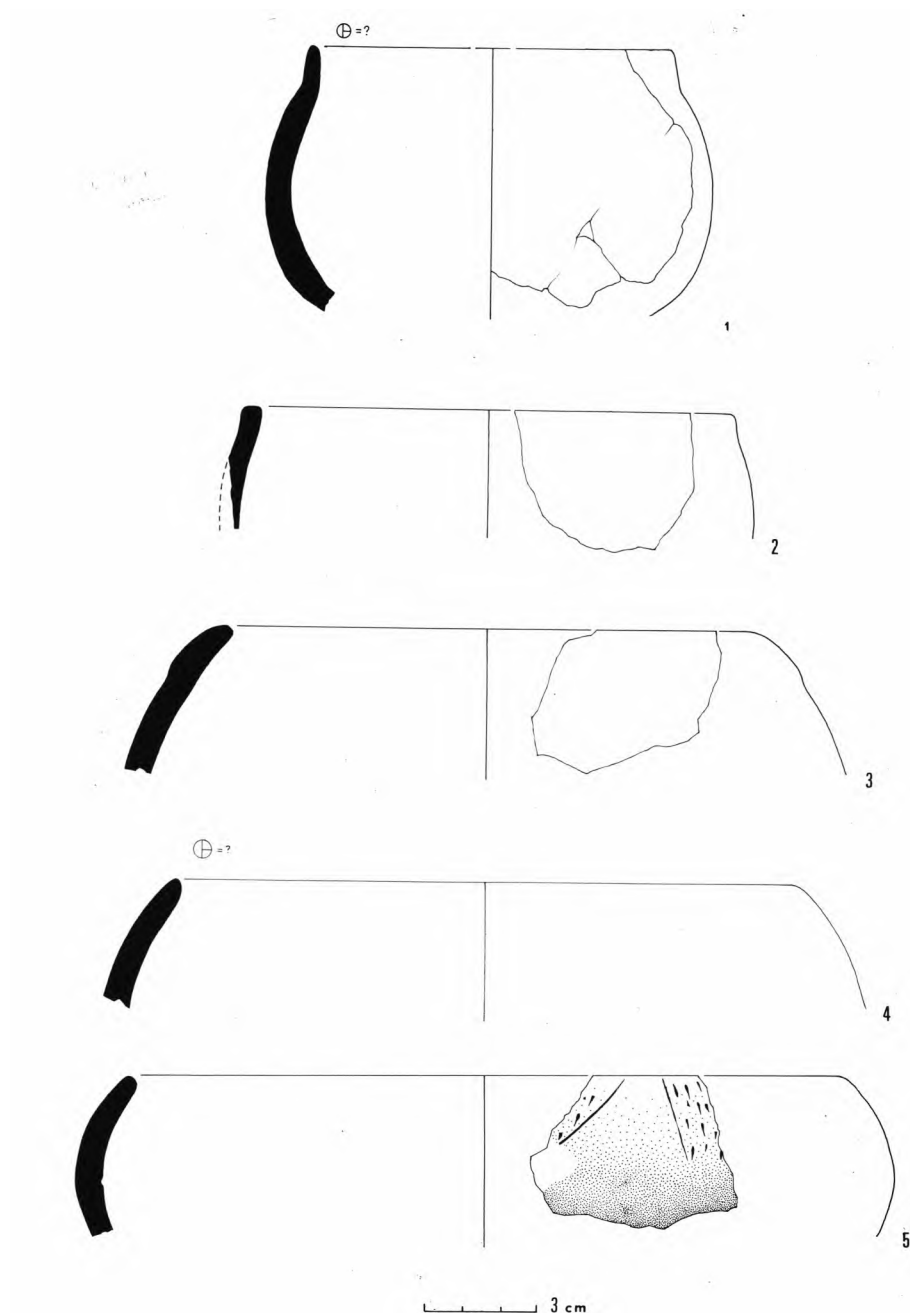
(Página deixada propositadamente em branco)

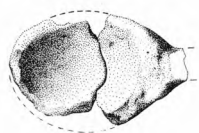


(Página deixada propositadamente em branco)



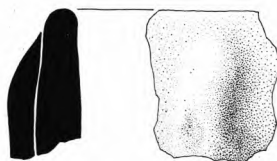
3 cm





1

3 cm



2

3 cm



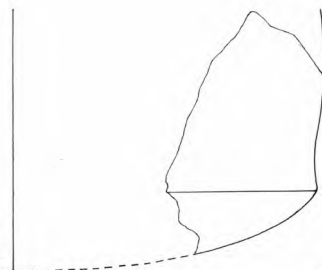
⊕ = ?

3

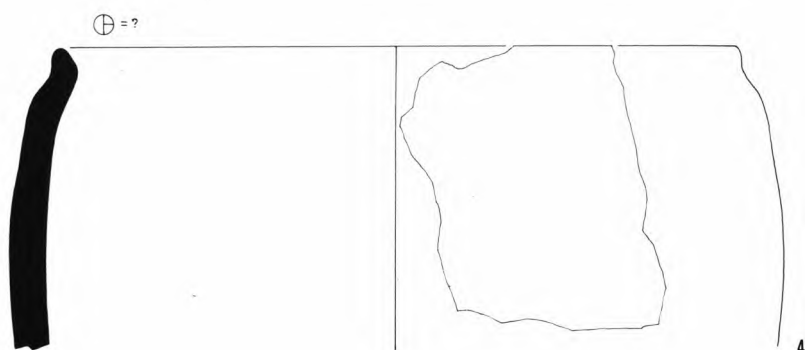
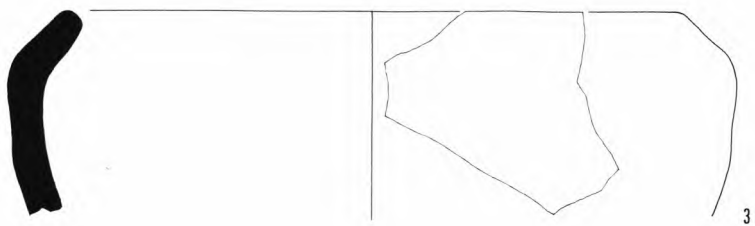
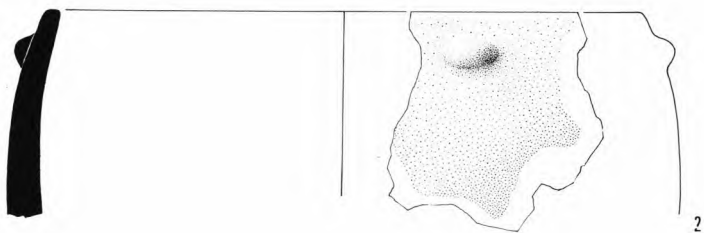
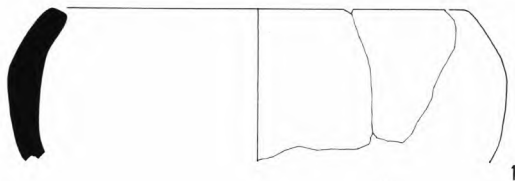


⊕ = ?

4

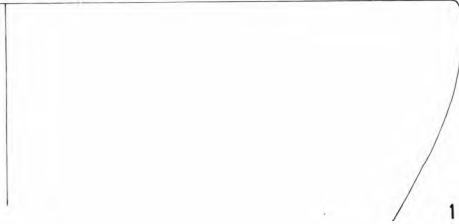


5



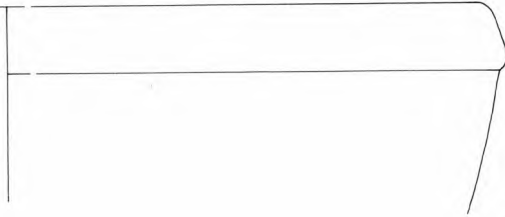
3 cm

⊕ = ?

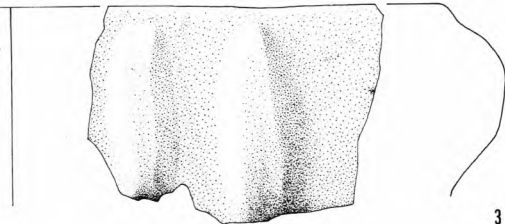


1

⊕ = 36 cm ±

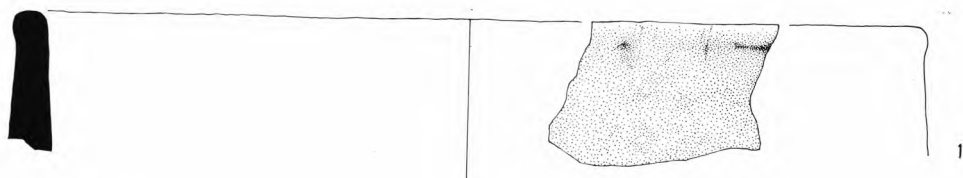


2

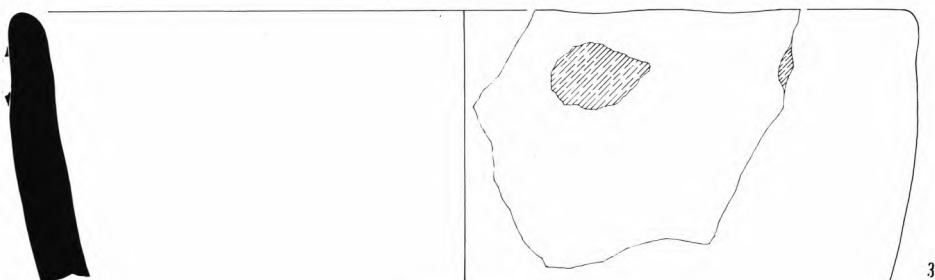
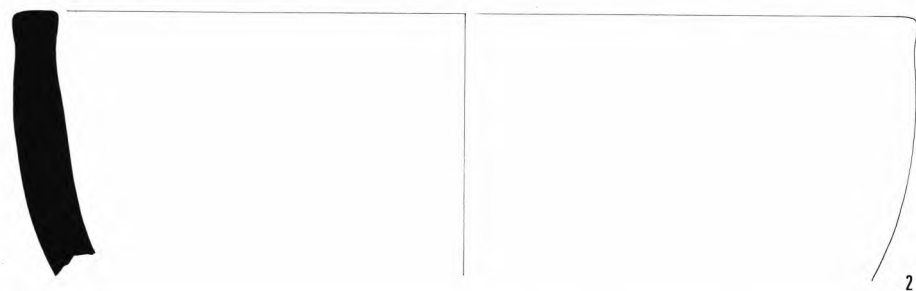


3

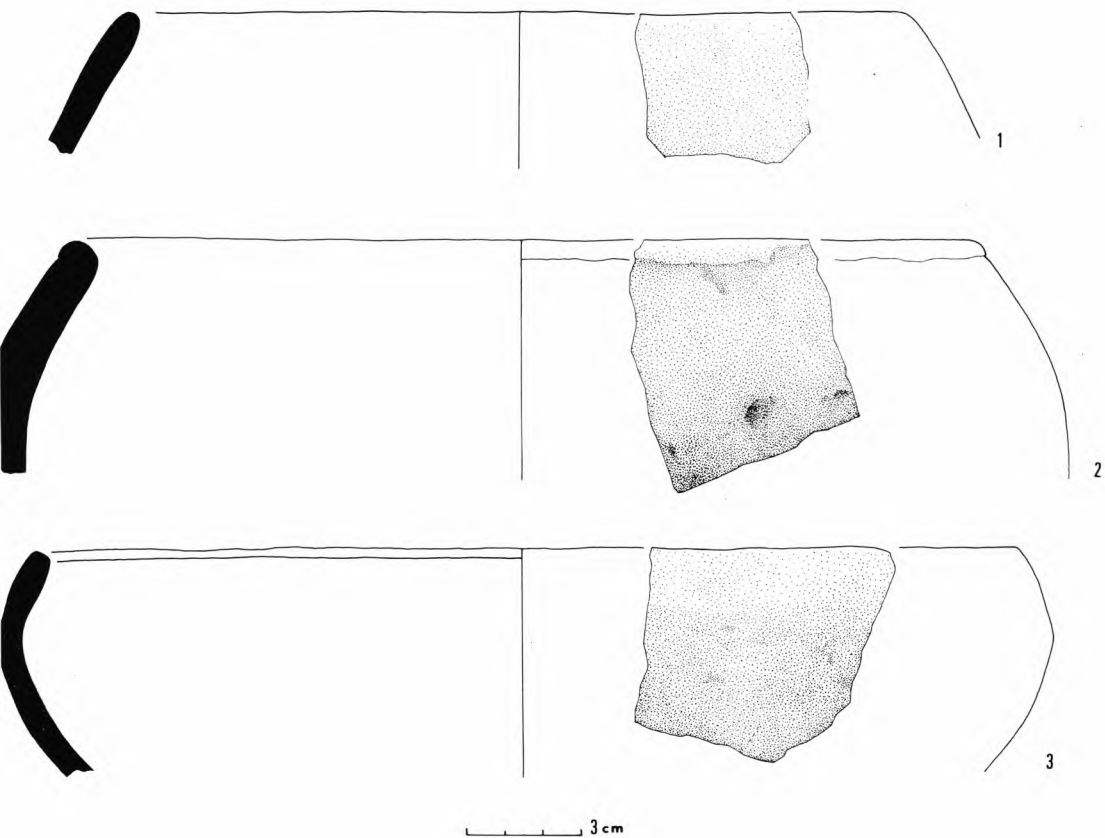
3 cm

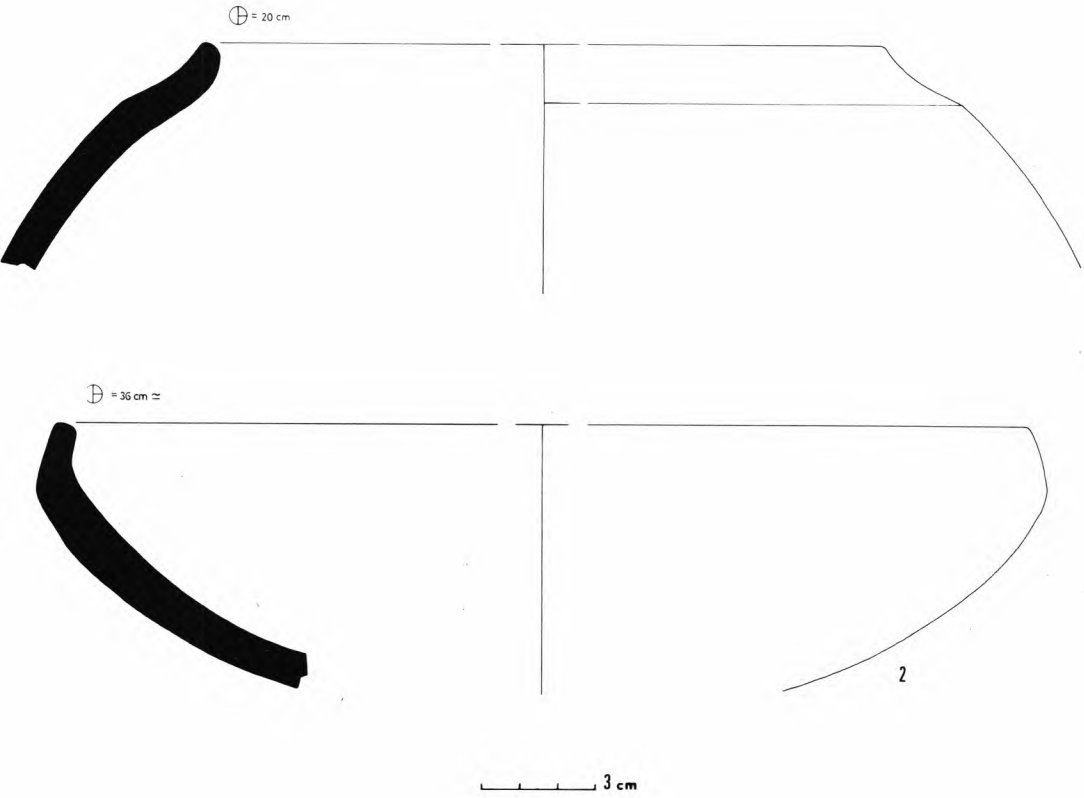


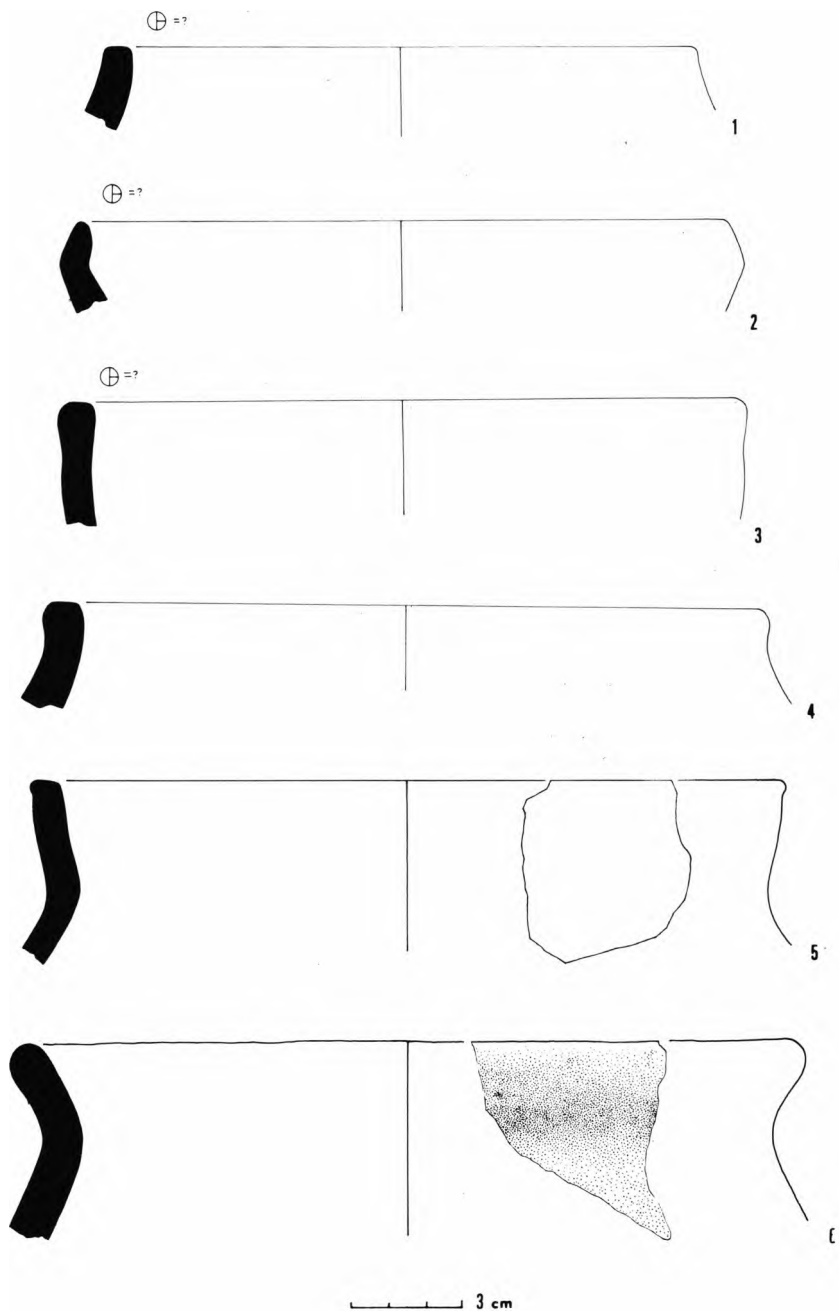
⊕ = 24 cm ≈

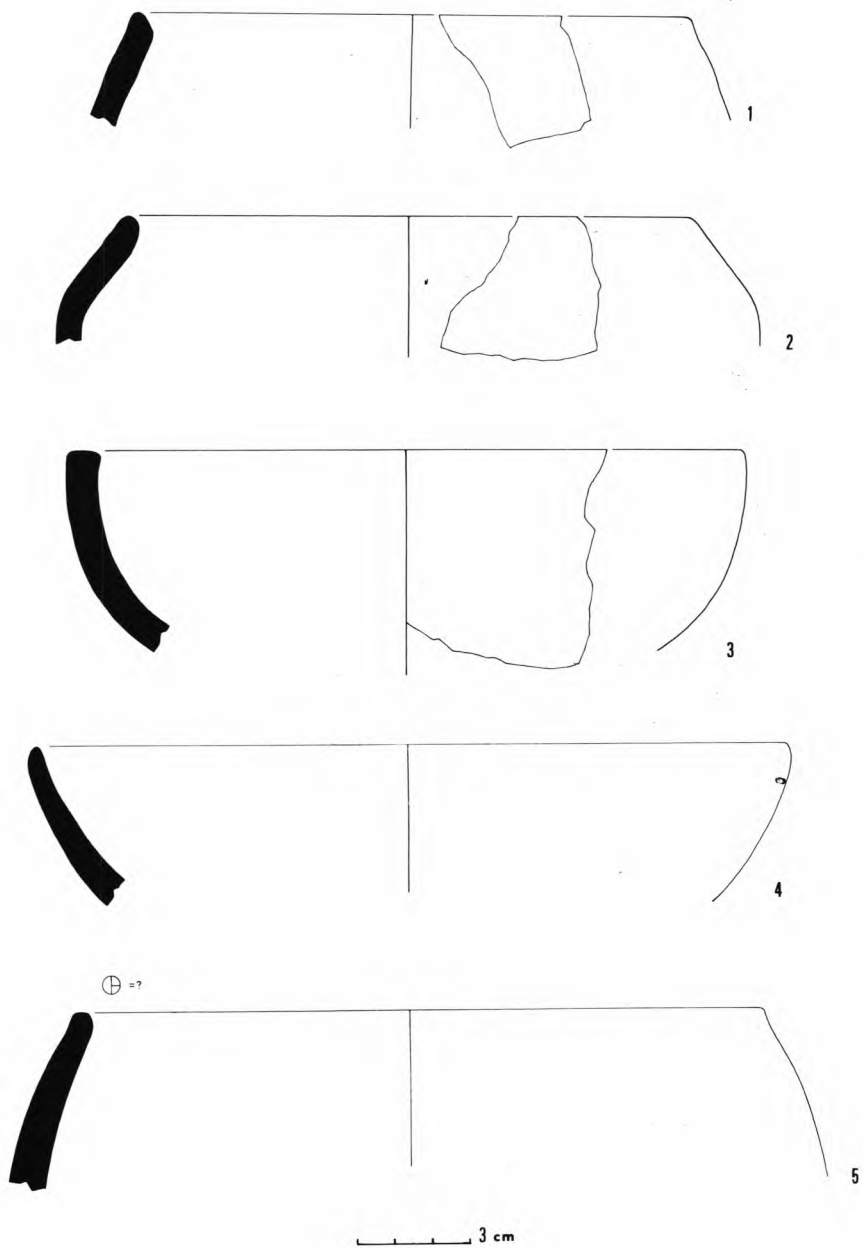


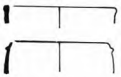
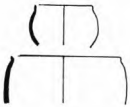
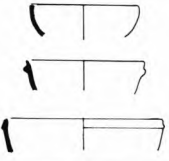
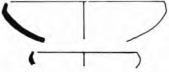
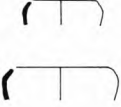
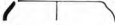
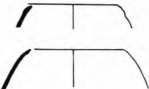
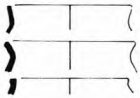
3 cm

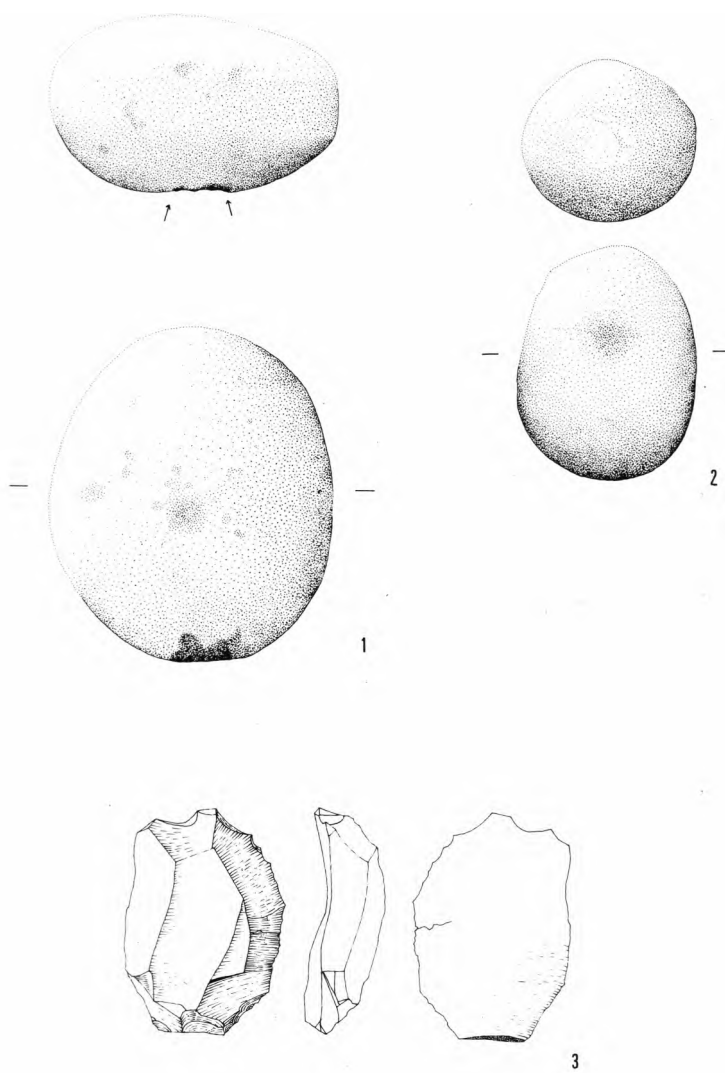


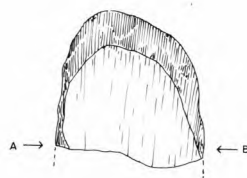
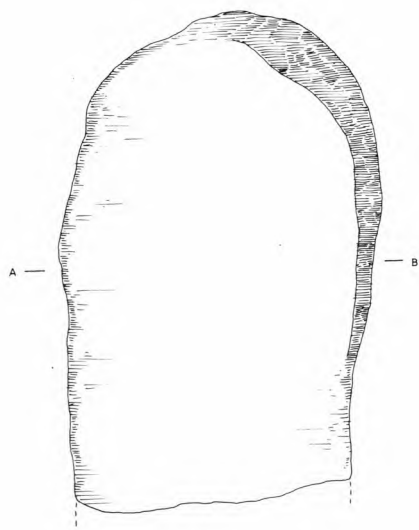






1	 A  B
2	 A  B  C
3	
4	 A  B
5	
6	 
7	 A  B
8	
9	



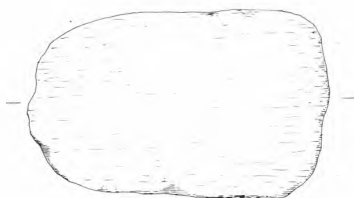


2

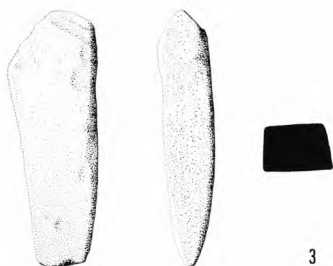
10 cm



1

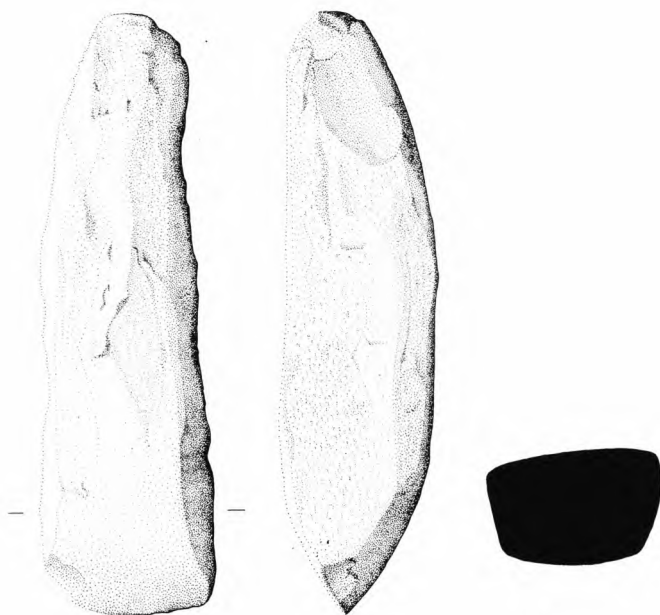


4

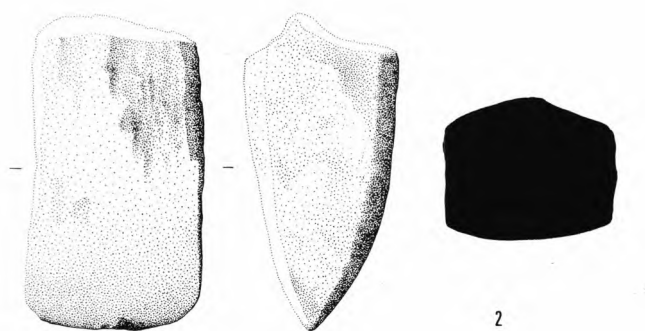


3

3 cm

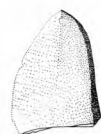
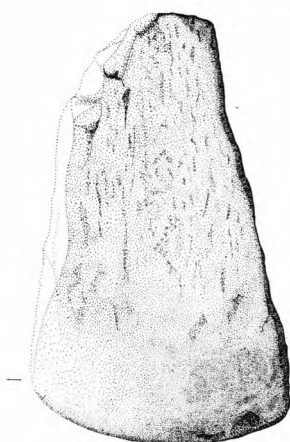


1



2

3 cm



2



3



1



4



5



6



7



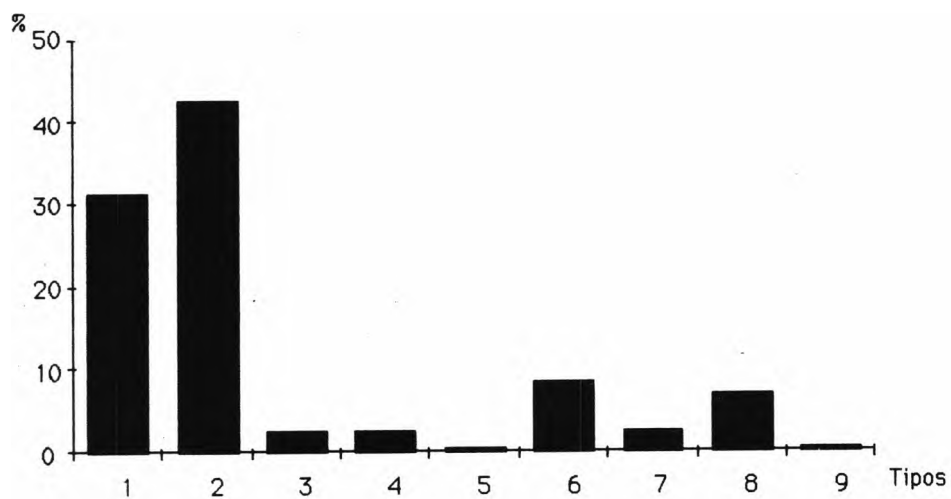
8



9

3 cm

CERÂMICA - Percentagens totais





For. 1 A estação do Ramalhão vista de Noroeste (Penamacor)



For. 2 Pormenor da escavação do sector VIII

(Página deixada propositadamente em branco)

QUADRO I

PEDRA LASCADA

Nº / LOC.	TIPO	MAT. PRIM.	SECÇÃO	DIMENSÕES			RETOQUE			
				com.	larg.	esp.	dir.	loc.	ampl.	incl.
IC1 04/88-1	frag. lam.	sílex	trap.	2,9	1,9	0,7	anv.	median.	marg.	simpl.
IE1 01/88-2	lasca	calcedónia	sub. trap.	1,8	2	0,8	—	—	—	—
IIIC2 02/88-2	frag. lam.	sílex	trap.	4,3	1,9	0,5	anv.	bilat.	marg.	semi-abrup.
VIII G'2 03/89-1	frag. lam.	sílex	sub. trap.	1,9	1,5	0,3	—	—	—	—
VIII C'5 03/89-2	lasca	sílex	—	2,5	1,7	0,1	—	—	—	—
VIIID'1 03/89-3	lasca	sílex	triang.	2	1,6	0,4	—	—	—	—
VIIIC'6 03/89-4	lasca	quartzito	sub. trap.	6	4	1,7	—	—	—	—

QUADRO II

PEDRA POLIDA

N/LOC.	TIPO	MAT PRIM.	CONS.	SECÇÃO	FORM.	GUME	POLIM.	DIMENSÕES	
								comp.	esp.
I E 3 04/88-1	machado	anfib.	talão frag.	sub-rectang.	rectang.	simét./rectil.	parcial	8,4	4,6
IE 3 04/88-2	indeterm.	anfib.	gume frag.	rectang.	trapez.	-	parcial	6,8	2,3
II B '5 01/88-3	indeterm.	anfib.	frag.	rectang.	rectang.	simet.	total	4,1	2,2
V B1 01/88-4	enxó	anfib.	talão frag.	rectang.	trapez.	simet./curvil.	parcial	11,4	6,8
VIII E'1 03 /89-1	machado	anfib.	gume frag.	sub-rectang.	trapez.	simet./curvil.	parcial	16	4,5

QUADRO III
ELEMENTOS DE MOINHO

N/LOC	TIPO	MAT PRIM	CONSERV	CONT	SECÇÃO	SUPER ACTIVA	UTILIZ. 2 FACES	EXTEN. ÁREA POLIDA	DIMENSÕES	
									comp	esp
II B5 02/88-1	mov. gran.		frag.	elíptico	elíps.	convexa	sim	total	4,6	9 3,5
II B2 02/88-2	mov. gran.		frag.	sub-rectang.	rectang.	plano-convexa	não	parcial	7,5	7,8 4,6
II B2 02/88-3	dorm. gran.		frag.	sub-rectang.	plano-conv.	aplanada	não	quase total(intenso)	25,9	16,4 8,3
II D2 02/88-4	mov. gran.		frag.	elíptico	plano-conv.	aplanada	sim	total	6,2	9,2 3,2
IV M'4 O1/88-1	dorm. gran.		compl.	sub-rectang.	plano-conv.	aplanada	não	total(intenso)	16,3	10,1 4,4
IV N'3 02/89-1	mov. gran.		compl.	elíptico	sub-rectang.	aplanada	sim	total	16,5	8,8 3,2
IV O'2'02/89-2	mov. gran.		frag.	-	sub-rectang.	-	não	parcial	7	12 4,5
VIII D'3 03/89-3	dorm. gran.		compl.	elíptico	plano-conv.	aplanada	não	quase total(intenso)	27	18 8,1
VIII D'5 02/89-4	mov. gran.		frag-	elíptico (?)	sub-rectang.	aplanada	não	quase total	5,3	8,4 5,6
VIII D'1 03-5	mov. aplito gran.		compl	sub-rectang.	plano-conv.	aplanada	não	parcial	16,8	1,1 4,7

QUADRO IV
CERÂMICA
(% aproximada)

SECTORES	TIPOS			E.N.P				PASTAS			TEXTURA				SUPERFÍCIES			ESP PAREDES		
	bordos	bojos	fundos	p.	m.	gr.	mic.	qu.t.	friv.	comp.	homog.	alis.	pol.	corr.	pc	mta	med			
I	15	84	0	0	5	94	73	26	0,6	99	0	76	6	17	0,3	40	58			
II	12	87	0	0,8	13	86	85	14	1,3	97	0,9	83	1,9	14	7,6	14	77			
III	11	88	0	0	4	95	75	25	0	98	1	80	0	19	3	17	79			
IV	20	78	0,8	0	0,4	99	70	29	0	99	0,4	78	4	17	1,3	48	50			
V	7	92	0	0	12	87	70	30	0	92	7	86	2	11	2	28	69			
VI	2	97	0	0	2	97	80	20	0	100	0	88	0	12	2	17	80			
VIII	28	70	0,8	0	19	80	76	23	1	98	0	92	5	2	0,5	50	48			

JOSÉ RIBEIRO FERREIRA

Professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A HEGEMONIA DE ATENAS

«Conimbriga», XXVIII (1989), p. 33-51

RESUMO: Começa por salientar a política naval de Temístocles que conduz à construção de uma poderosa frota de guerra. É essa força naval que inflige aos Persas pesada derrota na batalha de Salamina (480 a. C.). O autor analisa depois a formação da Simaquia de Delos (477 a. C), que Heródoto considera uma continuação da aliança grega contra os Persas, criada em 480 a. C.; sublinha que, nascida de início de uma adesão voluntária dos seus membros, se transforma progressivamente no império de Atenas sobre os aliados e põe em realce a importância dos tributos pagos por esses aliados para a consolidação da democracia ateniense. Conclui, portanto, que, subjacentes aos conhecidos acontecimentos históricos das Guerras Pérsicas, da criação da Simaquia de Delos e da consequente consolidação do império ateniense, se detectam interrelações entre sistema político e situação económica e social, determinantes para o estabelecimento definitivo de uma forma de governo — o da democracia ateniense — que era também, ao mesmo tempo, de um estilo de vida.

SUMMARY: In the first place the author emphasizes Themistocles' naval policy, which led to an energetic shipbuilding programme. As a result the Persians were entirely defeated at the naval battle of Salamis (480 B.C) by the greatly increased Greek fleet. Secondly Ribeiro Ferreira studies the Delian league, regarded by Herodotus as a continuation of the Greek alliance (since 480 B.C.) against the Persian menace. Thirdly we are told about the progressive decline of the Athens' supremacy over its allies. The author also underlines the importance of the tributes paid by those allies to the affirmation of the Athenian democracy. As a matter of fact, underlying those well known historical events, there was a strong interrelationship between the political system and the economic and social status, which was determinant for the definitive establishing not only of a form of government — that of the Athenian democracy —, but also, at the same time, of a style of living.

(Página deixada propositadamente em branco)

A HEGEMONIA DE ATENAS*

No período que se segue à invasão de Xerxes em 480 e vai até aos inícios da Guerra do Peloponeso, em 431, Atenas torna-se uma cidade poderosa e cada vez mais interveniente no contexto do mundo grego, um pouco em consequência da sua acção nas Guerras Pérsicas e sobretudo com base na Simaquia de Delos, criada em 477. Esta começa por ser uma aliança voluntária das cidades do Egeu e da Ásia Menor com Atenas, para se precaverem contra possíveis arremetidas persas futuras ¹⁾. Heródoto apresenta-a mesmo como uma consequência dessas Guerras e a hegemonia de Atenas como uma conclusão natural e lógica do papel desempenhado pela cidade nesse conflito ²⁾.

(*) Trabalho preparado no âmbito do Projecto «Estudos de Cultura Clássica» do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra (I.N.I.C.).

(¹) Sobre a Simaquia de Delos é extensa a bibliografia. Vide entre outros, N. G. L. HAMMOND, «The Origins and the Nature of the Athenian Alliance of 478/477 B.C.», *JHS* 87 (1967) 41-61 (= *Studies in Greek History*, Oxford, 1973, p. 311-345, onde tem o título «The Organization of the Athenian Alliance against Persia»); D. BLACKMAN, «The Athenian Navy and Allied Naval Contributions in the Pentekontaetia», *GRBS* 10 (1969) 179 sqq.; C. M. BOWRA, *Periclean Athens*, London, 1971, p. 26-36; M. I. FINLEY, *Democracy, Ancient and Modern*, London, 1973, p. 43-50; RUSSEL MEIGS, *The Athenian Empire*, Oxford, 1972, repr. 1975; Éd. WILL, *Le monde grec et VOrient. I — Le Ve siècle*, Paris, 1972, p. 130-218; S. HORNBLOWER, *The Greek World 479-323 B.C.*, London, 1983, p. 15-47; M. I. FINLEY, «The Fifth-Century Athenian Empire: a balance-sheet», in P. D. A. GARNSEY and C. R. WHITTAKER (ed.), *Imperialism in Ancient World*, Cambridge, 1978, p. 103 sqq. (= *Economy and Society in Ancient Greece*, London, 1981, p. 41-61).

(²) Cf. 8.3 e 9. 90-122. Sobre o assunto e para um comentário aos passos, vide H. R. IMMERWAHR, *Form and Thought in Herodotus*, Cleveland, 1966, p. 216-223; J. RIBEIRO FERREIRA, *Hélade e Helenos, I — Génese e evolução de um conceito*, Coimbra, 1983, p. 348-350.

Como é do conhecimento geral, afastado o perigo do ataque persa de 490, após a batalha de Maratona, receava-se uma segunda invasão, temor que se agrava com as informações alarmantes que por volta de 483 começam a chegar: na Pérsia realizavam-se então preparativos militares e não seria difícil prever a sua finalidade.

Temístocles, que na altura pontificava em Atenas, terá reconhecido que só uma frota poderosa conseguiria conter o ataque persa iminente, além de constituir ainda um meio para enfraquecer as classes elevadas e um instrumento para resolver o eterno conflito com Egina. Pensava ele que a cidade, com um bom abrigo natural no Pireu e aberta para o mar, só podia aproveitar-se verdadeiramente da sua situação geográfica se possuísse uma frota de guerra. Em sua opinião esse era o caminho que havia de trazer a Atenas poder e riqueza; apenas o domínio do mar a tornaria uma grande potência no mundo grego. O Egeu, caminho de comércio e de trocas consideráveis e vitais, vivia sob a ameaça constante da pirataria, sem nenhum poder que tornasse as suas rotas sem perigo. Só uma frota forte poderia tornar esse mar seguro e trazer o proveito ao país que realizasse tal tarefa.

Temístocles conseguiu progressivamente convencer os concidadãos das suas razões e das vantagens da política que propunha. Por essa altura o porto do Pireu foi preparado para receber uma frota de trirremes. Os meios para as construir surgiram-lhe na descoberta, em 483, nas minas do Láurion, de um novo filão de prata de grande riqueza que produzia para o Estado não menos de cem talentos — a jazida de Maroneia⁽³⁾. A pòlis concede a exploração dessas minas a particulares, mediante o pagamento de um quinto do minério extraído. Em vez de distribuir pelos cidadãos esses recursos, como até aí se fazia, Temístocles submete à Assembleia uma proposta — e consegue a aprovação, graças ao seu prestígio —, para empregar esses rendimentos na

⁽³⁾ Vide J. A. LABARBE, *La loi navale de Themistocle*, Paris, 1957; V. EHRENBURG, *From Solon to Socrates*, London, ²1973, repr. 1976, p. 148; A. J. PODLECKI, *The Life of Themistocles*, Montreal, 1975, p. 201-204.

construção de barcos de guerra, as trirremes ⁽⁴⁾. Temístocles utiliza o forte argumento do poder naval de Egina, cujos barcos impunham na altura a sua presença no Pireu. Situada no Golfo Sarónico, apenas a algumas milhas das costas da Ática, Atenas vivia em constantes lutas com ela, sem resultados positivos, já que a inexistência de uma frota eficaz tornava impossível subjugar-la ⁽⁵⁾. Embora o argumento utilizado fosse esse, Temístocles, como acentua Ehrenberg, pensava naturalmente nos Persas ⁽⁶⁾.

Construídos os barcos, era necessário tripulá-los e conseguir homens e remadores que os manobrassem, e o fizessem com um alto grau de eficácia. Tal desiderato só se atingia mediante treino conjunto e prolongado.

Dessa missão ficam incumbidos os tetas, sobretudo os que não tinham quaisquer meios de fortuna, que por isso nunca haviam participado no exército — recorde que na Grécia era o próprio cidadão-soldado quem fornecia o seu armamento ⁽⁷⁾. Era mais fácil recrutar os homens nos sectores mais pobres que não estavam ligados à terra ou à oficina de algum mester.

A criação da frota implica o aparecimento de um sector estreitamente dependente do Estado no soldo e na subsistência.

Deste modo se forma uma força naval eficiente e treinada que vai dominar no Egeu até ao fim do século v e que, quando da segunda invasão persa em 480, estava pronta a actuar.

(4) Cf. Hdt. 7.144; Thuc. 1.14.3.

C. M. BOWRA, *Periclean Athens*, p. 20, fala em 100 trirremes; V. EHRENBURG, *From Solon to Socrates*, p. 148, sugere 200, embora dubitativamente.

(5) Por volta de 488 Atenas entra mais uma vez em guerra com Egina, para apoiar um levantamento democrático naquela ilha. Precisou contudo de alugar barcos a Corinto, por um preço nominal. A continuação da guerra ofereceu um pretexto e um argumento forte à política naval de Temístocles. Vide A. J. PODLECKI, *The Life of Themistocles*, p. 58 e 69.

(6) *From Solon to Socrates*, p. 148.

(7) Vide A. M. SNODGRASS, «The Hoplite Reform and History», *JHS* 85 (1965) 114-115; W. K. PRITCHETT, *Ancient Greek Military Practices*, I Part. California Univ. Press., 1971, caps. 1 e 2.

Ante a perspectiva dessa nova invasão, os Gregos procuram uma frente unida. Realiza-se um congresso dos Helenos que se decide por um estabelecimento de tréguas entre eles e por uma aliança para enfrentarem em conjunto os Persas; pelo envio de espiões à Pérsia e de mensageiros a Gélon de Siracusa (cf. Hdt. 7.145 sqq.).

Temístocles, para que a cidade se apresentasse unida, propõe a amnistia dos elementos ostracizados. Soluciona sagazmente a terrível situação terrestre, transportando a população para Salamina e outros lugares, e colocou a esperança de vitória na frota que preparara. Teve, no entanto, dificuldade em convencer os outros Gregos da eficácia da tática que propunha e em vencer o seu medo em ficarem à espera no mar fechado entre Salamina e o continente ; preferiam recolher-se no Peloponeso erguendo um muro no istmo de Corinto ⁽⁸⁾.

De qualquer modo, um pouco sob pressão, os outros Gregos acabam por aceitar a sua estratégia, desde que comandados por Esparta. Atenas acede, e Temístocles, como é sabido, por meio de um engano, levou os Persas a atacar em lugar desfavorável e consegue uma vitória retumbante, confirmada cerca de um ano depois, em 479, na batalha terrestre de Plateias. Os barcos persas fogem para o Egeu, onde também um ano mais tarde são novamente vencidos em Mícale ⁽⁹⁾.

Os barcos haviam ficado prontos e preparados a tempo de enfrentarem a invasão de 480. A sua actuação mudou a história de Atenas, a da Grécia e até a da Europa ⁽¹⁰⁾.

⁽⁸⁾ Vide A. R. BURN, *Persia and the Greeks. Defense of the West 546-478 B.C.*, London, 1962, p. 432-433; G. HIGNETT, *Xerxes' Invasion of Greece*, Oxford, 1963, p. 192 e 201; P. GREEN, *The Years of Salamis: 480-479 B.C.*, London, 1970, p. 157-158 e 168-172; J. RIBEIRO FERREIRA, *Hélade e Helenos*, p. 347-348.

⁽⁹⁾ Sobre as batalhas de Salamina, de Plateias e de Mícale vide, N. G. L. HAMMOND, «The Battle of Salamis», *JHS* 76 (1956), p. 32-54 (=*Studies in Greek History*, p. 251-310); A. R. BURN, *Persia and the Greeks*, p. 400-402, 427-475, 508-546 e 546-551; C. HIGNETT, *Xerxes' Invasion of Greece*, Oxford, 1963, p. 149-344; P. GREEN, *The Year of Salamis. 480-479 B.C.*, London, 1970.

⁽¹⁰⁾ A confiança que essa vitória trouxe a toda a Grécia foi vital para a evolução futura. Decorria o início do século Ve a Hélade ainda não havia chegado ao apogeu do período clássico nem produzira as suas mais importantes

A frota, dirigida por Temistocles, um comandante hábil e dotado de grande visão, dera a vitória aos Gregos e libertara-os da ameaça dos Persas. O futuro da cidade estava no mar. Era também mais uma etapa do crescimento democrático, a que temos de ligar o nome desse dirigente. A via para uma mais avançada democracia caminha em Atenas a par da política naval ⁽¹¹⁾.

Homens do mar, esses vencedores do Artemisio, de Salamina e de Mícale diferiam social e economicamente dos hoplitas e dos cavaleiros, uns e outros ligados à terra e com a obrigação de custearem os seus equipamentos e montadas. Os marinheiros, pelo contrário, eram assalariados da pòlis e não tinham outro meio de subsistência que não fosse o soldo recebido pela função exercida na frota. Os cidadãos mais pobres, como é lógico em consequência de constituírem peças necessárias, têm nessas vitórias papel de primeiro plano e saem delas prestigiados e na qualidade de heróis. As guerras cimentaram o regime em Atenas e criaram ainda as condições para novo e maior desenvolvimento dessa democracia. Desse modo as classes não hoplíticas ficam com papel decisivo na pòlis.

A defesa dos interesses da cidade e a sua salvação passam cada vez mais por esses tetas sem recursos que até aí estavam excluídos de todo o poder que não fosse a participação na Assembleia e na Helieia. Ganham consciência de si mesmos, do que representavam na pòlis e, à medida que tal acontecia, passavam a exercer uma maior influência na Assembleia ⁽¹²⁾.

É curioso observar que a marinha foi sempre acérrima defensora da democracia em Atenas e que, na ocasião do golpe oligárquico de 411, foi ela quem repôs a legalidade democrática ⁽¹³⁾.

realizações culturais. Dado que a cultura ocidental é profunda devedora da grega, não será difícil imaginar que a nossa cultura seria hoje bem diferente, caso a vitória em Salamina tivesse pendido para o lado dos Persas.

⁽¹¹⁾ Vide EHRENBURG, *From Solon to Socrates*, p. 145-146.

⁽¹²⁾ Sobre a importância da marinha em Atenas, vide N. G. L. HAMMOND, *A History of Greece to 322 B.C.*, Oxford, ³1986, repr. 1987, p. 324-332; F. ADCOCK and D. J. MOSLEY, *Diplomacy in Ancient Greece*, London, 1975, p. 23-29.

⁽¹³⁾ Vide Éd. WILL, *Le Ve siècle*, p. 372 sqq.; Gl. MOSSE, «Le rôle de l'armée dans la révolution de 411 à Athènes», *RH* 231 (1964), 1 sqq. ; R. SEALEY,

Na sequência da retirada dos Persas, após as batalhas de Salamina e de Plateias, os aliados gregos, muitos deles com posições vulneráveis no caso de nova investida, temiam uma terceira invasão. Decidiram, por isso, aproveitar as vitórias para libertar o resto da Hélade e obrigar os Persas a confinarem-se às suas fronteiras. O rei espartano Pausânias, que comandava as forças aliadas, defraudou contudo estas esperanças e, acampado em Bizâncio, manifestava deferência pelos principais chefes persas e arrogância com os Gregos. A desconfiança que tai actuação causou foi de graves consequências para Esparta. Os aliados retiraram-lhe o comando das forças, e, no inverno de 478/477, com surpreendente unanimidade, pedem a Atenas que o assuma. Esta, como é evidente, aceita-o de imediato. Os Lacedemónios abandonam as operações e com ela boa parte dos seus antigos aliados na Simaquia do Peloponeso. Os Estados marítimos do Egeu reuniram-se à volta de Atenas para se defenderem e libertarem esse mar da influência persa ⁽¹⁴⁾. Assim surge em 477 a Simaquia de Delos, como se fora a continuação da aliança de 480, criada pelos Helenos para fazerem frente aos Persas.

Constituída de início uma aliança naval e, dos membros que a integravam, Atenas era a única potência terrestre. Os restantes eram estados marítimos que bordejavam ou pertenciam ao Egeu. Além de Atenas, dela faziam parte, portanto, as cidades gregas da costa oeste da Ásia Menor; considerável número das cidades da Propôntida, de grande importância estratégica; a Eubeia, com a única excepção da cidade de Caristo, e todas as ilhas do Egeu, salvo Melos, Tera e Creta. Dominava assim esse mar e controlava ainda a ampla e rica ilha de Chipre e a entrada para a costa sul da Ásia Menor. A Simaquia visava manter a ofensiva contra a Pérsia e, através do domínio do Egeu, superintender na política externa grega. Até

«The Revolution of 411 B.G., in *Essays in Greek Politics*, New York, 1967, p. III sqq.

⁽¹⁴⁾ Sobre a origem da Simaquia de Delos vide R. SEALEY, «The Origin of the Delian League», in *Ancient Society and Institutions*, Studies presented to Victor Ehrenberg, Oxford, 1966, p. 233-255; R. MEIGGS, *The Athenian Empire*, p. 459-464.

certo ponto conseguiu esse objectivo. Da sua organização fora encarregado Aristides, membro de uma família nobre e general experimentado, irreconciliável inimigo da Pérsia e sobretudo um homem que tinha a fama de justo e, portanto, perfeitamente talhado para a tarefa de construir uma aliança, em bases equitativas. Para centro administrativo foi escolhida a pequena ilha de Delos, tradicional santuário de Apoio e lugar em que os Ionios, desde recuados tempos, se reuniam ⁽¹⁵⁾. No meio do Egeu, oferecia uma posição neutral, era de fácil defesa e, devido à sua pequenez, não oferecia perigo pela sua política e interesses.

Para atingir os seus objectivos, a Simaquia necessitava de constituir e manter uma frota aliada, para a qual os membros deviam contribuir com barcos e com dinheiro, ou apenas com numerário. Alguns dos Estados membros eram pequenos e pobres e preferiram contribuir apenas em moeda. Aristides fixou a soma total em 460 talentos (cf. Thuc. 1. 96), metade paga em dinheiro e a outra em barcos; fez um cálculo meticuloso das possibilidades de cada pòlis e repartiu essa soma proporcionalmente pelos vários membros. Os que contribuía em dinheiro formavam de longe o grupo mais numeroso. Mesmo Estados grandes e poderosos, alguns deles, preferiam este sistema que evitava aos seus cidadãos a prestação de serviço militar fora do seu território ⁽¹⁶⁾. Os pagamentos deviam efectuar-se uma vez por ano no tesouro comum, em Delos. Recebiam os contributos dez funcionários, chamados

⁽¹⁵⁾ Os versos 146-155 do *Hino Homérico a Apoio* referem-se a um festival iónico que aí se realizava. Como a parte do hino que integra os versos deve datar do séc. VIII, pelo menos já nessa data a ilha era centro de uma reunião de Ionios. Vide H. W. PARKE, *Greek Oracles*, London, 1967, p. 34 sqq. (sobretudo 38).

⁽¹⁶⁾ Sobre os quantitativos dos impostos da Simaquia, quer em barcos quer em dinheiro, vide R. MEIGGS, *The Athenian Empire*, p. 50-67.

Para a dificuldade levantada pelo passo de Tucídides, devido à cifra relativamente volumosa aí referida que, de ceito modo, contrasta com os números mais baixos fornecidos pelas listas de tributos mais recentes, vide, A. W. GOMME, *A Historical Commentary on Thucydides*, I, Oxford, 1945, p. 273-280, *ad. loc.*; R. MEIGGS, *op. cit.* p. 44 sqq. ; P. J. RHODES, *The Athenian Empire*, Oxford, 1985, p. 5-8.

Helenotamias «tesoureiros dos Helenos», que, apesar do nome, eram todos Atenienses ⁽¹⁷⁾.

A Simaquia vai ser um instrumento do imperialismo ateniense, mas vem assentar também a democracia em pilares mais sólidos. Segundo Vidal-Naquet, um aspecto da história de Atenas é o avanço de mãos dadas da democracia e do império marítimo ⁽¹⁸⁾. Era ela que ditava as leis na organização. No Conselho da aliança, que se reunia em Delos, controlava os votos, não só por ser a pólis mais poderosa, mas porque os pequenos Estados, que detinham apenas um voto, se uniam a ela para se precaverem contra os outros membros poderosos que tentavam intimidá-los e de quem tinham receio.

Sob a hegemonia ateniense, essa Simaquia em menos de dez anos atingiu os seus objectivos. Os Persas tinham desaparecido do Egeu e recolhido ao interior das fronteiras. As ilhas dessa parte do Mediterrâneo e a Grécia Asiática sentiam-se de novo livres; o que isso representava está bem explícito num estásimo (vv. 585-594) dos *Persas* de Esquilo, levado à cena pouco depois de afastada a invasão de Xerxes:

οὐκέτι περσονομοῦνται,
οὐδ' ἔτι δασμοφοροῦσιν
δεσποσύνοισιν ἀνάγκαις,
οὐδ' ἐς γᾶν προπίτνοντες
ἄζονται, βασιλεία
γὰρ διόλωλεν ἰσχύς·

οὐδ' ἔτι γλῶσσα βροτοῦσιν
ἐν φυλακαῖς· λέλυται γὰρ
λαὸς ἐλευθερα βάζειν,
ὥς ἐλύθη ζυγὸν ἀλκᾶς·

⁽¹⁷⁾ Sobre os *Helenotamias*, vide A. G. WOODHEAD, «The Institution of the Hellenotamiae», *JHS* 79 (1959), 149-152; R. MEIGGS, *The Athenian Empire*, cit., p. 44 e 234-238.

⁽¹⁸⁾ «Tradition de la démocratie grecque», in M. I. FINLEY, *Démocratie antique et démocratie moderne* (trad. franc.), Paris, 1976, p. 39.

Não mais se obedecerá à lei dos Persas,
não mais se pagará tributo
por imposição do soberano
nem, de joelhos postados em terra,
mostrarão reverência.
O grande Rei perdeu a sua força.

Não mais têm os homens a língua
sujeita a freios. Fica liberto
um povo e fala livremente,
logo que é afastado o jugo da força ⁽¹⁹⁾.

Sentindo-se livres da ameaça persa, alguns dos membros da Simaquia não viam necessidade de continuarem a sua aliança com Atenas, na qual consideravam existir uma hipoteca da sua Jiberdade. Começaram, por isso, a surgir no seio da confederação, tendências centrífugas, a que os Atenienses respondiam pela força, obrigando-os a manter a aliança ⁽²⁰⁾. Nenhuma pòlis tinha o direito de fazer secessão. A Simaquia era a fonte da força de Atenas no Egeu e, enquanto a controlasse estaria livre de problemas no mar. Em 454 o tesouro e a sede da Simaquia são transferidos de Delos para Atenas, sob pretexto da ameaça dos Bárbaros ⁽²¹⁾. Qualquer caso ou delito relacionado com a aliança passa a ser tratado na Assembleia ou julgado nos tribunais atenienses. Cada vez mais se reforça e agrava o sentimento de falta de liberdade e de

⁽¹⁹⁾ Os *Persas* foram apresentados em 472 e Atenas vivia um momento de euforia. Vide JOSÉ RIBEIRO FERREIRA, *Hélade e Helenos*, p. 335. Para um comentário aos versos, p. 330.

⁽²⁰⁾ Naxos foi a primeira, logo em 471 (vide BOWRA, *Periclean Athens*, p. 33); em 465 Tasos revolta-se, talvez em consequência da cobiça de Atenas pelas suas minas de ouro, e só dois anos depois é dominada por Címon. Vide N. G. L. HAMMOND, *History of Greece to 322 B.C.*, p. 289-292; J. POUILLON, *Recherches sur l'histoire et les cultes de Thasos*, Paris, 1954, p. 60-61, 93 e 106 sqq.

⁽²¹⁾ Vide W. K. PRITCHETT, «The Transfer of the Delian Treasury», *Historia* 18 (1969) 17-21; G. D. WILCOXON, *Athens Ascendant*, Ames, 1979,, p. 184-185. H. B. MATTINGLY, «The Growth of Athenian imperialism» *Historia*, 12 (1963), 257-273 aponta uma data mais tardia para essa transferência.

sujeição. Aos poucos a Simaquia perdera o seu carácter espontâneo e a intervenção de Atenas na vida dos outros Estados tornara-se progressivamente crescente, tanto a nível de relações externas como nas questões internas, sempre que considerasse afectarem os seus interesses. Estava aberta a porta para a constante interferência na vida das cidades aliadas, e estas não se encontravam em condições de resistir. Ao aceitar contribuir em dinheiro em vez de o fazer em barcos, haviam perdido a possibilidade de defesa.

O desejo de poder leva os Atenienses a endurecer o domínio sobre os aliados e a actuar com severidade, no caso de pagamentos atrasados, incompletos ou outras negligências de contribuição. Este procedimento retira-lhes a anterior popularidade. A Simaquia de Delos transformara-se num império e a maioria das cidades sentia-se nela em servidão, sem liberdades. As revoltas são assíduas, sempre reprimidas com dureza ⁽²²⁾. Atenas considerava a secessão um acto de traição e de quebra do juramento da aliança. Objectava que uma série de secessões poria em perigo a organização e deixaria a Hélade sem defesa ante um possível ataque persa.

A Simaquia passa então a possuir três tipos de membros; os que, em número reduzido, contribuíam com barcos — como Quios, Samos, Lesbos — e eram os aliados propriamente ditos; os que pagavam tributos, em vez de contribuir com barcos, mas que conservavam a autonomia política e mantinham o estatuto fixado pelo tratado geral inicial; os que, sublevados e depois de novo submetidos, eram governados por tratados particulares que a cada passo lhes impunham determinadas obrigações, como um governo democrático, por exemplo ⁽²³⁾.

Num contexto destes, o desejo de libertação será um sentimento com campo propício e dele se aproveitará a propaganda de Esparta, que liderava uma outra Simaquia. Essa propaganda manifestou-se sobretudo durante a Guerra do Peloponeso que se

⁽²²⁾ Sobre o imperialismo ateniense vide bibliografia na nota 1 e ainda J. DE ROMILLY, *Thucydide et l'imperialisme athénien*, Paris, 1951.

⁽²³⁾ Vide J. B. BURY, *History of Greece to the Death of Alexander the Great*, 4.^a edição revista por R. MEIGGS, London, 1975, p. 210; P. J. RHODES, *The Athenian Empire*, Oxford (Greece and Rome 17), 1985, p. 27.

estende de 431 a 404 ⁽²⁴⁾. Então cada uma das alianças procurava chamar à sua zona de influência as cidades ligadas à outra, incentivando e apoiando as facções que defendiam regimes condizentes com os seus: Atenas promovia as democracias e Esparta as oligarquias.

De início Atenas não havia imposto sistemas democráticos a todos os seus aliados. Címon, o dirigente com mais influência na pòlis entre meados da década de 470 e 462 e filho de Milcíades, o general vencedor de Maratona, defendia um entendimento com Esparta e não era entusiasta da democracia; por isso, enquanto liderou Atenas, possivelmente permitiu que a maioria dos Estados aliados conservassem as constituições existentes. Durante a sua liderança, as oligarquias quase que eram bem recebidas.

Depois das transformações de 462/461, as coisas mudam sensivelmente. Nessa data, dá-se o ostracismo de Címon e surge no primeiro plano da cena política Efialtes e Péricles. Os dois dirigentes consideravam que o Areópago, detentor de extensos e efectivos poderes, constituía um obstáculo ao alargamento da democracia e que, além disso, era contrário ao espírito democrático estarem tão importantes funções nas mãos de um órgão formado por membros vitalícios, por inerência. Daí as reformas, da autoria de Efialtes, que tiram ao Areópago grande parte desses poderes e prerrogativas e os transferem para a Assembleia, o Conselho dos Quinhentos e os tribunais da Helieia. A partir de então, tanto a orientação da política externa como da política interna sofrem em Atenas uma alteração significativa. A cidade envereda por uma acção mais activa de apoio ao estabelecimento de governos democráticos ⁽²⁵⁾. A maioria das pequenas cidades não manifestava

⁽²⁴⁾ Esparta, na altura da criação da Simaquia de Delos, já se encontrava bem implantada no Peloponeso e liderava aí uma simaquia há quase um século. Vide BOWRA, *Periclean Athens*, p. 36 sqq.; D. H. LEAHY, «The Spartan Defeat at Orchomenus», *Phoenix* 12 (1958), 163-165; L. H. JEFFERY, *Archaic Greece* Cambridge, 1976, p. 121-123 e 252-253. J. A. O. LARSEN, «The Constitution of the Peloponesia League», *CPh.*, 28 (1933) 257-276 coloca o aparecimento da Simaquia do Peloponeso corno tal em cerca de 505 a.C.

⁽²⁵⁾ Vide HAMMOND, *A History of Greece*, p. 303 sqq.; G. D. WILCOXON, *Athen's Ascendent*, p. 169 sqq.; P. J. RHODES, *The Athenian Empire*, p. 22-27.

grande oposição e, possivelmente, muitas delas até teriam recebido com alegria a ajuda ateniense para implantar a democracia ⁽²⁶⁾. Os Estados mais poderosos, contudo, ofereceram resistência, como Quios, Samos, Mitilene, e mantiveram até tarde os seus governos oligárquicos ⁽²⁷⁾.

Atenas era uma cidade de acção, imbuída das ideias de progresso e orgulhosa do seu sistema político, que considerava o melhor e desejava doar aos outros Estados. Daí um dinamismo insaciável e um constante esforço por espalhar a democracia. Diziam os Coríntios (Tue. 1. 70. 8-9), no congresso da Sínacua do Peloponeso que precede a declaração da Guerra do Peloponeso, que os Atenienses não deixavam ninguém quieto, que para eles descansar era realizar o que tinham a fazer ⁽²⁸⁾. O império foi uma saída para essas energias e um chamamento a redobrar esforços. Para o ateniense a vida activa era tão louvável por si mesma que compensava qualquer objecção que pudesse levantar-se contra a dureza e a severidade implícitas nesse domínio. Péricles soube interpretar esse dinamismo e incitou os seus concidadãos a servirem de paradigma e exemplo para os outros — um ideal que cativou as imaginações. «Escola da Hélade», Atenas era além disso uma forte potência militar. Em consequência disso, na opinião de Péricles, estava apta a governar outras cidades, e tinha até legitimidade de o fazer (Tue. 2.41.3), já que realiza pelos outros o que mais nenhuma potência pode fazer: oferecia-lhes uma vida mais gloriosa e ampla, de maior liberdade, em troca de um pouco de diminuição da

⁽²⁶⁾ Cf. PÍNDARO, *01. 7*. Vide B. L. GILDERSLEEVE, *Pindar: The olympian and Pythian Odes*, New York, 1885, repr. 1979, p. 182-183; D. W. BRADEEN, «The Popularity of the Athenian Empire», *Historia* 9 (1960), 257-269; RHODES, *The Athenian Empire*, p. 36-42.

⁽²⁷⁾ Quios mantém esse governo até 412. Samos e Mitilene — oligarquias até 440/439 e 428, respectivamente — perdem nessa altura tal regime, porque, revoltosas, são dominadas, drasticamente castigadas e obrigadas a adoptar um regime democrático (cf. ARISTÓTELES, *AP.* 24.2). Sobre o assunto vide MEIGGS, *The Athenian Empire*, p. 188-192, 311-317 e 358-363; T. J. QUINN *Athens and Samos, Lesbos and Chios. 478-404 b.C.*, Manchester, 1981. Para Samos vide G. SHIPLEY, *A History of Samos 800-188 b.C.*, Oxford, 1987, p. 113 sqq.

⁽²⁸⁾ Sobre o passo de Tucídides vide GOMME, *HCT*, I, p. 231-232, *ad. loc.*

independência. Se nem todos os aliados aceitaram de bom grado tais doutrinas, muitos fizeram-no e demonstraram-no com actos ⁽²⁹⁾.

Considerado por Tucídides uma «tirania» (2.63.2), o império de Atenas sobre as outras cidades da Simaquia de Delos teve esse carácter, sem dúvida, se se entender por tal apenas o domínio de um Estado por outro. De modo geral não se tratou, porém, de um poder excessivo. É mesmo curioso observar, como nota Forrest, que esse domínio, considerado tão duro e impopular por Tucídides, a muitos dos subjugados pareceu preferível à «liberdade» oferecida por Esparta ou por outros adversários de Atenas ⁽³⁰⁾. No decurso da expedição à Sicília, quando se adivinhava a derrota iminente da frota ateniense, a maior parte dos contingentes das cidades aliadas preferiu uma morte quase certa e ficar a seu lado à oferta de Siracusa que lhes prometia a libertação e a salvação, se desertassem ⁽³¹⁾. Que esse domínio tenha sido bem aceite — ou pelo menos tolerado — mostra que, no seu conjunto, era benéfico, eficaz e mesmo proveitoso.

Atenas deu às massas populares a noção dos seus direitos e da sua dignidade, pelos quais estavam dispostos a lutar, não só contra os inimigos imediatos no interior, mas também contra Esparta ou outros opositores que externamente encarnassem os sentimentos que rejeitavam. As classes inferiores, nos Estados pequenos, não possuíam força suficiente para afastar as oligarquias locais ou, depois, impedir que elas se refizessem. Preferiam por isso, a cada passo, entrar como súbditos no Império de Atenas, para beneficiar do apoio dela à democracia, a continuar com independência política, mas sem democracia interna ⁽³²⁾.

É estranho, pois, que Tucídides declare ser o império ateniense na Simaquia de Delos motivo de ódio e constituir para Atenas um constante perigo possível. E tais afirmações tanto as encontramos

⁽²⁹⁾ Vide BOWRA, *Periclean Athens*, p. 126.

⁽³⁰⁾ *La naissance*, p. 39.

⁽³¹⁾ Cf. TUCÍDIDES 7.67 e, sobretudo, 82.1. Vide MEIGGS, *The Athenian Empire*, p. 347-348.

⁽³²⁾ Vide G. E. M. Ste CROIX, «The Character of the Athenian Empire», *Historia*, 3 (1954), 1-41 e *Origins of Peloponnesian War*, p. 34-42; FINLEY, *Democracy*, p. 54; BOWRA, *Periclean Athens*, p. 97-98.

na boca dos membros da Simaquia do Peloponeso — o rei Arquidamo, por exemplo, fala do ódio de toda a Grécia contra Atenas (2. 11. 2) — como na de Atenienses e até na de Péricles. Este, ao discursar perante o povo descontente nos primeiros anos da Guerra, aponta-lhes o perigo derivado do ódio que haviam concitado com a consolidação do império (2. 63. 2). Em 427, na altura da revolta de Mitilene, na Assembleia que decide sobre os destinos da cidade, Gléon lembra aos Atenienses que o império é uma tirania e que os súbditos a sofrem de mau grado, que a submissão só resulta do ascendente obtido pela força (3. 37. 2). A insistência de Tucídides parece mais uma posição de facção do que realidade objectiva⁽³³⁾.

Havia, é certo, entre os aliados uma importante oposição, mas ela vinha de modo geral dos aristocratas dessas cidades que viam em Atenas — que apoiava as democracias e incentivava a participação dos cidadãos mais pobres no governo local — um inimigo real ou possível e preferiam quem favorecesse as oligarquias locais. Por isso, sempre que agarravam uma oportunidade, sublevavam-se e, de modo geral, abandonavam a Simaquia de Delos, para aderir à do Peloponeso. Assim acontece na Eubeia, em 447 ; em Samos, em 440/439; em Mitilene, em 428. Em nenhum dos casos, porém, encontramos levantamentos à escala de toda a pòlis. De modo geral, eram os nobres descontentes que lhe davam forma e a lideravam⁽³⁴⁾.

Manter um império em tais circunstâncias, com secessões e revoltas constantes, implica gastos substanciais e uma frota permanente, na qual eram peças chave, como vimos, os tetas⁽³⁵⁾.

O império foi, no entanto, também uma peça importante para o funcionamento e a institucionalização do sistema democrático e trouxe — observa-o Finley — vantagens e ganhos materiais que superavam os gastos. Além de um considerável número de outras vantagens secundárias, atraía, proveniente dos impostos das cidades aliadas, um rendimento anual um pouco superior ao total das

⁽³³⁾ Vide P. J. RHODES, *The Athenian Empire*, pp. 36-37; MEIGGS, *The Athenian Empire*, p. 375 sqq.

⁽³⁴⁾ Vide BOWRA, *Peridean Athens*, p. 96-97.

⁽³⁵⁾ Vide *supra*, p. 39.

receitas públicas derivadas dos recursos internos; proporcionava uma frota influente e forte, a mais poderosa do Egeu e talvez do Mediterrâneo; facultava segurança para as importações de trigo que eram vitais a Atenas ⁽³⁶⁾. Foi uma fonte de fundos que possibilitou a reconstrução dos templos e outros edifícios públicos — caso do santuário de Eleusis —, destruídos durante a invasão de Xerxes, e a construção dos esplêndidos monumentos da Acrópole. Essas obras, além de se tornarem uma fonte de emprego para muitos assalariados que, de outro modo, poderiam ter constituído um foco de agitação e de revolta, aparecem também — e teriam sido assim concebidas — como um símbolo da grandeza de Atenas e do papel que os seus dirigentes e artistas consideravam ser o da cidade na Hélade ⁽³⁷⁾. Por trás dessas obras estava a ideia de que Atenas tinha que inspirar à Grécia uma unidade espiritual mais forte.

Em termos de interesses materiais, se as vantagens e benefícios dos ricos não eram significativos nem mensuráveis, os cidadãos pobres, ou o *dêmos*, lucravam com o império — para me servir dos termos de Finley—«de forma directa, tangível e substancial»: assegurava a subsistência aos remadores da frota que se sentiam, além disso, governantes do mundo grego; permitia conceder salários a quem participasse em cargos públicos e desse modo possibilitava que todos os cidadãos acessem a esses cargos, fossem quais fossem os seus recursos económicos; trazia ganhos a certos grupos, como os construtores de barcos e os carpinteiros da marinha; ajudava a garantir, pelo controlo dos mares, a afluência regular dos cereais e a consequente manutenção dos preços baixos; permitia conceder a certo número de cidadãos pobres, talvez uns 20 000, parcelas das terras confiscadas nas cidades revoltosas e depois dominadas — as *cleruquias* ⁽³⁸⁾.

⁽³⁶⁾ FINLEY, *Democracy*, p. 43-44.

⁽³⁷⁾ Vide BOWRA, *Periclean Athens*, p. 114-118.

⁽³⁸⁾ *Democracy*, p. 44-48. Atenas, como era prática geral de outras cidades, se conseguia dominar os revoltosos, de modo geral matava a população do sexo masculino em idade de combater e escravizava as mulheres e crianças (e. g., Tue. 5.116.2-3). A região colonizava-a com cidadãos atenienses pobres. São as *cleruquias*, colónias do tipo extensão territorial da metrópole que se

Isto permitia minorar as carências e evitar o agravamento excessivo dos conflitos sociais. Desse modo, até aos fins do século v, praticamente não assistimos em Atenas a guerras civis ⁽³⁹⁾.

O império que a cidade exerce no mar Egeu parece ser elemento decisivo no seu equilíbrio social. Deu um grande desenvolvimento ao Pireu e fez crescer o número de metecos ⁽⁴⁰⁾. Aristóteles afirma mesmo que ele fazia viver 20 000 homens e o «Velho Oligarca» na *República dos Atenienses* 1. 10-11 põe em realce os laços estreitos que uniam a política imperialista ateniense e a sua força naval ao próprio regime ⁽⁴¹⁾.

Sem o império e sem os recursos que dele provinham, o sistema plenamente democrático da segunda metade do século v não teria sido introduzido ou pelo menos não se teria mantido. Sem tais fundos, os rendimentos de Atenas não seriam muitos. Ora, se os encargos financeiros e militares — observa-o Finley — pesassem sobre os ricos não surpreenderia que estes — como acontecia em outras democracias que, desde meados do século vi, começaram a surgir em outras cidades gregas — reivindicassem o direito de governar por meio de uma qualquer constituição mais ou menos oligárquica ⁽⁴²⁾. Se mais tarde, nos fins do século v, o império foi destruído, nessa altura já o sistema estava fortemente consolidado e ninguém o conseguiu modificar, apesar das várias tentativas empreendidas nesse sentido e apesar das dificuldades financeiras ao longo do século iv.

podem aproximar das modernas, mas que não correspondem ao tipo de colonização grega mais usual. Vide Gl. MOSSE, *La colonisation dans l'Antiquité*, Paris, 1970, p. 72-81 ; Ph. GAUTHIER, «Les clérouques de Lesbos et la colonisation athénienne au Ve. siècle», *REG*, 79 (1966), p. 64-88 ; A. J. GRAHAM, *Colony and Mother City in Ancient Greece*, Manchester, 1964, p. 166-210.

⁽³⁹⁾ Vide FINLEY, *Democracy*, p.48-49.

⁽⁴⁰⁾ Vide Cl. MOSSE, *Histoire d'une Démocratie: Athènes*, p. 52-53.

⁽⁴¹⁾ ARISTÓTELES, *AP.* 24.3. Sobre o passo vide P. J. RHODES, *Comm. on Arist., AP.*, p. 301 sqq. *ad. loc.*

Um exemplo de democracia com uma constituição ainda de características oligárquicas é o de Quios em meados do século VI. Vide V. EHRENBURG, «Origins of Democracy», *Historia* 1 (1950), 538; R. MEIGGS and D. LEWIS, *A Selection of Greek Historical Inscriptions to the End of the Fifth Century B.C.*, Oxford 1969, repr. 1980, p. 14-17.

⁽⁴²⁾ Vide FINLEY, *Democracy*, p. 50.

Deste modo se verifica que, subjacentes aos conhecidos acontecimentos históricos das Guerras Pérsicas, da criação da Simaquia de Delos e da consequente sistematização do império ateniense, se detectam interrelações entre sistema político e situação económica e social, determinantes para o estabelecimento definitivo de uma forma de governo — o da democracia ateniense — que era também, ao mesmo tempo, um estilo de vida.

(Página deixada propositadamente em branco)

A. MARQUES DE FARIA

Técnico do Instituto Português do Património Cultural

SOBRE A PRESENÇA ROMANA NO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS. APOSTILAS AO RECENTE LIVRO DO PROF. JORGE DE ALARCÃO

«Conimbriga», XXVIII (1989), p. 53-69

RESUMO : *O Dominio Romano em Portugal (1988)*, da autoria do Prof. Jorge de Alarcão, é objecto de algumas observações tendentes a questionar determinadas afirmações de importância acessória. Escapa naturalmente a esta qualificação a tese, a seguir discutida sem preocupações de exaustividade, segundo a qual Augusto teria procedido à organização da Lusitânia, dividindo o seu território em *duitates*.

SUMMARY : In *O Dominio Romano em Portugal*, Professor Jorge de Alarcão made some statements that, in our view, should be discussed despite their negligible role in his book. This is the main goal of the following work.

Special attention was drawn to the theory that Augustus divided Lusitanian territory in *duitates*, a fact that still must be proved.

(Página deixada propositadamente em branco)

SOBRE A PRESENÇA ROMANA NO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

APOSTILAS AO RECENTE LIVRO DO PROF. JORGE DE ALARCÃO

Escrevíamos há alguns anos que «o *Portugal Romano* é (...) uma obra que, sendo fulcral para o estudo da ocupação romana do território que hoje habitamos, deverá necessariamente ser ultrapassada por um outro trabalho que se oriente por uma metodologia de cariz mais científico. Estamos certos de que o Prof. Jorge de Alarcão é um dos poucos que se encontram habilitados a realizar semelhante trabalho» (1). *O Domínio Romano em Portugal*, publicado em 1988, dois anos após a sua redacção, vem justamente responder à necessidade de uma síntese metodologicamente válida sobre um período que apenas tem sido alvo de abordagens monográficas, ainda que maioritariamente importantes.

Gotejando o índice de capítulos do livro em apreço com o do *Portugal Romano*, são notórias as semelhanças entre ambos. Porém, se no *Portugal Romano* o tratamento das divisões administrativas surge integrado no capítulo relativo à história política, n'0 *Domínio Romano em Portugal* o mesmo assunto merece um capítulo específico, que se estende ao estudo dos diversos tipos de povoamento, igualmente contemplados no capítulo III.

O capítulo autónomo dedicado às vias tem plena justificação, considerando o incremento que o seu estudo conheceu nos últimos

^{t1)} FARIA, A. M. de [Recensão de] Jorge de Alarcão, *Portugal Romano*, 3.^a ed., Lisboa, 1983, in «Numismática», Lisboa, 42/43, 1986, p. 46.

anos. Para não torná-lo demasiado extenso, o Autor omitiu uma parte dos topónimos, decidindo enumerar as estações segundo o inventário bilingue das estações arqueológicas do período romano, que foi publicado simultaneamente com a versão inglesa do livro em apreço ⁽²⁾.

As *uillae*, a vida económica, a religião e a arte constituem os temas dos outros capítulos, repetindo-se *grosso modo* o esquema apresentado no *Portugal Romano*.

Enriquecem esta obra dois apêndices, sendo um deles consagrado à listagem das divindades indígenas conhecidas no actual território português. No outro, são compendiados todos os nomes de lugares mencionados nas fontes literárias e epigráficas, conhecidos até 1986.

Se outras vantagens não apresentasse em relação ao *Portugal Romano*, a inclusão de notas bibliográficas estabeleceria desde logo a diferença. Não é, de modo algum, uma obra acabada, como aliás o próprio Autor reconheceu ao encerrar o prefácio. Por isso, nas linhas que se seguem, tentaremos problematizar alguns detalhes que passam despercebidos ante a grandeza do trabalho, mas que mesmo assim se nos afiguram susceptíveis de reapreciação.

Do ponto de vista formal, lamenta-se a falta de índices (onomástico e toponímico), que muito facilitariam o manuseamento do livro. O mesmo se aplica à colocação das notas no fim da obra, em detrimento das notas de rodapé.

A revisão tipográfica, a ter existido, afigura-se bastante deficiente: na verdade, a negligência demonstrada pela editora reflecte-se em nada menos de meia centena de gralhas.

Quanto à maneira como são referidos os nomes dos autores portugueses, devemos advertir de que, por vezes, é utilizado o critério espanhol, ou seja, o autor vai citado pelo penúltimo apelido; desta sorte, Leite de Vasconcellos deve ser procurado não em Vasconcellos (como seria correcto), mas em Leite de Vasconcelos, Félix Alves Pereira em Alves Pereira, Maria Garcia Pereira Maia em Pereira Maia.

(2) ALARCÃO, J. de, *Roman Portugal, II, Gazetteer (Inventário)*, Warminster, Aris & Phillips Ltd., 1988.

Logo no primeiro capítulo (p. 13-30), dedicado à história política, encontramos alguns pontos de importância acessória, mas cuja discussão nos parece pertinente. Não está completamente claro que a *Ora Maritima* de Avieno tenha tido por base um périplo massaliota dos finais do século vi a. C. (p. 13) ⁽³⁾.

Em face dos argumentos aduzidos quer por S. Lambrino, quer por J. Untermann, é lícito questionarmo-nos acerca da origem pré-céltica dos Lusitanos (p. 16) ⁽⁴⁾.

Sobre a fig. 4 desta última página, não restam dúvidas de que se trata de uma estátua de guerreiro galaico, por lapso qualificado de lusitano.

Mons Herminius é uma expressão que se encontra no singular, não se justificando, a nosso ver, a sua tradução para Montes Herminios (p. 15), que a própria documentação medieval, citada pelo Autor, não autoriza.

No século II a. G. a Hispânia estava dividida em Citerior e Ulterior, pelo que anacronismos como «Andaluzia», «Bética» (p. 17) e «Sul de Portugal» (p. 20-21) afiguram-se-nos dispensáveis.

Julgamos não faltar à verdade se afirmarmos que *Toletum*, no século II a. G. (p. 17), era conhecida pelo nome de *Tole*⁽⁵⁾.

É opção do Autor utilizar as grafias Ptolomeu (p. 22), Sila (p. 23), Perpena (p. 24) e Huesca (p. 25) em detrimento de Ptolemeu, Sula, Perperna e Osea, que nos parecem mais correctas.

Ao escrever que «os ataques dos *Mauri* se estenderam até à Bética, cujos receios ou padecimentos apenas em 176 ou 177 se aquietaram», o Prof. Alarcão resolveu ignorar o trabalho de J. Arce citado na nota 73 (p. 202), que demonstra a ocorrência de uma segunda invasão, precisamente em 177 ⁽⁶⁾.

⁽³⁾ VILLALBA i VARNEDA, P., *La «Qüestió Avienea», «Faventia»* Barcelona, 7/2, 1985, p. 61-67.

⁽⁴⁾ LAMBRINO, S., *Les Lusitaniens*, «Euphrosyne», Lisboa, I, 1957, p. 117-145; UNTERMANN, J., *Lusitanisch, Keltiberisch, Keltisch*, «Veleia», Vitoria, 2-3, 1985-1986, p. 57-76.

⁽⁵⁾ FARIA, A. M. de, *Moedas de chumbo, da época romana, cunhadas no actual território português*, «Numismática», Lisboa, 47, 1987, p. 25.

⁽⁶⁾ ARCE, J., *Inestabilidad política en Hispania durante el siglo II d.C.*, «Archivo Español de Arqueología», Madrid, 54, 1981, p. 108-109; ALARCÃO, J., *Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve. A propósito de uma obra de José*

O capítulo II (p. 31-61) debruça-se sobre as divisões administrativas. Ao abordar os limites da província da Lusitânia, o Autor interroga-se: ... «terá o Guadiana servido de fronteira entre a Lusitânia e a Tarraconense»? Bastará atender ao mapa figurado na p. 40 para nos decidirmos por uma resposta negativa.

Sobre os limites entre a Lusitânia e a Bética (p. 33-34), preferimos adoptar a perspectiva mais prudente de García Iglesias, secundado por Edmondson (7). Não terão eles razão ao sugerirem que o termo *Fines* poderá significar apenas a fronteira entre os *territoria* de duas colónias ou de dois municípios? Se assim for, deixam de se justificar as reticências do Autor a propósito dos limites do *territorium* dos *Banienses*: «A divisão de uma *civitas* por duas províncias parece-nos (...) difícil de admitir» (p. 34). A descoberta de um *terminus augustalis* em Montemolín, já em plena Bética, marcando o limite de uma parcela do *territorium* da capital da Lusitânia, parece igualmente infirmar esta teoria (8). Outro *terminus*, encontrado em Valdecaballeros, vem testemunhar a inclusão de parte do *ager Vcubitanus* no *territorium* de *Augusta Emerita* (preferível a *Emérta Augusta* (p. 28, etc.) (9).

À data da sua fundação, esta cidade não levou o nome de *Colonia Iulia Augusta Emerita*. Por isso, e atendendo à documentação epigráfica conhecida, não há argumentos que possam abonar

d'Encarnação, «Arqueologia», Porto, 11, 1985, p. 106 ; LE ROUX, P., *VHispania et Imperium (réponse à Géza Alföldi)*, «Gerion», Madrid, 3, 1985, p. 419, nota 4; ATENCIA PÁEZ, R., *El epígrafe singiliense de G. Vallio Maxumiano, reencontrado*, «Mainake», Málaga, VI-VII, 1984-85, p. 177-182.

(7) GARCÍA IGLESIAS, B., *El Guadiana y los límites comunes de Bética y Lusitania*, «Hispania Antiqua», Vitoria, II, 1973, p. 176-177; EDMONDSON, J. C., *Two industries of Roman Lusitania. Mining and garum production*, Oxford, British Archaeological Reports, 1987, p. 11.

(8) GARCÍA Y BELLIDO, A., *Las colonias romanas de la Provincia Lusitana*, «Arqueologia e Historia», Lisboa, VIII, 1958, p. 18; SILLIÈRES, P., *Centuriation et voie romaine au sud de Mérida: contribution à la délimitation de la Bétique et de la Lusitanie*, «Mélanges de la Casa de Velázquez», Paris, XVIII/1, 1982, p. 438 e 446.

(9) GARCÍA Y BELLIDO, A., *op. cit.* (v. nota 8), p. 17-18; CABALLOS RUFINO, A., *Colonia Claritas Iulia Vcubi*, «Habis», Sevilha, 9, 1978, p. 287-289; SILLIÈRES, P., *op. cit.* (v. nota 8), p. 446, nota 36; STYLOW, A. U., *Apuntes sobre epigrafía de época flavia en Hispania*, «Gerión», Madrid, 4, 1986, p. 307-311.

em definitivo a leitura *Colonia Iulia* (p. 31) em detrimento de *Ciuitas* ⁽¹⁰⁾.

Entramos agora na discussão daquele que é a mais estimulante das teses desenvolvidas pelo Prof. Jorge de Alarcão. Citemos do prefácio: «A unidade administrativa dos Romanos foi a *civitas*, mais próxima, pela extensão, dos nossos distritos que dos actuais concelhos. Procurámos, pela primeira vez na historiografia nacional da romanização, identificar as *civitates*, traçar as respectivas fronteiras e localizar as cidades capitais». Mais adiante, porém, o termo *ciuitas* possui uma outra conotação, que, como veremos, nos parece mais consentânea com a evidência epigráfica e textual: «A reorganização administrativa do território actualmente português, no tempo de Augusto, incluiu (...) a delimitação dos *territoria* das diferentes *civitates*» (p. 35). De facto, enquanto na citação extraída do prefácio a *ciuitas* assume uma natureza territorial de significativas proporções, na segunda afirmação, este termo é entendido como uma entidade urbana. Esta indefinição terminológica traduz a fluidez de que se reveste o próprio conceito de *ciuitas*. Na primeira acepção, acrescida de uma componente étnica, designará comunidades culturalmente definidas (*populi*) de origem ou com forte influência céltica, localizadas a Norte do Douro ⁽¹¹⁾. De resto, quando utilizada em ambientes urbanos, onde a romanização é mais evidente, a voz *ciuitas* parece ter o sentido vago de «conjunto de habitantes» sem lhes precisar a situação jurídico-administrativa, aplicando-se tanto a municípios e colónias como a cidades peregrinas ⁽¹²⁾. Não faltam exemplos extraídos da

(10) ALVAREZ MARTÍNEZ, J. M. *et alii*, *Museo Nacional de Arte Romano. Mérida*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1988, p. 48; *contra*, ÉTIENNE, R. e MAY ET, F., *La dénomination antique de Mérida*, «Lucerna», Porto, número extraordinário: colectânea de estudos em homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, 1984, p. 161-170.

(11) RIVAS FERNÁNDEZ, J. C., *Un nuevo testimonio epigráfico de los Quarquerni y otras cuestiones en torno a la civitas de este pueblo*, «Boletín Auriense», Orense, IX, 1979, p. 61-62; SANTOS YANGUAS, J., *Comunidades indígenas y administración romana en el Noroeste hispánico*, Vitoria, Universidad del País Vasco, 1985, *passim*.

(12) ENCARNÇÃO, J. d', *Reflexões sobre a epigrafia de Ossonoba*, «Conimbriga», Coimbra, 23, 1984, p. 10; LE ROUX, P. e TRANOY, A., *Rome et*

epigrafia: *ciuitas Ammaiensis, Arauorum, Baniensium, Igaeditanorum, Ossonobensium* e *Romulensium*. Igualmente, à luz do léxico pliniano, o conceito de *ciuitas* enquanto entidade territorial na Hispânia do século i d. C. não coincide com o que lhe é atribuído pelo Prof. Alarcão ⁽¹³⁾. Tanto quanto sabemos, não se conhecem quaisquer inscrições que documentem quer a existência de *capites duitatum* na Lusitânia, quer a designação de *ciuitas* atribuída a qualquer dos *territoria* de municípios, colónias e *oppida stipendiaria* desta província. Estamos em crer que a organização tribal celta, mantida pelos Romanos nas Três Gálias e na Britânia através das *duitates*, não tem paralelo com o processo dinâmico que caracterizou a fixação de povos de diferentes etnias na Península até ao limiar da conquista romana, e mesmo após esta. Por isso, é pouco plausível que se tenha assistido a uma transposição, mais ou menos fiel, do ordenamento político e administrativo vigente naquelas províncias do Centro-Norte do Império. No território actualmente português que pertenceu à província da Lusitânia são conhecidos até agora seis *termini augustales* — todos encontrados entre o Tejo e o Douro —, sendo quatro deles datáveis de 4 ou 5 d. C. (p. 35 e p. 203, nota 14). O quinto é de Cláudio, e o último pertence a Nerva. É pouco provável que a inscrição encontrada em Argomil ⁽¹⁴⁾ seja um *terminus augustalis* (p. 81): a sua data, demasiado recuada, desaconselha uma tal ideia. Em tudo idêntica a esta epígrafe, até na configuração e nas dimensões do suporte lítico, parece ser uma outra, de Alfaiates, actualmente no Museu Nacional de Arqueologia

les indigènes dans le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'histoire, «Mélanges de la Casa de Velázquez», Paris, 9, 1973, p. 222, nota 4; TRANO Y, A., *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris, De Boccard, 1981, p. 200.

⁽¹³⁾ CAPALVO LIESA, A., *El léxico pliniano sobre Hispania: etnonimia y designación de asentamientos urbanos*, «Caesaraugusta», Zaragoza, 63, 1986, p. 51-53; BELTRÁN LLORIS, F., *Un espejismo historiográfico. Las «organizaciones gentilicias» hispanas*, in «Actas I.º Congreso Peninsular de Historia Antigua (Santiago de Compostela, 1986)», Universidad de Santiago de Compostela, II, 1988, p. 230-232.

⁽¹⁴⁾ ALARCÃO, J. de, *op. cit.* (v. nota 2), p. 63.

e Etnologia ⁽¹⁵⁾. Apenas difere daquela na ausência de decoração na parte inferior da face inscrita. Assim, da documentação conhecida poderemos deduzir que, a partir de Augusto, foram oficialmente estabelecidos os limites entre os territórios de alguns *oppida stipendiaria* do Norte da Lusitânia, havendo um testemunho de que essa tarefa não se encontrava terminada pelo menos até ao reinado de Nerva ⁽¹⁶⁾. Nada obsta a que a cada um destes territórios tivesse sido atribuído o qualificativo de *ciuitas*, mas, repetimo-lo, não há provas de que assim tivesse acontecido. Em suma, se exceptuarmos a criação dos *conuentus* (v. *infra*), não parecem existir quaisquer bases que provem a realização de uma política coerente de ordenamento administrativo programada por Augusto para toda a Hispânia, ou abrangendo exclusivamente o território da província da Lusitânia.

Prosseguindo nos comentários ao capítulo II, refira-se que Vasco Mantas, baseado na leitura de uma valiosa inscrição inédita, demonstrou recentemente que a fundação da *ciuitas Igaeditanorum* terá sido obra de *C. Norbanus Flaccus*, em 35/34 a. C. ⁽¹⁷⁾, e não de Augusto (p. 35). A propósito do nome desta cidade escreveu Leite de Vasconcellos: «Não consta dos AA. o seu nome primitivo: talvez fosse **Igaedi* ou **Igaedium*; posteriormente tornou-se **Igaeditania*, pois só elle explica a fôrma que se encontra nas moedas visigóticas, i. é., *Egitania...*» ⁽¹⁸⁾. Não se conhecendo para o nome *Egitania* (p. 36, 99, 101, etc.) testemunhos anteriores à segunda metade do

(15) CORREIA, J. M., *Terras de Riba Côa. Memórias sobre o concelho do Sabugal*, Lisboa, Federação dos Municípios da Beira-Serra, 1946, p. 154, nota 1 ; ALARCÃO, J. de, *op. cit.* (v. nota 2), p. 66.

(16) Sobre a data da promoção de alguns desses *oppida* ao estatuto de *municipia iuris Latini* v. LE ROUX, P., *Municipe et droit latin en Hispania sous l'Empire*, «Revue Historique de Droit Français et Étranger», Paris, 64, 1986, p. 348.

(17) MANTAS, Y. G., *Orarium donauit Igaeditanis: epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana*, in «Actas I.º Congreso Peninsular de Historia Antigua (Santiago de Compostela, 1986)», Universidad de Santiago de Compostela, II, 1988, 418-420.

(18) VASCONCELLOS, J. L. de, *Religiões da Lusitania*, II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, p. 32.

século vi, a designação de *ciuitas Igaeditanorum* para aquela cidade romana afigura-se-nos a mais adequada.

I A fig. 7 da p. 36 não é uma reprodução fidedigna da inscrição da ponte de Alcântara, tal como se poderia depreender da legenda, mas apenas o desenho — incompleto, porque exclui os «Talores» — que dela fez Francisco d'Ollanda.

Atentemos no que escreve o Autor sobre *Arucci* (p. 38): «... o nome romano de Moura é *civitas Ameritaría*, CIL II 693. (...) Talvez a *Arucci* do Itinerário não se deva identificar com Moura, mas com a povoação espanhola de Aroche, em cuja área há ruínas. (...) Ou talvez *Arucci* ficasse mais além de Aroche, entre esta localidade e Aracena». É pena que o Autor não esclareça as razões que o levaram a abandonar a tese, seguida no *Portugal Romano* (1983, p. 87-88), que advogava a existência de uma cidade com o nome de *Arucci {Vetus}*, localizável em Aroche, e de uma outra, conhecida por *Noua Ciuitas Aruccitana*, identificável com Moura.

Os genitivos 'IvTspav^aiaç e Kovi[ißpiY>)fftaß de um texto de Flégon de Traies, evocado em parte pelo Prof. Alarcão (p. 41 e p. 204, nota 32), deverão ser postos em paralelo. Sendo ambas formas adjectivais — qualificando nóXscoç — teremos de concluir que o topónimo *Interaniesia* não deve ter existido. A expressão de Flégon deverá talvez ser traduzida por município ou cidade interaniense. José L. Melena, em trabalho citado mas não discutido pelo Prof. Alarcão (p. 204, nota 26), escreve o seguinte: «La ecuación *Conimbriga*: Kovipißpiysaioc permite recuperar de 'IvTspaviyjaiaç un topónimo base *Interan(n)ia*». Ainda que tal recuperação seja possível, o nome poderia ser **Inter a{m)nium*, atestado na Hispânia, ou — dada a base geográfica do qualificativo *Interaniense{s}* — nenhum que se relacionasse directamente com este último. Não nos repugna, por isso, aceitar que — se a localização dos *Interannienses*, proposta neste livro, estiver correcta — **Veseum* tenha sido a capital de um território que, à chegada dos Romanos, não era ocupado por uma comunidade etnicamente definida, mas apenas por pequenas unidades (p. 40) que não reconheciam entre si importantes laços de parentesco.

Tal como os *Arabrigenses* e os *Meidubrigenses* eram respectivamente os habitantes de *Arabriga* e *Meidubriga*, também os

Lancienses devem o seu nome a *Lancia*, outro topónimo de origem céltica (v. *supra*, nota 4). Este *oppidum* seria o primitivo aglomerado populacional dos *Lancienses* (*Oppidani*), pelo que de algum modo se compreende que a primeira referência aos *Lancienses Transcudani* — qualificativo que, até prova em contrário, deverá ser relacionado com o potamónimo **Cuda* — surja apenas na inscrição da ponte de Alcântara. Plínio, fazendo uso de dados anteriores à última década a. C., não estabelece a distinção entre *Oppidani* e *Transcudani*, que é apenas deduzida a partir do *terminus augustalis* de Salvador (p. 203, nota 10). Gozariam os *Transcudani* de algum tipo de autarcia até aos Flávios ou estariam na dependência de algum *oppidum* da margem esquerda do **Cuda*? Seja qual for a resposta, e dissentindo de Leite de Vasconcellos, duvidamos de que alguma vez tenha existido uma cidade com o nome de *Lancia Transcudana* ⁽¹⁹⁾.

Já não é crível que L. Apuleio Deciano tenha cunhado moeda em *Myrtili(s)* no ano 45 a. C. ⁽²⁰⁾, nem, tampouco, que a mesma cidade tenha inscrito noutra emissão a legenda *Myrtilis Iulia* (p. 51) ⁽²¹⁾.

Para além de nos parecer demasiado aventurada a comparação que o Autor estabelece entre o etnónimo *Colami* e os topónimos actuais Coios e Cola (p. 52), não eremos que haja razões que justifiquem a distinção entre os *Co(i)larni* de Plínio e os que se encontram referenciados na inscrição da ponte de Alcântara.

O Autor segue R. Étienne na atribuição da criação dos *conuentus iuridici* aos Flávios, mas não concretiza as razões que o levam a subscrever tal tese (p. 58). A publicação de uma *tabula hospitalis* recentemente encontrada no Noroeste da Península vem

⁽¹⁹⁾ ID., *Analecta archaeologica*, «O Archeologo Português», Lisboa, XV, 1910, p. 324.

⁽²⁰⁾ FARIA, A. M. de, *Algumas considerações a propósito do «Álbum de la antigua colección Sánchez de la Coteria de moneda ibero-romana»* (Madrid, 1986), «Numismática», Lisboa, 48, 1988, p. 8.

⁽²¹⁾ ID., *ibid.*, p. 9, nota 5.

relançar a ideia da criação dos *conuentus* logo no reinado de Augusto ⁽²²⁾.

Por fim, conviria chamar a atenção para o equívoco que poderá constituir a afirmação de que a criação das províncias da *Baetica*, *Lusitania*, *Callaecia*, *Tarraconensis* e *Carthaginiensis* se deve a Diocleciano (p. 60), quando três delas já existiam, ainda que com limites diferentes, desde finais do século I a. G.

«Cidades, *vici* e *castella*» é o título do capítulo III (p. 63-185), no qual o Autor aborda a problemática da localização, fundação, desenvolvimento e hierarquização dos diversos núcleos de povoamento.

Naturalmente, a cronologia da fundação e/ou promoção de núcleos urbanos na época de César e de Octaviano/Augusto merece tratamento nas páginas em análise. Sem querermos aprofundar a questão, julgamos ser oportuno deixar registada a nossa perspectiva sobre o assunto ⁽²³⁾. *Praesidium Iulium Scallabi(s)* terá sido elevada a colónia por César, no que concordamos com o Prof. Alarcão (p. 66). Estamos, no entanto, persuadidos de que, durante o *imperium* de Octaviano, antes de 27 a. C., foi atribuído o estatuto de *municipium ciuium Romanorum* a *Felicitas Iulia Olisipo*, e fundada a *Colonia Pax Iulia*, tendo sido, na mesma altura, concedido o direito latino a *Liberalitas Iulia Ebora* (preferível a *Ebora Liberalitas Iulia* (p. 49)), a *Salada* e a *Myrtili(s)*. Mais tarde, durante a presença de Augusto na Península, entre 15 e 13 a. C., os referidos *oppida Latina* passaram a *municipia*.

Escreve o Autor que «também *Abelterium* se poderia ter chamado *Concordia Iulia Abelterium*» (p. 53). Não nos parece provável, porque, a ser assim, seria o primeiro *oppidum* explicita.

⁽²²⁾ PEREIRA MENAUT, G., *Nueva tabula patronatus del Noroeste de Hispania*, «Veleia», Vitoria, 2-3, 1985-1986, p. 303 ; DOPICO CAÍNZOS, M.^a D., *Los conventos iuridici. Origen, cronología y naturaleza histórica*, «Gerión», Madrid, 4, 1986, p. 277-282; MAIA, M. M. da F. A., *Romanização do território hojeportuguês a sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo de assimilação sócio-cultural 218-14 d. C.*, (Diss. policopiada). Lisboa, 1987, p. 240; DOPICO CAÍNZOS, M.^a D., *La tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania*, Vitoria, Universidad del País Vasco, 1988, p. 62-63.

⁽²³⁾ Seguimos em traços gerais o trabalho de LE ROUX, P., *op. cit.* (y. nota 16), p. 325-350.

mente reconhecido por Plínio como *stipendiarium* a ostentar o título *Iulia*. As referências do Naturalista e de Ptolemeu a *Concordia* desaconselham-nos a considerá-la como um epíteto aplicado a um topónimo pré-romano.

O topónimo *Aquae Flaviae* não deve ter substituído *Aquae Laiae* (p. 57, 70, 75, 225 e 226) porque este nome, transmitido por Ptolemeu, é uma deturpação (corrigida há mais de um século) do primeiro. Curiosamente, o Autor remete-nos para A. Tranoy, que se limita a confirmar o que dissémos: «Les corrections apportées au texte de Ptolémée nous semblent justifiées» ⁽²⁴⁾.

A argumentação recentemente aduzida por P. Le Roux, no sentido de questionar, na esteira de Galsterer, a atribuição da municipalização de *Aquae Flaviae*, *Conimbriga* e *Bracar Augusta* (p. 54, 74 e 75) ao período flaviano, afigura-se-nos digna de ser levada em conta (“J. No mesmo trabalho, Le Roux não parece aceitar a municipalização claudiana de *Ammaia*, conferindo ao termo *oppidum* um conteúdo jurídico-administrativo preciso, que é negado pelo Prof. Alarcão (p. 76-77) ⁽²⁶⁾).

Neste capítulo, o Prof. Alarcão poderia ter trazido à colação as referências tardias à existência de um município, que foi paróquia suévica da diocese de *Egitania* e, posteriormente, ceca visigótica ⁽²⁷⁾. É possível que seja o mesmo que o Autor localiza no Teixoso (p. 37) se, no caso vertente, a menção epigráfica a um duúnviro implicar a existência de um *municipium* ⁽²⁸⁾.

A forma *Letiobris*, que, segundo o Autor, poderia abreviar *Letiobriga* (p. 83), parece ser uma má leitura do ablativo *Letiobri* ⁽²⁹⁾. De qualquer modo, a grafia *-bris*, atestada noutros topónimos

⁽²⁴⁾ TRANOY, A., *op. cit.* (v. nota 12), p. 62-63.

⁽²⁵⁾ LE ROUX, P., *op. cit.* (v. nota 16), p. 347-349.

⁽²⁶⁾ ID., *ibid.*, p. 336.

⁽²⁷⁾ DAVID, P., *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Coimbra, Institut Français au Portugal, 1947, p. 38.

⁽²⁸⁾ PEREIRA MENAUT, G., *La formación histórica de los pueblos del Norte de Hispania. El caso de Gallaecia como paradigma*, «Veleia», Vitoria, 1, 1984, p. 285.

⁽²⁹⁾ LE ROUX, P. e TRANOY, A., *op. cit.* (v. nota 12), p. 193-195.

reproduzidos no nominativo ⁽³⁰⁾, traduz com maior fidelidade o sufixo celta que em latim se generalizou sob a forma *-brigai*).

Do capítulo seguinte (p. 87-106), dedicado às estradas — um dos mais ricos em dados inéditos — retiramos a seguinte frase: «Este último ponto, correspondente a Capinha, talvez fosse um *vicus*, embora nos pareça indiscutível a localização aqui de *vicus Talabara*, atestado por GIL II 453» (p. 101). Não estando o Autor seguro de que Capinha corresponda a um *uicus*, na frase seguinte não hesita em localizar naquela povoação o *uicus Talabara*. Consultando as páginas consagradas aos *uici* (p. 78), esta contradição não é desfeita: antes agrava-se, ao ser sugerida a localização de *Talabara* em Alpedrinha.

Talvez fosse preferível que, em vez de constituir um capítulo específico, o estudo das *uillae* tivesse sido remetido para as páginas consagradas à vida económica (p. 107 e 119-121) e à arte/arquitectura (p. 108-119). De qualquer modo, julgamos que a proposta de identificação da estação da Lomba do Canho com uma *uilla* fortificada (p. 110) deverá ser revista ⁽³²⁾.

Quanto ao capítulo VI (p. 123-151), respeitante à vida económica, impõem-se algumas observações. A ânfora encontrada em *Vindolanda* (ou em *Luguualium*), junto à muralha de Adriano, não deverá atestar «a larga comercialização do *garum* produzido em Portugal» (p. 147) porque, segundo Peacock e Williams ⁽³³⁾, é uma

⁽³⁰⁾ PEREIRA MENAUT, G., *Los castella y las comunidades de Gallaecia*, «Zephyrus», Salamanca, XXXIV-XXXV, 1982, p. 251.

⁽³¹⁾ CARO BARO JA, J., *La escritura en la España prerromana [epigrafía y numismática]*, in «Historia de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal», I, 3, 3.^a ed., Madrid, Espasa-Calpe, S. A., 1976, p. 744-745; SILES, J., *Sobre un posible préstamo griego en ibérico*, Valencia, Diputación Provincial de Valencia, 1976, p. 29-30 e notas 107-108; PEREIRA MENAUT, G., *op. cit.* (v. nota 30), p. 251.

⁽³²⁾ ALARCÃO, J. e ETIENNE, R., *Le Portugal à Vépoque augustéenne*, in «Symposion de Ciudades Augusteas (5-9 Octubre 1976)», Universidad de Zaragoza, I, 1976, p. 172; NUNES, J. de C., FABIÃO, C. e GUERRA, A., *O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Ar gañil)*, Arganil, Museu Regional de Arqueologia, 1988, *passim*.

⁽³³⁾ PEACOCK, D. P. S., e WILLIAMS, D. F., *Amphorae and the Roman economy: an introductory guide*, Longman, London-New York, 1986, p. 136.

ânfora oleária fabricada na Bética (classe 25 =Dressel 20). O grafito ESVRI, inscrito na referida ânfora, deverá ser talvez interpretado como um nome celta, sem relação aparente com o topónimo *Baesuri(s)*, nome pré-romano de Castro Marim, que se encontra documentado numismaticamente ⁽³⁴⁾.

Ainda que, neste capítulo, a cunhagem e a circulação monetária não tenham merecido qualquer referência, o Autor poderia ter remetido os interessados para a síntese publicada sobre o assunto por Rui Centeno ⁽³⁵⁾.

As páginas dedicadas à religião (p. 153-180) mostram mais uma vez quanto esta obra está longe do pioneirismo que caracterizou o *Portugal Romano* de 1973. As descobertas epigráficas dos últimos anos possibilitaram ao Prof. Alarcão uma reflexão fundamentada sobre os cultos indígenas, clássicos e orientais, e sobre o culto imperial, demonstrando as virtualidades de um estudo que ultrapassa largamente a simples inventariação e localização de divindades. Importa, contudo, notar neste capítulo a não-inclusão do cristianismo e das práticas funerárias.

A afinidade entre o presumível topónimo **Isibra*, deduzível do epíteto *Isibraiecus*, e os nomes de lugar, de natureza zoonímica, Zebras e Zebreira (p. 170) não parece ultrapassar os limites da fonética ⁽³⁶⁾.

As manifestações artísticas e sobretudo a arquitectura e o urbanismo ocupam o último capítulo do livro (p. 181-199), merecendo particular relevância os resultados obtidos nas escavações luso-francesas em *Conimbriga*. Nesta secção, o nominativo do plural de *domus* (p. 189 e 190) deveria ser sujeito a rectificação.

⁽³⁴⁾ MO WAT, R., *Monnaie de Baesuris, ville de Lusitanie*, «O Archeologo Português», Lisboa, V, 1900, p. 17-24; FARIA, A. M. de, *op. cit.* (v. nota 5), p. 24.

⁽³⁵⁾ CENTENO, R. M. S., *A dominação romana*, in «História de Portugal», dirigida por J. H. Saraiva, Lisboa, Alfa, I, 1983, p. 197-200.

⁽³⁶⁾ SILVEIRA, J. da, *Estudos sobre o vocabulário português: Zevro. Zebra*, «Revista Portuguesa de Filologia», Coimbra, II, 1948, p. 220-233; MACHADO, J. P., *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, III, Lisboa, Ed. Confluência. [1984] p. 1498, ss. uu. *Zebra* e *Zebreira*; FERNANDES, A. de A., *Toponímia tarauçense*, «Beira Alta», Viseu, XLVII, 1988, p. 45, s. u. *Zebro*.

O apêndice I (p. 217-218) seria ainda mais útil se, para além da relação de teónimos indígenas, comportasse os dados relativos à sua localização e publicação.

À lista de cidades, *uici*, *castella* e *populi*, que constitui o apêndice II (p. 219-226), deverão acrescentar-se, para a zona norte, **Aliobriga* ⁽³⁷⁾, **Anobriga* ⁽³⁸⁾, **Brigantia* ⁽³⁹⁾, *Centumcellas* ⁽⁴⁰⁾, **Merobriga* ⁽⁴¹⁾, *castellum Talabriga*, **Tameobriga* ⁽⁴²⁾, **Torebriga* ⁽⁴³⁾, **Tura* > **Turaecu(s/m)* C*⁽⁴⁴⁾ e *castellum Tureobriga i*⁽⁴⁵⁾; para a zona centro, **Anubriga* ⁽⁴⁶⁾, **Lama* > **Lamaecu(sjm)* ⁽⁴⁷⁾, **Senabriga* ⁽⁴⁸⁾ e **Veseum* ⁽⁴⁹⁾; para o território a sul do Tejo, **Cantnipo* ⁽⁵⁰⁾, **Cempsibriga* ⁽⁵¹⁾ ou **Cisimbrium*, *Cilpes* ⁽⁵²⁾, *Ipses* ⁽⁵³⁾, **Portus*

⁽³⁷⁾ SILVA, A. C. F. da, *A cultura castreja do Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, p. 274 e nota 100; SERRA, P. C., *Breve consideração da tese do «ermamente» através de dois topónimos*, «Anais da Academia Portuguesa da História», Lisboa, II série, 32, 1989, p. 220-222.

⁽³⁸⁾ MACHADO, J. P., *op. cit.* (v. nota 36), III, p. 1075, s. u. *Nóbrega*.

⁽³⁹⁾ DAVID, P., *op. cit.* (v. nota 27), p. 21.

⁽⁴⁰⁾ ID., *ibid.*, p. 31.

⁽⁴¹⁾ ID., *ibid.*, p. 33.

⁽⁴²⁾ SILVA, A. C. F. da, *op. cit.* (v. nota 37), p. 276.

⁽⁴³⁾ DAVID, P., *op. cit.* (v. nota 27), p. 34.

⁽⁴⁴⁾ ID., *ibid.*, p. 33; SILVA, A. C. F. da, *op. cit.* (v. nota 37), p. 275, nota 120; CHAVES, R. e CHAVES, M. J., *Una ceca visigoda inédita, Turico, en el reinado de Sisebuto. Otras aportaciones al catálogo de moneda visigoda*, «Boletín del Museo Arqueológico Nacional», Madrid, VI, 1988, p. 81-82.

⁽⁴⁵⁾ SILVA, A. C. S. da, *op. cit.* (v. nota 37), p. 275.

⁽⁴⁶⁾ MACHADO, J. P., *op. cit.* (v. nota 36), I, p. 139, s. u. *Anobra*.

⁽⁴⁷⁾ ID., *ibid.*, II, p. 850-851, s. u. *Lamego*; SERRA, P. C., *Alguns aspectos da toponímia lamecense*, «Anais da Academia Portuguesa da História», Lisboa, II série, 31, 1986, p. 12, 15 e 16.

⁽⁴⁸⁾ ID., *Estudos toponímicos XXVIII*, «Revista Portuguesa de Filologia», Coimbra, XVIII, 1980-1986, p. 53-57.

⁽⁴⁹⁾ DAVID, P., *op. cit.* (v. nota 27), p. 37.

⁽⁵⁰⁾ FARIA, A. M. de, *op. cit.* (v. nota 20), p. 8: ID., *Numária de *Cantnipo*, «Conimbriga», XXVIII, 1989, p. 71-99.

⁽⁵¹⁾ BERNARDO, H. DE B., *Monografia de Sesimbra. Estudo geo-económico do concelho*, Sesimbra, Câmara Municipal, 1941, p. 24, nota 2; NUNES, J. de C., *Uma notável obra em curso sobre a etno-toponímia paleo-hispânica. Antonio Tovar — Iberische Landeskunde*, «Euphrosyne», Lisboa, Nova Série, 9, 1978-1979, p. 197.

⁽⁵²⁾ FARIA, A. M. de, *op. cit.* (v. nota 5), p. 26.

⁽⁵³⁾ ID., *ibid.*, p. 25.

Magnus ⁽⁵⁴⁾, e * *Sinus* ⁽⁵⁵⁾. É possível que o topónimo actual Serpa não mantenha a forma romana (v., igualmente, p. 33), mas seja antes uma evolução de *Sirpa* ⁽⁵⁶⁾. Por outro lado, os topónimos Portimões (**Portus Magonis*?), Boidobra ⁽⁵⁷⁾, Segoiva ⁽⁵⁸⁾, Tavares ⁽⁵⁹⁾, Taveira ⁽⁶⁰⁾ e outros, relacionados com estes últimos, deverão derivar de nomes de lugar pré-romanos.

Ao terminarmos esta nossa apreciação, há que reconhecer a excelência desta obra a vários níveis inovadora, que prima não só pela variedade dos temas abordados, mas também pelas frequentes questões que a todo o momento vai levantando. As anotações que aqui registámos — quase todas relativas à forma e não ao conteúdo — não passam de meras sugestões que o Autor poderá eventualmente considerar numa próxima actualização. Com efeito, em face dos estudos entretanto vindos a lume, entre os quais sobressaem os do próprio Autor, relativos ao urbanismo, às divisões administrativas e aos cultos indígenas da Lusitânia, pensamos que é tempo de o Prof. Alarcão proceder a alguns ajustamentos pontuais nesta obra que, com o monumental inventário das estações arqueológicas publicado na mesma altura, constituirá por muitos anos o vade-mecum de todos quantos se interessam pelo estudo da romanidade no Ocidente hispânico.

⁽⁵⁴⁾ MACHADO, J. P., *op. cit.* (v. nota 36), III, p. 1201, s. u. *Portimão*.

⁽⁵⁵⁾ *Id.*, *ibid.*, III, p. 1352, s. u. *Sines*.

⁽⁵⁶⁾ FARIA, A. M. de, *op. cit.* (v. nota 5), p. 25.

⁽⁵⁷⁾ MACHADO, J. P., *op. cit.* (v. nota 36), I, p. 263, s. u. *Boidobra*.

⁽⁵⁸⁾ *Id.*, *ibid.*, III, p. 1324, s. u. *Segoiva*.

⁽⁵⁹⁾ *Id.*, *ibid.*, III, p. 1390, s. u. *Tavares*.

⁽⁶⁰⁾ *Id.*, *ibid.*, III, p. 1390, s. u. *Taveira*.

(Página deixada propositadamente em branco)

A. MARQUES DE FARIA

Técnico do Instituto Português do Património Cultural

A NUMÁRIA DE *CANTNIPO

Conimbriga, XXVIII (1988), p. 71-99

RESUMO: Dado não haver até agora nenhuma interpretação satisfatória para a legenda toponímica em caracteres ibéricos figurada nas moedas tradicionalmente atribuídas a *Salacia*, decidimos neste trabalho apresentar a leitura **Cantnipum*, baseada nos nomes de dois magistrados monetários, *Cantnip.* e *Candnil.* Em face das incertezas que ainda impendem sobre a origem da legenda em apreço, é natural que a ocorrência do radical *cantn-* seja questionada; porém, o mesmo não deverá suceder relativamente ao sufixo *-ipum* (= lat. *-ipo*) atestado em numerosos topónimos não indo-europeus do Sudoeste. De igual modo, a análise da onomástica e da tipologia monetária leva-nos a crer na origem não indo-europeia de uma parte da população de **Cantnipo*.

SUMMARY: NO satisfactory reading of the Iberian legend depicted in bronze coins currently assigned to *Salacia* hasn't yet been presented. That's the reason why in this work we propose **Cantnipum* as an interpretation of this legend. This reading is supported by two magistrates' names written in those coins, *Cantnip.* and *Candnil.*, otherwise unknown. Given the lack of certainty about the origin of that Iberian legend, the element *cantn-* may be put in question; however, the suffix *-ipum* (= latin *-ipo*) is known in several place names in southwestern Iberia. Also the personal names as well as monetary types bring us enough evidence of a non-indoeuropean origin of some of **Cantnipo*'s inhabitants.

(Página deixada propositadamente em branco)

A NUMÁRIA DE *CANTNIPO

1. Legenda Toponímica

A ceca que precedeu *Salada* no local onde hoje se situa Alcácer do Sal tem concitado, ao longo de mais um século, as atenções de numerosos numismatas e filólogos. Não obstante, continua a ser, nas palavras de Javier de Hoz, a «ceca epigráficamente más enigmática de la Península» ⁽¹⁾. Em boa verdade, todas as tentativas de decifração da legenda toponímica pré-romana representada nas moedas de bronze nela cunhadas redundaram num malogro ao omitirem os dois postulados que lhes deviam ter servido de pedra angular:

a) O topónimo pré-romano com terminação latinizada em *-ipo* ⁽²⁾, transmitido por Ptolemeu (II, 5, 2) sob a forma deturpada KaXXI7rouç para designar o rio que banhava a cidade com aquele nome ⁽³⁾, é o mesmo que figura na epígrafe ibérica ⁽⁴⁾ das moedas

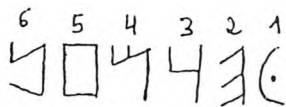
(*) Hoz, J. de, *Crónica de lingüística y epigrafía prerromanas de la Península Ibérica: 1979*, «Zephyrus», Salamanca, XXX-XXXI, 1980, p. 314.

(2) MÜLLER, C., *Claudii Ptolemaei Geographia*, I, 1, Paris, Firmin-Didot, 1883, p. 131.

(3) *Id.*, *ibid.*, p. 131; sobre outros casos hispânicos de homonímia entre núcleos urbanos e rios v. ORDÓÑEZ AGULLA, S. — *Colonia Augusta Firma Astigi*, Sevilla, Departamento de Historia Antigua de la Universidad de Sevilla, 1988, p. 20.

(4) No sentido em que este termo é utilizado nas fontes clássicas: v. DOMÍNGUEZ MONEDERO, A. J., *Los términos «Iberia» e «Iberos» en las fuentes grecolatinas: estudio acerca de su origen y ámbito de aplicación*, «Lucentum», Alicante, II, 1983, p. 203-224.

emitidas nos séculos II e I a.C. pela referida cidade ⁽⁵⁾ que, mais tarde, tomou o nome de *Imperatoria Salacia* ⁽⁶⁾. Esta legenda é composta por seis signos que nos reversos dos asses apresentam a seguinte disposição ⁽⁷⁾ :



b) A inscrição em apreço possui características únicas: tratando-se de uma excepção numa região em que a prática da escrita não se encontrava, na altura, minimamente divulgada ⁽⁸⁾, ela resulta da apropriação *ad hoc* de grafemas provenientes não

⁽⁵⁾ Sobre a identificação do sufixo *-ipo* na legenda monetária v. LAFON, R., *Noms anciens de personnes et de lieux du Sud de VEspagne d'après les inscriptions*, in «Atti e Memorie del VII Congresso Internazionale di Scienze Onomastiche (Firenze, 1961)», III, Firenze, 1963, p. 404; SCHMOLL, IL, *Zur Entzifferung der südhispanischen Schrift*, «Madriider Mitteilungen», Heidelberg, 3, 1962, p. 97; LEJEUNE, M., *Épigraphie sud-hispanique*, «Revue des Études Anciennes», Bordeaux, LXV, 1963, p. 30; SILES, J., *Léxico de inscripciones ibéricas*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1985, p. 160, n.º 623.

⁽⁶⁾ ZOBEL DE ZANGRÓNIZ, J., *Essai d'attribution de quelques monnaies ibériennes à la ville de Salacia*, «Revue Numismatique», Paris, nouv. série, VIII, 1863, p. 381-382; VASCONCELLOS, J. L. de, *Les monnaies de la Lusitanie portugaise*, «O Archeologo Português», Lisboa, VI, 1901, p. 83-84; a passagem da *Geografia* de Estrabão relativa ao estuário do Sado (III, 3, 1) encontra-se de tal modo corrupta que induziu alguns investigadores a advogar a diferenciação geográfica entre *Salacia* e a cidade cujo nome é objecto deste nosso trabalho: V. CORREA, J. A., *Singularidad del letrado indígena de las monedas de Salacia (A 103)*, «Numisma», Madrid, 177-179, 1982, p. 73-74.

⁽⁷⁾ As variantes gráficas são em número superior as que aponta CORREA, J. A., *op. cit.* (v. nota 6), p. 69, nota 3; v., p. ex., RODRÍGUEZ DE BERLANGA, M., *Una antigua moneda inédita de España*, «Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos», Madrid, I, 1897, p. 435; HÜBNER, E., *Monumenta Linguae Ibericae*, Berlin, Georg Reimer, 1893, p. 136; UNTERMANN, J., *Monumenta Linguarum Hispanicarum*, I, Wiesbaden, Dr. Ludwig Reichert Verlag, 1975, p. 343.

⁽⁸⁾ BEIRÃO, e. de M. e GOMES, M. V., *Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal*, in «Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 1980)», Salamanca, 1985, p. 496.

apenas de um, mas de distintos semi-silabários em uso no Sul e no Leste da Península ⁽⁹⁾. A sua singularidade é ainda comprovada quer pela criação de um grafema copiado de um símbolo astral presente nas moedas de *Gadir jGades* ⁽¹⁰⁾ que serviram de modelo às primeiras emissões ⁽¹¹⁾, quer pelas variantes gráficas detectáveis noutros caracteres ⁽¹²⁾. Este último fenómeno, aliado à arbitrariedade na escolha da parte da legenda a gravar quando, por falta de espaço, a sua representação completa não era exequível ⁽¹³⁾, parece reflectir o desconhecimento do seu significado por parte de alguns *signatores* ⁽¹⁴⁾.

Foi com base nestas proposições que enveredámos pelo único caminho que nos pareceu conduzir à sua decifração: tentar encontrar nos letrados latinos que ocorrem na maioria das emissões algum vocábulo foneticamente afim do potamónimo veiculado por Ptolemeu. Ora, em 1972, M. Farinha dos Santos publicou um desses numismas onde leu a inscrição CANTNIP, dando a entender tratar-se do nome (abreviado) de um magistrado até então desconhecido ⁽¹⁵⁾. Até que surjam provas definitivas que confirmem ou refutem esta nossa hipótese, julgamos estar perante

(9) LAFON, R., *Pour l'étude de la couche linguistique pré-indo-européenne du Portugal*, in «Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica (Lisboa, 1959)», I, Lisboa, 1961, p. 30-31; *Id.*, *op. cit.* (y. nota 5), p. 404.

(10) A sua colocação no campo dos reversos de ambas as amoedações é praticamente a mesma: v. VILLARONGA, L., *Numismática antigua de Hispania*, Barcelona, Cymys, 1979, p. 75, n.º 156 e p. 160, n.º 413.

(11) CRAWFORD, M. H., *Coinage and money under the Roman republic*, London, Methuen, 1985, p. 214.

(12) Y. nota 7.

(13) V. *infra*, moedas n.ºs 3, 13, 14 e 20.

(14) GARCÍA-BELLIDO, M.^a P., *Leyendas e imágenes púnicas en las monedas «I b i o fenices»*, «Yeleia», Vitoria, 2-3, 1985-1986, p. 500, nota 7.

(15) SANTOS, M. F. dos, *Moedas hispánicas recolhidas na Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Alto Alentejo)*, «Anais da Academia Portuguesa da História», Lisboa, 2.^a série, 21, 1972, p. 495; um outro numisma, idêntico a este, já havia sido publicado por ALMEIDA, F. de, *Ruínas de Miróbriga dos Célticos*, Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, 1964, p. 66 e Est. XXVIII, Fig. 84, sem que, contudo, tivesse apresentado qualquer leitura da legenda latina.

uma forma abreviada do topónimo — * *Cant nip (o)* ⁽¹⁶⁾ — ou, mais provavelmente, perante um antropónimo dele derivado — **Can-tnip(ius)* ⁽¹⁷⁾ ou **Cantnip(onensis)* ⁽¹⁸⁾. Parece-nos também ser este o caso do nome *Candnil*, presente em asses ⁽¹⁹⁾ e semisses ⁽²⁰⁾. Importa sublinhar que o radical *Cantn-* só se encontrava atestado até ao momento como *cognomen* sob a forma CANTNEC[...] numa inscrição atribuída a *Antikaria* ⁽²¹⁾.

Em conformidade com a nossa hipótese, a transliteração dos signos em questão processar-se-á do seguinte modo :

O signo 1 que, pela sua semelhança com um símbolo astral, tardou a ser reconhecido ⁽²²⁾, deverá corresponder à sílaba *ca*. Em apoio desta leitura surge apenas o hidrónimo ptolemaico, já que este grafema não se encontra em nenhum dos sistemas de escrita exclusivamente ibéricos ⁽²³⁾. A orientação que apresenta nos letrados dos asses mantém a posição do símbolo astral das moedas de *Gadir j Gades* ⁽²⁴⁾, sendo admissível a influência, a nível gráfico, de

⁽¹⁶⁾ *Sisip(o)*: V. VIVES Y ESCUDERO, A., *La moneda hispánica*, Madrid Real Academia de la Historia, 1926, Est. CXIV, n.º 1.

⁽¹⁷⁾ *Acinippius*: v. HÜBNER, E., *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlin, Georg Reimer, 1869, p. 435, n.º 3238.

⁽¹⁸⁾ *Ostip(onensis)* : ID., *ibid.*, p. 198, n.º 1450; v. igualmente o nome pessoal aquitano *Seniponnis* (gen., mase.): GORROCHATAGUI CHURRUCA, J., *Estudio sobre la onomástica indígena de Aquitania*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 1984, p. 84, 263 e 367.

⁽¹⁹⁾ FARIA, A. M. de, *Algumas considerações a propósito do Album de la antigua colección Sánchez de la Cotería de moneda ibero-romana* (Madrid, 1986), «Numismática», Lisboa, 48, 1988, p. 9, nota 9; v. *infra*, moedas n.ºs 10 e 11.

⁽²⁰⁾ VASCONCELLOS, J. L. de, *Excursão arqueológica à Estremadura transtagana*, «O Archeologo Português», Lisboa, XIX, 1914, p. 305; v. *infra*, moeda n.º 14; a propósito da expressão da *origo* pessoal nalguns antropónimos ibéricos v. PALOMAR LAPESA, M., *Antroponimia prerromana*, in «Enciclopedia Lingüística Hispánica», I, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960, p. 381; UNTERMANN, J., *Eigennamen auf iberischen Inschriften*, in «Actas del II Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Tübingen, 1976)», Salamanca, 1979, p. 43.

⁽²¹⁾ HÜBNER, E., *op. cit.* (v. nota 17), p. 281, n.º 2051.

⁽²²⁾ VIVES Y ESCUDERO, A., *op. cit.* (v. nota 16), p. LXXVI.

⁽²³⁾ CORREA, J. A., *op. cit.* (v. nota 6), p. 70-71.

⁽²⁴⁾ V. nota 10.

um ou de vários signos neo-púnicos ⁽²⁵⁾. Curiosamente, em todas as séries de divisores a que tivemos acesso, este signo não se encontra figurado ⁽²⁶⁾.

O signo 2 deverá traduzir-se pelo valor consonántico *d/t* ao qual Gómez-Moreno acrescentou um timbre vocálico que neste caso parece não possuir ⁽²⁷⁾.

Indo de encontro aos autores que o valorizam como *w*⁽²⁸⁾, cremos que o signo 3 deverá ser alógrafo do *m* utilizado nas primeiras inscrições celtibéricas ⁽²⁹⁾ e do *w* pertencente aos outros semi-silabários peninsulares. Embora esta grafia constitua uma excepção, podem encontrar-se paralelos para ela em grafitos de Ensérune e Pech Maho, no Sudoeste da Gália⁽³⁰⁾. Se Untermann já havia chamado a atenção para a afinidade gráfica entre este signo e o *n* ibérico dos numismas por ele observados ⁽³¹⁾, por outro lado,

(25) VIVES Y ESCUDERO, A., *op. cit.* (v. nota 16), p. LXXVI; SOLÁ-SOLÉ, J. M., *El alfabeto monetario de las cecas «libio-fenices»*, Barcelona, Puvill, 1980, p. 89, Est. II.

(26) Excepto, talvez, numa série de semisses que se manteve inédita até 1979, ano em que foi publicado um exemplar a ela pertencente : v. VILLARONGA, L., *op. cit.* (v. nota 10), p. 166, n.º 474; v. *infra*, moedas n.ºs 7 a 9; a menos que se trate de um mero símbolo astral, este signo parece surgir isolado em posição sinistrorsa sobre o resto da legenda.

(27) GÓMEZ-MORENO, M., *La escritura bástulo-tur detana (primitiva hispánica)*, «Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos», Madrid, LXIX, 1961, p. 891 ; Hoz, J. de, *La epigrafia prelatina meridional en H spania*, in «Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 1974)», Salamanca, 1976, p. 261-262; sobre o problemático silabismo de alguns signos que integram os diversos semi-alfabetos ibéricos v., entre outros, LEJEUNE, M., *Celtiberica*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1955, p. 44-45; LAFON, R., *op. cit.* (v. nota 5), p. 401-402 e 404; UNTERMANN, J., *op. cit.* (v. nota 7), p. 74; SILES, J., *Sobre un posible préstamo griego en ibérico*, Valencia, Diputación Provincial, 1976, p. 29-30, nota 107; CORREA, J. A., *Ibérico: Cast(i)lo, Ibolc(a). Latín: Castulo, Obulto*, «Habls», Sevilla, 14, 1983, p. 108-109.

(28) ID., *op. cit.*, (v. nota 6), p. 71.

(29) SILES, J., *Sobre o signo ibérico Y y los valores de las nasales en la escritura ibérica*, «Emerita», Madrid, XLIX, 1981, p. 90-92; FATÁS, G., *Una lésera cortonense*, in «Symbolae Ludouico Mitxelena septuagenario oblatae», I, Vitoria, 1985, p. 426.

(30) UNTERMANN, J., *Monumenta Linguarum Hispanicarum*, II, Wiesbaden, Dr. Ludwig Reichert Verlag, 1980, p. 152, 243, 251 e 330.

(31) ID., *op. cit.* (v. nota 7), p. 343.

J. de Hoz ⁽³²⁾ pretendeu encontrar no mesmo signo a origem do grafema Y, que na Celtibéria valia por *n* ⁽³³⁾ ou, mais raramente, por *u* ⁽³⁴⁾, representando nalguns vocábulos ibéricos o fonema *m* ⁽³⁵⁾.

Quanto ao signo 4, a sua transliteração para *i* não oferece quaisquer dificuldades ⁽³⁶⁾.

O signo 5, documentado na Celtibéria e no Levante ibérico, corresponderá a *puibu* ⁽³⁷⁾.

Atestado em duas legendas monetárias celtibéricas ⁽³⁸⁾, o signo 6 deverá ser transcrito por *m*.

Assinale-se, por fim, mais um possível ponto de contacto com a Celtibéria: tal como nalgumas epígrafes monetárias daquela zona, a nasal que figura nas legendas latinas antes da dental é omitida na inscrição indígena ⁽³⁹⁾.

⁽³²⁾ Hoz, J. de, *On some problems of Iberian script and phonetics*, in «Actas del II Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Tübingen, 1976)», Salamanca, 1979, p. 268-269.

⁽³³⁾ UNTERMANN, J., *Las leyendas monetales*, in «Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 1974)», Salamanca, 1976, p. 217-218.

⁽³⁴⁾ MEDRANO MARQUÉS, M. M.^a e DÍAZ SANZ, M.^a A., *Inscripción ibérica sobre vasija tipo «Ilduradin» hallada en Contrebia Belaisca (Botorrta, Zaragoza)*, in «Estudios en homenaje al Dr. Antonio Beltrán Martínez», Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 1986, p. 603-605.

⁽³⁵⁾ TOVAR, A., *El signo Y del ibérico y un descubrimiento de Michelena*, in «Symbolae Ludouico Mitxelena septuagenario oblate», I, Vitoria, 1985, p. 463-468; v. igualmente ANGOT, P., *Pour une lecture affinée de Valphabet ibère*, «Archivo de Prehistoria Levantina», Valencia, XIX, 1989, p. 117-119.

⁽³⁶⁾ CORREA, J. A., *op. cit.* (v. nota 6), p. 71.

⁽³⁷⁾ LAFON, R., *op. cit.* (v. nota 5), p. 404; VILLARONGA, L., *op. cit.*

(v. nota 10), p. 186.

⁽³⁸⁾ HÜBNER, E., *op. cit.* (v. nota 7), p. 79, 136; CORREA, J. A., *op. cit.* (v. nota 6), p. 72; este signo encontra-se ainda documentado numa inscrição lapidar daquela área: v. ALBERTOS FIRMAT, M.^a L. e ROMERO CARNICERO, F., *Una estela y otros hallazgos celtibéricos en Trehago (Soria)*, «Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología», Valladolid, XLVII, 1981, p. 200-201.

⁽³⁹⁾ TOVAR, A., *Las inscripciones ibéricas y la lengua de los Celtiberos*, «Boletín de la Real Academia Española», Madrid, XXV, 1946, p. 27-28; LEJEUNE, M., *op. cit.* (v. nota 27), p. 50-51; UNTERMANN, J., *op. cit.* (v. nota 7), p. 72; convém, no entanto, notar que a assimilação do *n* também ocorre no

**ca.t.n.i.pu.m.* constituirá, portanto, a transliteração integral do topónimo, cujas transcrições para grego e latim seriam, respectivamente, *KavTVE,7T0i)v e **Cantnipo*. Se a terminação em grego é o reflexo fiel do sufixo indígena, o tema em *n* da transcrição latina poderá, talvez, dever-se ao facto de os geógrafos gregos terem precedido os latinos na transmissão da onomástica ibérica ⁽⁴⁰⁾.

Este topónimo não sobreviveu um século à conquista romana do Sudoeste peninsular: em 45/44 a.G. deu lugar a *Imperatoria Salaria*, nome atribuído em honra de Sexto Pompeio ⁽⁴¹⁾.

Para além da conhecida emissão de asses com a cabeça de Neptuno no anverso ⁽⁴²⁾ e o letreiro IMP-SAL no reverso entre dois golfinhos ⁽⁴³⁾, comemorativa daquele evento, existe uma outra, de denários ⁽⁴⁴⁾, também cunhada por Sexto Pompeio nesta cidade ⁽⁴⁵⁾.

fenício-púnico e nas línguas semitas em geral: v. SOLÁ-SOLÉ, J. M., *Acuñaiones monetárias de Olontigi*, «Numisma», Madrid, 74, 1965, p. 20, nota 3.

⁽⁴⁰⁾ JACOB, P., *Notes sur la toponymie grecque de la côte méditerranéenne de l'Espagne antique*, «Ktèma», Strasbourg, 10, 1985, p. 268-271 ; Hoz, J. de, *La escritura greco-ibérica*, «Yeleia», Vitoria, 2-3, 1985-1986, p. 292.

⁽⁴¹⁾ HÜBNER, E., *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, *Supplementum*, Berlin, Georg Reimer, 1892, p. 802; VASCONCELLOS, J. L. de, *Religiões da Lusitania*, III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. 172; GRANT, M., *From Imperium to Auctoritas*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969, p. 23, nota 1; TOVAR, A., *Iberische Landeskunde*, II, 2 *Lusitanien*, Baden-Baden, Verlag Valentin Koerner, 1976, p. 214.

⁽⁴²⁾ A respeito da relação de Sexto Pompeio com Neptuno, comprovada na iconografia monetária, v. GRANT, M., *op. cit.* (v. nota 41), p. 23, nota 1; CRAWFORD, M. H., *Roman Republican Coinage*, Cambridge, Cambridge University Press, 1974, p. 495-496 e p. 739, nota 5; sobre uma emissão de semisses tipológica e cronologicamente afim das moedas em análise v. CHAVES TRISTAN, F., *Las monedas hispano-romanas de Carteia*, Barcelona, Asociación Numismática Española, 1979, p. 24, 99 e 139.

⁽⁴³⁾ Foram igualmente cunhados semisses com a cabeça de Neptuno no anverso e um golfinho no reverso entre a legenda IMP SALAC: v. VIVES Y ESCUDERO, A., *op. cit.*, (v. nota 16), est. LXXXIV, n.º 11.

⁽⁴⁴⁾ CRAWFORD, M. H., *op. cit.*, (v. nota 42), p. 486, n.º 477.

⁽⁴⁵⁾ GRANT, M., *op. cit.* (v. nota 41), p. 23, nota 1; SYME, R., *Roman papers*, I, Oxford, Clarendon Press, 1979, p. 364; os argumentos em favor da atribuição desta emissão a *Salpensa* apresentados por BUTTREY, T. V., *The «Pietas» denarii of Sextus Pompey*, «The Numismatic Chronicle», London, 6th

A primeira série desta emissão terá sido possivelmente cunhada ainda antes da introdução do novo topónimo, uma vez que este se encontra ausente da legenda do anverso ⁽⁴⁶⁾. Nas séries seguintes, porém, já aparece representado pela abreviatura SAL ⁽⁴⁷⁾. Daqui se infere a importância de que se reveste a cronologia desta emissão para datar a fundação de *Salacia* por Sexto Pompeio. Este terá adoptado o título IMP(erator), incluído na referida legenda, logo depois da morte do seu irmão Gneu, ocorrida na sequência da batalha de *Munda* ⁽⁴⁸⁾. Só um tal *terminus post quem* poderá explicar o emprego de vários cunhos até à inserção no mesmo letreiro do *cognomen* PIVS com que Sexto assinalou a morte de César ⁽⁴⁹⁾. A introdução deste *cognomen* na titulação do anverso poderá ter-se verificado já não em *Salacia*, mas algures no Sul da Península, palco das últimas batalhas de Sexto até à sua reconciliação com Lépido em Agosto ou Setembro de 44 a.C. ⁽⁵⁰⁾. Por conseguinte, os últimos meses de 45 ou os primeiros de 44 afiguram-se-nos como a data mais provável para o início desta emissão que terá sido retomada por algumas semanas após os Idos de Março.

No tocante ao potamónimo pré-romano, apenas sabemos por Ptolemeu que ele perdurou para além do desaparecimento do topónimo que lhe deu origem ⁽⁵¹⁾. Perdida gradualmente a memória deste último, ainda durante a época romana, o rio começou a ser

series, XX, 1960, p. 93-99, foram claramente refutados por CRAWFORD, M. H., *op. cit.* (v. nota 42), p. 93-94, 480 e 486, sem, no entanto, ter deixado de secundar aquela atribuição.

⁽⁴⁶⁾ CRAWFORD, M. H., *op. cit.* (v. nota 42), p. 486, n.º 577/la.

^{I?}) ID., *ibid.*, p. 486, n.º 477/lb-3a.

⁽⁴⁸⁾ GRUEBER, H. A., *Coins of the Roman Republic in the British Museum*, II, London, British Museum, 1910, p. 371 ; SYME, K., *op. cit.* (v. nota 45), p. 369.

⁽⁴⁹⁾ BUTTREY, T. V., *op. cit.* (v. nota 15), p. 92.

⁽⁵⁰⁾ GABBA, E., *Aspetti della lotta in Spagna di Sesto Pompeo*, in «Legio VII Gemina», León, 1970, p. 153-154; os cunhos de anverso onde foi gravado o referido *cognomen* terão sido fabricados a partir de moedas anteriormente cunhadas em *Salacia*; sobre a utilização, ignorada por Buttery, de moedas como matrizes de novos cunhos v. GARCÍA-BELLIDO. M.^a P., *Las monedas de Cástulo con escritura indígena*, Barcelona, Asociación Numismática Española, 1982, p. 220.

⁽⁵¹⁾ Entretanto substituído por SocXXáxaa (Ptol. II, 5, 2).

conhecido pelo nome de **Salatus*⁽⁵²⁾ (*fluuius*) ou **Salatum*⁽⁵³⁾ (*flumen*). Conquanto a evolução **Salatu(s/m)* > **Salado* > **Saado* > *Sado* não se encontre atestada documentalmente, conhece-se uma referência trecentista ao seu diminutivo aplicado inicialmente ao curso superior. «Ribeira de çaadam termo dalcacer»⁽⁵⁴⁾. No decorrer do século xvi o mesmo diminutivo passou a designar a totalidade do rio, num claro testemunho do esquecimento a que a sua etimologia havia sido votada. Cremos que esta abusiva ampliação onomástica — rectificadada a partir do século xvii com a reabilitação do potamónimo desprovido de sufixo⁽⁵⁵⁾ — não deverá ser mais do que um efeito tardio do acentuado despovoamento das margens do Sado a jusante de Alcácer do Sal durante a Idade Média⁽⁵⁶⁾.

⁽⁵²⁾ VASCONCELLOS, J. L. de, *Excursão archeologica a Alcacer-do-Sal*, «O Archeologo Português», Lisboa, I, 1895, p. 84; SILVEIRA, J. da, *Toponimia portuguesa*, «Revista Lusitana», Lisboa, 24, 1922, p. 198.

⁽⁵³⁾ DU CANGE, *Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis*, Vil, Paris, Libraire des Sciences et des Arts, 1938, p. 280, s. u. *Salata*.

⁽⁵⁴⁾ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. João I, Liv. I, fl. 193 v^o: carta de couto passada a Gonçalo Lourenço em 8 de Julho de 1388; sobre a junção do sufixo diminutivo *-ão* a *Sado* v. VASCONCELLOS, J. L. de, *Excursão archeologica ao Sul de Portugal*, «O Archeologo Português», Lisboa, IV, 1898, p. 114; ID., *Ementas gramaticais*, «Revista Lusitana», Lisboa, 32, 1934, p. 281; GIRÃO, A., *Saneamento corográfico e toponímico*, «Boletim do Centro de Estudos Geográficos», Coimbra, 10-11, 1955, p. 91; SILVEIRA, J. da e GIRÃO, A., *O mais antigo mapa de Portugal*, «Boletim do Centro de Estudos Geográficos», Coimbra, 14-15, 1957, p. 26; quanto à sua utilização em nomes comuns v. RIO-TORTO, G. M., *Operações derivacionais que envolvem os sufixos -ão em português*, in «Actas do 2.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, 1986)», Lisboa, 1987, p. 120-121 e p. 136-137, notas 41 e 42.

⁽⁵⁵⁾ Encontrámos pela primeira vez a forma *Sado* em LEÃO, D. N. do, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1610, f.º 39.

⁽⁵⁶⁾ AZEVEDO, R. de, *História da expansão portuguesa no Mundo*, I, Lisboa, Ática, 1937, p. 61; RAU, V., *A exploração e o comércio do Sal de Setúbal. Estudo de história económica*, I, Bertrand, Lisboa, 1951, p. 67.

2. Legendas Latinas

Analisado o topónimo, debrucemo-nos mais detidamente sobre as legendas monetárias em latim, dignas da maior atenção sob o ponto de vista onomástico. Sem pretendemos realizar um estudo definitivo, as compreensíveis lacunas detectadas no volume I dos *Monumenta Linguarum Hispanicarum* do Professor Untermann impunham, quanto a nós, uma nova abordagem deste assunto. Atentemos por agora no quadro seguinte em que os letrados surgem dispostos cronologicamente de acordo com a proposta de ordenação das emissões que apresentaremos a encerrar este trabalho.

QUADRO I

Emissão	LEGENDAS	
	Anverso	Reverso
II, 1	ODACIS·A·	SISBE·A·S
II, 2	ODA·A·S·	
III, 1a	CĀNDNIL·SISCR·F	
III, 1b	SISBE·SISCRA·F	
III, 2	CANDNIL	
IV	SISVCVRHIL	
V	CANTNIP·[EDNI?]/AE·F	
VI	ANDVGEP·SISVC·F·/TVL	
VII	COR[ANI?]	

Se exceptuarmos o último antropónimo registado — ainda assim, de leitura duvidosa — todos os nomes de magistrados presentes nos numismas de **Cantnipo* são desconhecidos no resto da Península.

Ao primeiro deles, *Odacis*, alguns autores atribuem uma origem indo-europeia, havendo quem o identifique com *Audax*, um dos

assassinos de Viriato ⁽⁵⁷⁾. A não ser que se trate de um improvável genitivo, a terminação em *-is* parece inviabilizar uma tal teoria. Preferimos subscrever a opinião de Untermann — ainda que baseada numa leitura deficiente (*Odacisa*) — no sentido de conferir a este nome um parentesco com a onomástica não indo-europeia da Bética ⁽⁵⁸⁾. *Otati*, nome de um magistrado monetário de *Ipolca*, é o que apresenta maiores semelhanças, não deixando Untermann de apontar outros possíveis paralelos, tais como *Optatus*, *Otacilius* e o topónimo *Oducia* ⁽⁵⁹⁾. Segundo o investigador alemão, *Optatus* e *Otacilius*, nomes marcadamente latinos, poderão mascarar um nome indígena como *Odacis*, foneticamente semelhante.

A abreviatura A., associada ao nome do magistrado, continua à espera de decifração. O seu desdobramento em A(*edilis*), ainda que possível ⁽⁶⁰⁾, é difícil de sustentar tanto mais que em duas séries de semisses, uma das quais pertencente à mesma emissão de *Odacis*, esta sigla vem acompanhada por um S., igualmente inexplicável. Na outra série de semisses lê-se a expressão SISBE-A-S- à qual estaríamos tentados a atribuir um significado, em língua indígena, equivalente a SISBE-SISCRA-F ⁽⁶¹⁾, fórmula onomástica latina que

⁽⁵⁷⁾ HEISS, A., *Description générale des monnaies antiques de VEspagne*, Paris, Imprimerie Nationale, 1870, p. 414; HOLDER, A., *Alt-celtischer Sprachschatz*, II, Leipzig, B. G. Teubner, 1904, col. 834, s. u. *Odax*; PALOMAR LAFESA, H., *La onomástica personal pre-latina de la antigua Lusitania*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1957, p. 88, s. u. *Odacis*.

⁽⁵⁸⁾ UNTERMANN, J., *op. cit.* (v. nota 7), p. 343-344.

⁽⁵⁹⁾ Id., *ibid.*, p. 338 e 344; v. igualmente GORROCHATAGUI GHURRUCA, J., *op. cit.* (v. nota 18), p. 243-244.

⁽⁶⁰⁾ GONZÁLEZ ROMÁN, G., *Imperialismo y Romanización en la Provincia Hispania Ulterior*, Granada, Universidad de Granada, 1981, p. 209; LACORT NAVARRO, P. J. *et alii*, *Nuevas inscripciones latinas de Córdoba y su provincia*, «Faventia», Barcelona, 8/1, 1986, p. 74-75; MARÍN DÍAZ, M. A., *Emigración, colonización y municipalización en la Hispania republicana*, Granada, Universidad de Granada, 1988, p. 231-232.

⁽⁶¹⁾ Neste caso, A. poderia abreviar o termo ibérico (em caracteres latinos) equivalente a *filius*: v. UNTERMANN, J., *Inscripciones sepulcrales ibéricas*, «Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses», Castellón de la Plana, 10, 1984, p. 113; *contra*, SILES, J., *Sobre la epigrafía ibérica*, in «Epigrafía de Época Romano-Republicana», Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1986, p. 40-42.

se encontra inscrita nos asses correspondentes. Por ser hipótese demasiado arrojada, julgamos preferível deixar a sua discussão para outra oportunidade.

A emissão III é da responsabilidade de dois irmãos, *Candnil* e *Sisbe*, filhos de *Sisera*. Quando abordámos a questão relativa ao topónimo, havíamos relacionado *Candnil* com o *cognomen Cantnec...* de uma epígrafe de Antequera ⁽⁶²⁾. É interessante notar que sendo *M. Sempronius Cantnec...* filho de *M. Sempronius Sisanna*, a transmissão dos nomes indígenas é idêntica àquela que se observa na legenda em apreço, isto é, a um nome iniciado pelo segmento *Sis-* sucede um outro começado por *Cantn-*. O mesmo não acontece com o nome *Sisbe*, que compartilha com o patronímico a sílaba inicial. Também na antropnimia ibérica da Citerior, mormente na da *turma Salluitana*, conhecem-se vários casos em que um elemento do patronímico faz parte do nome do descendente directo ⁽⁶³⁾. *Sisbe* e *Sisera* vêm assim juntar-se à lista de nomes pessoais iniciados por *Sis-*, com vários testemunhos no vale do *Baetis*, embora estes últimos se caracterizem, com uma possível excepção ⁽⁶⁴⁾, pela presença de uma vogal após o elemento inicial ^(65*). Como eventuais paralelos para *Sisera*, Untermann indica ainda os antropónimos formados pelo radical *iscer*^(bb). Recordemos entretanto que estes ocorrem quase exclusivamente na Citerior ⁽⁶⁷⁾, ou seja, numa área onde não se conhecem nomes pessoais com a componente *Sis-*. Com *Sisbe* a situação é idêntica: torna-se aventurado aparentá-lo

⁽⁶²⁾ V. nota 21.

⁽⁶³⁾ PALOMAR LAPESA, M., *op. cit.* (v. nota 20), p. 368; UNTERMANN, J., *La lengua ibérica*, «Varia», Valencia, III, 1984, p. 256-257.

⁽⁶⁴⁾ Numa moeda de *Vesci*: v. VIVES Y ESCUDERO, A., *op. cit.* (v. nota 16), Est. XCI, n.º 3.

⁽⁶⁵⁾ UNTERMANN, J., *Elementos de un atlas antroponimico de la Hispania Antigua*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1965, p. 22 e p. 163, mapa 70.

⁽⁶⁶⁾ UNTERMANN, J., *op. cit.* (v. nota 7), p. 344.

⁽⁶⁷⁾ UNTERMANN, J., *op. cit.* (v. nota 65), p. 22 e p. 117, mapa 45; ID., *Repertorio antroponimico ibérico*, «Archivo de Prehistoria Levantina», Valencia, XVII, 1987, p. 303.

simultaneamente com os nomes em *Sis-* e com três presumíveis antropónimos desconhecidos na Ulterior: *Isbatar(is)* (Sagunto) ⁽⁶⁸⁾, *Isbetar(licer)* (Sagunto) ⁽⁶⁹⁾ e *Isbinai* (La Serreta, Alcoy) ⁽⁷⁰⁾.

O segmento *Sis-*, desta vez seguido de vogal, repete-se em *Sisucurhil*, nome do magistrado encarregado da emissão IV. Tal como o elemento *Sisuc-* é susceptível de ser relacionado com antropónimos meridionais, também *-urhil* apresenta afinidades com aqueles, em particular com *Vrchail*, nome que evidencia igualmente marcas de aspiração ⁽⁷¹⁾.

Cantnip. é o nome do responsável pela emissão V. Conquanto este seja facilmente legível, o mau estado de conservação dos numismas pertencentes a esta emissão não nos permitiu interpretar com segurança o resto da legenda. [EDNI ?]/AE*F é a leitura que propomos ⁽⁷²⁾, se bem que, em face das incertezas, possam ser aventadas outras interpretações como, por exemplo, [EONI?]/*ÃÊ*F* ⁽⁷³⁾.

Igualmente digno do maior interesse é o letreiro da emissão VI. O nome *Andugep.* comporta duas raízes, conhecendo-se na Península vários nomes pessoais em que a primeira está presente. Entre eles

⁽⁶⁸⁾ PALOMAR LAPESA, H., *op. cit.* (v. nota 20), p. 382-383; SILES, J., *op. cit.* (v. nota 5), p. 248, n.º 1062; UNTERMANN, J., *La gramática de los plomos ibéricos*, «Veleia», Vitoria, 2-3, 1985-1986, p. 50, nota 47; SILES, J., *op. cit.*, (v. nota 61), p. 37-40.

⁽⁶⁹⁾ PALOMAR LAPESA, H., *op. cit.* (v. nota 20), p. 382-383; UNTERMANN J., *op. cit.* (v. nota 20), p. 63; SILES, J., *op. cit.* (v. nota 5), p. 249, n.º 1063; UNTERMANN, J., *op. cit.*, (v. nota 68), p. 50; SILES, J., *op. cit.*, (v. nota 61), p. 37-40.

⁽⁷⁰⁾ SILES, J., *op. cit.* (v. nota 5), p. 249, n.º 1064.

⁽⁷¹⁾ ALBERTOS M.^a L., *Las aspiradas en las lenguas paleohispánicas*: la F y G, «Veleia», Vitoria, 2-3, 1985-1986.

⁽⁷²⁾ *Ednoum* (Peñalba de Villastar): v. TOVAR, A., *op. cit.* (v. nota 39), p. 35; LEJEUNE, M., *op. cit.* (v. nota 27), p. 29; HOZ, J. de e MICHELENA, L., *La inscripción celtibérica de Botorrita*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1974, p. 50 e p. 77, nota 5.

⁽⁷³⁾ *Eona* (Peñalba de Villastar) : v. LEJEUNE, M., *op. cit.* (v. nota 27), p. 81; v. ainda os nomes aquitanos *Edunnis* (gen., mase.) e *Aedunniae* (dat., fern.) : GORROCHATEGUI GHURRUCA, J., *op. cit.* (v. nota 18), p. 280.

poderemos citar *Andotus* ⁽⁷⁴⁾, *Antu* ⁽⁷⁵⁾, *Antor* ⁽⁷⁶⁾, *Antubelliscus* ⁽⁷⁷⁾, *Andumobios* ⁽⁷⁸⁾ e *Aftdos* ⁽⁷⁹⁾. Este último encontra-se também atestado na Aquitânia ⁽⁸⁰⁾ a par de outros nomes como *Andoston* ⁽⁸¹⁾ e *Andossus* ⁽⁸²⁾. *Antullus* é um *cognomen* latino que, segundo Untermann, se poderá relacionar com os nomes acima enunciados ⁽⁸³⁾, apesar de estar concentrado na Bética, onde aqueles não se encontram referenciados. Em trabalho recente, o mesmo autor inclui-o entre os antropónimos característicos do Sudoeste, ao lado de *Attenius*, *Attinius* e *Broccus*, bem como dos que começam pelo segmento *Sis-*: *Sisiren*, *Siseanba*, etc. ⁽⁸⁴⁾.

A raiz *-gep-* é bastante mais rara; *Kebes* (EI Cigarralejo) ⁽⁸⁵⁾, *S or seitei ceboi* (Ampurias) ⁽⁸⁶⁾, *Boftoloicebobam* (Ullastret) ⁽⁸⁷⁾ e *Binicebin* (Alcoy) ⁽⁸⁸⁾ são quatro possíveis antropónimos onde ela parece estar contida.

⁽⁷⁴⁾ ALBERTOS, M.^a L., *La onomástica personal indígena de la región septentrional*, leia», Vitoria, 2-3, 1985-1986, p. 162.

⁽⁷⁵⁾ SILES, J., *op. cit.* (v. nota 5), p. 58, n.º 152.

⁽⁷⁶⁾ *Id.*, *ibid.*, p. 58, n.º 151.

⁽⁷⁷⁾ PALOMAR LAPESA, H., *op. cit.* (v. nota 57), p. 35-36; ENCARNACIÓN, J. d', *Inscripciones romanas do conventus Pacensis*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, p. 567, n.º 487 e p. 777.

⁽⁷⁸⁾ SILES, J., *op. cit.* (v. nota 5), p. 58.

⁽⁷⁹⁾ GARCÍA MERINO, e. e ALBERTOS FIRMAT, M.^a L., *Una nueva tessera hospitalis con texto en lengua celtibérica, hallada en Vxama (Soria)*, in «Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 1980)», Salamanca, Universidad de Salamanca, 1985, p. 316.

⁽⁸⁰⁾ GORROCHATEGUI CHURRUCA, J., *op. cit.* (v. nota 18), p. 142-143.

⁽⁸¹⁾ *Id.*, *ibid.*, p. 141-142.

⁽⁸²⁾ *Id.*, *ibid.*, p. 136-140 e 359.

⁽⁸³⁾ UNTERMANN, J., *op. cit.* (v. nota 65), p. 57, mapa 9.

⁽⁸⁴⁾ *Id.*, *Lenguas y unidades políticas del Suroeste hispánico en época prerromana*, sep. de «De Tartessos a Cervantes», Köln-Wien, Böhlau Verlag, 1985, p. 4 e p. 7, mapa 4.

⁽⁸⁵⁾ SILES, J., *op. cit.* (v. nota 5), p. 159, n.º 619.

⁽⁸⁶⁾ *Id.*, *ibid.*, p. 301, n.º 1345.

⁽⁸⁷⁾ *Id.*, *ibid.*, p. 142, n.º 534.

⁽⁸⁸⁾ PÉREZ BOJAS, M., *La estela ibérica de Caspe: introducción a su estudio lingüístico*, «Archivo Español de Arqueología», Madrid, 56, 1983, p. 280. V. outros possíveis exemplos em BONET ROSADO, H. e MATA PARREÑO, C., *Nuevos grafitos e inscripciones ibéricas valencianos*, «Archivo de Prehistoria Levantina», Valencia, XIX, 1989, p. 138-139 e 141.

Pelo patronímico, ainda que abreviado, sabemos que *Andugep.* é filho do magistrado responsável pela emissão IV. Esta não é a única relação familiar atestada entre os magistrados monetários de **Cantnipo*, já que, como vimos, os dois magistrados referidos na emissão III eram irmãos. Estes laços familiares entre membros da aristocracia ainda não romanizada onomasticamente poderão constituir um resquício do carácter hereditário dos cargos de chefia nas cidades ibéricas ⁽⁸⁹⁾.

Apenas duas hipóteses se nos colocam com vista à interpretação da abreviatura *Tul.* que encerra a fórmula onomástica: ou estamos perante uma forma adjectival composta a partir de um topónimo expressando a *origo* do magistrado, ou então, perante um genitivo do plural mencionado uma unidade supra-familiar, talvez de natureza tribal. *Isurgut.* (Arva e Carmona) ⁽⁹⁰⁾ e *Chilasurgun.* (Alcalá del Rio) ⁽⁹¹⁾ são outras comunidades de provável origem não indo-europeia, que ficaram registadas na epigrafia. É lícito crer que a eventual tribo cujo nome é abreviado por *Tul.* se localize ou até coincida com o território de **Cantnipo*.

Quanto à hipótese (a nosso ver, mais remota) de que *Tul.* abrevie um adjectivo mencionando a *origo* pessoal, é necessário ter-se presente que na toponímia hispânica o leque de opções é bastante reduzido. Somente *Tullica*, cidade dos Caristos ⁽⁹²⁾, e *Tullonium*, cidade dos Várdulos ⁽⁹³⁾, ambas no Nordeste da Península, podem esclarecer a abreviatura. O principal óbice à aceitação de qualquer um destes topónimos reside no facto de eles pertencerem a um território que dificilmente seria o berço de um nome pessoal como *Sisuc.*, sem paralelo na onomástica daquela área.

⁽⁸⁹⁾ ÉTIENNE, R., *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, E. de Boccard, 1958, p. 51-52; GONZÁLEZ ROMAN, C., *op. cit.* (y. nota 60), p. 17-18.

⁽⁹⁰⁾ SÁEZ FERNÁNDEZ, P., *Las centurias de la Bética*, «Habis», Sevilla, 9, 1978, p. 265.

⁽⁹¹⁾ HÜBNER, E., *op. cit.* (v. nota 17), p. 143, n.º 1087.

⁽⁹²⁾ ALBERTOS, M.ª L., *Alava prerromana y romana. Estudio lingüístico*, «Estudios de Arqueología Alavesa», Vitoria, IV, 1970, p. 172.

⁽⁹³⁾ EAD., *ibid.*, p. 172.

Resta-nos comentar o nome de um magistrado que deve constituir a única excepção à origem hispânica dos nomes pessoais aqui analisados. Trata-se de *Corani(us)* ⁽⁹⁴⁾, nome eventualmente representado numa série de semisses de que não vimos qualquer exemplar. É, pois, com as necessárias reservas que apresentamos esta leitura. Para além do caso aqui apontado — estranhamente desprovido de *praenomen* — conhecem-se outros em Manique de Baixo (Cascais, Lisboa) ⁽⁹⁵⁾, Herdade da Amendoeira (Neves, Beja) ⁽⁹⁶⁾, Alcolea del Rio (Sevilha) ⁽⁹⁷⁾, La Rambla (Córdoba) ^(98 *) e em moedas de *Valentia* ^("). Tal como em **Cantnipo*, os dois últimos *nomina* identificam magistrados da época republicana. A presença de indivíduos portadores deste e doutros *nomina* de origem itálica numa fase algo incipiente da romanização deixa entrever a possibilidade de se tratar de imigrantes ou filhos de imigrantes provenientes daquela área, que haviam previamente cumprido o serviço militar na Hispânia ⁽¹⁰⁰⁾. Atraídos quer pela fertilidade dos vales fluviais do Sul, quer pela prosperidade comercial dos centros urbanos do Litoral, aí se instalaram, tomando no espaço de uma ou duas gerações o lugar das elites locais no desempenho de várias magistraturas. Semelhante fenómeno ter-se-á também verificado em **Cantnipo* e noutras cidades do Ocidente, pesando decisivamente na concessão a algumas delas do direito latino, em época anterior a Augusto ⁽¹⁰¹⁾.

⁽⁹⁴⁾ RODRÍGUEZ DE BERLANGA, M., *Varna*, in «Nuevo método de clasificación de las medallas autónomas de España», II, Sevilla, 1873, p. 372; VIVES Y ESCUDERO, A., *op. cit.* (v. nota 16), est. LXXXIV, n.º 8.

⁽⁹⁵⁾ HÜBNER, E., *op. cit.* (v. nota 17), p. 694, n.º 5000.

⁽⁹⁶⁾ ENCARNACÃO, J. d', *op. cit.* (v. nota 77), p. 378-380, n.º 306.

⁽⁹⁷⁾ HÜBNER, E., *op. cit.* (v. nota 17), p. 139, n.º 1060.

⁽⁹⁸⁾ LACORT NAVARRO, P. J. *et alii*, *op. cit.* (v. nota 60), 73-74.

^(") PENA, M.^a J., *Los magistrados monetales de Valentia*, «Saguntum», Valencia, 20, 1986, p. 155-156.

⁽¹⁰⁰⁾ GONZÁLEZ ROMÁN, G., *op. cit.* (v. nota 60), p. 196; PENA, M.^a J., *op. cit.* (v. nota 99), p. 160-163; RICHARDSON, J. S., *Hispaniae. Spain and the development of Roman imperialism 218-82 BC*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986, p. 162-164; MARÍN DÍAZ, M. A., *op. cit.* (v. nota 60), p. 47-82.

⁽¹⁰¹⁾ LE ROUX, P., *Municipe et droit latin en Hispania sous l'Empire*, «Revue Historique de Droit Français et Étranger», Paris, 64, 1986, p. 335-340.

3. Tipologia

À semelhança do que tem acontecido com a antroponímia, a tipologia das moedas de **Cantnipo* tem sido votada ao esquecimento em diversos trabalhos relativos à numismática ibero-romana. Sendo essas obras da autoria de investigadores espanhóis, uma tal indiferença explica-se, por um lado, pela situação em que se encontra a numismática em Portugal ⁽¹⁰²⁾ e, por outro, pela raridade dos achados feitos em território espanhol, o que parece constituir um indício da circulação local da numária em apreço. Porém, o quadro seguinte mostra-nos que os tipos comumente referidos não correspondem em número e em variedade aos que foram até agora identificados.

QUADRO II

Emissão	TIPOS	
	Anverso	Reverso
I, 1	Cabeça de Hércules	Dois atuns
I, 2	Duas espigas	Hipocampo
II, 1	Cabeça de Hércules	Dois atuns
II, 2	Cabeça de Neptuno	Atum
III, 1a	Cabeça de Júpiter	Dois atuns
III, 1b	Cabeça de Júpiter	Dois atuns
III, 2	Cabeça de Hércules	Atum
IV	Cabeça de Neptuno	Dois golfinhos
V	Cabeça de Hércules	Dois golfinhos
VI	Cabeça de Hércules	Dois golfinhos
VII	Cabeça de Hércules	<i>Skyphos(?)</i>
VIII, 1	Cabeça de Hércules	Dois golfinhos
VIII, 2	Espiga	Golfinho

⁽¹⁰²⁾ MARQUES, M. G., *História, numismática e coleccionismo*, «Numisma», Lisboa, 38, 1985, p. 1-3.

Importa desde já ter presente que todos os numismas em análise foram emitidos sob a autoridade romana ⁽¹⁰³⁾ e que os tipos que eles veiculam com maior destaque — nomeadamente as figuras de Hércules, Júpiter e Neptuno — são passíveis de reflectir as crenças religiosas dos conquistadores. No entanto, as efígies dos dois primeiros admitem outras interpretações que variam de acordo com a religião dos utilizadores/destinatários. Assim, e dada a relevância dos influxos fenício-púnicos em **Cantnipo* ⁽¹⁰⁴⁾, é de admitir que, num paralelismo com a iconografia monetária gaditana, a figura de Hércules represente Melkart, podendo Baal Hammon ter sido assimilado às feições de Júpiter-Saturno. Possivelmente instaurado por comerciantes fenícios e cartagineses durante as primeiras viagens ao extremo Ocidente da Península ⁽¹⁰⁵⁾, o culto a Melkart e a Baal Hammon viria a estender-se às populações autóctones que raras vezes se mostraram refractárias a inovações de índole religiosa ⁽¹⁰⁶⁾. A existência, nesta cidade, de um santuário pré-romano ⁽¹⁰⁷⁾ semelhante a outros localizados no Sudeste da

⁽¹⁰³⁾ BELTRÁN LLORIS, F., *Sobre la función de la moneda ibérica e hispano-romana*, in «Estudios en homenaje al Dr. Antonio Beltrán Martínez», Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 1986, p. 890 e 899; BURNETT, A., *The changing face of Republican numismatics*, «The Journal of Roman Studies», London, LXXVII, 1987, p. 179.

⁽¹⁰⁴⁾ SILVA, G. T. da, et alii, *Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979)*, «Setúbal Arqueológica», Setúbal, VI-VII, 1980-81, p. 210-213; EDMONDSON, J. C., *Two industries of Roman Lusitania. Mining and garum production*, Oxford, British Archaeological Reports, 1987, p. 107.

⁽¹⁰⁵⁾ RIBICHINI, S., *Reliefs and religious life*, in «The Phoenicians. Under the scientific direction of Sabatino Moscati», Milano, Bompiani, 1988, p. 114 e 118.

⁽¹⁰⁶⁾ BLÁZQUEZ, J. M., *El sincretismo en la Hispania romana entre las religiones indígenas, griega, romana y mistéricas*, in «La Religión Romana en Hispania», Madrid, Ministerio de Cultura, 1981, p. 179; esta aculturação religiosa tem sido recentemente posta em causa: v. p. ex., BELÉN, M., *Importaciones fenicias en Andalucía Occidental*, in «Los Fenicios en la Península Ibérica», II, Barcelona, Editorial AUSA, 1986, p. 274-275.

⁽¹⁰⁷⁾ Comprovada pelo achado de mais de uma dezena de estatuetas de bronze representando orantes: v. VASCONCELLOS, J. L. de, *op. cit.* (v. nota 52), p. 79-80; FERREIRA, O. da V. e SILVA, C. T. da, *Estatueta lusitana (?) de bronze*

Península (¹⁰⁸) constitui o principal testemunho dessa religiosidade de origem semita. Tal como nas amoedações de *Gadir/Gades* e de *Sexs*⁽¹⁰⁹⁾, outra cidade de fundação fenícia, nas primeiras emissões, Hércules-Melkart surge acompanhado por dois atuns no reverso, simbolizando o estatuto de deus protector dos navegadores e comerciantes (¹¹⁰). Mas não é só a numismática que nos informa da presença no Ocidente do culto a Melkart enquanto divindade marinha. Também na *Geografia* de Estrabão (III, 1, 4) se recolhe uma referência, ainda que obscura, a um templo consagrado a Héracles-Melkart junto ao cabo de S. Vicente (¹¹¹).

A iconografia gaditana será retomada em várias emissões até ser substituída por uma cabeça de Hércules, imberbe, desprovida de pele de leão, mas com um diadema de louros (¹¹²). Esta diferente representação de Hércules parece significar um corte com o mundo semita simbolizado pela anterior efigie conotada com Melkart, traduzindo uma modificação na vivência religiosa da população indígena no sentido de uma total conversão aos deuses do panteão romano e às práticas religiosas que uma tal atitude acarretava.

A presença de Júpiter-Baal Hammon na numária de **Cantnipo* é bastante mais fugaz, apenas ocorrendo numa emissão (¹¹³).

de Alferrar (Setúbal), «Revista de Guimarães», Guimarães, LXXX, 1970, p. 101 \ GOMES, M. V., *El «smiting god» de Azougada (Moura)*, «Trabajos de Prehistoria» Madrid, 40, 1983, p. 208.

(¹⁰⁸) Id., *ibid.*, p. 208.

(¹⁰⁹) VILLARONGA, L., *op. cit.* (v. nota 10), p. 161, n.º 427.

(¹¹⁰) SOLÀ-SOLÉ, J. M., *Miscelánea púnico-hispana*, «Sefarad», Madrid, XVI, 1956, p. 342-343; GARCÍA Y BELLIDO, A., *Deidades semitas en la España Antigua*, «Sefarad», Madrid, XXIV, 1964, p. 15-16 e 28; CHAVES TRISTÁN, F., *op. cit.* (v. nota 42), p. 22-23; GARCÍA-BELLIDO, M.^a P., *op. cit.* (v. nota 14), p. 509-510.

(¹¹¹) VASCONCELLOS, J. L. de, *Religiões da Lusitania*, II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, p. 200-202; SALINAS DE FRIAS, M., *El «Hieron Akroterion» y la geografía religiosa del extremo occidente según Estrabón*, in «Actas I.º Congreso Peninsular de Historia Antigua (Santiago de Compostela, 1986)», Universidad de Santiago de Compostela, II, 1988, p. 139-142.

(¹¹²) VIVES Y ESCUDERO, A., *op. cit.* (v. nota 16), est. LXXXIV, n.º 5; CHAVES TRISTÁN, F. e MARÍN CEBALLOS, M.^a C., *Numismática y religión romana en Hispania*, in «La Religión Romana en Hispania», Madrid, Ministerio de Cultura, 1981, p. 37.

(¹¹³) V. *infra*, moedas n.ºs 10-12.

O carácter orientalizante do deus é comprovado pela existência de dois peixes nos cunhos de reverso, atestando a qualidade de Baal Hammon como protector dos mercadores fenícios e cartagineses que demandavam por mar os centros urbanos do Litoral oeste da Península ⁽¹¹⁴⁾. Não é, por isso, de estranhar que o mesmo deus — identificado com Saturno/Júpiter pelas populações semitas romanizadas do Norte de África ⁽¹¹⁵⁾—tenha encontrado um outro local de culto no Promontório de Sagres a que alude Avieno na *Ora Maritima* (vv. 215-216) ⁽¹¹⁶⁾.

É de admitir que outros tipos documentados na numária em apreço, tais como espigas, golfinhos e símbolos astrais, estivessem imbuídos de um significado religioso. M.^a P. García-Bellido, no supracitado estudo dedicado às emissões «líbio-fenícias», confere a este elementos tipológicos a categoria de atributos da deusa Tanit ⁽¹¹⁷⁾.

No que toca à presença de Neptuno, não é de excluir *a priori* a *interpretatio romana* de uma divindade semita de cariz marinho e de nome ainda desconhecido ⁽¹¹⁸⁾. Porém, não se conhecem na Península Ibérica quaisquer provas de um culto pré-romano a um deus com tais características. Ao contrário do que sucede nas emissões de denários republicanos com a efige de Neptuno ⁽¹¹⁹⁾, nas moedas em análise, este é representado imberbe, o que parece

⁽¹¹⁴⁾ BLECH, M., *Saturn in Hispanien*, «Madriider Mitteilungen», Mainz am Rhein, XIX, 1978, p. 247-248; RIBICHINI, S., *op. cit.* (v. nota 105), p. 114.

⁽¹¹⁵⁾ BLECH, M., *op. cit.* (v. nota 114), p. 240-247; CHAYES TRISTÁN, F., *op. cit.* (v. nota 42), p. 18; GARCÍA-BELLIDO, M.^a P., *op. cit.* (v. nota 14), p. 508.

⁽¹¹⁶⁾ VASCONCELLOS, J. L. de, *op. cit.* (v. nota 111), p. 213-214; GARCÍA Y BELLIDO, Á., *op. cit.* (v. nota 110), p. 37.

⁽¹¹⁷⁾ GARCÍA-BELLIDO, M.^a P., *op. cit.* (v. nota 14), p. 509-510 e p. 5120 nota 64; v. igualmente FANTAR, M. H., *La mer dans la mythologie et V iconographie des Phéniciens-P uniques*, «Africa», Tunis, III-IV, 1969-79, p. 63-66.

⁽¹¹⁸⁾ ID., *Le dieu de la mer chez les Phéniciens et les Puniques*, Roma, Consiglio Nazionale delle Ricerche, 1977, *passim*; TRELL, B. L., *The influence of the Near East on the Punic world — the numismatic evidence*, «Les Cahiers de Tunisie», Tunis, 117-118, 1981, p. 486.

⁽¹¹⁹⁾ ZEHNACKER, H., *Moneta. Recherches sur Vorganisation et Vart des émissions monétaires de la République romaine (289-31 av. J.-C.)*, Rome, École Française de Rome, 1973, p. 732-733.

denunciar a formação local dos *scalptores* envolvidos. Tal como numa inscrição de Bobadela ⁽¹²⁰⁾, Neptuno reveste aqui uma natureza marcadamente fluvial, à imagem do que se verifica em diversas províncias do Império ⁽¹²¹⁾. Porém, enquanto deus dos mares, Neptuno foi adorado num templo erguido em local não muito distante, no Outão, na margem norte da foz do Sado ⁽¹²²⁾. Os últimos vestígios deste templo — já existente no século I d.C. ⁽¹²³⁾ e presumivelmente referenciado por Estrabão (III, 3, 1) ⁽¹²⁴⁾ — terão sido arrasados aquando da realização de obras numa fortaleza em meados do século XVII ⁽¹²⁵⁾. Fica por determinar a existência de qualquer conexão entre este santuário e as moedas de **Cantnipo* com a efige de Neptuno, ou mesmo entre estas e as moedas com a legenda IMP-SAL, que reproduzem as feições daquele deus de acordo com a iconografia clássica.

O hipocampo é outro dos tipos utilizados que é susceptível de ser relacionado com Posídon/Neptuno. Com efeito, eram os hipocampos que, segundo a mitologia clássica, puxavam o carro do deus dos mares ⁽¹²⁶⁾. No entanto, já no 2.º milénio, estes animais

⁽¹²⁰⁾ RIBEIRO, J. C., *Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulius Maelo Caudicus*, «Sintria», Sintra, I-II (1), 1982/83, p. 199 e p.430, nota 29.

⁽¹²¹⁾ DURRBACH, F., *Neptunus*, in «Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines», IV, 1, Paris, Hachette, s. d., p. 61, 71-72; TOUTAIN, J., *Les cultes païens dans l'Empire romain*, I, Paris, Ernest Leroux, 1907, p. 372-378; VASCONCELLOS, J. L. de, *op. cit.* (v. nota 41), p. 251 ; BEN BAAZIZ, S., *Neptune, dieu «guérisseur»*, in «Actes du Troisième Congrès International d'Études des Cultures de la Méditerranée Occidentale (Jerba, «Avril 1981)», Tunis, 1985, p. 425-436.

⁽¹²²⁾ SILVA, C. T. da e SOARES, J., *Arqueologia da Arrábida*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1986, p. 198; ALARCÃO, J. de, *Roman Portugal, I, Introduction*, Warminster, Aris & Phillips Ltd, 1988, p. 102.

⁽¹²³⁾ SILVA, C. T. da e SOARES, J., *op. cit.* (v. nota 122), p. 199.

⁽¹²⁴⁾ ALARCÃO, J. de, *op. cit.* (v. nota 122), p. 147, nota 80.

⁽¹²⁵⁾ SILVA, C. T. da e SOARES, J., *op. cit.* (v. nota 122), p. 198; sobre a etimologia de *Outão* v. MACHADO, J. P., *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, III, Lisboa. Confluência, [1984], p. 1109.

⁽¹²⁶⁾ V., p. ex., LAMER, H., *Hippokampos*, in «Paulys Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft», Vili (16), Stuttgart, J. B. Metzlerche Buchhandlung, 1913, cols. 1748-1772; RICHTER, G. M. A., *Engraved gems of*

fabulosos surgem associados ao deus ugarítico Yam⁽¹²⁷⁾, sendo, nos inícios do milénio seguinte, completamente integrados na religião fenício-púnica ⁽¹²⁸⁾. Tal facto explica a existência, no Sul da Ibéria, de alguns testemunhos iconográficos a eles respeitantes ⁽¹²⁹⁾.

O *skyphos* dentro de láurea, presumivelmente representado no reverso de um raríssimo divisor, deverá ser relacionado com o culto a Hércules, cuja efígie surge uma vez mais reproduzida no anverso ⁽¹³⁰⁾.

4. Cronologia

Quanto à cronologia das moedas de **Cantnipo*, pouco haverá a dizer. Os argumentos de base metrológica tendentes a atribuir datações relativas e absolutas às emissões hispânicas de bronze têm demonstrado alguma falta de solidez ⁽¹³¹⁾. Não é de descartar a eventualidade de que um aturado estudo dos cunhos venha a permitir estabelecer a sequência exacta das emissões, ainda que, numa análise superficial, não tenhamos encontrado qualquer ligação de cunhos de reverso entre moedas de emissões diferentes. Até que sui ja algum achado rigorosamente datável deveremos continuar a situar o funcionamento da ceca de **Cantnipo* na 2.^a metade do século II a.C. e na primeira do século seguinte.

the Romans, London, Phaidon, 1971, p. 30; CRAWFORD, M. H., *op. cit.* (v. nota 42), p. 410-411, n.º 399.

⁽¹²⁷⁾ TRELL, B. L., *op. cit.* (v. nota 118), p. 487, nota 44.

⁽¹²⁸⁾ FANTAR, M. H., *op. cit.* (v. nota 117), p. 61-62; BLÁZQUEZ, J. M., *Primitivas religiones ibéricas*, Madrid, Ediciones Cristiandad, 1983, p. 147.

⁽¹²⁹⁾ ID., *ibid.*, p. 149; MAIA, M. G. P., *Neves I l e a «faciès» cultural de Neves-Corvo*, «Arquivo de Beja», Beja, 2.^a série, III, 1986, p. 36.

⁽¹³⁰⁾ VIVES Y ESCUDERO, A., *op. cit.* (v. nota 16), est. LXXXIV, n.º 8; ATENCIA PÁEZ, R. e BELTRÁN FORTES, J., *Sobre el culto de Hércules en la Baetica: a propósito de un ara votiva de Mollina [Málaga]*, «Mainake», Málaga, X, 1988, p. 130-134.

⁽¹³¹⁾ GRANT, M., *op. cit.* (v. nota 41), p. 300; CRAWFORD, M. H., *op. cit.* (v. nota 11), p. 91; RICHARDSON, J. S., *op. cit.* (v. nota 100), p. 121-122, nota 132; KNAPP, R. C., *Spain*, in «The coinage of the Roman world in the Late Republic», Oxford, British Archaeological Reports, 1987, p. 19 e p. 31, notas 1, 2 e 3.

5. Ordenação das emissões

No catálogo que a seguir apresentamos, procurámos ordenar as emissões cronologicamente, baseando-nos no critério tipológico e tomando como pontos de referência quer os protótipos gaditanos, quer a emissão de asses de *Imperatoria Salaria*.

A ordenação que propomos segue de perto a que foi apresentada por Vives ⁽¹³²⁾. Parece-nos, contudo, que, pelo facto de apresentar o anverso anepígrafo, dever-se-á colocar a emissão com a cabeça de Hércules imberbe ⁽¹³³⁾ no fim da seriação.

Desta nossa proposta constam várias emissões que foram ignoradas por Vives, a despeito de algumas delas já terem sido anteriormente publicadas. Podemos citar como exemplo a relativamente numerosa série de divisores com duas espigas no anverso e um hipocampo sobre a legenda ibérica no reverso, incluída por Vives nas moedas incertas ⁽¹³⁴⁾. Esta decisão resultou certamente do facto de este eminente numismata ter examinado somente moedas contra-marcadas com um S sobre a legenda indígena ou com esta intencionalmente raspada. A supressão desta legenda e a consequente aplicação do S — desdobrável em *Salada* — visou prolongar a circulação daqueles numismas após a alteração do topónimo, numa altura em que o abastecimento de moeda divisionária se processava com grande dificuldade.

6. Catálogo

EMISSÃO I, SÉRIE 1

Asse. VIVES LVXXXIV —1.

Anv.: Cabeça de Hércules com pele de leão à esq.; atrás, clava;
cercadura de pontos.

Rev.: Legenda indígena entre dois atuns à dir.; cercadura de
pontos.

⁽¹³²⁾ VIVES, A., *op. cit.* (v. nota 16), Est. LXXXIV.

⁽¹³³⁾ *Id.*, *ibid.*, Est. LXXXIV, n.º 5.

⁽¹³⁴⁾ *Id.* *ibid.*, Est. CXX, n.º 3.

1. MNAE 153/75 ⁽¹³⁵⁾	15,51 g.	27 mm.	1 h.
2. Gol. particular	14,92 g.	27 mm.	11 h.

SÉRIE 2

Semisse. VIVES CXX — 3.

Anv. : Duas espigas ladeadas por um ou por dois glóbulos dentro de crescentes; cercadura de pontos.

Rev. : Hipocampo à esq. sobre legenda indígena; cercadura de pontos ⁽¹³⁶⁾.3. Pubi, por Rodríguez de
Berlenga ⁽¹³⁷⁾

----- 20 mm.

4. MNAE 153/8 ⁽¹³⁸⁾ 9,94 g. 24 mm. 8h.

EMISSÃO II, SÉRIE 1

Asse. VIVES LXXXIV — 2

Any.: Como I, 1, mas, à frente, legenda latina: ODACIS-A-

Rev.: Como I, 1.

5. MNAE 152/63 ^(139 140) 11,68 g. 26 mm. 12h.6. MNAE 153/77 ⁽¹⁴⁰⁾ 12,64 g. 26 mm. 11h.

SÉRIE 2

Semisse. VIVES —.

Anv.: Cabeça laureada de Neptuno à esq.; atrás, tridente; cercadura de pontos.

⁽¹³⁵⁾ Adquirida em Madrid: v. VASCONCELLOS, J. L. de, *op. cit.* (v. nota 20), p. 306; a numeração das moedas do M.N.A.E. diz respeito à sua colocação nos tabuleiros.

⁽¹³⁶⁾ O segundo exemplar é contramarcado com um S sobre a legenda indígena previamente apagada; sobre as razões deste processo v. *supra*, p. 95; parecem-nos inaceitáveis as premissas de que partiram ANTUNES, M. T. e CARDOSO, J. L., *Moedas de Cetovion. Novas observações*, «Numisma», Lisboa, 41, 1986, p. 1-5.

⁽¹³⁷⁾ V. nota 7.

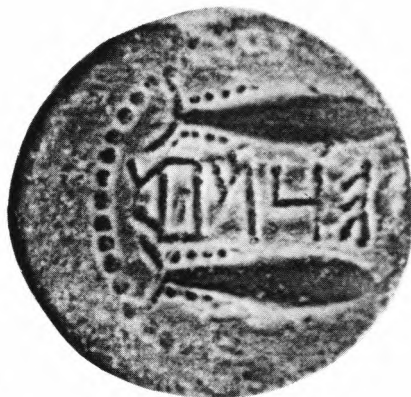
⁽¹³⁸⁾ Publicado por VASCONCELLOS, J. L. de, *Antigualhas de Evoramonte*, «O Archeologo Português», Lisboa, XXIII, 1918, p. 80.

⁽¹³⁹⁾ Proveniente de *Mirobriga* (Santiago do Cacém). Inédito.

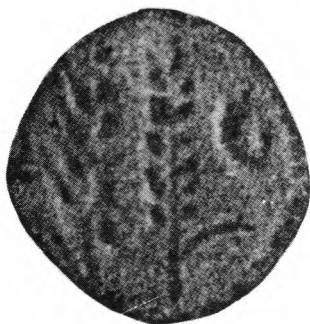
⁽¹⁴⁰⁾ y. nota 135.



1



2



3



4



5



6



7



8



9



10



11



12



13



14



15



16



17



18



19



20



(Página deixada propositadamente em branco)

Rev.: Atum à dir.; em cima, legenda indígena; em baixo, legenda latina: ODA-A-S* ; cercadura de pontos.

7. M.M.A.S. ⁽¹⁴¹⁾	6,52 g.	19 mm.	----
8. Miranda	6,65 g.	18 mm.	11 h.
9. Pubi, por Villaronga ⁽¹⁴²⁾	6,70 g.	19 mm.	12 h.

EMIÇÃO III, SÉRIE Ia

Asse. VIVES LXXXIV —4.

Anv. : Cabeça laureada de Júpiter à esq.; à frente, legenda latina:

CANDNIL-SISCR-F; cercadura de pontos.

Rev. : Como I, 1.

10. M.N.A.E. 335/19 ⁽¹⁴³⁾	14,82 g.	27 mm.	2 h.
11. M.N.A.E. 336/6	12,58 g.	29 mm.	6 h.

SÉRIE Ib

Asse. Vives —.

Anv. : Como o anterior, mas, à frente, legenda latina:

SISBE-SISCRA-F

Rev. : Como I, 1.

12. M.N.A.E. 154/16	12,14 g.	26,5 mm.	4 h.
---------------------	----------	----------	------

SÉRIE 2

Semisse. VIVES LXXXIV —3.

Anv.: Como I, 1, mas, à frente, legenda latina: CANDNIL

Rev.: Como II, 1, mas, em baixo, legenda latina: SISBE-A-S-

13. Flaminio ⁽¹⁴⁴⁾	6,95 g.	20 mm.	6 h.
-------------------------------	---------	--------	------

⁽¹⁴¹⁾ Museu Municipal de Alcácer do Sal; encontrado nesta vila, assim como as moedas n.ºs 13,14, 18 e 20.

⁽¹⁴²⁾ *Op. cit.* (v. nota 10), p. 166, n.º 474.

⁽¹⁴³⁾ Publicado por COSTA, A. I. M. da, *Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal*, «O Archeologo Português», Lisboa, XY, 1910, p. 75-76, Est. IX, figs. 539-540; provém de Chibanes (Palmeia) e encontra-se actualmente no M.N.A.E. com o n.º inv. 20582.

⁽¹⁴⁴⁾ Por falta de espaço, o L do letreiro do anverso não foi gravado neste cunho.

14. Daehnhardt ⁽¹⁴⁵⁾ 6,06 g. 20 mm. 1 h.

EMIÇÃO IV

Asse. VIVES LXXXIV — 6.

Anv. : Cabeça de Neptuno à esq.; atrás, tridente; à frente, legenda latina : SISVCVRHIL; cercadura de pontos.

Rev. : Legenda indígena entre dois golfinhos à dir.; cercadura de pontos.

15. M.N.A.E. 153/76 C⁴⁶) 10,30 g. 26 mm. 7 h.

EMIÇÃO V

Asse. VIVES —.

Anv. : Como I, 1, mas, à frente, legenda latina: CANTNIP-[EDNI ?]/Æ-F

Rev. : Legenda indígena entre dois golfinhos à esq. ; cercadura de pontos.

16. M.N.A.E. 186/42 C⁴⁷) 14,98 g. 28 mm. 2 h.

17. Col. particular 29 mm. 1 h.

EMIÇÃO VI

Asse. VIVES—.

Anv. : Como I, 1, mas, à frente, legenda latina: ANDVGEP-SISVC-F-/TVL

Rev. : Como V.

18. Gambetta 13,34 g. 30 mm. 1 h.

⁽¹⁴⁵⁾ Publicado por VASCONCELLOS, J. L., *op. cit.*, (v. nota 20), p. 305. (içj V. nota 135.

⁽¹⁴⁷⁾ Publicado por SANTOS, M. F. dos, *cit.* (v. nota 15) p. 495.

EMISSÃO VII

Semisse. VIVES LXXXIV — 8.

Anv.: Gomo I, 1, mas, à frente, legenda latina: COR[ANI?]

Rev.: *Skyphos*(?) sobre legenda indígena.

EMISSÃO VIII, SÉRIE 1

Asse. VIVES LXXXIV — 5.

Anv.: Cabeça laureada de Hércules à dir.; atrás, clava; cercadura de pontos.

Rev.: Como V.

19. Diogo	15,14 g. 26 mm.	7 h.
-----------	-----------------	------

SÉRIE 2

Semisse. VIVES—.

Anv.: Espiga vertical; cercadura de pontos.

Rev.: Golfinho à dir. sobre legenda indígena; em cima, dois pontos unidos por uma recta; cercadura de pontos.

20. Gomes	7,70 g.	17,5 mm.	7 h.
-----------	---------	----------	------

Agradecimentos

Desejamos agradecer vivamente a amabilidade de todos os colecionadores que se prontificaram a ceder algumas das suas peças para estudo: Sr. Rainer Daehnhardt (Belas), Dr. A. M. Dias Diogo (Lisboa), Sr. Augusto Flamino (Alcácer do Sal), Eng.º Agostinho Ferreira Gambetta (Lisboa), Sr. Fernando Gomes (Alcácer do Sal), Sr. José Rodrigues Marinho (Lisboa) e Eng.º J. A. Godinho Miranda (Lisboa). Os nossos agradecimentos são extensíveis aos responsáveis pelas colecções públicas que contribuíram para a realização deste trabalho, designadamente os Drs. Francisco Alves e Ana Isabel Santos, do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, e o Dr. João Carlos Lázaro Faria, do Museu Municipal de Alcácer do Sal.

(Página deixada propositadamente em branco)

A. MARQUES DE FARIA

SOBRE A DATA DA FUNDAÇÃO DE *PAX IULIA*
«Conimbriga», XXVIII (1989), p. 101-109

RESUMO: A adscrição dos habitantes de *Pax Iulia* à tribo *Galeria* testemunha a *deductio* da colônia por parte de Octaviano. Não obstante, outros argumentos, tais como o nome *Pax* — atribuído a outras duas colônias (sob a forma *Pacensis*) após a batalha de *Actium* — e a cunhagem de moeda comemorativa da *deductio*, levam-nos a atribuí-la ao período que medeia entre 31 e 27 a.C..

SUMMARY: The foundation of *Pax Iulia* by Octavian is supported by the assignment of the *coloni* to the *Galeria* tribe. However, numismatic evidence, as well as the name *POJC* gives us a more precise chronology. In fact, the scarce coinage minted between 31 and 27 BG by *Pax Iulia* might commemorate this *deductio*. In the same period other two colonies received the title *Pacensis*, never again assigned to any other Roman city.

(Página deixada propositadamente em branco)

SOBRE A DATA DA FUNDAÇÃO DE *PAX IVLIA*

«On the whole subject of colonial and
municipal foundation there is very little
evidence apart from the coins».

MICHAEL GRANT (*)

Muito se tem escrito a propósito da *deductio* de *Pax Iulia* sem que a cunhagem de moeda pela referida cidade tivesse sido trazida à colação ⁽²⁾. De qualquer modo, fazendo uso da documentação não numismática de que há conhecimento, é possível tecer algumas considerações sobre a cronologia da fundação que se nos afiguram pertinentes. Numa segunda parte, introduziremos os dados numismáticos, a nosso ver, indissociáveis da *deductio* em apreço.

A despeito do *nomen* cesariano ⁽³⁾, a adscrição dos *coloni* à tribo *Galeria* ⁽⁴⁾ comprova a fundação de *Pax Iulia* por Octaviano ⁽⁵⁾. No

(*) GRANT, M., *From Imperium to Auctoritas*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969, p. 292.

(2) V., p. ex., WIEGELS, R., *Die Tribusinschriften des römischen Hispanien. Ein Katalog*, Berlin, Walter de Gruyter, 1985, p. 84-85; ALARCÃO, J. de, *O domínio romano em Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, Lda., 1988, p. 67.

(3) GRANT, M., *op. cit.* (v. nota 1), p. 158, nota 7.

(4) ENCARNÇÃO, J. d', *Inscrições romanas do conventus Pacensis*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 1984, p. 745; WIEGELS, R., *op. cit.* (v. nota 2), p. 84-85.

(5) CABALLOS RUFINO, A., *Colonia Claritas Iulia Vcubi*, «Habis», Sevilla, 9, 1978, p.283; PADILLA MONGE, A., *Asido Caesarina: consideraciones acerca de su «status»*, «Habis», Sevilla, 16, 1985, p. 322-325 ; CORTIJO CEREZO, M.^a L., *Una nueva interpretación de CIL, II, 1475*, «Habis», Sevilla, 16, 1985, p. 358.

entanto, a partir da atribuição do nome *Pax* julgamos poder deduzir uma cronologia mais precisa. De facto, este nome — relacionado com outros, tais como *Claritas*, *Concordia*, *Constantia*, *Felicitas*, *Liberalitas* e *Virtus*, que foram conferidos a diversas Cidades hispánicas ⁽⁶⁾ —, parece apontar para uma *deductio* realizada após a batalha de *Actium* (31 a.C.) ⁽⁷⁾. Há razões para crer que todos estes títulos, acrescidos da referencia à *gens Iulia* e concedidos a Centros urbanos aquando da sua fundação ou promoção, remetem para uma estratégia de conquista e legitimação do poder absoluto por parte de Octaviano, apenas tornada exequível após a derrota de Marco António ⁽⁸⁾.

Por outro lado, e para além da *Colonia Pacensis* (Plínio, N. H., IV, 117) que é objecto deste trabalho, importa referir a existência de outras duas que apresentam o mesmo epíteto. Tanto *Forum Iulii Colonia Octavianorum Pacensis Classica* (Fréjus), fundada entre 31 e 27 a.C., como a *Colonia Veneria Pacensis Restituta* (Aléria), *deductio* de Sula e de César, receberam o sobrenome *Pacensis* na sequência da batalha de *Actium* ⁽⁹⁾. A atribuição de tal título a estas três colónias vem comprovar a estreita relação existente entre o culto da deusa epónima e a celebração da vitória de *Actium* por parte do herdeiro de César ⁽¹⁰⁾.

⁽⁶⁾ GALSTERER-KROLL, B., *zu den spanischen Städtelisten des Plinius*, «Archivo Español de Arqueologia», Madrid, 48, 1975, p. 121-123 e p. 127, Quadro I.

⁽⁷⁾ GRANT, M., *Roman Imperial Money*, Edinburgh, Thomas Nelson and Sons Ltd., 1954, p. 22; ID., *op. cit.* (v. nota 1), p. 306; GASCOU, J., *Quand la colonie de Fréjus fut-elle fondée?*, «Latomus», Bruxelles, XLI, 1982, p. 136, 137 e 144; FARIA, A. M. de, *Moedas hispano-romanas do Museu da Guarda*, «Numismática», Lisboa, 40/41, 1986, p. 13.

⁽⁸⁾ ID., *ibid.*, p. 13.

⁽⁹⁾ GASCOU, J., *op. cit.*, (v. nota 7), p. 137, nota 33 e p. 140-145; sobre a colonia da Narbonense v. igualmente GASCOU, J. e JANON, M., *Inscriptions Latines de Narbonnaise. Fréjus*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1985, p. 16-18 e p. 127-129, n.º 117, e DEROC, A., *Les monnaies coloniales de Forum Iulii (Fréjus)*, in «Mélanges offerts au Docteur Colbert de Beaulieu», Paris, Le Léopard d'Or, 1987, p. 285-293.

⁽¹⁰⁾ TOUTAIN, J., *Pax*, in «Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines», IV, 1, Paris, Hachette, s. d., p. 363; KOCH, C., *Pax*, in «Paulys Realencyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft», XVIII, München, Alfred Druckenmüller, 1949, col. 2430; SCOTT RYBERG, I., *The procession of the*



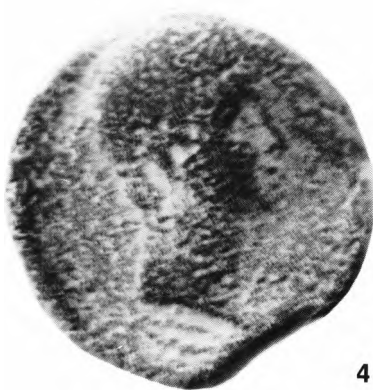
1



2



3



4



5



6

(Página deixada propositadamente em branco)

A designação de *Pax Augusta*, conferida por Estrabão (III, 2, 5) a *Pax Iulia*, não deverá, quanto a nós, ser sobrevalorizada, uma vez que a obra do geógrafo de Amasia é a única fonte que a veicula. Se não se tratar de um provável erro de Estrabão ou de algum dos seus copistas ⁽ⁿ⁾, esta denominação deverá ser apenas tomada como um testemunho da *deductio* por Octaviano numa data imediatamente anterior a 27 a.C..

Para além das observações de ordem histórico-toponímica acima expendidas, os argumentos aduzidos pela numismática assumem uma particular relevância no sentido de comprovar a atribuição da *deductio* de *Pax Iulia* ao período que medeia entre a batalha de *Actium* e a concessão do título de Augusto a Octaviano. Com o objectivo de ilustrar esta nossa tese, reunimos alguns exemplares inéditos ⁽¹²⁾ que se distribuem pelas seguintes emissões:

EMIÇÃO I

Asse. VIVES ⁽¹³⁾ CLXVII: 3.

Anv. : Cabeça descoberta de Octaviano à dir..

Rev.: PAX-1 VL entre duas linhas paralelas; cercadura de pontos.

1. Daehnhardt	10,99 g.	26 mm.	2 h.
2. Miranda	8,60 g.	25 mm.	5 h.

Ara Pads, «Memoirs of the American Academy in Rome», Roma, XIX, 1949, p. 91 ; GRANT, M., *op. cit.* (v. nota 7, p. 22, 23 e 157) ; BELLONI, G. G., *Espressioni iconografiche di Eirene e di Pax*, «Contributi dell'Istituto di Storia Antica dell'Università Cattolica del Sacro Cuore», Milano, XI, 1985, p. 127, 128, 133 e 137; POLVERINI, L., *L'utopia della pace nella «Vita Probi»*, «Contributi dell'Istituto di Storia Antica dell'Università Cattolica del Sacro Cuore», Milano, XI, 1985, p. 239-240.

⁽ⁿ⁾ MARINER, S., *Pax Augusta: historia de una leyenda*, «Hispania Antiqua», Valladolid, III, 1973, p. 327; ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R., *Le Portugal à Vépoque augustéenne*, in «Symposion de Ciudades Augusteas (5-9 Octubre 1976)», I, Universidad de Zaragoza, 1976, p. 173, nota 19.

⁽¹²⁾ Agradecemos aos Srs. Rainer Daehnhardt e Eng. J. A. Godinho Miranda, bem como à Sr.^a D. Maria Amália Guerreiro, directora do Museu Municipal de Santiago de Cacém, as facilidades concedidas para o estudo dos exemplares a seguir catalogados.

⁽¹³⁾ VIVES Y ESCUDERO, A., *La moneda hispánica*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1926, Est. CLXVII.

EMISSÃO Ila

Asse. VIVES CLXVII: 1.

Anv. : Como I.

Rev. : *Pax*⁽¹⁴⁾ sentada à esq., segurando um caduceu e uma cornucópia, entre PAX I e IVL t.

3. Daehnhardt	16,77 g.	31 mm.	6h.
4. Col. particular	15,35 g.	28 mm.	3h.

EMISSÃO lib

Asse. VIVES CLXVII: 2.

Anv. : Como I.

Rev.: Como Ila, mas com a legenda disposta horizontalmente.

5. M.M.S.C. ⁽¹⁵⁾	11,20 g.	26,5 mm.	11 h.
6. Daehnhardt	14,08 g.	26 mm.	2h.

Atestada a heterogeneidade de pesos das moedas hispânicas de bronze durante a época de Augusto ⁽¹⁶⁾, pareceu-nos preferível

⁽¹⁴⁾ Não têm razão de ser as reservas acerca da identificação desta figura manifestadas por CARDOSO, J. L., *Moedas de Pax Iulia*, «Numisma», Lisboa, 43, 1987, p. 4; sobre esta e outras representações da deusa *Eirene/Pax* v. FLOREZ, H., *Medallas de las colonias, municipios y pueblos antiguos de España*, II, Madrid, Antonio Marín, 1758, p. 541; TOUTAIN, J., *op. cit.* (v. nota 10), p. 363; VASCONCELLOS, J. L. de, *Religiões da Lusitania*, III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. 304-305; KOCH, C., *op. cit.* (v. nota 10), cois. 2433-2434; KRAAY, C. M., *Archaic and Classical Greek Coins*, Berkeley — Los Angeles, University of California Press, 1976, p. 197; BELLONI, G. G., *op. cit.* (v. nota 10), p. 127-145; POLVERINI, L., *op. cit.* (v. nota 10), p. 239; SIMON, E., *Eirene*, in «Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae», III, 1, Zürich-München, Artemis Verlag, 1986, p. 700-705; *ibid.*, III, 2, p. 540-542.

⁽¹⁵⁾ Museu Municipal de Santiago de Cacém ; achado em *Mirobriga*: v. PEREIRA, I. *et alii*, *Fouilles de Conimbriga, III. Les monnaies*, Paris, E. de Boccard, 1974, p. 209, n.º 38.

⁽¹⁶⁾ GRANT, M., *op. cit.* (v. nota 1), p. 300; CHAVES TRISTAN, F., *Nuevas aportaciones al estudio metalográfico y metrológico de las cecas de época imperial en la Ulterior*, «Numisma», Madrid, 150-155, 1978, p. 344.

fundar a ordenação das emissões de *Pax Iulia* apenas em bases tipológicas e estilísticas ⁽¹⁷⁾.

Antes do mais, é nossa intenção deixar bem vincado o carácter comemorativo destas amoedações. Este assenta fundamentalmente no reduzido volume de numismas produzidos ⁽¹⁸⁾, facto que lhes confere a maior raridade entre as séries hispano-romanas ⁽¹⁹⁾.

Estamos em crer que não terá decorrido muito tempo entre a cunhagem das duas emissões. A excessiva sobriedade que caracteriza o reverso das primeiras moedas, desajustada numa série comemorativa, terá levado o responsável pela emissão a substituí-las por outras mais condizentes com a importância de que se revestia o acto da fundação.

Admitindo, por um lado, a *deductio* da *Colonia Pax Iulia* entre 31 e 27 a.C. e, por outro, a natureza comemorativa das emissões nela cunhadas, resta saber se é lícito relacionar o segundo com o primeiro facto. Para tal haverá que aduzir os elementos tipológicos susceptíveis de determinar a cronologia das referidas cunhagens. Assim, a ausência de titulatura nos anversos indica um *terminus ante quem* de 27 a.C. ⁽²⁰⁾, ao passo que os modelos iconográficos a que se reportam as efígies de Octaviano deverão ser encontrados nos denários cunhados em Itália entre 36 e 27 a.C. ⁽²¹⁾.

(17) ZOBEL DE ZANGRÓNIZ, J., *Estudio histórico de la moneda antigua española (continuación)*, «Memorial Numismático Español», Madrid, V, 1880, p. 189, nota 3 e p. 192, nota 1.

(18) GRANT, M., *op. cit.* (v. nota 1), p. 291; BELTRÁN LLORIS, F., *Sobre la función de la moneda ibérica e hispano-romana*, in «Estudios en homenaje al Dr. Antonio Beltrán Martínez», Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 1986, p. 901 e 909.

(19) BOST, J.-P. et alii, *Belo IV. Les monnaies*, Madrid, Casa de Velázquez, 1987, p. 48, quadro 13.

(20) GRANT, M., *op. cit.* (v. nota 1), p. 67; GIL FARRÉS, O., *La moneda hispánica en la Edad Antigua*, Madrid, Apartado 13.078, p. 326; BELTRÁN LLORIS, M. e BELTRÁN LLORIS, F., *Numismática hispanorromana de la Tarraconense*, «Numisma», Madrid, 162-164, 1980, p. 67; BELTRÁN LLORIS, M. et alii, *Colonia Victrix Iulia Lepida-Celsa (Velilla de Ebro, Zaragoza)*, I. *La arquitectura de la «Casa de los Delfines»*, Zaragoza, Museo de Zaragoza, 1984, p. 22.

(21) GIARD, J.-B., *Catalogue des monnaies de l'Empire Romain, I. Auguste*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1976, Est. I-IV; SUTHERLAND, C. H. V., *The Roman Imperial Coinage, I. From 31 BC to AD 69*, London, Spink

No que toca à representação da *Pax* nos reversos da emissão II ⁽²²⁾> verificamos que ela ocorre igualmente em duas das emissões de denários a que acima aludimos, anteriores a 28 a.G. ⁽²³⁾, apresentando ambas uma cornucopia e um ramo de oliveira como atributos. Noutra emissão, mas de cistóforos, batida em Éfeso em 28 a.C., a *Pax* surge de novo ilustrada, ostentando desta vez um caduceu ⁽²⁴⁾. Atendendo a estes paralelos cronológicos, afigura-se-nos legítimo concluir que *Pax Iulia* terá sido a única colónia hispânica de Octaviano cuja *deductio* foi celebrada com a cunhagem de moeda. Existem, porém, outros centros urbanos cuja promoção por Octaviano foi assinalada através de emissões monetárias com a sua efigie. É o caso de *Constantia Iulia Osse(t)* (Vives CXI:8), que terá cunhado moeda no momento em que lhe foi concedida o *ius Latii*, o mesmo acontecendo a *Ilerda* (Vives CXXXIV:1) e a *Vrbs Victrix Osca* (Vives CXXXVI:3), quando receberam o estatuto de *municipia*, talvez em 29 ou em 28 a. C.. As oito emissões de asses cunhadas até 27 a. C. fazem recuar a *constitutio* do *Municipium Calagurris Iulia Nassica* (Vives CLVII: 1 e 3-7 e CLVIII: 1-2) em, pelo menos, outros tantos anos⁽²⁵⁾. Ficam por determinar as

and Son Ltd., 1984, p. 30, 31 e 59-61 ; sobre as diversas cronologias atribuídas a estas emissões v. PRAYON, F., *Projektierte Bauten auf römischen Münzen*, in «Praestant Interna. Festschrift für Ulrich Hausmann», Tübingen, Verlag Ernst Wasmuth, 1982, p. 322-324; MANNSPERGER, D., *Annos undeviginti natus. Das Münzsymbol für Octavians Eintritt in die Politik*, in «Praestant Interna. Festschrift für Ulrich Hausmann», Tübingen, Verlag Ernst Wasmuth, 1982, p. 331-332; CRAWFORD, M. H., *Coinage and Money under the Roman Republic*, London, Methuen & Co. Ltd, 1985, p. 256.

⁽²²⁾ Não nos parece cronologicamente significativa a afinidade existente entre os reversos da emissão I e a representação da legenda toponímica nos asses de *Imperatoria Salacia*: v. VIVES Y ESCUDERO, A., *op. cit.* (v. nota 13), Est. LXXXIV: 10.

⁽²³⁾ SUTHERLAND, C. H. V., *op. cit.* (v. nota 21), p. 59, n.º 252 (reverso) e n.º 253 (anverso) ; estas moedas são datadas de 36 a.C. por MANNSPERGER, D., *op. cit.* (v. nota 21), p. 332 e Est. 73, n.ºs 3 e 4.

⁽²⁴⁾ SUTHERLAND, C. H. V., *op. cit.* (v. nota 21), p. 79, n.º 476; sobre esta emissão v. GRANT, M., *op. cit.* (v. nota 7), p. 22; BELLONI, G. G., *op. cit.* (v. nota 10), p. 137-138; POLVERINI, L., *op. cit.* (v. nota 10), p. 239-240.

⁽²⁵⁾ *Contra*, ESPINOSA, U., *Calagurris Iulia*, Logroño, Ayuntamiento de Calahorra, 1984, p. 84-85.

categorias a que acederam *Irippto* (Vives CX: 2), *Laelia* (Vives GUI: 2), *Segobriga* (Vives GXXXV: 3), *Segouia* (Vives CXXXV: 1) d *Bilbilis Italica* (Vives CXXXVIII: 4), igualmente no tempo de Octaviano ⁽²⁶⁾. Aqui, a numismática terá que dar lugar à epigrafia, porquanto a resposta a este tipo de questões estará dependente do aparecimento de novas inscrições.

(²⁶) Sobre a maioria das emissões referidas v. GRANT, M., *op. cit.* (v. nota 1), p. 167, 335, 336e 473; BELTRÁN LLORIS, M. e BELTRÁN LLORIS, F., *op. cit.* (v. nota 20), p. 28 e 67; BELTRÁN LLORIS, M. *et alii*, *op. cit.* (v. nota 20), p. 22; MEDRANO MARQUÉS, M. M.^a e DÍAZ SANZ, M.^a A., *Indicios y evidencias de conflictos y cambios políticos en el convento jurídico caesaraugustano, durante la dinastía Julio-Claudia*, «Kalathos», Teruel, 5-6, 1985-1986, p. 162-168; RODDÁZ, J.-M., *Guerres civiles et romanisation dans la vallée de l'Ebre*, «Revue des Études Anciennes», Talence, LXXXVIII, 1986, p. 331-335.

(Página deixada propositadamente em branco)

FRANCESCA CENERINI

Ricercatore. Dipartimento di Storia Antica, Università di Bologna.

MENS BONA: PROPOSTA PER UN'ISCRIZIONE LUSITANA

«Conimbriga», XXVIII (1989), p. 111-119

RESUMO: A autora propõe que se interprete como *M(ens) B(ona)* o nome da divindade gravado numa ara procedente de Paranhos da Beira (Seia), recentemente publicada por F. P. CURADO («Ficheiro Epigráfico», 17, 1985, n.º 76).

Esta proposta de interpretação insere-se na problemática relativa ao significado que, ñas diversas circunstâncias, se deverá atribuir à apresentação do teónimo por meio de siglas ou de abreviaturas. É nessa perspectiva que ora se analisam quer a estrutura específica do monumento em si quer a condição pessoal da dedicante (*gens* a que pertence, estado civil).

RÉSUMÉ: On propose d'interpréter comme *M(ens) B(ona)* le nom de la divinité gravé sur un autel conservé à Paranhos da Beira (Seia) et publié récemment par F. P. CURADO, dans «Ficheiro Epigráfico», 17 (1986), n. 76. Ce projet d'interprétation va se situer dans la plus vaste problématique à propos de la signification que, dans les divers cas, on doit attribuer à l'abréviation du théonyme. Dans cette perspective ont été ici analysées aussi bien la particulière structure du monument que la condition personnelle de la dédiant (*gens* d'appartenance, état civil).

(Página deixada propositadamente em branco)

MENS BONA: PROPOSTA PER UNTSCRIZIONE LUSITANA

E' stata recentemente pubblicata un'ara votiva conservata a Paranhos da Beira (Seia) (*). L'analisi delle caratteristiche strutturali del monumento, correlata a quella della morfologia del testo iscritto, può, a mio parere, portare a proporre una nuova ipotesi di lettura dell'identità della divinità, cui *Iunia Firmina* aveva indirizzato il voto, successivamente sciolto, ed il cui nome è compendiato nella sigla *M. B.* (2).

Dell'ara non si conosce l'esatta provenienza che, comunque, parrebbe non doversi collocare troppo lontano dall'attuale luogo di conservazione. Si tratta di una tipica *arula*, di «modello standard» nella forma e nelle dimensioni, prodotto officinale di serie, volto a soddisfare la richieste di una devozione corrente; questo monumento, però, presenta una peculiare caratteristica che lo differenzia da altri consimili: alla sommità dell'ara, nel luogo del normale *focus* (3), è stato ricavato un *umbo* conico, di sette centimetri di altezza, al cui centro è stata praticata un'apertura.

Se, da un lato, è evidente che in queste arule, prodotte in serie secondo moduli uniformi, si è fattivamente persa l'originaria

(1) F. P. CURADO, *Ara votiva de Paranhos da Beira*, «Ficheiro Epigráfico», 17 (1986), n. 76. Devo la segnalazione di questo documento alla consueta cortesia della professoressa Angela Donati che qui ringrazio di cuore.

(2) A 1. 1 si legge *M. B. S.* L'ultima lettera della sigla può, come già annota l'Editore, o fare parte integrante del nome della divinità — *Sanctus*, *S(ancta)* — o riferirsi all'oggetto stesso della dedica — *s(acrum)* —.

(3) Si veda, ad esempio, in ambito regionale contiguo, l'ara pubblicata dal CURADO, *Ara a Aelva, de Famalicão [Guarda]*, «Ficheiro Epigráfico», 22 (1987), n. 98.

funzione sacrificale, segnata dal *focus*, nella sua capacità reale di cuocere le carni delle vittime, farne colare il sangue e produrre il fumo ⁽⁴⁾, perdita peraltro semiologicamente già segnata dalla riduzione standardizzata delle dimensioni degli altari, dall'altro, mi sembra perspicuo che in questo monumento particolare si voglia evidenziare una diversa funzione, esemplificata dall'*'umbo* «bucato», segno di una diversa valenza. Tale valenza è da ricercarsi, a mio parere, nella volontà del dedicante di stabilire un più immediato contatto fra se stesso, nella sua qualità di fedele della divinità, che ha fatto un voto che è stato sciolto — *a{ñimo} l(ibens) v(otum) s(olvit)* ⁽⁵⁾ — (la scrittura ne autentica il prodotto), e la divinità

⁽⁴⁾ Notissima è l'interpretazione di M. Detienne e J. P. Vernant del sacrificio nell'antichità, come pure il dibattito che ne è conseguito tra gli studiosi. Ricordo per il punto sulla situazione, il volume miscelaneo a cura di C. GROTANELLI e N. F. PARISE, *Sacrificio e società nel mondo antico*, Bari 1988.

⁽⁵⁾ Si noti altresì che, pur essendo *A.L.V.S.* formula ampiamente stereotipa, in questo caso, significativamente, non compare il concetto del «merito» della divinità (implicito nel rapporto privilegiato instaurato fra dedicante e divinità) e che il normale rapporto di concatenazione espresso dalla formula *V.S.L.(L.)M.* è qui invertito. *Animo libens* è stato sciolto il voto (e non viceversa) quasi che *Iunia Firmina* fosse in certo qual modo già sicura dell'intervento della divinità, a lei legata da un rapporto peculiare. Importante è altresì valutare le modalità di adozione del formulario religioso romano e dei connessi abiti mentali nelle dediche a divinità indigene: si veda, ad esempio, la perscrittura del formulario *animo libens votum solvit vel posuit* nelle dediche alla divinità indigena *Endovellicus* (*CIL*, II, 135 = J. D'ENCARNÇÃO, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984 — citato in seguito *IRCP* —, 510; *CIL*, II, 137 = *IRCP*, 531; *CIL*, II, 5206 = *IRCP*, 485) e l'interessante dedica *Deo Endovellico sacr(um), / Iunia Eliana voto suscepto, / Elvia Ybas mater filie / sue votum susceptum / animo libens posuit* (*CIL*, II, 136 = *IRCP*, 514), dediche tutte dal territorio di Vila Viçosa; cf. anche *AEp*, 1969-1970, 217-225. Su questa divinità, cfr. ENCARNÇÃO, *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Lisboa, 1975, p. 181-185. Si veda ancora *QV/ [AN]GEO V./A.L. [£]* (CURADO, *Fragmento de ara de Nisa*, «Ficheiro Epigráfico», 23 (1987), n. 103 e *Q/[VAN] / CEI [O]? / TAN [GO]? / V.S.L.M.* (R. CARVALHO, *Ara votiva de iV.^a Sr* dos Prazeres (Nisa)*, *ibid.*, 23 (1987), n. 106; *TANGINVS / TV RAN I . F. / QVANGEIV / V.S. ; [QV]ANGEI [O] / A.L. / V.S* (CURADO, *Aras a Quangeius da Ribeira da Nave (Sabugal)*, *ibid.*, 22 (1987), n. 100, 1 e 2. Si noti la peculiare dedica *MARJTI BORO* *iA.L.V.S.* dove, per contro, è l'onomastica del dedicante ad essere

stessa che, in modo che è palesato dal monumento, ne ha esaudito le richieste.

In alcuni casi tale volontà è esemplata da un orecchio, scolpito o invocato sul monumento votivo, e le divinità che «prestano orecchio» sono pertanto dette *Osoi sTu^xoot* (6).

È possibile che *Iunia Firmina* si voti ad una divinità con cui instaura psicologicamente un rapporto privilegiato e che non sia, pertanto, necessario scrivere (e far leggere) a tutte lettere il nome della divinità medesima, quasi a proteggere, con segno criptico, tale rapporto privilegiato. In questo senso interpreto la «carica semantica» dell'abbreviazione del teonimo in questo monumento, in quanto si tratta di materiale non troppo difficile ad incidersi (7) e, comunque, facente parte di una pratica officinale di antica tradizione; quindi, il costo di una scrittura per esteso non avrebbe gravato eccessivamente sulla spesa complessiva del monumento (a differenza, per esempio, di una scrittura puntinata su metallo) (8).

Quale divinità? La mia proposta è che si tratti e, quindi, si possa sciogliere con *M(enti) B(onaè)*. Già documentata come divinità disposta «ad ascoltare» (9), essa può rivelare un legame suggestivo

siglata, *L.C.O.*, interpretato come *L(ucius) C(ornelius) O(ptatus)* (*AEp*, 1967» 140 = J. VIVES, *Inscripciones latinas de la España romana*, Barcelona 1971 — citato in seguito *ILER* —, 683), mentre il nome della divinità è scritto per intero; cfr. *ENCARNAÇÃO, Divindades*, cit., p. 233-234.

(6) Su tale problematica vd. F. CENERINI, *Mens Bona e aures: nota epigrafica*, «*Epigraphica*», 48 (1986), p. 99-113. Alla bibliografia citata a nota 15 e passim, si aggiunga, in chiave diversa, C. J. BLEEKEER, *Uoeil et Voreille: leur signification religieuse*, «*The sacred bridge. Researches into the nature and structure of religion*», Leiden 1963, p. 52-71.

(7) «Granito de grão fino» (CURADO, *Ara votiva*, cit., n. 76). In questo caso, non sussiste un problema di carenza di spazio epigrafico, in quanto le lettere sono abbondantemente distanziate tra di loro, con ampi spazi dai margini della superficie scrittoria.

(8) Su tali problematiche si veda G. SUSINI, *Epigrafia romana*, Roma 1982, p. 88 ss. e passim. Non va, ovviamente, scartata la possibilità che l'altare fosse dedicato in luogo consacrato alla medesima divinità e che quest'ultima, pertanto, fosse immediatamente perspicua. Comunque sia, anche in questo secondo caso, le condizioni oggettive del rapporto fedele-divinità non mutano.

(9) F. CENERINI, *Mens Bona*, cit., p. 113. Si noti che, nel caso analizzato nel lavoro citato, si è ravvisata la raffigurazione di un orecchio nell'*umbilicus* (!)

con la *gens Iunia*. Secondo un'etimologia accreditata da Macrobio (*¹⁰), il mese di giugno (*iunius*) deriverebbe il proprio nome in ricordo di *M. Iunius Brutus*, primo console della repubblica romana che, dopo aver cacciato Tarquinio, istituì un culto a Carna sul Celio, come scioglimento di un voto⁽¹¹⁾. La festa di *Mens* cade l'otto giugno, anniversario della dedica del tempio votado in Campidoglio da T. Otacilio Crasso nel 217 a. C. ⁽¹²⁾. Tale divinità trova posto nel mese di giugno, in evidente correlazione calendariale con *Iuno* (*Moneta*) ⁽¹³⁾ e Carna, contitolari delle calende di giugno, divinità tutte, si noti, con valenze manticle e terapeutiche ⁽¹⁴⁾. *Mens* (*Bona*) è stata posta di recente ⁽¹⁵⁾ in correlazione con il *magister Iunius*, atestato a Carsioli, «incaricato di espletare anche le incombenze religiose per la divinità proprie dell'8 Giugno» ⁽¹⁶⁾.

Non molto si può dire, per quanto appare dagli scarni dati onomastici registrati sulla pietra, dell'anagrafe di *Iunia Firmina*: la non menzione del patronimico potrebbe anche alludere ad una condizione libertina. In tal caso, si deve notare che il culto di *Mens Bona* ha forti implicanze in quel mondo servile che vede nella

della patera scolpita sulla fronte dell'ara (*CIL*, XI, 1327) e, quindi, in posizione di rilievo rispetto a quella standardizzata della coppia urceo-patera sui fianchi dell'ara.

(io) *Sat.*, I, 12, 31-33.

(u) Cf. D. SABBATUCCI, *La religione di Roma antica dal calendario festivo all'ordine cosmico*, Milano 1988, p. 183 ss. Interessante notare che Attico, su esplicita richiesta di Marco Bruto, redasse una genealogia della *gens Iunia* (cf. *Nep., Att.*, 18, 3), in un clima culturale che vedeva gli esponenti delle tradizionali *gentes* romane impegnati nel recupero delle memorie avite, quale ulteriore carta da giocare sul tavolo della turbolenta scena politica coeva.

⁽¹²⁾ Liv. XXII, 9, 10; 10, 10; XXIII, 31, 9; 32, 20; Cic., *De nat. deor.*, II, 23, 61; Ov., *Fast.*, VI, 241-248; A. DEGRASSI, *Inscrit.*, XIII, 2, p. 467. Sulle vicende che portano all'introduzione a Roma di tale *cuUo*, cf. CENERINI, *Mens Bona*, cit., p. 108-111.

⁽¹³⁾ Secondo una diversa etimologia (cf. *Macr., Sat.*, I, 12, 30; Ov., *Fast.*, VI, 1-96), il mese deriva il proprio nome da *Iuno* in ogni caso, un *aedes* fu dedicata a *Iuno Moneta* sul Campidoglio le calende di giugno (cf. *Macr., ibid.*).

⁽¹⁴⁾ Cf. la dedica *Menti Bonae Saluti* di Tibur (*Inscrit.* IV, 1, 64).

⁽¹⁵⁾ Cf. M. BUONOCORE, *Il «magister Iunius» ed il culto di «Mens» a «Carsioli»*, «*Par. Pass.*», 40 (1985), p. 384-386.

⁽¹⁶⁾ *Ibid.*, p. 386.

manomissione legale lo strumento di integrazione nel sistema politico-sociale romano ⁽¹⁷⁾. L'Editore data il monumento, su basi paleografiche, alla fine del I sec. d. C. Se è vero che, in questo periodo, la romanizzazione della Lusitania può dirsi fatto pressoché compiuto con la conseguente omogeneizzazione dei dati onomastici sul modello romano ⁽¹⁸⁾, è altresì da notare che proprio il *cognomen Firmus*, -a è stato studiato quale indice di romanizzazione nell'antroponomia provinciale ⁽¹⁹⁾.

Va comunque rilevato che la *gens Iunia* è sufficientemente attestata in Lusitania, anche in posizioni elevate: ricordo *M. Iunius Latro, Conimbrigensis, flamen provinciae Lusitaniae*, coautore ad Emerita di una dedica a Tito nel luglio-agosto del 77 d. C. ⁽²⁰⁾; [L. ?] *Iunius L. f. Gal(eria) [P]hilo, Ilvir, ex d(ecreto) d(ecurionum) flamen divi Augusti perpetuus* ⁽²¹⁾; *G. Iunius Receptus, IIIIIlvir* ⁽²²⁾, *il

⁽¹⁷⁾ Cf. Diod., XXXVI, 4, 8. Cf. anche G. ALFÖLDY, *Storia sociale dell'antica Roma*, trad. it. Bologna 1987, p. 102. Ricordo, a tale proposito, che il culto di *Mens* fu introdotto a Roma nel 217 a.C., anno cruciale per la sicurezza di Roma; tra gli eventi funesti, le fonti attestano una congiura di venticinque schiavi, fomentata da un agente cartaginese: cf. M. CAPOZZA, *Movimenti servili nel mondo romano in età repubblicana*, I, Roma, 1966, p. 95-100 e relative fonti. L'anno successivo, dopo la disfatta di Canne, lo stato romano arruolò due legioni di *volones* (Liv., XXII, 57, 11-12; 59, 12; XXXIV, 6, 12; Val. Max., VII, 6, 1).

⁽¹⁸⁾ Cf. A. TOVAR, *Les noms ibériques*, «L'onomastique latine», Coll. Int. CNRS n. 564, Paris, 13-15 octobre 1975, p. 281-292.

⁽¹⁹⁾ Cf. D. RENDIC-MIOCEVIC, «Ziva antika», 13-14 (1964), p. 101-110; cf. J. SASEL, *L'anthroponymie dans la province romaine de Dalmatie*, «Onomastique», cit., p. 365-383, partie, p. 370.

⁽²⁰⁾ *CIL*, II, 5264 = *ILE R*, 1082 = *AEp*, 1982, 486. L'esatta lettura del prenome nonché la datazione precisa si devono a R. ÉTIENNE, G. FABRE, P. et M. LÉVÊQUE, *Fouilles de Conimbriga*, II, Paris 1976, p. 49-50, n. 24. Altre attestazioni di *Iunii* ad Emerita in *CIL*, II, 563 = *ILER* 4460; *CIL*, li, 568 = *ILER*, 4611; *CIL*, II, 569 = *ILER W2i*; *CIL*, II, 570 = *ILER*, 2746; *C/L*, 11,571 = *ILER*, 6198; *CIL*, II, 572 = *ILER*, 4243.

⁽²¹⁾ ENCARNÇÃO, *Lfm texto honorífico de Alcacer do Sal (Conventus Pacensis)*, «Ficheiro Epigráfico», 4 (1982), n. 13 = *AEp*, 1982, 461 = *IRCP*, 186, da Alcácer do Sai. Qui è attestata, da iscrizione sepolcrale, anche una *Iunia Corinthia* (*CIL*, II, 5183 = *IRCP*, 193).

⁽²²⁾ *CIL*, II, 2 = 5133 = *IRCP*, 11; cf. ÉTIENNE, *Le culte impérial dans la péninsule ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris 1974, p. 254 e

Iunia Verecunda, flaminica perpetua municipii Eborensis ⁽²³⁾. È altresì attestato un senatore ⁽²⁴⁾ *Q. Iulius Cordus Iunius Ma(u)ricus*, importante proprietario terriero di Evora ⁽²⁵⁾. Costui fu adottato senza dubbio da *Iunius Mauricus*, notissimo senatore d'età domiziano-traianea ⁽²⁶⁾, di probabile nascita cisalpina ⁽²⁷⁾ esiliato da Domiziano nel 93 e rientrato a Roma alla morte dell'imperatore ⁽²⁸⁾. L'adozione di un lusitano induce a ritenere

ENCARNAÇÃO, «Conimbriga», 23 (1984), p. 17, n. 8, da Ossonoba. Altre attestazioni di *Iunii* ad Ossonoba in *CIL*, li, 5 = *IRCP*, 21; ENCARNAÇÃO, «Conimbriga», 23 (1984), p. 15, n. 5 = *IRCP*, 10.

⁽²³⁾ *CIL*, II, 115 = *IRCP*, p. 443; cf. ÉTIENNE, *Culte*, cit., p. 239. Altre attestazioni di *Iunii* ad Ebora in *CIL*, II, 118 = *IRCP*, 400; *AEp*, 1980, 542 = *IRCP*, 399 (quest'ultima si ascrive all'inizio del III sec. d.C.). Altre attestazioni di *Iunii* in Lusitania: ad Olisipo (*CIL*, II, 229 = *ILER*, 5208; *CIL*, II, 319 = *ILER*, 4239; *CIL*, II, 6252, 6; 6254, 24; *AEp*, 1981, 492: iscrizione sepolcrale di [Fu]ndana, ascrivibile al I sec. d.C., rinvenuta a Caparide, distr. di Cascais; Vila Viçosa (*CIL*, II, 136 = *IRCP*, 514; *CIL*, II, 5206 = *IRCP*, 485); Metellinum (*CIL*, II, 612 = *ILER*, 2252); Norba (*CIL*, II, 707 = *ILER*, 2255); Capera (*CIL*, II, 837 = *ILER*, 4587); Aljustrel (C. DOMERGUE, «Conimbriga», 22 (1983), p. 33 — *IRCP*, 121); Conimbiiga (*CIL*, II, 5242 = 3995; *Fouilles de Conimbriga*, cit., p. 34, n. 238). Per quanto riguarda *AEp*, 1953, 257 = *ILER*, 745, da Olisipo, in cui pare leggersi [Iu]nia T. vel L. f. Tusca e [Pub?]licia M. f. Tusca mater (cf. anche ENCARNAÇÃO, *Divindades*, cit., p. 117), cf. quanto scrive IIRO KAJANTO, *The Latin cognomina*, rist. Roma 1982, p. 51: «A still clearer example of an anomaly is *Tuscus*. This is not one of the most popular geographical cognomina: 44 examples, but 23, more than a half, are from Hispania. Because there is no known Iberian or Celtic tribe called *Tusci*, the name must be of Italian origin. The causes of such anomalies, if anomalies they be, are always difficult to interpret, illogical fashions playing so conspicuous a part in name-giving. *Gallus*, *Germanus*, and *Saxo* may have had an exotic flavour in Africa, but it is problematic whether the same interpretation is applicable to *Tuscus*». Si veda altresì *AEp*, 1982, 468, da Torres Vedras: *Reburus Tusci f. et Tusca Tusci f.* nonché *AEp*, 1984, 464, «texte intéressant pour les phénomènes d'acculturation en liaison avec l'évolution de l'état civil».

⁽²⁴⁾ L'iscrizione rinvenuta a S. Brissos, distr. d'Évora (*AEp*, 1969-1970, 215 = *AEp*, 1972, 238 = *IRCP*, 414) è fratta dopo la parola *III* [vir—].

⁽²⁵⁾ Cf. W. ECK, *PW*, Suppl. XIV, 1974, coll. 207-208; ÉTIENNE, *Sénateurs originaires de la province de Lusitanie*, «*Tituli*», 5, 1982, p. 521-529.

⁽²⁶⁾ *PIR*², VI, 771.

⁽²⁷⁾ Cf. R. SYME, *Tacito*, II, trad. it. Brescia 1971, p. 734, nota 78.

⁽²⁸⁾ Il fratello, *Q. Iunius Arulenus Rusticus*, fu invece fatto uccidere: cf. *PIR*², IV, I, 730.

che *Iunius Mauricus* fosse stato accolto in queste terre durante il suo esilio ⁽²⁹⁾.

Tenuto conto della precipua diffusione in Italia del culto di *Mens Bona* ⁽²⁰⁾, allo stato attuale della documentazione, non escludo, come ipotesi di lavoro, che *Iunia Firmina* possa essere di origine italica; fedele devota di *Mens Bona*, a questa divinità in terra lusitana scioglie il voto, evidentemente esaudito, che aveva per oggetto, forse, il ritorno in Italia.

Ricordo, per confronto, la presenza, *in municipio Suelitano*, di *L. Iunius Puteolanus, Vivir augustalis*, autore di una dedica, *sacrum, Neptuno Aug(usto)* ⁽³¹⁾. Costui, originario con ogni probabilità di Puteoli ⁽³²⁾, compie atto devozionale alla divinità che ne protegge i commerci marittimi, il cui buon esito gli ha consentito di raggiungere, *primus et perpetuus*, per specifico provvedimento dei competenti organi deliberanti (*decreto decurionum*), tutti quegli *honores quos libertini gerere potuerunt* ⁽³³⁾.

La dedica diventa quindi, nella sua scrittura estensiva ed ostentata, segno perenne della «fortuna» di questo self-made man che porta a compimento gli atti socialmente dovuti in base al rango acquisito: *epulo dato d(e) s(ua) p(ecunia) d(ono) d(edit)*.

⁽²⁹⁾ Cf. ÉTIENNE, *Sénateurs*, cit., p. 523: «La gens des *Q. Iulii*, dont un membre a pu être adopté pour des raisons qui nous échappent (accueil d'un membre influent du Sénat exilé par Domitien en une terre lointaine ?) et a trouvé ainsi la possibilité de son ascension sociale».

⁽³⁰⁾ Attestazioni a Roma, Cora, Alba Fucens, Garsioli, Tibur, Aquileia, Luni e, soprattutto, Paestum, località da cui proviene il maggior numero in assoluto di dediche alla divinità. Una dedica a *Iuppiter Depulsor, Bona Mens* e *Fortuna Redux* fu fatta a Lugdunum da *T. Flavius Secundus Philippianus*, legato dei Severi della provincia gallica, *redhibita et suscepta provincia*, a seguito degli scontri con Glodio Albino. Per la bibliografia sui singoli documenti rimando a CENERINI, *Mens Bona*, cit., p. 110, nota 50 e passim.

⁽³¹⁾ *CIL*, II, 1944 = Dessau, 6914 = *ILER*, 297. Negli indici del Dessau (III, 2, p. 690) compare la parola corretta — *gerere* — in luogo di — *genere* — (cf. *ad. loc.*, 1.8).

⁽³²⁾ Cf. ÉTIENNE, *Culte*, cit., p. 264, nota 4.

⁽³³⁾ Cf., comunque, ÉTIENNE, *ibid.*: «La naïveté de *L. Iunius Puteolanus*... s'étale dans la mention des honneurs que peuvent recevoir les affranchis, alors que toute trace d'affranchissement a disparu de son onomastique».

(Página deixada propositadamente em branco)



FIG. 1

(Página deixada propositadamente em branco)

O TEÓNIMO *VASEGVS*

«Gonimbriga», XXVIII (1989), p. 121-156

RESUMO: Um pequeno, mas verdadeiramente interessante monumento epigráfico — uma *arula* descoberta em Some (distrito de Coimbra) no ano de 1825 e registada por Hübner (*C.I.L.* II 363) em 1869 — foi recentemente detectado nas reservas arqueológicas da Academia das Ciências de Lisboa. Tornou-se assim possível proceder a uma observação directa da peça, corrigindo-se a leitura apresentada por Hübner e fixando-se a forma do teónimo: *VASEGO* (dat.).

No presente artigo, depois de recordar as circunstâncias do achado, o autor revê uma a uma as diversas opiniões, já publicadas, relativas à interpretação da epígrafe e respectivo teónimo (Hübner, Steuding, Leite de Vasconcellos, Holder, Toutain, Keune, Heichelheim, Blázquez, Encarnação, Alarcão), apresentando depois uma descrição objectiva do monumento e consequente leitura do texto nele gravado, baseadas numa análise minuciosa do próprio original. Em seguida sugere e discute algumas hipóteses possíveis quanto ao significado etimológico do teónimo, acabando por considerar como mais provável a que relaciona *Vasegus* com o ide. **uesu*, ‘bom’. Por fim, indexa várias razões que, conjugadamente, o levam a atribuir a *arula* a um período compreendido entre finais da primeira metade do séc. III e inícios do séc. IV d.C..

SUMMARY: A very interesting, although small, epigraphic monument — an *arula* unearthed at Soure (district of Coimbra) in 1825, and described by Hübner [*C.I.L.* II 363) in 1869 — was recently identified as part of the archaeological fund of the Academia das Ciências de Lisboa. This offered an opportunity for reexamination, which allowed to correct the Hübner’s reading, and to fix the form of the theonym: *VASEGO* [dat.).

In the present paper, after remembering the circumstances of discovery of the piece, the author proceeds with a separate review of the different opinions on the contents of the inscription (Hübner, Steuding, Leite de Vasconcellos, Holder, Toutain, Keune, Heichelheim, Blázquez, Encarnação, Alarcão), and presents the analytical study of it, based on direct close scrutiny. Thereafter, some hypotheses on the etymological meaning of the theonym are discussed, that relating *Vasegus* to IE. **uesu*, ‘good’, being accepted as the most probable one. Finally, reasons are advanced for the attribution of the *arula* to the period from the late first half of the 3rd century to the early 4th century A.D.

(Página deixada propositadamente em branco)

O TEÓNIMO *VASEGVS*

«La primera tarea será (...) obtener entradas que sean dignas de confianza para el léxico de teónimos en el cual fundaremos nuestras conclusiones: hay que recoger un núcleo de elementos seguros aunque sean de número muy reducido, y esta tarea se cumple en dos pasos: la verificación definitiva de lo que se lee — o no se lee — sobre las piedras disponibles a nuestro estudio directo, y la interpretación de los textos establecidos para asegurar que contienen teónimos y para fijar la forma de ellos y su posición sintáctica dentro de frases inteligibles en su totalidad» (Untermann, 1985, pp. 343-344).

Assim se exprimía recentemente Untermann, fazendo aliás eco de preocupações hoje em dia generalizadas entre a maioria dos investigadores que se dedicam ao estudo da antiga onomástica hispânica e agindo, afinal, na esteira das insistentes e lúcidas recomendações que, naquele mesmo sentido, desde há quase duas décadas nos têm vindo a ser sugeridas — e pessoalmente postas em prática — por Albertos Firmat (1972, p. 2; 1975b; 1977; etc.) (¹).

Esta problemática abordámo-la já nós próprios ao relegar em definitivo da série de teónimos hispânicos a pretensa divindade **Aponianicus Poliscinius*, com base na análise de amplicópias efectuadas a partir de um antigo negativo fotográfico, o que

9) Não queremos deixar de prestar aqui homenagem a M.^a Lourdes Albertos Firmat, que tão prematura e inesperadamente nos deixou, mas cuja presença continua a fazer sentir-se por virtude de uma vasta obra de constante e imprescindível referência, fruto da mais sólida erudição aliada a uma persistente e continuada pesquisa prática, e cuja actuante vitalidade decerto perdurará ainda por largos anos.

proporcionou a correcta reinterpretação da epígrafe apesar de o respectivo original se ter entretanto perdido (Cardim Ribeiro, 1987).

Vimos, agora, tratar de urna outra árula considerada como desaparecida e de igual modo portadora de um hipotético teónimo de origem pré-latina. Só que, desta vez, conseguimos reencontrar o monumento em si, e foi-nos dado confirmar, na essência, as anteriores leituras de sua invocação: *VASEGO*. O que, todavia, não impediu que constatássemos a necessidade de alterar, em certos pontos, a versão do texto que tem sido divulgada (*C.I.L.* II 363; Leite de Vasconcellos, 1905, p. 314; Blázquez, 1962, p. 113; *I.L.E.R.* 948; Encarnação, 1975, pp. 296-297). Não nos furtámos, também, a tecer algumas considerações sobre o eventual significado etimológico do teónimo, bem como a datar o monumento com relativa aproximação. Antes, porém, entendemos oportuno expor — ainda que concisamente — a história da peça desde a sua descoberta até à actualidade e, em simultâneo, inventariar os autores que sobre ela se debruçaram.

*

**

Luiz de Mello Tocho encontrou a presente árula em 1825, na Quinta da Madalena, propriedade localizada numa colina sobranceira à margem esquerda do rio Anços, a SW. da vila de Soure (distr. de Coimbra) [Fig. 5]. Tendo, mais tarde, chegado à posse de Canaes de Figueiredo Castello Branco, foi por este convenientemente divulgada através de comunicação proferida em 1849 na Academia Real das Ciências de Lisboa, vindo esse apontamento — do qual extraímos as notícias acabadas de referir — a ser publicado dois anos depois (Castello Branco, 1851, pp. 53 ss.). Ainda que a interpretação da epígrafe ali adiantada se revele, no seu todo, destituída de sentido, e que a sua própria leitura contenha incorrecções, possui o artigo de Castello Branco o mérito não só de dar pela primeira vez a conhecer a árula em causa e de indicar as respectivas condições de descoberta, mas também o de incluir, em anexo e sob desenho de Bartholomeo Maria d'Almeida, uma gravura que representa o monumento em tamanho natural

e — atendendo à época — com rara fidelidade paleografica, registando mesmo, a par de alguns naturais equívocos, certos pormenores de real interesse que escaparam aos subsequentes comentadores (e que, como veremos, se revestem da maior importância para uma cabal compreensão do texto); aliás, aquela gravura mereceu desde logo uma divulgação singularmente alargada, conforme podemos constatar ao encontrá-la reproduzida nos *Proceedings Soc. Antiq. London* [1849/53, p. 46 (cfr. *C.I.L.* II, p. 813)].

Jordão (1859, pp. 107 e 327, n.º 241) apresenta esta epígrafe, no seu deplorável *corpus* ⁽²⁾, a partir da leitura de Castello Branco e recheada da mais caótica pontuação. Pouco depois, em 1861, Hübner observa directamente a árula na Academia das Ciências (em cuja colecção fora integrada), analisa um molde da mesma, e dos resultados obtidos dá conta à Academia de Berlim através de um relatório, de que possuímos tradução portuguesa publicada (Hübner, 1871, p. 57); aí surge-nos, pela primeira vez, uma leitura e uma interpretação quase correctas da epígrafe, pouco depois aperfeiçoadas in *C.I.L.* II 363:

*B{ene) MER(ito)[VASECOIMARI/NIANVFS ANIM/O LIBE/S
PONO I MER(enti) / MA(xime) //.*

Porém, como refere Hübner, «lectio certa est», «interpretatio incerta». E, de imediato, acrescenta: «Nisi *B* littera prima certa esset, *d(eum) Mer(curium) Vasecum* facile admitterem». Por sua vez nos índices (p. 1126, Vili, col. 2) sugere, a par da expressão *b(ene) mer(itus) Vasecus* — que apresenta interrogada —, uma hipotética formação teonímica **Bmervasecus*, para a qual de novo remete mais à frente quando, na letra F, indexa a singela forma *Vasecus* (p. 1130, col. 2).

Alheio às várias opções filológicas que a partir daí se viriam a tomar, Pinho Leal (1880, IX, p. 432) limita-se a transcrever a epígrafe a partir da primeira versão de Hübner (1871), mas, por manifesto descuido, proporciona-nos então três novos equívocos. De facto, aplicando ao monumento de Soure a ficha de entrada que

(2) Levy Maria Jordão «melius fecisset si librum suum omnino non scripsisset» [*C.I.L.* II, p. XXV).

Hübner, no parágrafo anterior do seu texto (p. 56), refere quanto a *outra* árula (*C.I.L.* II 337 = *I.L.E.R.* 454), proveniente de Monte Real/Leiria, afirma Pinho Leal ter sido aquele descoberto em 1807 e conservar-se, não na Academia das Ciências, mas na Biblioteca Pública de Lisboa (erro este, aliás, em que cáira já o próprio Hübner, in *C.I.L.* II 363; cfr. ainda Dias, 1901-1903, p. 46); para mais, julgando serem letras as barras com que então Hübner rematara a inscrição, ao supô-la incompleta, acrescenta-lhe à última linha quatro //, conferindo-lhe um desajustado final de cariz numérico: *MA.IIII*.

Pouco depois surge-nos a curta nota de Steuding (1884/86), o qual cita **Bmervasegus* [com -g-] como teónimo celta e, pela primeira vez, propõe interpretar o respectivo *B* inicial como «provável» abreviatura de *Ban*, que considera prefixo de *Bandua* \ o paralelo que então evoca com **Bcantunaecus* (*C.J.L.* II 861; Blázquez, 1962, p. 208), revela-se hoje e em si mesmo por completo impossível (cfr. o. g., Albertos Firmat, 1975a, p. 58 n. 61; Blázquez, 1975, p. 52 col. 2; Untermann, 1985, p. 354).

Leite de Vasconcellos (1905, pp. 313-314), por seu turno, cinge-se a reproduzir as opiniões e a leitura de Hübner, a partir do *C.I.L.* II (3), e a interrogar-se quanto à verdadeira forma do teónimo. Todavia, afirma ter visto a árula no Museu da Academia das Ciências — e não na Biblioteca Nacional —, referindo as suas principais dimensões; nota ser este um dos menores monumentos do tipo conhecidos em território português [já Hübner (1871, p. 57) o designara como «ara portátil»], e chama ainda a atenção para «o sufixo *-ecus*, que nessa forma ou formas *-aecus* e *-aicus*», verificara ser comum a múltiplos nomes de divindades hispânicas. Dois anos mais tarde Holder (1907, III, col. 116) limita-se, de novo, a transcrever o texto inserto no *C.I.L.* II, decompondo o teónimo em *Vase-cus*.

Segue-se Toutain (1920, III, pp. 125, 162 e 166) que, ao longo de um capítulo deveras infeliz da sua obra capital (4), começa por hesitar entre *Vasecus* e *Bmervasecus* — destacando, aliás, o texto

(3) Apenas difere na última linha, que interpreta *Max(imo)* em vez de *Max(ime)*.

(4) Cfr. LEITE DE VASCONCELLOS, 1922 (= 1938, pp. 131-172).

em causa como paradigma da dificuldade de interpretação observável em algumas inscrições peninsulares contendo teónimos de origem pré-latina —, e opta, depois, pela segunda forma. Confundindo até certo ponto anteriores opiniões, afirma então (p. 162 n. 6) que certos autores «pensent que *B* est peut-être l'abréviation du mot *Bandua*, fréquent dans les noms divins de la Lusitanie, et que le groupe *MEB* est une abréviation de *Mercurius*» — o que nos parece permitir determinar que Toutain suporia algo como *B(andua) Mer(curius) Vasecus*; todavia, mais à frente (p. 166), explicita de modo diverso a sua ideia: *B(andius) Mervasecus*, que põe em paralelo com **B(andius) Cantunaecus* e, até, com **B(a?idia) Elona⁽⁵⁾*, defendendo ainda a equivalência entre o tema *band-* e o latim *dominus* e adiantando assim, em consequência, uma interpretação do tipo *Dominus Mervasecus* [e *Dominus Cantunaecus* e *Domina Elona*], comparável a *Deus Dominus Cusuneneaecus* ou a *Domina Turibrigensis Adaegina*.

Coube a Keune (1924-37) estabelecer um breve mas exacto resumo da situação: apresenta *Vasecus* como presumível nome de um deus local, descreve a árula — não deixando de assinalar os principais dados relativos ao seu achamento — e indica alguma da bibliografia entretanto publicada. Confirma (como já fizera Hübner) a leitura do *B* inicial, afastando pois, mais uma vez, a hipótese *D(eo) MER(curio)*; não deixa, porém, de assinalar a eventual viabilidade de interpretações diversas da de *Vasecus*, nomeadamente *Bmervasegus* e *B(andua) Mervasegus*. Afirma ainda que o sufixo *-ecus* denuncia a origem «ibérica» (isto é, hispânica) do teónimo.

Nova síntese, sobretudo bibliográfica, vamos encontrar em Heichelheim (1931). Aqui, no entanto, dois factos são incorrectamente tratados: (1) a proveniência da árula, dada como «von Collippo bei Santarém»; (2) a atribuição a Leite de Vasconcellos da tese que vê no *B* inicial uma alusão ao prefixo «ibérico» *band* e sua aproximada correspondência ao latim *dominus*. Seja como for, julga incerta qualquer das interpretações até então adiantadas quanto à verdadeira forma do teónimo, posição que de certo modo continua a

(5) *Bel(l)ona* [!]⁵ — Cfr., todavia, GARCÍA Y BELLIDO, 1967, pp. 68-69.

manter, mais tarde (Heichelheim, 1955), ao designar *Vasecus* como «segunda parte» do nome da divindade «ibérica» *M er vasecus*; o que não o impede de aproximar então *Vasecus* de *Vassocales*, relacionando ambos com a raiz céltica *vasso-s*, «jovem», «servo».

Fora de todo este contexto erudito surge-nos Conceição (1942, pp. 9-12), um autor local que, ao escrever a monografia de Soure, reproduz e considera em paralelo a leitura de Castello Branco e a primeira de Hübner — as quais, aliás, não deixa de apresentar com algumas deturpações —, transparecendo dos comentários adiantados a sua íntima aderência aos fantasiosos raciocínios do velho académico, em prejuízo do mais elementar rigor científico. Para mais, e talvez influenciado por Pinho Leal — que, todavia, não cita —, apresenta, em absoluta contradição com o texto mas como se efectivamente figurasse a árula de Soure, uma fotografia da árula de Monte Real (*C.I.L.* II 337), monumento este que, como vimos, permanece conservado na Biblioteca Nacional [=Bibliotheca Publica] de Lisboa (cfr. Alarcão/Delgado, 1969, pp. 82-85, n.º96).

Ainda por esta época — e sem pretendemos esgotar todas as eventuais referências, mas apenas fornecer uma amostragem significativa — encontramos algumas passageiras citações à divindade em estudo, sob a forma *Vasecus*, por exemplo num texto de Tovar/Navascués (1950, p. 185) e noutro de Menéndez Pidal [1951 (cfr. edição de 1968, p. 264)].

Mais tarde, Saa (1959, pp. 203-204), depois de classificar a versão da epígrafe dada por Castello Branco como própria de um «erudito imaginoso que, à maneira de Frei Bernardo de Brito, tudo resolveu decifrar... por nada ter decifrado», e depois de assegurar que «Emílio Hübner, porém, repôs a inscrição na pureza literal», acaba por transcrever o texto com novos erros — aliás, idênticos aos de Conceição (p. 11) — e fornece-nos do mesmo uma interpretação/ /tradução absolutamente surrealista, transformando-o numa homenagem «ao benemérito Flavio R. Vaseco»...

Poucos anos volvidos sobre esta derradeira 'boutade' acerca do monumento em análise, Blázquez (1962) inaugura, com a sua obra, uma nova e frutuosa era nos estudos das religiões primitivas da *Hispania*. Porém, nem ele nem a maioria dos autores subsequentes parecem fazer grande caso das opiniões expressas por alguns anteriores investigadores, nomeadamente os que se encontram

ligados às enciclopédias de Roscher e de Wissowa; facto que se, de algum modo, empobrece os comentários a certas divindades [entre elas a *Vasegus*], proporciona todavia, em geral, uma maior clareza de ideias. Com efeito Blázquez (*ibidem*, p. 113), ainda que com exclusiva base na interpretação de Hübner (*C.I.L.* II 363)/Leite de Vasconcellos, avança um importante passo: não só define peremptoriamente a forma do teónimo, *Vasecus* (não recorrendo a quaisquer interrogações ou asteriscos), como supõe para ele, atendendo aos respectivos epítetos, «un carácter de dios especialmente bienhechor»; posições que, em estudos posteriores, parece manter (Blázquez, 1975, p. 182, col. 1; 1986, p. 253), ao continuar, sem objecções, a citar aquela forma. Também nas *LL.E.R.*, seguindo de perto a transcrição do *C.I.L.* II, Vives apresenta *Vasecus* como versão indiscutível do teónimo (cfr. *LL.E.R.* 948; e p. 763, col. 1); e Mangas (1978, p. 594; 1982, p. 407) adopta, sem hesitar, a hipótese de Blázquez quanto às propriedades benfazejas da entidade em análise.

Porém, já Encarnação (1975, pp. 296-297), depois de registar, uma a uma, as leituras e/ou principais conclusões de Castello Branco (1851), Hübner (1871 e *C.I.L.* II), Leite de Vasconcellos (1905) e Blázquez (1962), retoma antigas indecisões, concluindo: «**Vasecus* (...)». Tudo é incerto: o nome e os atributos desta 'divindade'. Procurando conciliar as diversas tradições relativas à localização do monumento—«esteve guardado na Academia das Ciências de Lisboa e na Biblioteca Nacional»—, acrescenta ainda terem resultado vãos todos os esforços que empreendeu no sentido de o localizar.

A dúvida tinha, de novo, voltado a instalar-se. Dela fazem eco Albertos Firmat (1975a; 1983, p. 486 = 1986, p. 271) e Untermann (1985), quer omitindo o presente teónimo em séries onomásticas onde o esperaríamos encontrar ⁽⁶⁾, quer — na melhor das hipóteses — assinalando-o com uma interrogação.

⁽⁶⁾ ALBERTOS FIRMAT, 1975^a, p. 61: «La relación no pretende ser exhaustiva ni definitiva. Se han excluido nombres de divinidades que por su estructura o por dificultades de lectura parecían dudosos».

UNTERMANN, 1985, p. 346: «(...) un repertorio de teónimos que deben cumplir dos exigencias (1) estar asegurados por fotografías buenas o por

Encarnação (1987), num artigo de carácter noticioso e divulgador, publica pela primeira vez uma fotografia do monumento; indica então as suas principais dimensões e assinala estar ele dedicado «a uma divindade indígena verosimilmente chamada *Vasecim*. Mais tarde este mesmo autor volta a debruçar-se sobre o teónimo em estudo (Encarnação, 1989, p. 114), que aliás refere acompanhado de interrogação — apesar de afirmar ter tido ocasião de analisar directamente a árula e de a fotografar —, apresentando do texto leitura quase idêntica à de Hübner, mas corrigindo já, na linha 6, *libef* em *lebe*), e esclarece: «se interpretarmos *b(ene) inerenti*) na linha 1 e considerando *Marinianus* o nome do dedicante, o teónimo será de facto *Vaseco*».

Muito recentemente, Alarcão (1988a, p. 98, n.º 3/166; e 1988b, pp. 158 e 218) refere o teónimo e adianta, para ele e para algumas outras divindades indígenas, uma curiosa interpretação — que, no caso vertente, retoma até certo ponto, mas por diferente caminho, a de Toutain. Diz o autor: «os teónimos únicos correspondem a *genii loci* ou muitos deles não serão, afinal, simples epítetos de divindades nacionais ou regionais ? *Paisicaicus* não deverá restituir-se como (*Banda*) *Paisicaicus* ou {*Cusus*) *Paisicaicus*? *Tabudicus*, como (*Banda*) *Tabudicus* ou {*Reoa*) *Tabudicus* ? *Vasecus*, como {*Banda*) *Vasecus* ? Assim, o número de divindades indígenas seria consideravelmente diminuído; não teríamos muitos deuses nativos, mas muitos epítetos diferentes para um número reduzido de divindades». E conclui: «Como hipótese de trabalho, talvez se devam distinguir os teónimos que aparentam forma adjetivada (como *Paisicaicus*, *Tabudicus* ou *Vasecus*) dos teónimos com forma substantivada, como *Arus*, *Aturros*, *Ilurbeda*, *Lurunis*, *Ocrimira*, etc.. Estes não seriam simples epítetos, simples formas divergentes de uma divindade única; seriam divindades *per se*». Páginas antes (1988b, pp. 155-156) refere *Banda* como uma «divindade masculina», que inclui entre «aqueles deuses e deusas de larga distribuição geográfica (...), *Banda*, *Cosus*, *Iuno*, *Munis* ou *Munidia*, *Nabia*, *Reva*». *Banda* surge-lhe, porém, como um deus de variados

ediciones competentes de monumentos epigráficos que existen en la actualidad; y (2) que la interpretación contextual como teónimo sea impecable».

atributos e funções: como possível «equivalente a Fortuna ou Tutela», na pátera da Coleção Calzadilla; como «divindade tópica, protectora de *vici* ou *castella*», quando aparece com epítetos do tipo *Longobricus* ou *Araugelensis* | como «protectora de unidades familiares ou étnicas», normalmente associada a «epítetos terminados em *-aecus*, *-aicus*, *-aiegus*, *-aeceus*» | talvez mesmo como deus indígena a dada altura — e em dado lugar — «assimilado a *Mercurius* por um fenómeno de *interpretatio*», deus indígena *Mercurius* respectivamente cognominados *Isibraiegus* e *Esibraeus*.

Se a interpretação de Alarcão concretiza, de algum modo, sugestões antes expressas por Untermann (1985, pp. 349 ss.), já as aliciantes e novas hipóteses lançadas por Ferreira da Silva (1986, pp. 295-296) e por Hoz (1986, pp. 36 ss.) nos obrigam, todavia, a encará-la noutra perspectiva. De facto, este último autor, depois de uma aturada e profunda análise de todos os dados disponíveis relativos à presente problemática, conclui (p. 39) «que *Bandue* es probablemente un nombre común del campo religioso lusitano, traducible por 'divinidad' aunque posiblemente con connotaciones más precisas (...); que en una mayoría de casos aparece precisado por un epíteto, en general masculino, a veces femenino». Concretizando, afirma que tais «conclusiones las podemos resumir en un par de ejemplos, *Bandua Lanobrigae* y *Bandua Etobrico*, que provisionalmente traduciremos 'a la divinidad *Lanobriga*' y 'a la divinidad *Etobricus*' | utilizando deliberadamente el término 'divinidad' porque su género femenino tiene un carácter exclusivamente gramatical y puede referirse indistintamente a dioses y diosas». E, mais à frente (p. 41), acrescenta: «podemos añadir a nuestras conclusiones sobre *Bandue* (...) que se trata de una divinidad protectora y tutelar ligada con seguridad a comunidades humanas, aunque tal vez no sea ésta su única esfera de acción. En todo caso se confirma el carácter genérico, no personal, de la apelación *Bandue*, y no necesitamos pensar que todas las dedicaciones a esa advocación se refieran realmente a una misma divinidad; sus aspectos individuales los debemos ver más bien en los epítetos. Alternativamente, no podemos excluir que otras apelaciones generales, latinas o lusitanas, acompañadas de epítetos, reflejen una concepción religiosa similar o idéntica a la que se oculta en el término *Bandue*». E esclarece: «Tal puede ser el caso de las numerosas dedicaciones a un genio o un lar

em singular, como *genio Conimbrica*, *genio Laquiniesi*, *genio Tiauranceaico*, ZarZ *Circeiebaeco Proeineitaeco*, ZarZ *Pemaneieco*, o a Tutela, como *Tutela Bolgensis* o *Tutela Tiriensis*.

Também Ferreira da Silva (op. e Zoc. c.£.), ainda que não chegue a desenvolver tanto este tema, formula afinal idênticas conclusões, entendendo a «expressão» *Band-* «como um nome comum equivalente a *deus/dea*, *lar* ou *genius*». Veja-se finalmente, dentro da mesma ordem de ideias, Anderson, 1985, p. 321.

Assim — e voltando ao fulcro do presente estudo, ou seja, à árula de Soure —, se pretendêssemos aproveitar, neste caso concreto, as sugestões de Alarcão, deveríamos forçosamente compatibilizá-las com as de Javier de Hoz e de Ferreira da Silva, e interpretar um hipotético *{Banda} Vasecus* como simples sinónimo de *{Deus} Vasecus*, *vel simile*. E como não recordar aqui, mais uma vez, a proposta de equivalência entre o tema *band-* e o latim *dominus*, defendida já em 1920 por Toutain?

O carácter fundamentalmente teórico e abrangente destas últimas propostas liberta-as, de certa maneira, de um obrigatório confronto com a realidade pontual expressa em *C.I.L.* II 363. Mas o mesmo não sucede com todos os trechos que anteriormente seríamos, os quais incidem sobre a concreta interpretação desta epígrafe. De facto, as dúvidas e incertezas neles expressas — e, por vezes, os equívocos por eles mesmo produzidos e/ou divulgados — nunca poderiam vir a ter solução cabal sem um imprescindível e renovado exame directo da árula e respectiva inscrição; o que ora nos foi facultado pela observação que fizémos do monumento, nas reservas museológicas da Academia das Ciências de Lisboa (peça n.º 245) — donde, afinal, nunca terá saído.

*

**

Trata-se, efectivamente, de uma pequeníssima mas bem proporcionada — e bem conservada — árula [Est. I], em calcário oolítico amarelado que Castello Branco (1851, p. 54) afirma ser originário da própria região de Soure. Sobre a respectiva cornija, de chanfro directo, ergue-se um capitel com frontão esboçado sobre o qual se desenvolvem dois toros lisos, ladeando um *fastigium* de que

permanecem demarcados por estreitos mas vincados sulcos [que melhor se notam na face superior (Est. HE)]; a base apresenta-se formada por dois chanfros reversos sobrepostos, também demarcados através de um profundo sulco. O fuste, por completo alisado nas faces laterais e posterior [Est. IA e B, Est. IIB], ostenta, ocupando toda a face anterior — previamente pautada —, uma inscrição constituída por 9 linhas [Est. IB]. Saliente-se que o referido pautado assume, para além da sua imediata função prática, cariz nitidamente decorativo ; de facto, a respectiva gravação apresenta-se firme e bem marcada. O mesmo não sucede com as letras da epígrafe, quase só esgrafitadas; o que, aliás, lhes conferiu maior maleabilidade de traçado, donde hoje resulta um substancial aumento do seu interesse paleográfico [Est. III].

capitel 4,6 cm X 6,9 cm X 6 cm
 Dimensões: fuste 8,1 cm X 5,1 cm X 5,1 cm
 base 5 cm X 7,5 cm X 6,7 cm

Gerais :

Campo epigráfico: 8, 1 dmx5, 1 cm

Altura das letras: 0,5 cm/0,6 cm

Espaços entre o pautado: II, 2-8/ : 0,8 cm/0,6 cm; 1.9/ ; 1,2 cm

Texto:

B MER
 VASE GO
 MA RI
 NIANV
⁵ S ANIM
 OLEBES
 S PONO
 MER
 MA

Desenvolvimento :

*B(ene) MER{enti)\V ASEGO\MARI;NIANV⁵S ANIM/O
 LERES;S(olvit) PONO / MER(ito)/MA(xime)//.*

Tradução:

«Ao bem merecedor *Vasegus*, *Marinianus* de boa vontade cumpriu (este voto); coloco(-o) muito merecidamente».

Variantes de leitura:

1. 1 : *BMPR* (Castello Branco), *B.M.P.R.* (Jordão, Conceição p. 10) » *BMFR* (Hübner 1871), *BM.F.R.* (Pinho Leal), *B.M.F.R.* (Conceição p. 11, Saa); 1. 2: *VASECQ* (Castello Branco), *V.A.S.E.Q* (Jordão), *V.ASECQ* (Conceição p. 10), *VASECO* (todos os restantes autores, à excepção de Steuding, que opta por *VASEGO*)\ 1. *SiMARI* (Jordão), *MABI* (Conceição p. 11, Saa); 1. 5: *S.AN.I.M.* (Jordão), *SANIN* (Pinho Leal); 1. 6: *OIPBE* (Castello Branco, Conceição p. 10) [mas na estampa de Bartholomeo d'Almeida vê-se, nitidamente, *OIPBES*], *O.IP.BE.* (Jordão), *OLI BE* (todos os restantes autores à excepção de Encarnação 1989, que lê já *OLEBE*, ainda que continue a omitir o *S* final); 1. 7: *S.PONO.* (Jordão), *S.PONO* (Hübner 1871, Pinho Leal, Conceição p. 11); 1. 8: *MER.* (Jordão), *M.E.R.* (Pinho Leal); 1. 9: *M.A.* (Jordão), *MA[...]* (Hübner 1871, Conceição pp. 10/11), *MA.III.* (Pinho Leal); Pinho Leal funde, numa só, as 11. 3 e 4; Conceição p. 10 reúne *Marinianus* numa única linha; nas *I.L.E.B.* juntam-se as 11. 8 e 9.

O texto apresenta-se, de um modo geral, alinhado à esquerda. O natural desgaste provocado pela passagem dos séculos, a leveza com que foi praticada a gravação e o próprio carácter poroso do material de suporte impedem-nos de saber, com segurança, se teriam ou não existido pontos de separação. No entanto, constatamos que se procurou, dentro do possível, fazer coincidir a mudança de palavra com a mudança de linha (6 casos conseguidos num total de 10 palavras e de 9 linhas) e que, nas restantes ocasiões, se praticou quase sempre um pequeno afastamento entre cada palavra. Algumas irregularidades, porém, podem ser igualmente verificadas : a falta de qualquer tipo de separação entre *animo* e *lebes*\ e a existência de espaços no interior de algumas palavras, c. g., em *Vase go*, *Ma rinianus* e *lebes*. Esta última atitude, decerto intencional nos dois casos onomásticos, destinar-se-ia a proporcionar um melhor equilíbrio visual na distribuição das letras pela totalidade da respectiva linha, mantendo isolado, e em consequente destaque, o

nome da divindade invocada. Ainda dentro de um ponto de vista formai, cumpre-nos assinalar o ligeiro mas inequívoco avanço das duas últimas linhas.

Relativamente ao aspecto paleográfico da epígrafe remetemos para a Est. III, na qual indicamos a forma geral das letras e explicitamos a nossa interpretação quanto aos *ductus* observáveis. Especificaremos apenas, como exemplos menos vulgares, os *BB*, aliás entre si um pouco diversos mas ambos estruturados de modo similar a Gordon & Gordon, 1977, fig. 9, n.^{os} 4/5; os *RB*, os dois primeiros como se aglutinassem Gordon & Gordon, 1977, fig. 16, n.^{os} 10 e 7, o terceiro os n.^{os} 10 e 8. Refiram-se igualmente os *00* da linha 7, o primeiro dos quais parece ter sido gravado em 3 tempos, o segundo em 5; todavia, julgamos estar perante meros acidentes de execução, porquanto os restantes exemplares, nas outras linhas, apresentam a normal estrutura a 2 tempos, facto que nos fez considerar como 1.1 /1.2 os traços da metade esquerda do primeiro *O* da linha 7, e como 1.1 /1.2 e 2.1/2.2/2.3 os que perfazem o último *O* desta mesma linha. Também o *S* de *Vasego* nos surge executado em 4 tempos; supomos, aqui, que o traço 4 não passa de um avivar do segmento superior do traço 1, operação que parece ter sido efectuada depois da letra se encontrar já completamente escrita. Notemos, ainda, que o traço 1 do segundo *A* de *Marinianus* foi gravado duas vezes, com inclinações ligeiramente diversas.

Acerca da pequena incisão observável entre o *G* e o *O* de *Vasego*, que não julgamos ser accidental, vêmo-nos obrigados a encará-la como um desgarrado *apex*, aliás bem colocado sobre o -o longo do dativo (cfr., v. g., Gagnat, 1914, p. 27 ; Gordon & Gordon, 1977, pp. 148-149) — ou, talvez melhor, de forma a indicar a geminação *expressiva* do -g- [cfr., v. g., *Bandue Bolecco* (Albertos Firmat, 1986, p. 263)] (Calabi Limentani, 1974, p. 149; Albertos Firmat, 1966, pp. 305-306).

Por fim, e quanto às diferenças de leitura verificadas relativamente à anterior versão, salientemos o seguinte [Est. IV]: o *G*, que julgamos poder ler no sufixo do teónimo, parece-nos similar a Gordon & Gordon, 1977, fig. 12, n.^o 6a; o primeiro *E* de *lebes* consta, de forma inequívoca, na epígrafe (já Castello Branco, tendo em conta os respectivos traços 3 e 4, mais desenvolto que o 2, supusera não um /, como Hübner, mas um *P* fechado e Encarnação,

1989, lê também claramente *E*); o *S* final da linha 6 subsiste apenas através da extremidade inferior, um pequeno arco que acreditamos intencional e que nos surge já esboçado na gravura de Bartholomeu d'Almeida, publicada em anexo ao trabalho de Castello Branco e logo reproduzida nos *Proceedings Soe. Antiq. London*.

*

* *

Debrucemo-nos, agora, sobre os dados internos da epígrafe.

Começamos por verificar estar perante um texto dividido em duas frases diversas, ainda que entre si articuladas. A primeira, a invocação propriamente dita, redigida — como é hábito — na terceira pessoa, isto é, em discurso indirecto [forma verbal: *s(olvit)*]; a segunda, apenas complementar, redigida em discurso directo [forma verbal: *pono*].

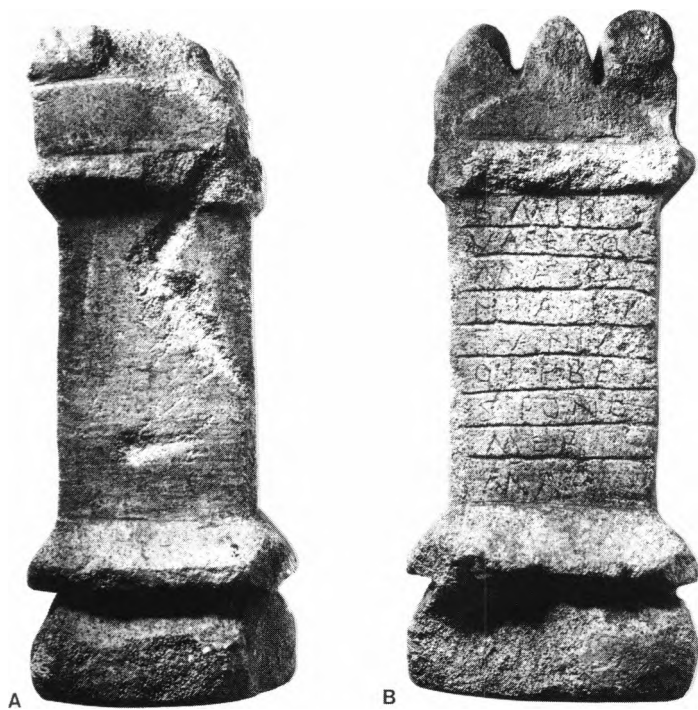
Quanto ao emprego conjunto de abreviaturas e de palavras completas numa mesma fórmula — neste caso *s(olvit)* a par de *animo lebes* —, podemos constatar a sua relativa normalidade percorrendo os índices do *C.I.L.*; v. g., limitando-nos à *Lusitania* e ao presente tipo de fórmulas, *C.I.L.* II 139 [*votum s(olvit) l(ibens) m(erito)*], 144 [*vot(um) quot fecit a(nimo) l(ibens) p(osuit)*], 894 [*votum l(ibens) a(nimo) s(olvit) m(erito)*], 6268 [*votum s(olvit)*], etc.. Já a abreviatura *ma(xime)* parecerá um pouco estranha se a confrontarmos com as soluções consideradas mais vulgares para este género de vocábulos, derivados de *maximus*, as quais preferencialmente fariam prever *m(axime)* ou *max(ime)* [cfr., v. g., Cagnat, 1914, pp. 443 col. 1, 444 col. 1]; atentem-se, no entanto, os seguintes exemplos: *I.L.E.R.* 3 = 5940 [*Iovi op(timo) ma(ximo) Ma(ximus)*] e 39 [*Iovi o(ptimo) ma(ximo)...*].

Recorde-se também, como *eventual* paralelo para as fórmulas finais patentes na árula de *Vasegus*, estas outras, infelizmente truncadas, constantes na epígrafe consagrada à divindade hispânica *Dialcus* [*C.I.L.* II 4977 = *I.L.E.R.* 801]: *votum libes merito m[...]*.

A ortografia *lebes*, por *libens*, merece-nos particular atenção. De facto, nela observamos não só a substituição do *i* por *e*, como ainda a queda da nasal antes de *s*. Ambos os fenómenos são

5





E

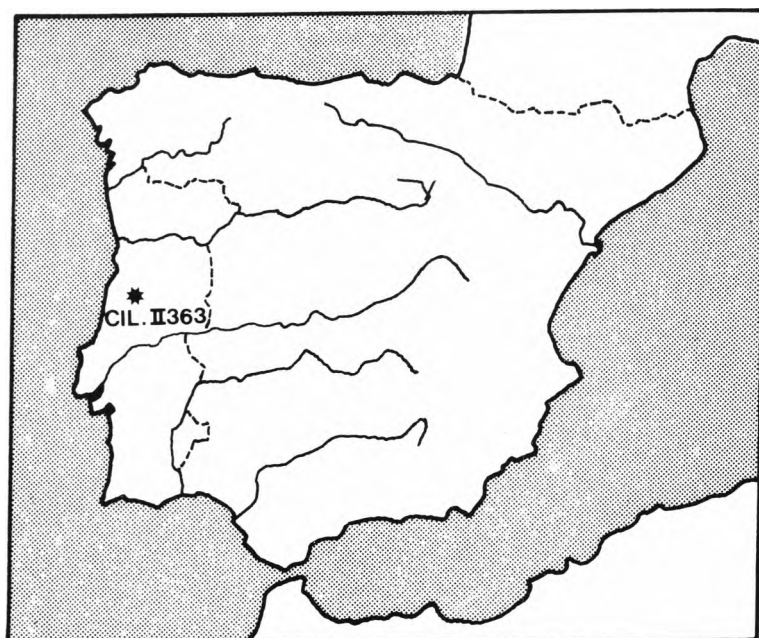


C



D





frequentes por todo o Império [cfr. Dessau, ed. 1979, V, pp. 813 (v. g., *lebiens*) e 826 (p. g., *libes* — 8 casos/*libies*)], não constituindo excepção a Península Ibérica [cfr. *C.I.L.* II, pp. 1186 col. 1 (p. g., *levensIlebiens*) e 1189 col. 1 (p. g., *libes* — 2 casos)]; a eles se refere largamente Carnoy (1906, pp.22ss. e 171). Porém, a sua acumulação numa única palavra ocorre muito menos vulgarmente, o que de modo algum nos deve impedir de aceitar esta grafia, de leitura aliás inquestionável (Est. IVB).

O único antropónimo pelo qual é designado o dedicante, *Marinianus*, revela-se um raro *cognomen*, que Kajanto (1965, p. 308) encontra no Império apenas 31 vezes, 12 das quais — ou seja, mais de 1/3 — relativas a indivíduos já cristãos. Na Península Ibérica e fora o presente caso, conhecemos apenas um outro, o do *dieniensis C. Porcius Marinianus* [*C.I.L.* II 3125 = *I.L.E.R.* 5429]; notemos que nas *I.C.E.R.V.* não consta tal nome ^(6a).

Tudo quanto até agora temos vindo a expor acaba por ser, de certa forma, secundário em relação à análise do teónimo, a qual, de imediato, abordaremos.

O sufixo *-ecusj-egus* (—*aecus j-aegus*), conforme a leitura que melhor considerarmos, o que em nada altera o seu significado (cfr. Untermann, 1985, p. 348 § 3.4 e n. 17)] — (Est. IVA) — pode, em alguns casos, revelar uma divindade relacionada com antigos «clãs» (Albertos Firmat, 1975a, p. 62), facto que, por sua vez, viabilizará a sua eventual aproximação a topónimos. Neste sentido e no âmbito de uma hipótese não mais do que remota, assinala-se a provável ocorrência da forma toponímica **Vaseo* [**Vaseo* / *Veseo* > > *Viseo* > *Viseu*], deductível da expressão «*Vasencis episcopus*» que surge nas actas do VI Concílio de Toledo, em 638 (Vives, 1963, p. 248 col. 2; cfr. ainda Tovar, 1976, p. 256) (7).

^(6a) Cfr., porém, *Marinianus, uicarius Hispaniarum* muito provavelmente natural da *Callaecia*, que viveu durante a 2.^a metade do séc. IV e exerceu as suas funções administrativas sob Teodosio [cfr. v. g., CHASTAGNOL, 1965, pp. 274, 276-277 (n.º 11) e 278].

⁽⁷⁾ Outras versões, sensivelmente contemporâneas, são *Veseo* (III Concílio de Toledo, em 589, «*civitatis Vesensis episcopus*»; XVI Concílio de Toledo, 693, «*Vesensis episcopus*»; e numismática do primeiro quartel do séc. VII) = — **Beseo* (XII Concílio de Toledo, em 681, «*Besensis ecclesiae episcopus*», e «*Besensis episcopus*»); e mesmo já **Biseo* (II Concílio de Braga, em 572, «*Bisensis*

Cingindo-nos agora ao radical de *Vasegus*, algumas propostas — para além da de Heichelheim (1955) [*vasso-s*, «jovem», «*servo*»] — poderão sugerir-se em conformidade com o suposto carácter propiciatório inerente a este tipo de entidades :

1 — Do ide. **ues-*, «humedecer», «molhado». Cfr. úmbrico *vestikatu*, «banhado», «derramado», «regado»; alto alemão antigo *wasal*, «chuva»; baixo alemão médio *wase*, «terra húmida», e *wasem*, «vapor de água» (Pokorny, 1959, I, pp. 1171 e 1172). Estaríamos pois, aqui, na presença de uma divindade de expressão aquática ou, pelo menos — e através da sua qualificação como ser intrinsecamente húmido —, de uma divindade de algum modo ligada a cultos de fertilidade e/ou de germinação [cfr., v. g., alto alemão antigo *waso*, «relva», «leiva»; alto alemão recente *Wasen*, «relva» (id. *ib.*, *loe. cit.*)]. Confronte-se ainda, talvez, *Vasio*, génio da fonte Ouvèze, na *Gallia Narbonense* (Holder, 1907, III, col. 118).

2 — Do ide. **ues-*, «brilhar»/**aues-*, «brilhar», «luzir», especialmente antes do amanhecer (Pokorny, 1959, I, pp. 86 e 1173). Desta forma, encontrar-nos-íamos perante um ente divino de cariz astral, porventura ligado ao raiar da aurora. A supracitada base etimológica verifica-se, com certa frequência, em radicais de antropónimos hispânicos de origem pré-latina, v. g., em *Ausesis*, *Ausiuos*, *Ausua* e, talvez também, em *Austinco* (Albertos Firmat, 1966, p. 46); confronte-se ainda, como simples sugestão, o teónimo turgaliense *Abisai* (= **Auisai* ?) [Blázquez, 1962, p. 219; 1975, p. 23 col. 1; Hurtado de San Antonio, 1977, n.º 572].

3 — Porém, o verdadeiro sentido de *Vasegus* julgamos poder encontrá-lo, de preferência, no ide. **uesu*, «bom» (*vas-*, radical apocopado). Cfr. antigo indiano *vásu-*, «bom», *vasiyan*, «melhor»,

ecclesiae episcopus) = *Viseo*, forma que, por sua vez, conhecemos documentada apenas a partir do séc. X — [cfr. VIVES, 1963, pp. 85, 122, 402, 407, e 520; e MACHADO, 1984, III, p. 1482]. «*Viansensis episcopus*» (V Concílio de Toledo, em 636 — VIVES, *op. cit.*, p. 231), corresponde, decerto, a um erro. Quanto à origem etimológica que MACHADO (*op. e loe. cit.*) propõe para este topónimo [«do pré-indoeuropeu **ves*, 'montanha'»], julgamo-la verdadeiramente temerária...

vasistha-, «o melhor» (Pokorny, 1959, I, p. 1174). Aliás, esta raiz reflecte-se em múltiplos antropónimos hispânicos, v. g., em *Vesadioci* (gen.), *Vesucloti* (gen.), *Visadas*, *Visad[...]*quini (gen.), *Visala*, *Visali* (gen.), *Visalia*, *Viséanos*, *Viscanosini* (gen.), *Viseradin* e *Vismaro* [Albertos Firmat, 1966, pp. 248, 252 e 253; *Ídem*, 1972, p. 317; Iglesias Gil, 1976, p. 208]. Seria assim *Vasegas* uma divindade essencialmente benfazeja, atributo com o qual concordam por inteiro as fórmulas inicial e final da epígrafe, salientando, de modo pleonástico, o carácter benéfico da entidade cultuada. Ganha agora, pois, maior pertinência a intuição de Blázquez que, como vimos — e apenas com base naquelas fórmulas —, propusera já a sua classificação como *deas especialmente benfeitor* ⁽⁸⁾.

Vasegas revela-se, segundo esta nossa interpretação, como um mero epíteto, isto é, como um adjetivo «que en el uso de los adorantes se empleaba (...) sin sustantivo al cual deberi a (...) servir de complemento cualificativo. En tal caso es lícito suponer que los adorantes pensaban en *substantivos de sentido muy general, como 'dios' o 'diosa'* y no en seres divinos de funciones muy marcadas» (Untermann, 1985, p. 350, § 3.6). O que, de outro modo, nos conduz afinal à mesma ambiência religiosa inerente ao hipotético [*Banda*] *Vasecus* proposto por Alarcão, considerando-o à luz das acertadas conclusões de Javier de Hoz e de Ferreira da Silva.

*

* *

A fim de procurar definir cronologicamente a árula em estudo, comecemos por seriar vários dados passíveis de fornecerem indicações nesse sentido:

(⁸) Sentido antagónico teria porventura esta mesma divindade se insistíssemos em aceitar a antiga interpretação **Mervasegus*, já que nesse caso não nos seria difícil propor uma aproximação ao ide. **mruo-* «morto» (gaulês, **maruos*, da raiz **mer-*, «morrer») [POKORNY, 1959, I, p. 735], que se encontra documentado na antroponímia hispânica [*Maruleius* (cfr. ALBERTOS FIRMAT, 1966, p. 149)]. Nesse contexto, porém, o emprego da fórmula final, *pono mer (ito) max(ime)*, surgiria como algo de bastante estranho e inesperado.

1) *Características externas*

a) Não deixa de ser relativamente vulgar, na Península Ibérica, a existência de pequenas aras, ou ámulas, que em média regulam pelos 30 cm a 40 cm de altura e pelos 15 cm a 20 cm de largura; consagradas, sem distinção, a diversos tipos de divindades entre indígenas, latinas e orientais, distribuem-se quase todas, mais ou menos uniformemente, pelos sécs. i, n e m d.C.. Porém, o monumento em estudo, de pequeníssimas dimensões, pertence a um outro grupo de ámulas, menores e bastante mais raras, cuja altura média se situa em ~ 15 cm a 20 cm, a que corresponde uma largura (no fuste) de ~ 5 cm a 10 cm; também dedicadas a vários géneros de divindades, a maior parte dos exemplares que até nós chegaram parecem, no entanto, enquadrar-se num âmbito cronológico mais restrito, globalmente tardio. Limitando-nos, pois, a considerar como eventuais paralelos neste campo, para o monumento de Soure, alguns diminutos exemplares provenientes das regiões circundantes, obtivemos os seguintes resultados: [1] Ámula consagrada a *F(ontana)*, proveniente de Monte Real, Leiria (*C.I.L.* II 337 = *I.L.E.R.* 454; Heleno, 1921-22, pp. 8-15; Alarcão/Delgado, 1969, n.º 96); alt. 22 cm x larg. 11,7 cm; se é verdadeira a relação de contexto entre o monólito e determinadas moedas romanas junto a ele encontradas, poderemos com segurança situá-lo em meados do séc. m d.C. (cfr. Heleno, *op.cit.*, pp. 14-15). [2] Ámula consagrada a *Fortuna*, proveniente de *Conimbriga* (Étienne/Fabre, 1976, n.º 4); larg. 5,2 cm; «fin du ii^e siècle au plus tôt». [3] Ámula consagrada aos *Lares Viales*, proveniente de *Conimbriga* (id., *ib.*, n.º 12); larg. 8,2 cm; «fin du ii^e siècle/m^e siècle». [4] Ámula consagrada a *Liber Pater*, proveniente de *Conimbriga* (id., *ib.*, n.º 13); alt. 21,3 cm X larg. 8,2 cm; «deuxième moitié du n^e siècle au plus tôt». [5] Ámula consagrada a *Phoebus Theos*, proveniente de *Conimbriga* (id., *ib.*, n.º 16); larg. 7,2 cm; séc. n d.C.. [6] Ámula consagrada ao *Genius Baselecae*, proveniente de *Aeminium* (Le Roux/Fabre, 1971, n.º 2); larg. 11,2 cm; «fin du ii^eme siècle ou (...) première moitié du m^eme siècle».

b) Referindo-se ao aspecto das letras que formam a dedicação a *Vasegus*, assinala-lhes Hübner (1871, p. 57; *C.I.L.* II 363)

urna época tardia, sem no entanto especificar mais detalhadamente tal atribuição; na sua esteira, o mesmo faz Keune (1924-37), ficando-se por aqui todas as hipóteses cronológicas que — com base paleográfica ou com qualquer outra — foram até agora emitidas àcerca da árula de Soure. Todavia, um exame detalhado e comparativo dos caracteres epigráficos pode, segundo cremos, alcançar resultados um pouco mais precisos. De facto, tendo-os confrontado [Est. III] com os *exempla* registados por Hübner (1885) e por Gordon & Gordon (1964/55) e recorrido a sínteses efectuadas por outros autores, v. g., por Cagnat (1914) — sem deixar ainda de atender a vários condicionantes, desde a própria falibilidade relativa daqueles critérios de análise, até à falta de plena concordância verificada nas comparações —, conseguimos delimitar o período lato mais viável quanto à gravação da epígrafe; período que, em *termos muito gerais* [neste caso, e para já, os únicos praticáveis], abrangerá desde meados do séc. n d. G. a meados do séc. iv.

c) O provável emprego de um *apex*, que vimos parecer localizar-se na última sílaba do teónimo, poderá também auxiliar a datação desta árula. Na verdade, o uso destes sinais, até certo ponto vulgar durante o séc. i d.C., decai progressivamente a partir do século seguinte (Gordon & Gordon, 1977, p. 214, § 6), até desaparecer por completo pouco depois de meados do séc. m [Cagnat, 1914, p. 27; Hübner, 1885, p. LXXVI col. 2 (cfr., como caso limite seriado, *exemplum* n.º 602, de 224 d.C.)].

d) Por sua vez, as ostensivas linhas auxiliares, de óbvio cariz decorativo, apenas se coadunam com uma época já tardia. Hübner (1885, p. XXXII) refere o eventual emprego de tais pautas a partir do séc. in e iv d.C. ; e Gordon & Gordon (1977, pp. 158 e 223 cap. 4 n. 9) assinalam alguns casos atribuíveis aos finais do séc. iv e ao séc. v. A nível da *Hispania* ocidental e restringindo-nos a monumentos votivos, citemos, v. g., a ara consagrada a *Cohvetena*, que Blázquez (1975, pp. 55-56) faz remontar ao séc. n d.C., mas que Arias Vilas/Le Roux/Tranoy (1979, pp. 80, 81 e 122, est. XXII n.º 57) — quanto a nós mais acertadamente — colocam no século seguinte.

2) *Características internas*

a) Carnoy (1906, p. 65 e 66), referindo-se à substituição do *ī* por *e* «sur les inscriptions vulgaires», propõe o séc. *ui* d.C. para os casos de *lebiens* e *levens* referentes ao NW peninsular. Dentro desta ordem de ideias, o mesmo poderia, pois, afirmar-se quanto a *lebes*.

b) Vimos já que o *cognomen Marinianus* surge, com elevada frequência, em textos tardios (Kajanto, 1965, p. 308); em Roma, apesar de omissão sobre inscrições republicanas, repete-se algumas vezes durante o Baixo-Império (Solín, 1977, p. 124).

Porém, no caso da árula em estudo, outro dado, de assinalável importância, vem somar-se a estas considerações; referimo-nos ao facto do dedicante apresentar *um único* antropônimo. Julgamos não estar forçosamente perante um escravo que tenha procurado encobrir a sua origem social, deixando de mencionar estatuto e patrono (cfr. Cagnat, 1914, p. 80; Thylander, 1952, p. 98; Kajanto, 1977, p. 422) ⁽⁹⁾, mas sim perante uma forma evoluída de denominação, adequável ao tardio 'sistema do nome único'. Ora, segundo as pesquisas efectuadas por Kajanto (1977, pp. 423 ss.), este tipo nominal, ainda que nalguns casos remonte a tempos anteriores, só se difunde largamente a partir de Constantino o Grande, atingindo nos séculos seguintes a sua máxima expressão; entre os exemplos dados por aquele autor encontra-se mesmo um *Marinianus*, datável de 402-408 d.C..

c) Por fim, se aceitarmos a forma sonora *Vasegus*, recordemos a sua provável 'modernidade' em relação a teónimos com sufixo idêntico mas ensurdecido, isto é, com *-c-* (Tovar, 1949, p. 137).

⁽⁹⁾ Aliás, é muito baixa a percentagem de escravos/libertos declarados entre indivíduos portadores do *cognomen Marinianus*: apenas 1 num total de 19 (reportando-nos exclusivamente ao *C.I.L.*), ou mesmo num total de 31 (incluindo os casos patentes nas *I.C.V.R.*) [cfr. KAJANTO, 1965, p. 308].

Confrontando os vários resultados parcelares acabados de seriar e ponderando a relativa valia de cada um, julgamos poder atribuir a árula consagrada a *Vasegus* ao período compreendido entre finais da primeira metade do séc. m e inícios do séc. iv d.C.. Ao séc. ui pertencem muitos outros testemunhos epigráficos de divindades hispânicas (v. g., *Abna*, *Bandua Bolleccus*, *Bandua Veigebreægus*, *Bandua *Verubricus*, *Bormanicus*, *Brigus*, *Cohvetena*, *Coronus*, *Cusu Neneoecus*, *Mentoviacus*, *Munis*, *Nabia/Nauia*, *Nimphae Lupianae*, *Perora*, *Vestius Aloniecus*, etc.), divindades cujos últimos representantes conhecidos se situam já em pleno séc. iv (o. g., *Virrora Villiaegus* e *Ervdinus*, este último invocado através de epígrafe datada de 23 de Julho de 399 d.C.) — [cfr. Blázquez, 1962, pp. 211-213; 1975, pp. 96, 97 e 189; 1977, p. 373; 1983, p. 223].

*
* *

É-nos pois permissível concluir, deste nosso estudo, que na *Lusitania* ocidental e sobre determinado outeiro adjacente a um curso de água, se prestava culto — pelo menos durante a segunda metade do séc. m d.C., senão mesmo mais tarde — a uma divindade hispânica de preponderante cariz benfazejo, denominada *Vasegus*. Se a ambiência local aponta para um espaço sagrado de características vincadamente rurais — acaso anexo ou integrado numa *villa* [cfr. achados ocasionais de cerâmica, mós, materiais de construção e de moedas (sécs. m e iv) referidos por Conceição, 1942, p. 12] —, já as pequenas dimensões da árula em análise, bem como a sua própria fragilidade, nos obrigam a supor a existência de um santuário coberto; talvez um pequeno templo, ou mesmo um simples abrigo, em cujo interior fossem depositados os *ex vota* oferecidos ao génio benemerente, que não nos admiraríamos se porventura estivesse relacionado com alguma nascente de águas 'virtuosas'. Esperamos que as escavações arqueológicas há poucos anos iniciadas em Soure e orientadas pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro (I.P.P.C.) — de que resultaram já alguns materiais romanos, inclusive epigráficos [cfr. *Informação Arqueológica*, 1984, pp. 19-20;

idem, 1987, p. 28; Mantas, 1985, p. 167 ss.; Corte Real, 1987; (*vide* ainda Vergílio Correia/Nogueira Gonçalves, 1952, p. 214; e Alarcão, 1988a, p. 98, n.º 3/165)] — venham, porventura, a contribuir para um melhor conhecimento e compreensão do santuário consagrado, parcial ou totalmente, a *Vasegus* ⁽¹⁰⁾.

ADDENDA

I) Quando o presente artigo se encontrava já em segundas provas, saiu um estudo de Garcia (1987) dedicado a quatro ámulas conimbrigenses praticamente inéditas, conservadas no M.N.A.E., cuja peculiar tipologia—*grosso modo* afim à do monumento con-

⁽¹⁰⁾ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada, em 1987, como comunicação ao I Colóquio sobre «Religiones Prehistóricas de la Península Iberica», que decorreu em Salamanca e Cáceres. Como, porém, subsistem fortes razões para supor que a edição das respectivas actas se encontra num impasse, optámos por publicar desde já o presente estudo, aproveitando para o actualizar e completar pontualmente em relação ao original que então entregámos ao Secretariado do Colóquio. Nessa primeira versão afirmávamos, a propósito da imperiosa necessidade de vir a analisar directamente a ámula e respectivo texto : «o que nos foi facultado pela redescoberta que fizemos do monumento, já há 12 anos [escrevíamos em 1987], nos depósitos museológicos da Academia das Ciências de Lisboa». A publicação, no mesmo ano do Colóquio, de uma fotografia da epígrafe por José d'Encarnação, e ainda a ulterior menção expressa deste autor em como examinou a pequena ara na Academia das Ciências (ENCARNÇÃO, 1989, p. 114), esclarecem a evidência que também ele, nestes últimos anos, redescobriu o monumento. Porém, mais do que marcar casuais prioridades nesta matéria, antes importa estudar com detalhe e profundidade as várias inscrições que, de algum modo, se nos deparam; e o facto de dois investigadores se preocuparem em simultâneo com um mesmo — mas controverso — texto, apenas evidencia, afinal, a actual vitalidade dos estudos epigráficos entre nós.

Já depois de redigida e composta a presente nota, saiu a público o vol. XXVI da revista *Conimbriga*, onde (pp. 5-37) José d'Encarnação nos dá uma versão revista e actualizada do seu artigo de 1989. A ámula consagrada a *Vasegus* é comentada nas pp. 33-34 e reproduzida na fig. 9; no caso vertente, porém, nada é alteiado relativamente ao texto inserto no artigo original, acrescentando-se apenas duas referências bibliográficas (Encarnação, 1975; e, já, o próprio estudo que ora publicamos).

sagrado a *Vasegus* — nos obriga a tecer, desde já, as seguintes considerações :

1) Começemos por destacar as suas reduzidas dimensões, claramente equiparáveis às da árula de Soure:

a) Garcia, 1987, n.º 1 — alt.: 18,5 cm; larg.: 8 cm; espess.: 6 cm; alt. letr.: 0,6/1,2 cm.

b) Id., *ib.*, n.º 2 — alt.: 20 cm; larg.: 8 cm; espess.: 6 cm; alt. letr.: 0,7/1,3 cm.

c) Id., *¿è.*, n.º 3 — larg.: 6,5 cm; espess.: 6 cm; alt. letr.: 0,5/1 cm.

d) Id., *ib.*, n.º 4 — larg.: 8 cm; espess.: 6,5 cm; alt. letr.: c. 1/1,2 cm.

Recordemos as dimensões principais da árula de Soure:

e) Alt.: 17,7 cm; larg.: 7,5 cm; espess.: 6,7 cm; alt. letr.: 0,5/0,6 cm.

Aliás, todos os supracitados monumentos enquadrar-se-ão afinal num conjunto mais vasto de pequenas aras, que citámos já no corpo do presente artigo mas das quais descriminaremos, em seguida e do mesmo modo, as respectivas dimensões principais:

f) Étienne/Fabre, 1976, n.º 4 {*Con.*} — larg.: 5,2 cm; espess.: 3,6 cm; alt. letr.: 1/1,2 cm.

g) Id., *ib.*, n.º 12 {*Con.*} — larg.: 8,2 cm; espess.: 15,4 cm; alt. letr.: 1,9/2 cm.

h) Id., *¿è.*, n.º 13 {*Con.*} — alt. : 21,3 cm ; larg. 8,2 cm ; espess. : 8,1 cm; alt. letr. 1,1/1,6 cm.

i) Id., *ib.*, n.º 16 {*Con.*} — larg.: 7,2 cm; espess.: 8,6 cm; alt. letr.: 0,5/0,7 cm.

j) Le Roux/Fabre, 1971, n.º 2 {*Aem.*} — larg. 11,2 cm; alt. letr.: 0,9/2,1 cm.

L) *C.I.L.* II 337 (Monte Real) — alt.: 22 cm; larg. 11,7 cm; alt. letr.: c. 1,4 X 2 cm.

À supracitada série poderemos talvez acrescentar ainda mais algumas árulas conimbrigenses que, por ligeiramente maiores, não referenciámos no corpo deste estudo:

m) Étienne/Fabre, 1976, n.º 6 — larg.: 13 cm; espess.: 9,5 cm; alt. letr.: 1,7 cm.

n) Id., *ib.*, n.º 10 — larg.: 12,7 cm; espess.: 9,5 cm; alt. letr.: 2,1/2,4 cm.

o) Id., *id.*, n.º 23 — larg.: 12,2 cm; espess.: 9,4 cm; alt. letr.: 1,9/2 cm.

2) Notemos que, para além do carácter reduzido das respectivas dimensões, existem outros factores comuns entre vários dos elementos que apresentámos. Concretizemos :

— Dos 14 monumentos seriados, 11 (~79%) provêm de *Conimbriga*; 1 (~7%), o de Soure, foi encontrado já perto dos limites ocidentais do *territorium* de *Conimbriga*, a cerca de 12 Km da *civitas* (Mantas, 1985, pp. 177-178; Alarcão, 1990, mapa); 1 (~7%), o de *Aeminium*, surgiu na *civitas* imediatamente vizinha, para Norte, de *Conimbriga*, apenas a cerca de 15 Km desta última; finalmente, 1 (~7%), o de Monte Real, foi descoberto em pleno *territorium* municipal de *Collippo*, *civitas* que sucede, para SO, à de *Conimbriga* (Alarcão, 1988 b, pp. 46-47; *id.*, 1990, mapa), a pouco menos de 50 Km desta última.

— Algumas afinidades morfológicas relativamente próximas podem ser detectadas. Por exemplo, entre os capeamentos das ámulas que antes indexámos sob as alíneas c, e, /*, h (e, em menor grau, n). Quanto às proporções volumétricas patentes nos monumentos em análise, julgamos poder a partir delas caracterizar dois sub-conjuntos entre si algo diversos, mas cada qual bastante uniforme: (2) ámulas singularmente esguias (relação de 1 para 3, até 1 para 4, entre a largura do fuste e a altura máxima do exemplar: a {1 X 3}, b (1 X 3), 6 (1 X 3,5), h (1 X 4) — [a este grupo deverão talvez pertencer também os casos truncados c, d, f, g, i, j e ainda, porventura, os de maior formato m, o]; (2) ámulas de um para meio (ou seja, relação *aproximada* de 1 para 2 entre a largura do fuste e a altura máxima do exemplar; l (1 X 2,2) — [este grupo integrará também, muito provavelmente, o caso truncado e de maior foi mato seriado sob a alínea n].

— Por fim, destaquemos algumas aparentes afinidades paleográficas: (2) uso de linhas auxiliares, por vezes relativamente ostensivas: ámulas è, e, A, j, m (e, talvez também, g); (2) carácter

claramente cursivo das epígrafes, as quais com assinalável frequência surgem quase só esgrafitadas : áru^las á, c, e, g, *i, j*.

3) No texto atribuímos, por várias razões, o monumento de Soure a um período compreendido entre finais da primeira metade do séc. *ui* d.C. e inícios do séc. *iv*. As cronologias propostas para algumas das restantes áru^las, já antes publicadas, reforçariam o carácter relativamente tardio de todo o conjunto: /*, nunca antes de finais do séc. *n* ; g, fim do séc. *n*/séc. *m*; A, nunca antes da segunda metade do séc. *n* ; *i*, séc. *n* ; j, fim do séc. *n*/primeira metade do *m*; Z, meados do séc. *m*.

Todavia, qualquer uma destas datações — ainda que bastante prováveis e/ou relativamente aproximadas — não possuía contexto arqueológico seguro. É por isso que assume especial significado o grupo ora estudado por Garcia (1987), nomeadamente o monumento n.º 1 [nossa alínea *a*]. Na verdade, e apesar de Garcia não fornecer qualquer indicação cronológica para os quatro exemplares que analisa — de forma demasiadamente sumária, sublinhe-se —, possuía a esse respeito determinado dado concreto relativo à citada áru^la n.º 1, o qual pode contribuir decididamente para uma datação geral mais segura de todo o conjunto — e que nesse mesmo sentido fora já, aliás, considerado por Étienne/Fabre (1976, p. 28, n. 9). Referimo-nos ao respectivo local de achamento: «no tanque da sala da fonte do palácio extra-muros» (Vergílio Correia, 1972, pp. 316 e 328; cfr. Garcia, 1987, p. 44).

Efectivamente, julgamos evidente ter-se esta áru^la encontrado no próprio sítio em que desempenharia funções durante a época romana. A clara articulação entre a invocação — *L(aribus) Aquitibus* — e o concreto local de achamento — no tanque da sala da fonte — parece-nos, nesse sentido, deveras sugestivo. O monumento epigráfico pertenceria, pois, a um larário integrado num pequeno ninfeu, e encontrar-se-ia *in loco* quando a casa foi abandonada (cfr. Alarcão/Étienne, 1981, p. 71 e fig. II).

Ora, pela análise dos mosaicos que cobrem mais de 1/4 da área desta grande *domus*, concluiu-se ter sido ela construída em inícios do séc. *ui* — ou, melhor, durante a época severiana —, sobre os muros de outra bastante anterior; provavelmente sofrerá abandono logo nos inícios do séc. *iv*, ainda que tal dado não seja em absoluto

seguro (Bairrão Oleiro, 1965, p. 263; Étienne/Fabre, 1976, pp. 112-113, n.º 100; Alarcão/Étienne, 1981, pp. 69-70; Moutinho Alarcão/Mayet/Nolen, 1986, p. 54). Assim, tudo parece apontar para uma *comprovada* atribuição da áiula em causa ao séc. m d.C. — o que coincide não só com a cronologia geral antes proposta para o exemplar de Soure, mas ainda com o suposto carácter tardio de todo o conjunto de árulas em análise (cfr. Étienne/Fabre, 1976, p. 28, n.º 9: «début du iii^e siècle»).

Entre elas, apenas três (/n, n, o) foram publicadas como mais arcaicas [cfr. Étienne/Fabre, 1976, n.º 6, p. 25 («première moitié du 1^{er} siècle?»); n.º 10, p. 30 («fin du 1^{er} siècle ou le début du n^e»); n.º 23, p. 45 («fin du 1^{er} — début du n^e siècle»)]. No entanto, nenhum argumento ou razão de peso nos garante a correcção dessas datações. Sem entrarmos agora em grandes pormenores, diremos não ver, *a priori*, qualquer inconveniente — histórico, filológico, epigráfico ou paleográfico — em colocar, v. g., o monumento *m* em pleno séc. n; o *n* no séc. m; e o *o* no séc. n ou in, indistintamente. Qualquer destes três exemplares foi descoberto já em tempos recentes, no âmbito das campanhas arqueológicas levadas a cabo, entre 1964 e 1971, pela equipa luso-francesa. Perguntamos: não existirão registos estratigráficos ou de contextos materiais que ajudem a fixar a cronologia exacta, ou mais aproximada, das árulas em questão?

4) De tudo quanto atrás fica dito, julgamos poder licitamente tirar as seguintes conclusões, ainda que provisórias:

— A áiula consagrada a *Vasegus* insere-se num conjunto regional relativamente vasto de monumentos similares, decerto produtos de uma mesma oficina, a qual terá funcionado talvez a partir de meados do séc. n e, sobretudo, ao longo do séc. m d.C.

— Tal oficina localizar-se-ia, obviamente, em *Conimbriga*. De facto, para além de 79% dos monumentos em causa provirem da própria *civitas*, deveremos ter ainda em consideração o pequeno, mas altamente significativo, conjunto de pequenas aras inacabadas e/ou ainda não gravadas também aí descoberto, evidente prova de um 'atelier' local (Étienne/Fabre, 1976, pp. 216-217 e est. XXXIV).

Ora acontece que, dos 5 monumentos encontrados nestas condições, 4 (= 80%) mantêm-se dentro dos parâmetros dimensio-

nais peculiares às ámulas antes seriadas (recordemos que uma das principais características individualizadoras destas últimas consiste, precisamente, na sua singular pequenez). Concretizemos:

p) Étienne/Fabre, 1976, p. 216, n.º 1 — alt.: 14,6 cm; larg.: 7,1 cm; espess.: 8 cm.

q) Id., *ib.*, p. 217, n.º 3(= Moutinho Alarcão/Sálete da Ponte, 1984, p. 37, n.º 218) — alt.: 21,2 cm; larg.: 11 cm; espess.: 6,5 cm.

r) Id., *ib.*, p. 217, n.º 5 — alt.: 13 cm; larg.: 5,7 cm; espess.: 5,7 cm. E, incluível entre os casos um pouco maiores:

s) Id., *ib.*, pp. 216-217, n.º 2 — alt.: 25 cm; larg.: 12,6 cm; espess.: 9,6 cm.

*

É nossa intenção vir a estudar a fundo, individual e comparativamente, as 18 ámulas ora referenciadas. Para tal, procuraremos obter as necessárias autorizações museológicas, que nos permitirão a respectiva análise directa e inerente registo gráfico. As várias conclusões provisórias aqui esboçadas poderão ser então devidamente aferidas e, se necessário, corrigidas e/ou completadas; por outro lado, o aprofundar da investigação proporcionará, estamos certos, o estabelecimento de novas ilações, por enquanto insuspeitáveis. Entretanto, acreditamos que, genericamente, se deverá manter o essencial da hipótese que viemos a defender; ou seja, a laboração de uma oficina lapidar conimbrigense, pelo menos durante a segunda metade do séc. n e ao longo de todo o séc. m d.C., que porventura tenha produzido «essentiellement (...) des autels votifs» (Étienne/Fabre, p. 217), de entre os quais, senão a totalidade, pelo menos a maior parte das ámulas que antes seríamos — e de que ora nos cumpre, mais uma vez, destacar o pequeno monumento consagrado a *Vasegus*.

II) Ultimamente publicou Patrício Curado (1989, p. 370) uma nova leitura da inscrição n.º 10 (inv. n.º 261) do Museu Pio XII (Braga), proveniente de Minhotães, Barcelos. A interpretação antes aceite (cfr. Santos/Le Roux/Tranoy, 1983, pp. 11-12, n.º 10) dava, como invocação expressa no texto em análise, *Dominus Aecus*

Rougiavesucus. No entanto, Patrício Curado (*op. e loc. cit.*), entre outras diferenças substanciais — mas que ora não vem a propósito referir —, indica como teónimo aí consagrado *Dominus Corougia Vesucus*.

Com base na fotografia do monumento, patente na lam. III, n.º 8, do estudo de Santos *et olii* (1983), cremos poder confirmar, de um modo geral, a viabilidade da proposta de Patrício Curado, embora no final da linha 4 e a seguir a *DOM* se vislumbrem de facto vestígios de mais uma ou duas letras, cuja atenta observação directa será necessária para uma correcta e cabal revisão deste trecho da epígrafe. Seja como for, julgamos poder desde já aceitar, nas linhas subsequentes, *Corougia[e] Vesuco*.

Ora o que nos importa aqui destacar é, precisamente, o epíteto *Vesucus*, do qual, aliás, Patrício Curado adianta já a hipotética — mas bastante possível, ou aproximada — tradução : «que é bom». Teríamos, pois, subjacente ao radical de *Vesucus*, tal como antes propusémos como interpretação mais credível para o do teónimo *Vasegus*, o ide. ^A*uesu, «bom». E, assim sendo, o epíteto da inscrição de Minhotães passaria a constituir um óptimo e preferencial paralelo para o significado-base inerente à divindade cultuada em Soure.

Perturbante e inesperado, porém, revela-se um outro dado, porventura fundamental para o presente estudo, mas que até agora tem, neste contexto, passado completamente despercebido, quer a nós próprios, quer — ao que julgamos — a todos os autores. Referimo-nos à existência da divindade gaulesa denominada *Vosegus* [*C.I.L.* XIII 6027 (= *I.L.S.* 3916), 6059, 6080 (= *I.L.S.* 3916)], já desde há muito conhecida (cfr., v.g., Gruterus, 1616, p. XCIV, n.º 10), mas de cuja evidência só recentemente tomámos consciência, no natural decurso das nossas investigações.

Vosegus é, simultaneamente, um *numen* das florestas [confronte-se a sua invocação como *Vosegus Siloester'*] e um espírito das montanhas, tendo dado nome à cordilheira renana hoje conhecida por 'Vosges' (cfr., o. g., Dauzat, 1926, p. 208; Benoit, 1959, p. 60; Thevenot, 1968, p. 221). Nesse(s) sentido(s), é todavia um deus tópico, circunscrito às terras altas epónimas e bosques circundantes, território ainda assim bastante vasto, delimitado pelas planícies e planaltos de Alsácia, de Hunsrück, das Ardenas, de Langres e pelos Monts-Faucilles, além do mais prolongando-se

para Sul em torno do curso superior do Saône (cfr., c. g., Linckenheld, 1927, p. 135).

Curiosamente, permanecem documentadas algumas raras variantes da forma-base *Vosegus* desta feita como topónimo, as quais assumem para nós especial interesse: *Vesegus*, *Vasagus* e — precisamente—*Vasegus* (cfr. Holder, 1907, III, cols. 254, 448 e 450).

Perguntamos:

a) Será que a árula de Soure, explicitamente consagrada a *Vasegus*, testemunha afinal um acto de devoção para com a divindade gaulesa *Vosegus*, ainda que levado a cabo em plena *Lusitania* ?

b) Será que *Marinianus*, dedicante do pequeno monumento em causa, é afinal originário da Gália Oriental, ou com esta região se encontra de algum modo estreitamente ligado ?

c) Será que esta possível identificação entre teónimos põe completamente em causa as várias considerações etimológicas que antes propusemos quanto a *Vasegus* — e, assim, a eventual relação entre o radical deste último e o do epíteto *Vesucus* —, havendo antes que averiguar a etimologia específica de *Vosegus* ?

d) Mas, assim procedendo, será que se deparará forçosamente com uma etimologia diversa, por exemplo, como defendia Arbois de Jubainville (citado por Holder, 1907, III, col. 448), vendo neste teónimo o radical *sego-* antecedido pelo prefixo *vo-* ? Ou será que se chegarão a resultados idênticos ou próximos, por exemplo, procurando o significado desta divindade com base numa repensada e revalorizada análise das formas *Vasagus*, *Vasegus*, *Vesegus* ?

e) Ou serão o *Vasegus* lusitano e o *Vosegus*/(*Vasegus*) gaulês teónimos apenas acidentalmente homófonos, mas de diferentes origem e etimologia, sem qualquer tipo de relação entre si?

Por enquanto não sabemos respondi com precisão a nenhuma das supracitadas questões. Contamos poder fazê-lo oportunamente, depois de reunida mais bibliografia sobre *Vosegus*, e de elaborarmos, a partir dela, um estudo comparativo com o teónimo registado na epígrafe de Soure, reavaliando então as respectivas hipóteses de origem e confronto etimológico, que ora propusemos.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO (Jorge), 1988a, *Roman Portugal — Gazetteer*, vol. II, fase. 2, Warminster/Wiltshire.
- , 1988b, *O Dominio Romano em Portugal*, Edic. Europa-América, Mira-Sintra/Mem Martins [tradução portuguesa do vol. I (*Introduction*) de *Roman Portugal*].
- , 1990, «Identificação das cidades da Lusitania portuguesa e dos seus territórios», *Les Villes de Lusitanie Romaine — Hiérarchies et Territoires*, C.N.R.S., Paris.
- ALARCÃO (Jorge) e DELGADO (Manuela), 1969, *Catálogo do Gabinete de Numismática e Antiguidades — 1.ª parte: Antiguidades Ibéricas e Romanas*, Biblioteca Nacional de Lisboa.
- ALARCÃO (Jorge) e ÉTIENNE (Robert), 1981, «Les jardins à Conimbriga», *Ancient Roman Gardens*, Washington, Dumbarton Oaks, pp. 67-80.
- ALBERTOS FIRMAT (M.^a de Lourdes), 1966, *La Onomástica Personal Primitiva de Hispania. Tarraconense y Betica*, Salamanca.
- , 1972, «Nuevos antropónimos hispánicos (2.ª serie)», *Emerita*, XL, Madrid, pp. 1-29 e 287-318.
- , 1975a, «Organizaciones suprafamiliares en la Hispania Antigua», *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, XL-XLI, Valladolid, pp. 5-66.
- , 1975b, «Situación de la epigrafía hispanorromana. Soluciones posibles al problema», *XIII Congreso Nacional de Arqueología (Huelva, 1973)*, Zaragoza, pp. 945-950.
- , 1977, «Correcciones a los trabajos sobre onomástica personal indígena (...)», *Emerita*, XLV, Madrid, pp. 33-54.
- , 1983, «Teonimos Hispanos», apéndice III in BLÁZQUEZ, 1983, pp. 477-488 [reeditado in ALBERTOS FIRMAT, 1986].
- , 1986, «Spanische Götternamen», *appendix* in BLÁZQUEZ, 1986, pp. 262-273.
- ANDERSON (James M.), 1985, «Preroman Indo-European Languages of the Hispanic Peninsula», *Revue des Études Anciennes*, LXXXVII (3-4), Bordéus, pp. 319-326.
- ARIAS VILAS (Filipe), LE ROUX (Patrick) e TRANOY (Alain), 1979, *Inscriptions Romaines de la Province de Lugo*, Paris.
- BAIRRÃO OLEIRO (J. M.), 1965, «Mosaïques romaines du Portugal», *La Mosaïque Gréco-Romaine*, C.N.R.S., Paris, pp. 257-265 e figs. 1-9.

- BENOIT (F.), 1959, *Mars et Mercure. Nouvelles recherches sur l'interprétation gauloise des divinités romaines*, Aix-en-Provence.
- BLÁZQUEZ (José Maria), 1962, *Religiones Primitivas de Hispania*, Roma.
- , 1975, *Diccionario de las Religiones Prerromanas de Hispania*, Madrid.
- , 1977, *Imagen y Mito*, Edic. Cristiandad, Madrid.
- , 1983, *Religiones Prerromanas* (= *Primitivas Religiones Ibéricas*, II), Edic. Cristiandad, Madrid.
- , 1986, «Einheimische Religionen Hispaniens in der römischen Kaiserzeit», *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, II, 18 (1) — *Die Religiösen Verhältnisse in den Provinzen* —, edit. W. Haase, Berlin/New York, pp. 164-275.
- CAGNAT (René), 1914, *Cours d'Épigraphie Latine*, 4.^a ed., Paris.
- CALABI LIMENTANI (Ida), 1974, *Epigrafia Latina*, 3.^a ed., Milão.
- CARDIM RIBEIRO (José), 1987, «*Aponianicus Poliscinius: um falso teónimo», *Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas — Veleia*, II-III, Vitoria, pp. 311-325 [republished in *Lisboa — Revista Municipal*, ano XLVIII, 2.^a Série, n.º 20 (1987), pp. 3-14].
- CARNOY (A.), 1906, *Le Latin d'Espagne d'après les Inscriptions*, 2.^aed., Bruxelles.
- CASTELLO BRANCO (José Barbosa Canaes de Figueiredo), 1851, *Apointamentos acerca da Villa de Soure*, in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciendas de Lisboa — Classe de Sciendas Mor aes e Relias Lettras*, 2.^a série, tom. III (1) [vol. XVI da Colecção], Lisboa.
- CHASTAGNOL (André), 1965, «Les espagnols dans l'aristocratie gouvernementale a l'époque de Théodose», *Les Empereurs Romains d'Espagne*, C.N.R.S., Paris, pp. 269-292.
- CONCEIÇÃO (Augusto dos Santos), 1942, *Soure*, Coimbra.
- CORTE REAL (Artur), 1987, «Inscrição funerária de Soure», *Ficheiro Epigráfico*, fase. 24, Coimbra, n.º 108.
- DAUZAT (A.), 1926, *Les Noms de Lieux*, Paris.
- DESSAU (Hermann), ed. 1979, *Inscriptiones Latinae Selectae*, II e V, Chicago.
- DIAS (E. Rocha), 1901-1903, *Noticias archeologicas extrahidas do 'Portugal antigo e moderno'*, *Roletim de Architectura e Archeologia*, tomo IX, 4.^a Série, n.º 10, Lisboa, pp. 39-48.
- ENCARNAÇÃO (José d'), 1975, *Divindades Indígenas sob o Dominio Romano em Portugal*, Lisboa.
- , 1987, «Soure. Identificados importantes monumentos epigráficos romanos», *Diário de Coimbra*, 23 de Junho, p. 5.
- , 1989, «Divindades indígenas da Lusitânia», *Os Portugueses e o Mundo*, VI, Porto, pp. 103-115 [republished, depois de revisto e actualizado, in *Conimbriga*, XXVI, Coimbra, 1987 (mas acabada de imprimir apenas em 1990), pp. 5-37].
- ÉTIENNE (Robert) e FABRE (Georges), 1976, «Épigraphie», *Fouilles de Conimbriga*, II, Paris, pp. 7-232.
- FERREIRA DA SILVA (Armando Coelho), 1986, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.

- GARCIA (José Manuel), 1987, «Da epigrafia votiva de Conimbriga — Observações e novos monumentos», *Conimbriga*, XXVI, Coimbra, pp. 39-59.
- GARCÍA Y BELLIDO (Antonio), 1967, *Les Religions Orientales dans l'Espagne Romaine*, Leiden.
- GORDON (Arthur E.) e GORDON (Joyce S.), 1964/65, *Album of Dated Latin Inscriptions*, vols. II e III, Berkeley/Los Angeles.
- GORDON (Joyce S.) e GORDON (Arthur E.), 1977, *Contributions to the Palaeography of Latin Inscriptions*, Milão [1.^a ed. em 1957, Berkeley/Los Angeles].
- GRUTERUS (Ianus), 1616, *Inscriptionum Romanarum Corpus Absolutissimum*, in Bibliopolio Commeliniano, s.l.
- HEICHELHEIM, 1931, «*Mervasecus*», *Paulys Real-Encyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, vol. XV (1) [tom. 29], edit. W. Kroll, Stuttgart, col. 1070.
- , 1955, «*Vasecus*», *Paulys Realencyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, sér. II, tom. 15, edit. K. Ziegler, Stuttgart, cols. 439 e 440.
- HELENO (Manuel), 1921-22, «Antiguidades de Monte Real», *O Archeologo Português*, XXV, Lisboa, pp. 1-98.
- HOLDER (Alfred), 1907, *Alt-Celtischer Sprachschatz*, III, Leipzig.
- Hoz (Javier de), 1986, «La religion de los pueblos prerromanos de Lusitania», *Manifestaciones Religiosas en la Lusitania*, Cáceres, pp. 31-49.
- HÜBNER (E.), 1869, *Inscriptiones Hispaniae Latinae*; 1892, *Supplementum* — (= *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II), Berlim (= C.I.L. II).
- , 1871, *Noticias Archeologicas de Portugal*, Lisboa.
- , 1885, *Exempla Scripturae Epigraphicae Latinae*, Berlim.
- HURTADO DE SAN ANTONIO (Ricardo), 1977, *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas — Cáceres*, Cáceres.
- IGLESIAS GIL (José Manuel), 1976, *Epigrafia Cantabra*, Santander.
- Informação Arqueológica*, 1984, n.º 4; 1987, n.º 8; Lisboa.
- JORDÃO (Levy Maria), 1859, *Portugalliae Inscriptiones Romanas*, Lisboa.
- KAJANTO (Iiro), 1965, *The Latin Cognomina*, Helsinki.
- , 1977, «The emergence of the single name system», *L'Onomastique Latine*, C.N.R.S., Paris, pp. 421-430.
- KEUNE, 1924-37, «*Vasecus*», *Ausführliches Lexicon der Griechischen und Römischen Mythologie*, VI, edit. K. Ziegler, Leipzig/Berlin, cols. 165 e 166.
- LEITE DE VASCONCELLOS (José), 1905, *Religiões da Lusitania*, II, Lisboa.
- , 1922, «Idées religieuses des Lusitaniens», *Revue Archéologique*, XVI, Paris—[reeditado in LEITE DE VASCONCELLOS, 1938, pp. 131-172].
- , 1938, *Opúsculos*, V, Lisboa.
- LE ROUX (Patrick) e FABRE (Georges), 1971, «Inscriptions latines du Musée de Coimbra», *Conimbriga*, X, Coimbra, pp. 117-130.
- LINCKENHELD (Emile), 1927, *Les stèles funéraires en forme de maison chez les Mediomatriques et en Gaule*, Strasbourg.
- MACHADO (José Pedro), 1984, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. III, Lisboa.

- MANGAS (Julio), 1978, «Religiones indígenas en Hispania», *Historia de España Antigua*, II, Edic. Cátedra, Madrid, pp. 579-611.
- , 1982, «Hispania Romana», *Historia de España*, 3.^a ed., Edic. Labor, Barcelona, pp. 197-446.
- MANTAS (Vasco Gil), 1985, «Dois novos miliários do territorio de Conimbriga», *Biblos*, LXI, Coimbra, pp. 159-179.
- MENÉNDEZ PIDAL (Ramón), 1951, «Mars Cariociecus y la etimologia de 'Quiroga'», *Boletim de Filologia*, XII, Lisboa [reeditado in MENÉNDEZ PIDAL, 1968, pp. 261-266].
- , 1968, *Toponimia Prerrománica Hispana*, Edic. Gredos, Madrid.
- MOUTINHO ALARCÃO (A.), MAYET (F.) e NOLEN (J. S.), 1986, *Ruínas de Conimbriga* (= *Boteiros da Arqueologia Portuguesa*, 2) I.P.P.C., Lisboa.
- MOUTINHO ALARCÃO (A.) e SÁLETE DA PONTE, 1984, *Colecções do Museu Monográfico de Conimbriga — Catálogo*, Coimbra.
- PATRÍCIO CURADO (Fernando), 1989, «As inscrições indígenas de Lamas de Moledo (Castro Daire) e do 'Cabeço das Fráguas', Pousafoles (Sabugal) : duas teogonias, diferente etnogénese?», *Actas do I Coloquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, pp. 349-370.
- PINHO LEAL (Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de), 1880, *Portugal Antigo e Moderno*, IX, Lisboa.
- POKORNY (Julius), 1959, *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*, vol. I, Bern/München.
- Proceedings of Society of Antiquaries of London*, 1849/53, sér. I, vol. II.
- SAA (Mário), 1959, *As Grandes Vias da Lusitania*, II, Lisboa.
- SANTOS (L.), LE ROUX (P.) e TRANOY (A.), 1983, *Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga*, Braga (separata de *Bracara Augusta*, XXXVII).
- SOLIN (Heikki), 1977, «Die innere Chronologie des römischen Cognomens», *L'Onomastique Latine*, C.N.R.S., Paris, pp. 103-146.
- STEUDING (H.), 1884/86, «*Bmervasegus*», *Ausführliches Lexikon der Griechischen und Bömischen Mythologie*, I, edit. W. H. Roscher, Leipzig, col. 788.
- THEVENOT (Émile), 1968, *Divinités et Sanctuaires de la Gaule*, Fayard, Paris.
- THYLANDER (Hilding), 1952, *Étude sur l'Épigraphie Latine*, Lund.
- TOUTAIN (J.), 1920, *Les Cultes Païens dans l'Empire Romain. Première Partie: Les Provinces Latines*, tom. III, Paris.
- TOVAR (Antonio), 1949, *Estudios sobre las Primitivas Lenguas Hispánicas*, Buenos Aires.
- , 1976, *Iberische Landeskunde*, II, Baden-Baden.
- TOVAR (Antonio) e NAVASCUÉS (Joaquín M.^a de), 1950, «Algunas consideraciones sobre los nombres de divinidades del oeste peninsular», *Miscelânea de Filologia, Literatura e História Cultural à memória de Francisco Adolfo Coelho*, II, Lisboa, pp. 178-191.
- UNTERMANN (Jürgen), 1985, «Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas», *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Lisboa, 1980), Salamanca, pp. 343-363.
- VERGÍLIO CORREIA, 1972, *Obras*, IV — (*Estudos Arqueológicos*)—, Coimbra.

- VERGÍLIO CORREIA e NOGUEIRA GONÇALVES (A.), 1952, *Distrito de Coimbra* (= *Inventário Artístico de Portugal*, IV), Lisboa.
- VIVES (José), 1963, *Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos*, ed. preparada com a colaboração de Tomás Marín Martínez e Gonzalo Martínez Diez, Barcelona/Madrid.
- , 1971/72, *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona (= *I.L. E.R.*).

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Professor associado da Faculdade de Letras de Coimbra

UMA HOMENAGEM A AGRIPINA, MULHER DE GERMÂNICO

«Conimbriga», XXVIII (1989), p. 157-167

RESUMO: Procede-se à revisão da inscrição CIL II 963, dedicada não a Agripina Minor (como, de um modo geral, se considerou até ao presente) mas sim a Agripina Maior. O texto data do ano 37 e integra-se no amplo movimento de reabilitação dos seus familiares, designadamente seu pai Germânico e sua mãe Agripina, empreendido pelo imperador Caligula nos primeiros tempos do seu reinado. É nesse movimento que se integrará também o *iusiurandum Aritiensium* (CIL II 172, IRCP 647). O facto de Agripina se identificar como *Augusti nepos* reforça a ligação que Caligula desejava mostrar com o fundador do Império.

RÉSUMÉ: En procédant à la révision de CIL II 963, l'Auteur considère que l'hommage est fait non à Agripina Minor (comme, d'une façon générale, on le pensait dans la suite de Hübner) mais à Agripina Maior, mère de l'empereur Caligula. Le texte date de l'an 37 et il doit être intégré dans le mouvement général mis en oeuvre par l'initiative de l'empereur Caligula pour la réhabilitation de sa famille, notamment de son père Germanicus et de sa mère Agripina, au début de son gouvernement. L'*iusiurandum Aritiensium* (CIL II 172 = IRCP 647) correspond lui aussi à cette intention. Agripina se dit *Augusti nepos*, ce qui rappelle les liens avec l'empereur Auguste, dont Caligula voulait bien se présenter comme légitime successeur.

(Página deixada propositadamente em branco)

UMA HOMENAGEM A AGRIPINA, MULHER DE GERMÂNICO

Guarda-se no museu municipal de Moura (N.º de inventário: 177/EPI 7, n.º 19 do núcleo romano) um cipo de mármore azulado com venulações brancas, paralelepipedico, alisado nas seis faces, com 92 centímetros de altura, 57 de largura e 52 de espessura. Não existe, na parte superior, qualquer indício que leve a pensar na possibilidade de ter servido como pedestal de estátua. Ostenta na face dianteira, hoje bastante corroída por efeito da exposição secular aos agentes atmosféricos (esteve embutido numa parede), uma inscrição honorífica.

Esta é já conhecida de há muito tempo (cfr., por exemplo, Resende, ²1790, f. 171-172), mas talvez não seja descabido proceder a uma revisão da interpretação que lhe tem sido dada, procurando-se, ao mesmo tempo, integrá-la numa política geral do Império ao tempo em que foi gravada.

Antes de mais, importa salientar que se trata de um cipo e não de uma placa, como a circunstância de ter estar metida na parede levou a pensar. É, portanto, um monumento destinado a figurar solenemente no fórum da *civitas Aruccitana*.

Quanto ao seu texto, os dois principais pontos a rever dizem respeito ao desdobramento da sigla N que figura no final da l. 3 e à identificação do imperador referido na l. 2.

A interpretação da epígrafe

André de Resende faz o desdobramento da sigla em NOVA, ligando esse adjectivo à expressão *Civitas Aruccitana* da última linha. Nessa ordem de ideias, a homenagem teria sido feita por

uma *Nova Civitas Ameritaria*, eventualmente identificável com a Moura actual ⁽¹⁾. A proposta foi aceite, por exemplo, por Frago de Lima (1988, 70-71).

Outra corrente optou por ver aí um adjectivo possessivo — N(*ostrae*) ou N(*ostri*) — de modo que o vocábulo anterior se interpretou, em consequência, ANQ(*ustae*) ou AVG(*usti*) a homenagem seria, assim, «a nossa Augusta», ou a mãe «do nosso Augusto».

Dado que se tratava de Júlia Agripina (1. 1), o imperador referido não poderia deixar de ser Nero, porque, de facto, só Agripina, a Nova, se identificava assim.

Vejamos, pois, o que uma análise mais cuidadosa do monumento nos poderá trazer de esclarecedor.

Na verdade, não se pode admitir o desdobramento do N em N(o^{ca}), como queriam André de Resende e Frago de Lima, inclusive por razões de paginação : se a palavra se referisse a *civitas* deveria ter sido posta na última linha e não a seguir a AVG na linha anterior. Num texto oficial como este, seria lapso imperdoável do lapicida não colocar numa só linha a identificação do dedicante. Por outro lado, não há qualquer razão para admitirmos a existência de duas «*civitates Aruccitanae*», quando se sabe que, ao contrário também do que supunha Frago de Lima, o monumento proveio, segundo o expresso testemunho de Morales (1791-2, 368), da serra de Aroche e dali é que foi levado para Moura, onde já no séc. xvi, como vimos, é referida a sua presença ⁽²⁾. Há, portanto, apenas uma

t¹) «Mauram insigne oppidum, Novum fuisse Arucci, ex cippo istius modi, quem ibi legi persuasum habeo» (RESENDE, 1790, f. 171). Ou seja: «Estou persuadido que Moura foi uma fortaleza insigne, Arucci Nova, como se depreende do seguinte cipo que aí li».

(2) Teve o Dr. Santiago Macias, da Câmara de Moura, a amabilidade de me dar a conhecer uma passagem do manuscrito 151 da Biblioteca da Universidade de Coimbra, uma *História da Notável Vila de Moura*, composta por Luís D'ALMEIDA CABRAL, «vigário da vara da mesma vila», manuscrito datado de 1710, em que, após afirmar que a vila se chamou «a princípio *Ar ameia a Nova*», explica que a prova disso «nos oferece a inscrição que está em uma pedra de letras latinas, bem formadas, no ângulo da parede da cerca do convento das religiosas do Castelo, que diz: *Juliae agripinae Caesaris Neronis Augusti Germanici Matri Augustae nova Civitas Armitana*» [sic].

Arucci, a única citada pelos autores antigos, nomeadamente pelo Itinerário de Antonino (427, 2), que a situa na via de *Esuri* a *Pax Iulia*, a vinte milhas de *Fines* e a trinta de *Paxlulia*. De acordo com a investigação levada a efeito por Julián González (1988), o local mais provável dessa antiga «civitas Aruccitana» é, não a cidade de Aroche ⁽³⁾, de moderna implantação, mas a zona com ela confinante onde se situa a jazida de Fuente Seca.

O desdobramento do N em N(*ostrae*) (ILER 1261) ou em N(*ostri*) (CIL II 963) também não é aceitável. De facto, este possessivo tem ampla conotação afectiva, sendo usado de preferência em dedicatórias pessoais, designadamente por elementos da *familia Caesaris*, ou seja, por membros da casa imperial (sobretudo escravos). Em segundo lugar, se se tratasse de Agripina, a Nova, era preciso ter em conta que o título de *Augusta*, outorgado no ano 37, passou a ser parte integrante da sua identificação nas epígrafes — IVLIA AVG. AGRIPPINA —, pelo que não teria sentido a sua menção no final. Por último, a posposição *Augusti Nostrī* ao vocábulo que a determinava [*matri*] não seria muito admissível tanto sintáctica como epigraficamente.

A paginação da epígrafe e as letras que restam da linha 2 não permitem, além disso — e este é, sem dúvida, o argumento de maior peso —, que se considere a homenagem feita a Agripina, a Nova, mas sim a Agripina, a Velha, mãe de Calígula. Efectivamente, no começo da l. 2, os vestígios de letras existentes permitem uma fácil reconstituição da palavra CAESARIS e não há espaço senão para mais uma letra, o C de C(*a*ii). Temos, por conseguinte, a identificação habitual de Calígula nas inscrições :

C . CAESAR AVG . GERMANICVS

Compreende-se, desta forma, o polémico N : trata-se da normal sigla de N[*epos*] — filha de Júlia, Agripina era, de facto, neta do

⁽³⁾ «Novum autem Arucci dici puto, quoniam adhuc superest Arucci vetus, nomenque retinet. Vulgo enim Arouche dicitur», escreve ANDRÉ DE RESENDE (*ibidem*, f. 173): «Penso que se deverá ter designado Nova Arucci porque ainda persiste a antiga designação. Ghama-se, com efeito, vulgarmente Arouche».

imperador Augusto, e, segundo informou Silvio Pandera aquando da discussão da citada comunicação de Julián González, há inscrições de Roma onde Agripina se identifica como neta de Augusto.

Uma questão subsiste, justamente aquela que terá levado Hübner a duvidar da atribuição do texto (4): é que só Agripina, a Nova, é referida nas inscrições como *Iulia Agrippina*. Trata-se, na verdade, de uma objecção válida: mas, perante as anomalias de interpretação epigráfica a que essa identificação obrigava, penso que se poderá, sem grande dificuldade, levar o «lapso» à conta de uma «contaminação» com a forma como habitualmente as mulheres se identificam — com gentílico e *cognomen* —, num texto em que não havia perigo de se confundirem as duas Agripinas, mãe e filha.

É, por conseguinte, esta a leitura do monumento (5) :

[IVJLIAE . AGRIPPINA[E]
[C.] CAE[SA]RIS . AVG . GERMANfI]
' '[CI] . MATRI . AVG . N
CIVITAS ARVCCITANA

(4) Até agora, as referências à epígrafe têm-se baseado quase exclusivamente na primeira hipótese de Hübner, sem, inclusive, se reparar na possibilidade, que o epigrafista anota nos índices do CIL II, p. 1097, de se tratar de Agripina, mulher de Germânico. Aliás, sob o n.º 963, Hübner, depois de apresentar as versões de Peutinger, Strada, Morales e Resende, sugere que se leia, no fim da l. 1, a palavra NERONIS, suspeitando que a tivessem martelado, e opta por reconstituir AVG(í; síae) N(osírae), datando o texto de 54-59. Na versão de Strada, diz ele, uma versão que baralhou as linhas, ainda se poderia conjecturar *matri August(i) Caes(aris)*. Em comentário, T. Mommsen chama a atenção para o carácter insólito do título *Augustae nostrae* naquela época e prefere considerar a reconstituição *matri Aug(usti) natri*, sendo, por isso, o imperador identificado como *divi Claudi Caes(aris) Aug(usti) Germani (ci)*, ou seja, no entender de Mommsen, assinalar-se-ia no monumento a circunstância de Agripina ter sido mulher de Cláudio e mãe de Nero. Essa hipótese foi retomada por Hübner num aditamento (p. LI), seguindo agora a versão transmitida por Langsdorf: o «nosso Augusto» era Nero, assim identificado «imediatamente após a morte de Cláudio». Todas estas conjecturas derivam, pois, de não ter sido possível proceder a uma cuidadosa análise do monumento.

(5) Altura das letras: l. 1: 5,3; l. 2: 4; l. 3: 4 (I = 5,3); l. 4: 4. Espaços: l: 6,5 ; 2: 2 ; 3: 4 ; 4: 2,5 ; 5: 5,9.

Nal. 1, IV desapareceu com a erosão e o E final na fractura. Na l. 2, do

[IVJLIAE (*ihedera*) AGRIPPINA[E] / [C(aii)] . CAE[SA]RIS
{hedera}. AVG(*usti*). GERMAN[I]/[CI] . MATRI . * *XVG(usti)* .
 . N (*epoti*) I CIVITAS ARVCCITANA

A Julia Agripina, mãe de Gaio César Augusto Germânico, neta de Augusto — a cidade Arucitana.

O significado da homenagem

Há, pois, que interrogarmo-nos acerca do porquê da homenagem, o que equivalerá a responder a duas questões fundamentais :

- 1 — É única na Península Ibérica ?
- 2 — Integrar-se-á alguma directriz política específica?

Esta segunda questão prende-se necessariamente com a datação do monumento.

Não é esta a única dedicatória a Agripina conhecida na Península Ibérica. Há, pelo menos, mais duas ⁽⁶⁾:

primeiro G nada resta, mas da palavra CAESARIS só de SA não há qualquer vestígio; no final, poderá, como é mais natural, ter sido grafado o I. O começo da l. 3 está muito erodido e, na l. 4, apesar de bastante gastas, as letras CIVITAS ainda se distinguem. A pontuação afigura-se triangular, à excepção da herá que existe na l. 1 e duma outra, mais curta, na l. 2, a preceder AVG. Caracteres actuários (o G enrola para dentro).

A leitura apresentada difere, naturalmente, de todas as que consideravam existir, na l. 2, o nome de Nero. Aliás, é curioso referir que Resende lê GERMANICI por inteiro nal. 1, põe a hipótese de faltarem letras no começo da l. 3 e dá como estando por extenso na pedra a palavra NOVA.

Trillmich (1982, 120) segue Hübner, reconstituindo NERONIS e AVG (*ustae*) N (*ostrae*), mas chega a pôr a hipótese de a epígrafe ser falsa, atendendo inclusive à forma «inusitada» como o imperador viria identificado ; aduz, porém, a esse propósito, a argumentação de Hübner e paralelos verificados em moedas (*ibidem*, nota 37).

Em relação à proposta de leitura de J. González, as divergências são, apenas, de carácter epigráfico: aquele investigador (que, segundo creio, não viu o monumento) lê C(a_l) ainda na l.1 e a terminação ICI na l. 2.

⁽⁶⁾ Em ILER 1261 apresenta-se, por lapso, Agripina, a Nova, como «esposa de Germânico». Agradeço a José Maria Alvarez Martinez, director do museu de Mérida, as informações que amavelmente me deu acerca de ILER 1259.

— O Museo Nacional de Arte Romano, de Mérida, guarda urna base (N.º inv.º: 141), de mármore, de 38 cm de alto e 83 cm de largo e de espessura, onde, em letras «óptimas, de 7 cm de altura» (para usar a expressão de Hübner em EE Vili 20), apenas se lê AGRIPPINAE (ILER 1259). Nos índices desse seu trabalho (p. 530), aquele investigador alemão anota «incertum utrum maior an minor», com que manifesta, mais uma vez, a sua dúvida quanto à atribuição do letreiro a uma ou a outra das Agripinas, porque a pedra foi cortada ao nível da 1. 2, que aparece picada em virtude de *damnatio memoriae*. Tanto Caligula como Nero foram amaldiçoados após a morte, mas não será, decerto, ousadia optar por ver aí a base duma estátua ou de um busto a Agripina, a Velha.

— Em Mentesa Bastitanorum (La Guardia), Q. Fábio Hispano, flâmine dos Augustos, promove, por decreto da ordem dos decuriões, uma dedicatória a Agripina, «mãe de C. César Augusto Germânico» (CIL II 3379 = ILER 1260).

Ao comentar esta epígrafe, opina R. Étienne (1974, 207) que ela se deve localizar cronologicamente entre os anos 37 e 41 e, talvez mesmo de preferência em 37, ano «que vê surgir em Roma e, sem dúvida, pouco depois em Caesaraugusta, uma emissão de denários e de *aurei* com a legenda AGRIPPINA. MAT. C. CAES. GERM, ou seja, a mesma formula da nossa inscrição», o que significará, segundo acrescenta em nota, que «a amoedação imperial serviu de modelo ao redactor da inscrição hispânica». E poderíamos nós corrigir, considerando a epígrafe de Moura, «às inscrições hispânicas».

Agripina faleceu no ano 33. Ora, se a inscrição de Mentesa — e, por extensão, a de Moura — são do ano 37, que facto terá, então, acontecido para que a memória de Agripina seja recordada em homenagem póstuma ?

A pergunta leva-nos, por conseguinte, à segunda questão acima colocada.

Agripina desposou Germânico e foi ela quem trouxe até Brindisi as cinzas de seu marido, morto, em circunstâncias pouco claras, durante a campanha da Síria. Disse-se que fora Tibério o instigador, directo ou indirecto, dessa morte e por isso se compreende que as suas exéquias, apesar do que oficialmente as determinações da *Tabula Siarensis* pareceriam dar a entender, tenham sido sem oração fúnebre nem grandes pompas: «Não houve

efígie do morto sobre o catafalco, nem *imagines*, nem *elogia*» (Arce 1988, 48).

Nestas circunstâncias, qual a atitude assumida por Calígula?

Escreve Suetónio, no capítulo X da vida deste imperador (p. 157 da citada edição portuguesa de 1979): «Acompanhou ainda o pai na expedição à Síria. No regresso conservou-se, primeiro, em casa da mãe; depois que esta foi exilada, em casa da bisavó». Referem-se depois, nesse mesmo capítulo, «as ciladas que lhe armaram». Na verdade, Tibério acabara por desterrar Agripina para a ilha Pandatária, onde ela viria a falecer. E Calígula, que assistira a todos os conluios do imperador, não seria decerto também *persona grata* e não nutria por Tibério qualquer afeição.

Assim se explica que, ao subir ao trono imperial, logo após ter feito o elogio fúnebre oficial de Tibério, se tenha dado «pressa em ir a Pandatária e a Pôncia, apesar do mau tempo, transferir as cinzas da mãe e do irmão [...]. Acercou-se daquelas cinzas com respeito e foi ele próprio quem as encerrou nas suas urnas. Não foi menor a pompa com que as transportou para Òstia, a bordo de uma birreme à popa da qual flutuava um estandarte, e de Òstia, pelo Tibre, até Roma, onde foram recebidas pelas mais distintas personalidades da ordem equestre, depostas, em pleno dia e no meio da multidão, sobre dois andores, o levadas para o Mausoléu de Augusto. Determinou que se fizessem em sua honra sacrifícios públicos anuais, e em honra de sua mãe jogos de circo, onde a sua imagem devia comparecer com toda a sumptuosidade em cima de um carro. Em memória do pai deu ao mês de Setembro o nome de Germânico» (capítulo XV da obra citada, p. 160 da edição portuguesa).

Compreende-se, pois, que todo este ambiente de exaltação familiar que vai ao encontro da esperança que Germânico representara («Roma está salva, a pátria está salva, Germânico está salvo», *ibidem*, VI, p. 155) e que Calígula poderá, enfim, retomar — tenha tido repercussão na Hispânia. É, de resto, neste clima de confiança renovada que se deve situar — como, aliás, R. Etienne bem assinalou (1974, 436) — o juramento prestado pelos Aricienses (de *Aritium Vetus*, provavelmente Alvega, no concelho de Abrantes — IRCP 647), escassos cinquenta e dois dias passados após a morte de Tibério. E é também nesse âmbito que deve ser encarada doravante a homenagem da *civitas Aruccitana* à mãe do imperador.

Aliás, Caligula apresenta-se como um novo Augusto — o juramento dos Aricienses invoca Júpiter Ótimo Máximo e o divino Augusto... — e, daí, a circunstância de sua mãe ser designada «Augusti nepos», neta do fundador do Império (7).

E não será apenas a epigrafia que servirá os intuítos imperiais : a amoedação do início do seu reinado terá como finalidade primordial «reabilitar os seus parentes mortos que pertenciam à casa de Germânico» (Étienne, 1974, 437). Aí se incluem as já referidas moedas de Caesaraugusta dedicadas a Agripina.

Ocorrerá, então, perguntar por que razão se não encontraram mais reflexos dessa política imperial? A explicação já foi dada por R. Étienne (1974, 438-439): é que bem depressa o imperador decidiu voltar as costas aos seus parentes, vivos ou mortos (cf. o capítulo XXIII de Suetónio, p. 165 da citada edição), deixando-se seduzir por uma certa experiência de teocracia à moda egípcia — que acabaria por lhe acarretar a morte.

Em conclusão: pela sua importância como reflexo ímpar de um curto período da história imperial romana, é, pois, o cipo guardado no museu de Moura um monumento de referência obrigatória.

(7) Nos primeiros tempos do seu reinado, Caligula dará ordens explícitas quanto à sua identificação nos monumentos, de forma que fique bem clara a sua ligação familiar ao fundador do Império: uma leitura dos títulos reunidos na p. 1097 do CIL II referentes aos testemunhos epigráficos peninsulares mostra como houve o cuidado de o assinalar como «neto de Tibério, bisneto do divino Augusto, trineto do divino Júlio»...

BIBLIOGRAFIA

- ARGE (Javier), *La tabula Siarensis y los funerales imperiales (II)*, «Estudios sobre la *Tabula Siarensis*», Madrid, 1988, 43-50.
- GIL II — *Vide* HÜBNER.
- EE — *Vide* HÜBNER 1899.
- ÉTIENNE (Robert), *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1958 (reimpr. 1974).
- GONZÁLEZ (Julián), *Divinidades prerromanas en Andalucía*, comunicação apresentada ao Colóquio Internacional de Epigrafia «Culto e Sociedade no Ocidente», realizado em Tarragona, de 6 a 8 de Dezembro de 1988 [a publicar nas respectivas actas].
- HÜBNER (E.), *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlim, 1869 e 1892 (Suplemento) (= CIL II).
- HÜBNER (E.), *Additamenta nova ad corporis volumen II*, «Ephemeris Epigraphica», VIII, 1899, 351-528.
- ILER — *Vide* VIVES.
- IRCP = ENCARNAÇÃO (José d') *Inscrições romanas do conventus Pacensis*. Coimbra, 1984.
- LIMA (José Fragoso de), *Monografia arqueológica do concelho de Moura*, Edição da Câmara Municipal de Moura, 1988.
- MORALES (A.), *Antigüedades de las ciudades de Espana...* ¹1575 (Alcalá), 21791-2 (Madrid).
- RESENDE (André de), *De antiquitatibus Lusitaniae...*, *1593 (Évora), ²1790 (Coimbra).
- SUETÓNIO, *Os Doze Césares*. Editorial Presença, Lisboa, ³1979. [Tradução de João Gaspar Simões].
- TRILLMICH (W.), *Ein Kopffragment in Mérida und die Bildnisse der Agrippina Minor aus den Hispanischen Provinzen*, «Homenaje a Saenz de Buruaga», Badajoz, 1982, 109-126.
- VIVES (J.), *Inscripciones latinas de la España romana*, Barcelona, 1971 e 1972 (índices) (= ILER).

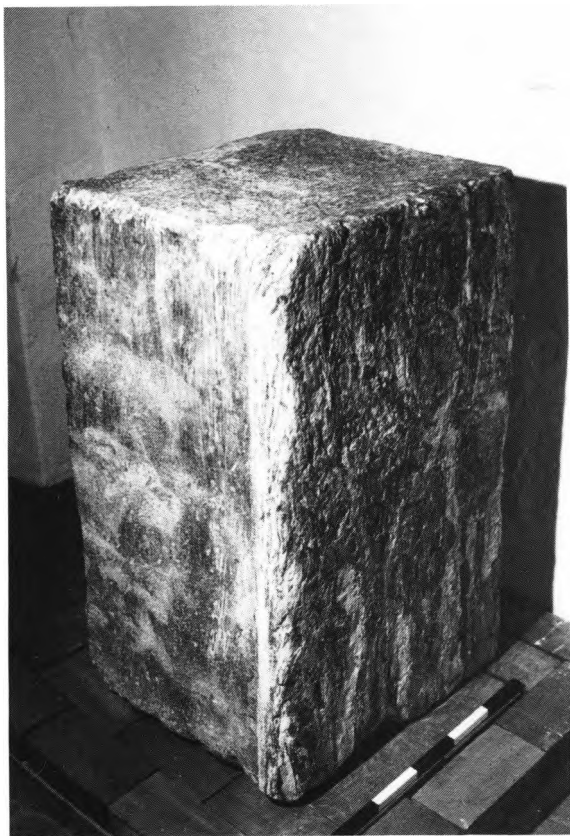
(Página deixada propositadamente em branco)



A face dianteira do cipo



A dedicatória



O cipo na sua totalidade

(Página deixada propositadamente em branco)

MARIA MIGUEL LUCAS

Licenc. em Historia, var. Arqueologia

A *GENS CADIA* EM *AEMINIUM*

Conimbriga, 28 (1989), p. 169-203

RESUMO: Numa abordagem de conjunto à epigrafia latina de Coimbra, José d'Encarnação resumia o estado actual dos conhecimentos sobre o passado romano da cidade, deixando no ar algumas pistas fornecidas por esses textos. Pegando numa delas — a frequência de menções à *gens Cadia* — procurámos averiguar qual a importância dessa *gens* na vida da *civitas Aeminiensis*.

Seguimos os Cádios, na medida do possível, através do Alto Império Romano, em busca das suas origens, da sua procedência, do seu estatuto social, da sua importância económica e política. Desta maneira, conseguimos recolher sete testemunhos epigráficos: quatro da Península Ibérica (sendo três do território da *civitas* e um do castelo de Almourol), e três de diferentes partes da Península Itálica. Do estudo que deles fizemos, pudemos reunir todo um conjunto de coincidências que nos parecem poder sugerir, entre outras coisas, o importante papel desempenhado pelas várias categorias de Cádios no seio da burguesia municipal da cidade.

Estabelecidos em *Aeminium*, pelo menos ao tempo de Cláudio e Nero, é nossa opinião que, de elites externas, os Cádios ter-se-ão convertido em elites internas, podendo ter contribuído, em grande medida, para o desenvolvimento económico, político e cultural local.

RESUMÉ: Quand José d'Encarnação en est venu à traiter l'ensemble de l'épigraphie latine de Coimbra, il était en train de présenter, en s'appuyant sur les textes, l'état actuel des connaissances sur l'antiquité romaine de cette ville. Ces mêmes textes épigraphiques lui ont permis de se poser de nouvelles questions et de lancer de nouvelles hypothèses de travail. Nous avons suivi la trace de l'une de ces hypothèses: celle de la référence fréquente à la *gens Cadia*.

Nous avons essayé de saisir l'importance de cette famille dans la vie de la *civitas* de *Aeminium*. Dans nos possibilités, on a suivi les *Cadii* au cours de l'Haut Empire, à la recherche de leur origine, de leur provenance, de leur statut social, de leur importance économique et politique. De cette façon, on a recueilli sept témoins épigraphiques: quatre de la Péninsule Ibérique (trois provenant du territoire de la *civitas* et l'une du chateau de

Almourol), et trois de différents endroits de la Péninsule Italique. D'après l'étude que nous venons de faire on a réussi à réunir tout un ensemble de coïncidences qui nous semblent capables de suggérer, parmi d'autres, l'important rôle joué par les différentes catégories de *Cadii* au sein de la bourgeoisie municipale de la ville.

Établis à *Aeminium*, du moins au temps de *Claudius* et *Nerus*, les *Cadii*, d'abord des élites à l'extérieur, sont devenus des élites à l'intérieur et peut-être ils ont pu contribuer au développement politique, économique et culturel local.

A GENS CADIA EM AEMINIUM

Muito ficou por saber acerca do passado histórico da cidade de Coimbra. A existência de um povoado pré-romano local adivinha-se na subsistência de tradições indígenas ⁽¹⁾, patentes nos diferentes documentos da romanização que até nós chegaram, embora tal não esteja comprovado. Somos levados, pelas fontes clássicas, a identificar como célticas essas tradições, o que foi, aliás, confirmado pelos estudos linguísticos e filológicos efectuados ⁽²⁾.

Foram ainda essas fontes que nos deram a conhecer a existência de uma *Aeminium*, cidade estipendiária da Lusitânia ⁽³⁾, não adiantando grande coisa quanto à sua localização. Terá, talvez durante o século I ⁽⁴⁾, ascendido à categoria de *municipium*, sendo já sede de *civitas*.

As ruínas de *Aeminium* jazem sepultadas sob a actual cidade de Coimbra e, mais profundamente ainda, sob os vários metros de aluvião do Mondego. Testemunhos dispersos do seu passado romano puderam ser claramente interpretados à luz da epigrafia, a qual também aqui se distinguiu como fonte privilegiada, possibilitando o estabelecer de um fio condutor no conhecimento histórico : o *forum* pôde ser identificado por uma inscrição consagrada ao Génio da Basílica ⁽⁵⁾ ; a cidade, que até 1888 tinha sido confundida com *Conimbriga*, pôde ser indubitavelmente identificada com

(1) ENCARNÇÃO, 1979, p. 172-173; ALARCÃO, 1988, vol. II, p. 95 (3/106).

(2) LE ROUX e FABRE, 1971, p. 130; ALARCÃO, *ibidem*.

(3) ENCARNÇÃO, *idem*, p. 173, cit. PLÍNIO, *H. N.*, IV, 118.

(4) LE ROUX e FABRE, 1971, p. 121; ENCARNÇÃO, *idem*, p. 175.

(5) LE ROUX e FABRE, 1971, p. 119-21.

Aeminium graças à descoberta de uma inscrição dedicada a Constâncio Cloro pela *civitas Aeminiensis* (6); as quinze inscrições até hoje encontradas no território da *civitas* puderam trazer alguma luz sobre o que diz respeito ao nível cultural da sua população, à sua indubitável raiz étnica pré-romana, às suas relações com outras *civitates* (nomeadamente Emerita Augusta), à sua economia, ao seu estatuto legal (7).

José d'Encarnação (8), baseando-se precisamente nestas fontes epigráficas, abordou já o problema da constituição da sociedade eminiense, inferindo a existência de uma onomástica de raiz latina — tanto a nível de *nomen* como do *cognomen* associado — a par de uma onomástica de raiz indígena, estando a fusão destes dois ramos populacionais também documentada, índice claro de uma rápida romanização. Pôde ser salientada por este autor a frequência de determinadas *gentes* latinas como os *Iunii*, *Iulii* e *Aurelii*, e ainda de outras que, embora não tão comuns, não deixam de ser, por isso, menos significativas—por não provirem de uma raiz latina, por aparecerem documentadas em inscrições com afinidades estéticas com as de Conímbriga, afinidades essas que provêm, sem dúvida, do mesmo substrato indo-europeu de que ambas as cidades partilham.

Um dos gentilícios referidos neste âmbito pelo autor é precisamente o dos *Cadii*, aquele que ora nos propomos estudar, numa tentativa de esclarecer um pouco o motivo pelo qual uma *gens* tão pouco frequente aparece documentada em três das apenas quinze inscrições provenientes de Coimbra, qual a sua razão de ser na *Hispania* (mais concretamente na *Aeminium* da Lusitânia romana), qual a sua origem, a sua importância social, qual o seu possível contributo no desenvolvimento da *civitas* eminiense.

Começamos assim por apresentar, num pequeno catálogo, os testemunhos de *Cadii* recolhidos, todos já publicados por Hübner e/ou por outros autores que oportunamente indicaremos, tendo sido por nós efectuadas algumas revisões de leitura nos casos em que observámos serem necessárias.

(6) ALARCÃO, 1983, p. 65 e 95-6.

(7) ENCARNÇÃO, 1979, p. 172-78; LE ROUX e FABRE, 1971, p. 124-25.

(8) ENCARNÇÃO, *ibidem*, p. 176-78.

São sete inscrições ao todo: quatro da Península Ibérica, (sendo três do território da *civitas* e uma de Almourrol) e três de diferentes partes da Península Itálica. Quanto às exógenas à Hispânia, apenas apresentamos as inscrições referidas nos *corpora* a que tivemos acesso, ou noutro tipo de obras que lhes fizeram uma referência indirecta, pelo que não nos terá sido possível, talvez, abarcar todos os testemunhos conhecidos no mundo romano.

Todos os documentos da *Hispania* se encontraram em reutilização, dois dos de Coimbra incorporados nas muralhas.

1. O catálogo epigráfico da Gens Cadia

1

CIL II 380 = ILER 4872.

[...]/G (*aio*). K[A]DIO . [...]NILANI / ANN (*orum*). XXXVI {*triginta et sex*} / G {*aius*}. K[A]DIVS SALVIANVS / F (*ilio*). ET . ALBANIA / ANCHIALE . MARITO / F(*aciendum*) . C(*uraverunt*). S(*it*) . T(*ibi*) . T(*erra*) . L(*evīs*) .

Bibliografia:

CIL II 380; ILER 4872.

(...) A Gaio Cádio (...) nilano, de 36 anos. Mandaram fazer Gaio Cádio Salviano ao filho e Albânia Anchiale ao marido. Que a terra te seja leve.

Trata-se de um documento encontrado em reutilização numa parede de Coimbra. De mármore, não conhecemos a sua tipologia. O texto perdeu-se, pelo que não é possível apresentar senão a leitura de Hübner e Vives. O espanhol não terá copiado atentamente o texto do primeiro, uma vez que não indica todos os *puncti distinguentes*, razão por que adoptámos aqui a leitura do CIL II. A paginação está correcta, como o latim utilizado. A pontuação foi bem empregue. Talvez se possa falar de alinhamento à esquerda, ou de uma preocupação de centrar o texto no campo epigráfico, dado

o número irregular de caracteres empregues em cada linha (cf. 1.2 e 3). De notar o emprego do nexa AL na linha 3, devido, sem dúvida, a uma sobrecarga de caracteres no espaço. As abreviaturas e siglas foram correctamente utilizadas, possivelmente com a mesma intenção, uma vez que não sabemos a forma como foram distribuídos os caracteres em cada linha, nem as dimensões do campo epigráfico.

De notar a ausência da consagração aos Manes, talvez devida ao estado fragmentário do monumento ou à sua difícil inteligibilidade. É difícil adivinhar o *cognomen* desaparecido, embora se trate certamente de uma palavra da 3.^a declinação no dativo singular⁽⁹⁾... A terminação *-ani* não será muito vulgar numa palavra da 3.^a declinação, caracteristicamente de tema em *-o*. Desta forma, e porque integrada num contexto antroponímico classificável como «orientalizante», pusemos a hipótese de se tratar de uma transcrição latina literal do grego. Descobrimos, assim, que em grego, efectivamente, certos adjectivos triformes, quando declinados no dativo singular da sua forma masculina (e neutra), terminam em *avi* (*-a/z_i*), se se tratar de palavras de tema em *a* ^(10 11).

Quanto ao cognome *Salvianus*, é incluído por Kajanto num grupo que parece ter derivado de *praenomina* raros e obsoletos ^(u).

Os Cádios apresentam-se aqui ligados à *gens* latina dos *Albanii* que, na Hispânia, parece estar documentada apenas em Cádiz⁽¹²⁾. Os *Albanii* ⁽¹³⁾ parecem ter sido uma das famílias mais antigas e importantes do Lácio: um Caio Albânio é mencionado em Cícero (*Att.* XIII, 31.4) a propósito de uma compra de propriedades. A viúva foi dado um cognome, *Anchiale*, de que não encontramos outro testemunho. O seu paralelo latino poderá ser *Anchialus*, nome de uma cidade grega da Trácia, que foi, porém, usado para

⁽⁹⁾ De acordo com M. L. Albertos (1976, p. 62-3), poderia tratar-se de um patronímico, no genitivo ou sob a forma de *cognomen*; contudo, não parece provável que se quisesse aqui reforçar a menção da filiação uma vez que ela aparece expressa, indirectamente, mais adiante.

^(10 11) Por exemplo, [xeAaa, avo<r, faz p,sAavi no dativo singular (GOODWIN, 1983, p. 86).

⁽¹¹⁾ KAJANTO, 1965, p. 177.

⁽¹²⁾ ILER 2824,2901 e 5726.

^(ia) SCHULZE, 1966, p. 532-3; R. E., I 1, p. 1305.

identificar escravos: Cícero, por exemplo, alude a um *Anchialus servus* (*Fam.* XIII, 45) ⁽¹⁴⁾. Tal circunstância levar-nos-ia a integrá-lo no grupo classificado por Kajanto como *cognomina* geográficos ou relativos à origem ⁽¹⁵⁾. No entanto, em grego Ἀνχιάλιος é o nome de uma ninfa do mar, não tendo equivalência em latim ⁽¹⁶⁾. Esta ausência de equivalente denota, desde já, um bom conhecimento da língua grega por parte de quem pôs o nome à escrava. Tudo isso nos leva a pensar que estamos em presença de uma liberta, e, mesmo, de uma família de libertos: todos os *Albanii* documentados em Cádis apresentam cognomes com aparente filiação grega — *Martilla*, *Artemidorus*, *Quintilius* — e um deles apresenta-se expressamente como liberto.

Quanto à cronologia do monumento, em virtude da fórmula final S.T.T.L., da indicação da idade, da expressão lacónica dos laços familiares e, quiçá, da ausência da fórmula inicial de consagração, atribuí-la-íamos à segunda metade do séc. i d.C., finais quando muito, devido ao emprego de S.T.T.L.

O padrão irrepreensível do formulário, a utilização do dativo na identificação do falecido e o emprego dos nexos apontam, sobretudo se os associarmos à sua cronologia alta, para um elevado grau de cultura, tanto dos dedicantes como do lapicida, para além de se tratar de um monumento de mármore, indiciando simultaneamente um determinado nível económico. Por tudo isto, não pensamos que se trate de indígenas. A ligação matrimonial de duas *gentes* de origem servil, mas exógena, parece estar aqui, portanto, documentada.

2

CIL II 5241 = ILER 3793

D(iis) (*hedera*) M (*anibus*) (*hedera*) S [*aerum*] / CADIO /
/ CARIANO / ANN(orwm) (*hedera*) XXI (*viginti unius*) \

(14) R. E., 13, p. 2105.

(15) KAJANTO, 1965, p. 80-2.

(16) BAILLY, 1941, p. 18; BÉSNIER, 1914, p. 47.

ALLEIGEA / AVITA MATER / FILIO FAC(*iendum*) . C(*uravit*) .
/ DIC . ROGO QUI . TRANSIS SIT . TIBI . / TERRA LEVIS ⁽¹⁷⁾

Bibliografia:

BORGES DE FIGUEIREDO, 1888, p. 126; FILIPE SIMÕES, 1888, p. 19; VIRGÍLIO CORREIA, 1946, p. 20; CIL II 5241 ; M. L. RODRIGUES, 1959-60, p. 121 ; ILER 3793; ANGELA RESENDE, 1971, p. 671-73.

Consagrado aos deuses Manes. A Cádio Cariano, de 21 anos. A mãe, Aleiceia Avita, cuidou que fosse feito ao filho. Ó transeunte, rogo-te que digas: «Que a terra te seja leve!».

Monumento de calcário, medindo 1,04 X 0,46 X 0,34, encontrado também em reutilização na muralha de Coimbra. Hübner e M. L. Rodrigues classificam-no como «cipo», mas talvez os dois orifícios que observamos na parte superior possam indiciar a sua função de pedestal. Actualmente, no Museu Machado de Castro (n.º de inventário antigo: 7; n.º de inventário de secção: E-149 EP-3).

O campo epigráfico foi duplamente moldurado; as faces laterais apresentam diferentes instrumentos *scriptoria* em alto-relevo. O texto está perfeitamente centrado, inclusive as duas últimas linhas gravadas um pouco mais abaixo na mesma capital quadrada, elegante. Pela análise paleográfica e pelo contexto, não concordamos com M. L. Rodrigues que sugere (p. 121) terem sido estas posteriormente gravadas: a gravação em destaque teria, talvez, a intenção de melhor atrair à leitura os que passavam... As *hederae* são, na verdade, folhas de hera estilizadas obtidas pela sobreposição de dois pequenos triângulos; os outros *puncti* são também triangulares.

De salientar a omissão do *praenomen* na identificação do falecido. O *cognomen*, *Carianus*, parece ser aqui, de resto, o elemento de identificação: documenta-se apenas esta vez na Península Ibérica, registando-se, segundo Kajanto, um testemunho no CIL III (Ásia), um no CIL VI (Roma), e dois no CIL XII (Gália Narbonense). Aquele investigador afirma a possibilidade de serem

(17) Apresentamos a leitura por nós efectuada.

os cognomes terminados em *-ianus* derivados dos *cognomina* de família a partir desse sufixo, vulgar ⁽¹⁸⁾.

E, se Gádio Cariano se pode incluir no número dos cidadãos romanos, a sua mãe, *Alleicea Avita*, é, verosimilmente, uma indígena: não encontrámos qualquer outra Aleicea documentada; o radical *-ei* patenteia ainda, segundo M. L. Rodrigues (p. 113), a sobrevivência da vocalização céltica, e M. L. Albertos relaciona o antropônimo com as formas nominais pré-romanas *Alicia*, *Allicia*, correspondentes femininas de *Allucius*, que considera características da área lusitana ⁽¹⁹⁾. Por outro lado, o mapa de distribuição da ocorrência deste nome na Península Ibérica apresentado por Untermann circunscreve-o, mais concretamente, à área da antiga Celtibéria ⁽²⁰⁾. Da mesma forma, Kajanto observa que o *cognomen* *Avitus* (segundo Schulze de origem itálica, mesmo etnisca ⁽²¹⁾) é tão abundante na Hispania e noutros países célticos que essa popularidade só pode ser atribuída à existência de um substrato étnico nacional, por haver, casualmente, palavras célticas e latinas homófonas ⁽²²⁾. Seria, normalmente, utilizado para designar pessoas de alto nível social, o que é mais um argumento a favor da tese da importância dos *Aviti* e do seu papel, aqui, de elites locais ⁽²³⁾.

Pela tipologia do monumento, pelo cuidado extremo que parece ter sido posto na sua elaboração (altos relevos laterais, centralidade do texto, pontuação e seu emprego), poderemos, ainda aqui, associar um elevado nível cultural a um bom poder económico, o que a decoração lateral com instrumentos de escrita parece comprovar «num elogio à cultura, à instrução» ⁽²⁴⁾.

A ausência de filiação dever-se-á, possivelmente, ao facto de Cádio Cariano ser um filho natural, fruto da ligação ilegítima de um Cádio com uma indígena. Contudo, a consagração inicial abreviada, a ausência de *praenomen*, a indicação da idade e o

⁽¹⁸⁾ KAJANTO, 1965, p. 109-10 e 143.

⁽¹⁹⁾ ALBERTOS, 1966, p. 17.

⁽²⁰⁾ UNTERMANN, 1965, p. 65-6.

⁽²¹⁾ SCHULZE, 1965, p. 188-9.

⁽²²⁾ KAJANTO, 1965, p. 80.

⁽²³⁾ ALARCÃO, ÉTIENNE *et alii*, 1976, p. 93-4 (nota 141).

⁽²⁴⁾ ENCARNÇÃO, 1979, p. 178.

emprego da fórmula final (neste caso, também personalizada) podem datar o monumento dos fins do séc. n, inícios do séc. m d.C., apesar da não utilização de adjetivos de superlativação na expressão das relações familiares. Esta cronologia seria também susceptível de explicar a não indicação da tribo. Paleograficamente (“), porém, insere-se indubitavelmente nos tempos de Cláudio e Nero, o que recua a sua datação para os meados do séc. i..., atestando o nível cultural de quem escreveu o epitáfio.

3

ILER 4082

D (iis) (*hederá*) M (*anibus*) S (*aerum*) [L (*ucio*) (*hederá*) CADIO
CELLAE . ANN(orwm) / XXVII (*viginti et septem*) . L(*ucius*) .
CADIVS . CARVS . / ET . VALERIA . RVFINA . / PARENTES .
F (*ilio*) . OPTIMO . / F (*aciendum*) (*hederá*) C (*uraverunt*)

Bibliografia :

VASCONCELOS, 1913, p. 101-2; M. L. RODRIGUES, 1959-60, p. 118-9;
ILER 4082; ANGELA RESENDE, 1971, p. 673-4 ⁽²⁶⁾.

Consagrado aos deuses Manes. A Lúcio Cádio Cela, de 27 anos. Os pais, Lúcio Cádio Caro e Valéria Rufina, mandaram fazer ao filho óptimo.

Placa de calcário, de 0,90 X 1,45 X 0,28, proveniente de Montemor-o-Velho. A moldura, dupla, é profusamente decorada. Os elementos decorativos seguem os padrões clássicos vegetalistas, folhas de acanto e volutas, parecendo ter sido retirados de um capitel da ordem mista. O calcário apresenta-se muito corroído pela acção da humidade, a que as condições em que se encontra no museu de Coimbra (n.º de inventário antigo: 149; n.º de inventário de

⁽²⁶⁾ CAGNAT, 1914, p. 4-5.

⁽²⁶⁾ O erro de leitura cometido por Leite de Vasconcelos foi corrigido pelos autores posteriores.

secção : E-152, EP-6) — num local húmido do criptopòrtico — o expõem constantemente... Todo o texto se encontra em monumental quadrada, tendo sido cada letra rigorosamente inscrita no espaço que lhe competia. O mesmo cuidado foi posto na centralização do texto no campo epigráfico, com evidentes preocupações estéticas. As *hederae* são, ao contrário das do monumento anterior, perfeitamente realistas e bem desenhadas. Ressalta da pedra toda uma monumentalidade que nos leva a supor ter estado implantada numa estrutura funerária de iguais características. Ainda desta vez, a boa cultura latina dos Cádios se alia a um forte poder económico, bem patente...

Montemor-o-Velho situa-se a poucos quilómetros de Coimbra e na mesma margem do Mondego. Este rio devia funcionar como fronteira natural divisória do território das *civitates* de Conímbriga e *Aeminium*, pelo que Montemor pertenceria ainda ao território da *civitas Aeminiensis*. A inscrição não se encontrou *in situ*, porém, analisando a carta de distribuição dos vestígios romanos da área, encontramos na Senhora do Desterro uma referência de Santos Rocha ao achado de alicerces, mosaicos, diversas moedas romanas e sepulturas. Tratar-se-ia, decerto, de uma *villa* romana com a sua necrópole. Porque não identificá-la como sendo a *villa* dos *L. Cadii*, tendo pertencido esta placa monumental ao jazigo de família? É, em nossa opinião, uma hipótese a considerar. Perto, no Ferrestelo, o mesmo autor localiza ainda uma necrópole de inumação, sendo, no entanto, na opinião de J. de Alarcão, duvidosa a sua cronologia romana (27).

Temos, assim, documentados laços familiares entre duas *gentes* aparentemente latinas : os *Cadii* ligam-se matrimonialmente aos *Valerii*, uma das primitivas *gentes maiores* da Península Itálica (28). O cognome *Rufinus* não indicia nunca uma origem servil, não abundando mesmo, segundo Kajanto, entre os libertos. Será mais um derivado, por intermédio do sufixo *-inus*, do cognome *Rufus*, este característico de *ingenui* e, nomeadamente, da classe senatorial masculina, pelo que só com relutância era atribuído a escravos.

(27) ALARCÃO, 1988, p. 96-7 (3/127; ROCHA, 1903, p. 596-8; CRUZ, 1898, p. 277) e p. 96 (3/124; ROCHA, 1971, p. 92-5).

(28) R. E., VIIA2, p. 2292-6.

É também muito raro em mulheres ⁽²⁹⁾, mesmo em «patricias». Segundo as regras de transmissão de nomes, esta Valéria teria recebido o cognome de seu pai ou seu avô Valério. Não pensamos, de qualquer maneira, que se trate de uma indígena.

Pertenceria, porventura, à importante família dos *Valerii* de Conímbriga ⁽³⁰⁾ ?

Os cognomina *Cella* e *Carus* são caracteristicamente latinos. Quanto ao primeiro, parece provir de uma qualquer característica profissional ⁽³¹⁾ ... Kajanto não cita qualquer outro exemplo, mas sabemos que em tempos uns L. *Cellae* terão lutado contra César ⁽³²⁾. O segundo é também característico de homens livres, embora não seja dos mais frequentes; insere-se no grupo de cognomes relativos a determinadas circunstâncias ⁽³³⁾, indicando, designadamente, o que os outros pensam ou sentem pela pessoa.

Para avançar uma datação deste monumento, podemos socorrer-nos da presença da invocação abreviada, da indicação da idade, dos laços de parentesco superlativos, o que parece remeter para os finais do séc. n ou talvez meados, em virtude da ausência da fórmula final S.T.T.L. Mais uma vez, no entanto, a análise paleográfica ⁽³⁴⁾ o recua para os meados do séc. i, concretamente nos tempos dos dois últimos júlio-claudianos. Pelo estudo comparativo dos *ducti*, diríamos até ter sido gravado pelo mesmo *ordinator* o nosso monumento n.º 2, sendo, portanto, contemporâneos.

4

CIL II 6271 = ILER 3439

*D{iis} (hedera) M {anibus} (hedera) S {aerum} / Q (uinti) . CADI(¿).
FRONTONIS / ANN(orum) . XXV (viginti et quinque) . ROMAE .*

(29) KAJANTO, 1965, p. 27-8 e 229.

(30) ALARCÃO, ETIENNE *et alii*, 1976, p. 93-8

(31) KAJANTO, 1965, p. 323.

(32) R. E., III2, p. 1871.

(33) KAJANTO, *ibidem*, p. 284.

(34) GAGNAT, 1914, p. 4-5.

DE . / FVNCTI . RELIQVIAE . H(ic) . S(ùae) . S(unt) / ⁵ CADIA .
 TVSCA . AN (norum) . XXX (triginta) . H (ic) . S (ita) . E (st) /
 M {arcus} . CADIVS . RVFVS . LIBERIS / OPTVMIS . PISSIMIS
 . POSVTt / CORNELIA . FRONTONIS . F [ilia] . / AN (norum)
 XXIII (rigiriti et tres) . ALBVRA . MATER /¹⁰ FRONTONIS . ET .
 TVSCAE . H {ic} . S (ita) . E (st) / CADIVS . RVFVS . VXORI . /
 / OPTVMAE . Y(obis) . T {erra} . L(evis) .

Bibliografia:

BORGES DE FIGUEIREDO, 1889, p. 155-6; GIL II 6271; ILER 3439;
 ANGELA RESENDE, 1971, p. 675-7.

Consagrado aos deuses Manes. Aqui repousam as relíquias de Quinto Cádio Frontão, de 25 anos, falecido em Roma. Aqui jaz Cádía Tusca, de 30 anos. Marco Cádio Rufo colocou aos filhos óptimos e piíssimos. Aqui jaz Cornélia Albura, de 23 anos, filha de Frontão, mãe de Frontão e de Tusca. Cádio Rufo, à mulher óptima. Que a terra vos seja leve.

Trata-se de uma placa de mármore (?), em capital actuária, de 0,56 X 0,40. Borges de Figueiredo transcreveu-a a partir de um decalque. Os autores que depois a mencionam, limitam-se a concordar com a sua interpretação, divergindo, por vezes, na cópia da sua leitura. O local em que o monumento se encontra em reutilização (como pedra de arco no castelo de Almourol — Vila Nova da Barquinha, Praia do Ribatejo) não facilita uma observação *in situ* pelo que também nós não o pudemos fazer. Assim, apresentamos a leitura por nós efectuada a partir de uma fotografia gentilmente cedida pelo Dr. João Manuel Bairrão Oleiro. Não concordamos inteiramente com a leitura apresentada por Borges de Figueiredo (p. 156), nem com o seu desdobramento do texto ⁽³⁸⁾.

⁽³⁵⁾ «D(iis) M(anibus) S(acrum). Q. Cadi(i) Frontonis, ann(orum) XXV,
 Jiomaie defunti, reliquiae h(ic) s(ita)e s(unt); Cadia Tusca, an(norum) XXX, h(ic)
 s(ita) e(st); M. Cadius Rufus liberis optumis piissimis posuit. (...) Cornelia
 Frontonis f(ilia) ann(orum) XXIII (se. h. s. e.); Albura mater Frontonis et

Não se sabe ao certo de onde veio, porém, utilizando mais uma vez a carta de distribuição dos vestígios romanos em Portugal descobrimos referências à estação de Arrepiado (Pinheiro Grande, Chamusca), na qual se encontraram alicerces, mosaicos e vestígios de cerâmica de construção (*³⁶). Não será mais uma *villa* dos Cádios sendo a placa proveniente do grande jazigo da família? ... O facto de a placa se encontrar incorporada num jazigo de família explicaria a aparente desconexão das idades entre a mãe e os filhos, bem como a grande quantidade de espaço deixado livre logo abaixo da última linha do texto (praticamente metade da pedra), o qual se destinaria, nesse caso, a ser preenchido com os próximos elementos da família aí inumados.

O texto, alinhado à esquerda e à direita, contém a invocação inicial devidamente centrada na primeira linha. De salientar o destaque dado pelo lapicida às letras: «F» nos cognomes das linhas 6, 8 e 10; «I» no superlativo da linha 7; decerto para melhor aproveitar o espaço, uma vez que, tanto quanto nos foi possível observar, o campo epigráfico não pode ser sequer delimitado. Notar ainda o emprego dos nexos (l. 7 e 8), de maneira a aproveitar todo o espaço, indiciando um perfeito domínio do latim e das técnicas epigráficas. Notar também a elegância das duas pequenas *hederae* na consagração aos Manes.

O texto encontra-se claramente dividido em duas partes : uma dedicada por Marco Gádio Rufo aos filhos, e outra à esposa. Será esta segunda parte um acrescentamento posterior, como quer Borges de Figueiredo ? Parece-nos que não, dado que há no texto uma coesão muito grande, uma sucessão de palavras em encavalamento que termina abruptamente, sem destaque, na fórmula final (S).V.T.L. Assim, todo o texto teria sido mandado gravar na mesma altura por alguém que, por um lado, lamenta a perda dos filhos e, por outro, chora sentidamente a morte da esposa, desgosto que o epitáfio ditado ao *ordinator* põe em destaque.

Tuscae h(ic) s(ita) e(st). Cadius Rufus uxori optumae. V(obis) t(erra) l^vis)»,, concluindo a existência de uma neta Gornélia, para além da esposa de Gádio Rufo, Albura.

(36) ALARCÃO, 1988, p. 114 (5/60 : SAA, 1956, p. 171 e 240-1; CHAVES, 1936, p. 57).

É possível traçar, desta forma, o *stemma* desta família:

FRONTO

CORNELIA ALBVRA oo MARCVS CADIVS RUFUS

QVINTVS CADIVS FRONTO

CADIA TVSCA

Mais uma vez se documenta a ligação de um Cádio com uma indígena pois, apesar da raiz latina do gentilício, o cognome *Albura* assim o justifica. M. L. Albertos localiza *Alburusja* um pouco por toda a Península, mas sobretudo no Norte e Centro de Portugal, com prolongamentos em território espanhol (Galiza e Extremadura) ⁽³⁷⁾. Untermann, por seu turno, diz ser este o único nome indígena, entre as formas *Albicus* e *Albonius*, que aparece a norte do Douro fora do território da Lusitânia ⁽³⁸⁾.

Kajanto explica o cognome *Fronto* (do avô e do neto) como mais um exemplo de homofonia entre um adjectivo latino e um indígena, eventualmente e por simples coincidência, de conotação semelhante. O sufixo *-o/onis*, possivelmente de origem céltica, parece, de facto, ter servido muitas vezes de pretexto para os povos célticos poderem juntar ao nome (como cognome latino) algo familiar ao seu primitivo substracto linguístico. Poder-se-ia assim explicar a quase exclusividade da sua associação a nomes masculinos ⁽³⁹⁾, tendo em conta que os varões começaram a identificar-se mais cedo à latina ⁽⁴⁰⁾.

O *cognomen Tusca* parece ter sido atribuído de acordo com a «moda» hispânica: dos quarenta e quatro *Tusculus ja* conhecidos por

⁽³⁷⁾ ALBERTOS, 1976, p. 71.

⁽³⁸⁾ UNTERMANN, 1965, p. 49-50.

⁽³⁹⁾ KAJANTO, 1965, p. 26, 118 e 236.

⁽⁴⁰⁾ ALBERTOS, 1976, p. 65-6.

Rajanto, vinte e três são da Península Ibérica. Este autor atribuiu-lhe um significado de âmbito geográfico : derivaria do latim *tuscus* (aqueles que são provenientes da Etrúria e da Ûmbria) ⁽⁴¹⁾. Os Cádios, como veremos, seriam daí oriundos... A enorme frequência com que é utilizado fora da Península Itálica, encontraria, pois, justificação na intenção de perpetuar a ideia de uma *origo*... Não será por acaso que, no mapa apresentado por Untermann, todos os *Tuscus/a* se localizam no Sul da Hispânia, ao longo dos rios ⁽⁴²⁾...

A associação de dois novos *praenomina* aos *Cadii* — *Quintus* e *Marcus* — não parece ser relevante, uma vez que é o *cognomen* a funcionar aqui como elemento de identificação.

Borges de Figueiredo, pela análise paleográfica (p. 156), aponta para uma cronologia dos fins do séc. i, a que podíamos acrescentar a subsistência de uma raiz onomástica indígena, a indicação das idades e, até, a utilização da fórmula final S.T.T.L. Por outro lado, quer a presença da invocação aos Manes, quer asuperlativação dos laços familiares, podem levar, pelo menos, até aos meados do séc. II. Mais uma vez, no entanto, a análise paleográfica nos leva aos meados do séc. i, sendo os «P» abertos empregues neste epitáfio semelhantes aos utilizados na inscrição anterior, os «R» parecidos com os da nossa inscrição n.º 3, correspondendo, assim, ao período júlio-claudiano de Cláudio-Nero.

5

CIL X 1158

C{aio). RADIO . C(aii) . L(iberto) . CIMBRO / C(aio) . RADIO C{aii) . F (ilio) GAL (eria tribu) . RVFO / M (arcus) . RADIVS . C(aii) . F (ilius) . GAL (eria tribu) . CELER / PAT(r)I . FRAT(r)I . SIBIQVE /VIVOS. FECIT.

Bibliografia :

PIR II, p. 1-2; GIL X 1158 ; FORCELLINI V, p. 297.

⁽⁴¹⁾ KAJANTO, *ibidem*, p. 51 e 118.

⁽⁴²⁾ UNTERMANN, 1965, p. 179-80.

A Caio Kádio Cimbro, liberto de Caio. A Caio Kádio Rufo, filho de Caio, da tribo Galéria. Marco Kádio Célere, da tribo Galéria, fez, em vida, para o pai, para o irmão e para si.

Proveniente de *Abellinum*, o texto é deveras interessante. Trata-se de um filho de liberto que, dedicando um epitáfio a seus pai e irmão, parece não demonstrar qualquer pejo em denunciar a sua origem servil. Talvez o facto se possa mesmo interpretar inversamente: neste caso, os dois cidadãos *Kadii* orgulhavam-se de seu pai — um poderoso liberto de K/Cádio!...

Deschamps localiza *Abellinum* no antigo *Samnium*, território próximo da actual cidade de Avellino. No entanto, Bésnier parece discordar, situando-a antes na *Campania*, embora junto à fronteira com o território samnita ⁽⁴³⁾. Ainda segundo o mesmo autor, *Abellinum* terá surgido com o estatuto de colónia nos inícios do Império, o que parece concordar com as conotações cronológicas da tribo referida — a Galéria, tipicamente júlio-claudiana... Teria sido deste modo, então, que Marco e Caio Kádio ascenderam à cidadania, através do privilégio concedido pelo estatuto colonial ?... De uma forma ou de outra, podemos afirmar, mais uma vez, a importância político-económica dos Cádios, pelo menos a nível local, porque, mesmo numa colónia, só pertencendo ao senado ou desempenhando uma magistratura municipal é que se ascendia à cidadania ... o que não era extensivo a todos os cidadãos ⁽⁴⁴⁾.

O antropônimo *Cimber* deve estar relacionado com os *Cimbri*, povo do Norte da Germania, de raça céltica ou germânica, que, nos últimos anos do séc. I a. C., invadiu a Gália, a Hispânia e a Península Itálica, de onde foi expulso por Mário ⁽⁴⁵⁾. É possível que este liberto fosse um dos escravos feitos durante estas campanhas ou o descendente de um deles... Holder refere a existência de um *Cimber gallus civis* e há outro paralelo ainda, registado junto ao Castro de Alvarelhos (Carriça, Maia, Porto), de um *S(extus)* Arqu(ws) Cim(eri) 1 (*ibertus*): ILER 5898 =CIL II 2373 ⁽⁴⁶⁾.

⁽⁴³⁾ DESCHAMPS, 1965, p. 34; BÉSNIER, 1914, p. 2, respectivamente.

⁽⁴⁴⁾ CENTENO, 1981, p. 169.

⁽⁴⁵⁾ BÉSNIER, 1914, p. 123.

⁽⁴⁶⁾ ENCARNACÃO, 1975, p. 270-4.

Do *cognomen Rufus* já falámos no texto anterior (n.º 4). Talvez fosse Caio Cádio Rufo o filho primogénito e o cognome Rufo lhe tivesse sido atribuído em homenagem ao antigo patrono de Cimbros... Note-se, além disso, a semelhança antroponímica: na Lusitânia, Marco Cádio Rufo, casado com uma indígena; aqui, um Marco Cádio Rufo (também!...) e um Caio Cádio Rufo, filhos de Caio Cimbros; a norte do Douro, Sexto Árquio, liberto de um Cimbros...; irá aparecer-nos, ainda, um Caio Cádio Rufo, procônsul da província asiática do Ponto e da Bitínia (p. 20)...

Quanto ao cognome de Marco Cádio, *Celer*, Kajanto engloba-o num sub-grupo de nomes relativos a características físicas e mentais: os que sugerem rapidez ou lentidão, qualidades estas referentes quer à agilidade física, quer à mental (47). Parece ter sido um *cognomen* de atribuição quase exclusivamente masculina e de *ingenui*, muito raramente utilizado em escravos ou mesmo libertos.

Interessante a grafia grega *Radius*, sobretudo porque *Caius* não foi escrito com «G» (cf. n.º 1). O *ordinator* e/ou o liberto não demonstram, por isso, ter assimilado a cultura latina de maneira correcta e completa. E qual a razão da omissão dos «r» na penúltima linha?... Erro do lapicida? Aproveitamento do espaço? Vestígios da oralização do latim? ... Pena é que não disponhamos de outros elementos de análise neste campo, uma vez que não pudemos aceder a uma fotografia do monumento.

O *terminus post quem* deste monumento poderá ser 45 a.C., uma vez que o lapicida demonstra conhecer as regras ditas pela *Lex Iulia Municipalis*. A referência à tribo Galéria pode apontar para os tempos do imperador Augusto, estendendo-se a toda a dinastia dos Júlios-Cláudios. Tratando-se de uma inscrição funerária, a ausência de fórmulas corrobora numa datação de fins do séc. i a.C. ou inícios do séc. i d. C. No entanto, se pensarmos na forma como foi elaborado o texto — o dedicante dedicou-o também a si próprio, em vida —, a inexistência de fórmulas pode justificar-se no caso, bem provável, de se tratar de uma placa, destinada a ser colocada num grande monumento de família...

(47) KAJANTO, 1965, p. 65-6 e 248.

O papel dos *Cadii* na romanização está neste caso atestado de forma indubitável, seja em que zona tiver sido... Assim como o seu poder económico, patente no tipo monumental da homenagem fúnebre prestada, na cidadania alcançada.

6

GIL VI 1508

[G {aio) . C(ad_i)?]0 . L (ucii) . F (ilio) . RVFO / PRO(co/istfZ_i)
[...]/PATRONO(...)

Bibliografia :

PIR, II, p. 1-2 ; R. E., III, 1, p. 1170.

A Caio Cádio Rufo, filho de Lúcio, procónsul (do Ponto e da Bitínia), (...), patrono, (...).

Trata-se de uma inscrição honorífica, bilingue e fragmentada, dedicada por algumas *civitates Ponti et Bithiniae* a Caio Cádio Rufo, que aí foi proconsul entre 43 e 48 d.C., tendo sido destituído do cargo e condenado em 49 d. C., devido a um caso de *leges repetundarum*. Cunhou moeda com o seu nome em Niceia, Nicomédia e na Bitínia, de que era patrono. Sob Otão, em 69, foi perdoado e reingressou no Senado.

Seria este Caio Cádio Rufo o dono do escravo Cimbro do texto anterior? Quais as suas relações com os *Cadii* da Lusitânia, nomeadamente com os *C. Cadii* de *Aeminium* e o *Cadius Rufus* de Almourol? Teriam sido, ao menos, contemporâneos...

Apesar de ter sido identificada em Roma, esta inscrição diz respeito, mais propriamente, à parte oriental do Império, Ásia Menor, onde a língua vigente era o Grego. Por isso, o nome aparece sob a grafia Taiou KOC SLOU 'Poutpou, embora surja também em Latim: o lapicida dominava perfeitamente as duas línguas.

E E Vili 124⁵

[...] / *C(aius)* . CADIVI) . SEPTIM(^P) / [...]

Bibliografia :

Notizie delle Scavi, 1887, p. 298; FORCELLINI, Y, p. 297.

O nome Caio Cádio Sétimo (?) figura, entre muitos, numa inscrição fragmentada de grandes dimensões proveniente de uma necrópole da cidade de *Teate* ⁽⁴⁸⁾, antiga capital dos *Marrucini* ⁽⁴⁹⁾, situada na costa do Adriático.

O alinhamento à direita foi conseguido de uma forma interessante, separando a última letra dos *cognomina* e situando-a na margem direita do campo epigráfico.

Tratar-se-á, portanto, de um epitáfio incluído num (ou ele próprio) monumento funerário de uma grande família, e enumerando todos os seus parentes, clientes e herdeiros. Não apresentamos aqui todo o texto na medida em que o não achamos necessário, mas são realmente mencionados trinta e dois nomes todos eles masculinos e todos utilizando *tria nomina*, sendo sempre o *praenomen* abreviado. Sendo assim, qual o estatuto social do nosso Caio Cádio Sétimo?...

O *cognomen* será aqui, preferencialmente, *Septimus* ou *Septimianus*, nomes que fazem parte, qualquer deles, do grupo de cognomes relativos às condições de nascimento: identificariam o sétimo filho do casal ou o sétimo a usar aquele nome. *Septimius*, derivado dos anteriores, é menos comum ⁽⁵⁰⁾.

Parece tratar-se de cidadãos romanos, com posses. Pudemos verificar que muitos dos gentilícios associados a estes *Cadii* tiveram paralelos ilustres dentro das altas estirpes sociais, em Roma como na *Hispania*. São referidos dois *Annaei*, por exemplo — à *gens Annaea* pertenciam os doutos *Annaeus Seneca*, cavaleiros e tra-

⁽⁴⁸⁾ BÉSNIER, 1914, p. 466-7.

⁽⁴⁹⁾ BÉSNIER, p. 264.

⁽⁵⁰⁾ KAJANTO, 1965, p. 74,155, 293.

dicionalmente professores em Córdoba; o filho Séneca foi professor de Nero, em Roma, e cônsul em 57 ⁽⁵¹⁾. À ordem senatorial pertenciam os *Herrenii*, segundo Schulze, uma *gens* nobilíssima e secular de origem osca ou etrusca ⁽⁵²⁾.

Difícil é sugerir, ainda, alguma cronologia para este monumento, apenas com base nestes elementos... Mas a verdade é que, ao ser nele incluído, Caio Cádio Sétimo deixa transparecer algum do poder económico dos Cádios, mais uma vez.

2. Os Cádii

O comentário dos textos apresentados permitiu-nos situar sumariamente os Cádios num espaço e tempo definidos. Mas, afinal, será possível saber algo mais a seu respeito ? Dispostos de elementos susceptíveis de nos elucidar sobre a sua origem, o seu estatuto, a sua importância ?

2.1. *Origem*

Schulze atribui aos *Cádii* uma origem etrusca: «Os Etruscos terão tido grande dificuldade em separar *Catius*, *Cattius* e *Cadius*» ⁽⁵³⁾, apesar de Holder, com quem não concorda, considerar *Cattius* uma forma céltica. Por seu lado, M. L. Albertos ⁽⁵⁴⁾ apresenta um mapa de distribuição dos nomes «*Cadus*, *Cadius* y derivados», parecendo discordar de Schulze, que afirma a latinidade dos *Cadi* face aos *Cádii* de raiz etrusca cujo gentílico teria sido formado a partir do sufixo *-ius*, diferente do sufixo *-us* de raiz latina. Esta autora aproxima, portanto, as duas formas que Schulze diferencia, pelo menos ao nível da antroponímia pré-romana da península, relativa à onomástica de base indo-europeia.

Nenhum dos dois linguistas se refere, no entanto, à forma *Radius*, também documentada na Hispânia, que é justificada, no

⁽⁵¹⁾ FORCELLINI, V, p. 124.

⁽⁵²⁾ *Ibidem*, p. 728.

⁽⁵³⁾ SCHULZE, 1966, p. 76.

⁽⁵⁴⁾ ALBERTOS, 1976, p. 77.

Onomasticon de Forcellini, como sendo a grafia mais antiga da palavra (t. V, p. 297). A mesma fonte considera derivados de *Cadius* os gentílicos *Cadienus* (CIL XI 389) e *Cadillo*, (GIL II 971) na Península Ibérica, nada avançando quanto à sua evolução linguística e etimológica.

Ora, sabemos que as gentilidades etruscas teriam tido por base nomes próprios, por vezes derivados de substantivos comuns ⁽⁵⁵⁾. Avançando etimologicamente neste sentido teríamos, em latim *cadium*, *ii* e *cadus*, *i*, substantivos comuns para designar o mesmo objecto — um pequeno jarro, na última forma, destinado especificamente a conter vinho. *Cadus* é apresentado como derivando do grego *xa\$oc*, do hebraico *kad*⁽⁵⁶⁾. A forma *cadium* tem também em *xaSiou*, um paralelo grego de conotação semelhante ⁽⁵⁷⁾.

Temos conhecimento dos intensos contactos culturais e comerciais existentes entre as cidades da Antiga Grécia e a nascente civilização etrusca ⁽⁵⁸⁾. Sabemos ainda que, na Antiguidade, o principal objecto de comércio entre o Mediterrâneo e os povos celtas era o vinho, «arqueologicamente documentado nos vasos importados que se utilizavam para o beber e servir» ⁽⁵⁹⁾. Uma das coisas que aparece com maior frequência nos túmulos etruscos são precisamente as cerâmicas gregas. Não nos é difícil, por isso, imaginar que essas palavras tenham entrado no vocabulário etrusco por esta via.

Da mesma forma, se pensarmos no papel assumido pela Etrúria na formação e desenvolvimento dos povos do Lácio e da futura *urbs imperatoria*, pelo menos até 509 a.C. ⁽⁶⁰⁾, também não é difícil sugerir terem estas palavras persistido paralelamente no vocabulário latino devido à influência etrusca inicial...

Conhecemos a excessiva tendência de Schulze no que respeita à atribuição de raízes etruscas, mas os seus argumentos não parecem desprovidos de sentido: para *Catius* cita inscrições de *Luca*,

⁽⁵⁵⁾ SCHULZE, 1966, p. 65.

⁽⁵⁶⁾ OXFORD, 1968; ERNOUT, MEILLET, 1959.

⁽⁵⁷⁾ OXFORD, 1968.

⁽⁵⁸⁾ GRIMAL *et alii*, 1986, p. 91.

⁽⁵⁹⁾ PIGOT, 1981, p. 245.

⁽⁶⁰⁾ GRIMAL *et alii*, 1986, p. 166.

Sutrium e *Careiae* (CIL IX 1533, 3254 e 3764, respectivamente); para *Cattius* uma de *Sutrium* (CIL IX 3254), todas localizadas em cidades da Antiga Etrúria ou na Æmbria vizinha. Para *Cadius* cita as da *Hispania* por nós apresentadas (nomeadamente CIL II 6271). Parecendo ir de encontro ao raciocínio deste investigador, encontramos para *Cattius* um outro paralelo na Insúbria, também vizinha da Etrúria: um *Titus Cattius* que Cícero refere como epicurista (*Fam.* 15, 16) ⁽⁶¹⁾.

Em virtude desta distribuição, e alheando-nos por enquanto da hispânica, não seria difícil admitir a hipótese de, talvez até porque casualmente os sons gregos fossem homófonos com os etruscos, terem estes, uma vez «latinizados», adoptado na antroponomia paralelos greco-latinos que lhes eram familiares, à maneira dos indígenas que escolhiam *cognomina* latinos homófonos com o seu substracto linguístico... O referido *Onomasticon* considera, porém, uma filiação céltica do nome *Cattius*, uma vez que é extremamente comum na Gália Cisalpina e Narbonense e muito raro noutros lados. Parece também concordar com Holder, na medida em que considera *Cattius* a grafia antiga de *Cattius* ⁽⁶²⁾.

Deste modo, os investigadores não estão de acordo quanto à filiação linguística dos antropónimos citados. Por nosso lado, o considerá-los célticos levaria a julgá-los hispânicos, como M. Lurdes Albertos, com quem não concordamos. Por isso, tentámos a via etrusca.

A origem dos Etruscos é ainda bastante obscura, mas parece ser mais ou menos aceite o facto de serem o fruto de uma síntese entre as tradições itálicas vilanovenses e grupos populacionais vindos da Ásia Menor, por volta do séc. ix a.C., para se estabelecer a norte do Tibre ⁽⁶³⁾. Sabemos ter existido, na Antiguidade, a cidade de *Cadi* na Ásia Menor ⁽⁶⁴⁾... Relacionada ou não com os Etruscos, o substracto linguístico será talvez o mesmo, uma vez que, embora não sem muitas dúvidas e interrogações, o etrusco parece poder ser

⁽⁶¹⁾ R. E., vol. III 2, p. 1792-94.

⁽⁶²⁾ FORCELLINI, vol. V, p. 297.

⁽⁶³⁾ GRIMAL *et alii*, 1986, p. 158.

⁽⁶⁴⁾ BÉSNIER, 1914, p. 154, na Frigia Epícteta.

considerado um prolongamento mediterrânico das línguas da Ásia Menor ^{í⁶⁵}), uma língua não indo-europeia, possivelmente...

Fosse qual fosse a sua origem, é certo terem existido Cádios na Lusitânia. Mas de onde teriam vindo ?

M. L. Albertos considera-os, juntamente com os *Cadi* como já vimos, indígenas, mas não explica porquê. As relações familiares de alguns Cádios com elementos femininos autóctones estão indubitavelmente documentadas, como também vimos. Contudo, os textos, para já não falar dos contextos, das inscrições referentes a *Cadi* são tão diferentes!... Citamos, como exemplo, ILER 5464 (= CIL II 6338), de Falência, em que o filho Amio e o seu amigo Algigo dedicam um epitáfio a Marco Cado Pedaquiano, de trinta anos. O substracto indígena encontra-se aqui bem patente, em todos os seus aspectos. Que contraste com a nossa inscrição n.º 3, a nível de texto, de antroponímia, de paginação e monumentalidade!... Ao contrário do que pensamos das outras, será, realmente, uma indígena Valéria Rufina?...

Todos os epitáfios, à excepção do n.º 5 talvez, revelam um índice cultural bastante elevado, um perfeito à-vontade no manuseio da cultura e da língua latina falada e escrita, a que podem aludir os *instrumenta scriptoria* das paredes laterais dos monumentos (n.º 2). Porquê esta temática decorativa tão incomum na escultura funerária e tão típica dos monumentos funerários de *Aeminium* e *Conimbriga*? Reminiscências dos ideais orientais da 7^{ua} *ai* *ssia* *helénica*?...

Temos de reconhecer que um nível cultural deste tipo seria normal, mesmo em indígenas, nos meados do séc. n ou inícios do séc. ui, isto é, após três séculos de romanização... O mesmo não seria tão comum nos meados do séc. i!...

De igual modo, a «grafia grega» documentada na identificação — Gaio Kádio por Caio Cádio — leva-nos a relacionar estes *C. Cadii* com os *C. Cadii* documentados em Roma, também nos meados do séc. i onde, na parte grega de uma inscrição bilingue, Caio aparece escrito com «G»(T) e Cádio com «K»(K). Semelhança ao nível da grafia: semelhança ao nível da origem ?... Um elo de ligação entre estas semelhanças seria a inscrição n.º 5, em que se verifica a utilização

(^{a6}) GRIMAL *et alii*, 1986, p. 159.

de uma grafia mista: Gaio Cádio por Gaio Gádio à latina, ou Gaio Kádio à grega, embora traduzindo mais a influência da linguagem oral, talvez, do que os efeitos de uma aculturação demasiadamente rápida.

Assim, discordamos da tese que explica a grafia «grega» pela antiguidade da forma *Radius* em relação a *Cadius*, quanto a nós preferencialmente atribuível a diferentes contextos culturais, fruto de influências orientais, bem ou mal assimiladas.

Qual a relação entre a nobre *gens Cadia* de Roma e a(s) rica(s) e culta(s) *gens K/Cadia* de *Aeminium*? Quais as suas relações com a parte oriental do Império?

Discordamos assim de M. L. Albertos. Não nos parece viável a ideia de os *Cadii* hispânicos serem indígenas, ou mesmo «célticos», como pretende Holder. Seriam antes uma *gens* latina exógena (talvez da origem etrusca, segundo Schulze) qual teria vindo para a Hispânia no decorrer do período de organização do território, possivelmente ao tempo dos impérios de Cláudio e Nero, cronologia para que apontam todos os documentos hispânicos conhecidos.

2.2. *Estatuto*

Os testemunhos apresentados parecem referir-se claramente à existência de duas categorias de *Cadii* fora da Hispânia: os *Cadii* senadores em Roma, nos meados do séc. i e os *K/Cadii* libertos do Sul da Península Itálica (Gampânia), talvez contemporâneos dos anteriores.

Tratando-se de uma cronologia tão alta, e sendo conhecido o hábito de associar um ou mais *praenomina* determinados ao gentilício de família ⁽⁶⁶⁾ — aquele(s) que depois se transmitia(m) ao primogénito varão, aos libertos, aos adoptivos, etc.—, não seria de todo improvável que o *Caius Cadius* procônsul do Ponto e da Bitínia fosse o próprio (ou um seu familiar directo) patrono do escravo *Cimber*, ... embora não o possamos afirmar.

Os Cádios da elite senatorial de Roma parecem ter tido a suficiente projecção sócio-económica para se manterem por mais de

⁽⁶⁶⁾ CAGNAT, 1914, p. 68.

um ano no cargo de uma magistratura anual. Aliás, os governadores das províncias senatoriais da Ásia Menor eram, normalmente, senadores romanos no auge do seu *cursus honorum*, «pertencendo, portanto, ao círculo íntimo de pessoas e famílias que compartilhavam, sob a supervisão imperial, o governo dos destinos de Roma» (67). Os próprios libertos parecem orgulhar-se de os ter tido como patronos (cf. n.º 5) ... Os K/Cádios libertos, por outro lado, dão a impressão de ter, de algum modo, partilhado o prestígio dos seus patronos «nobres».

E que pensar dos Cádios da nossa inscrição n.º 7 ? Aparecem, pelo menos, mencionados a par de gentilícios que primam pelo desafogo económico e o prestígio social dos seus portadores...

Trata-se, portanto, de elites externas. Qual a sua relação com os *Cadii* da Lusitânia ?

Lembre-mo-nos de que todos os testemunhos epigráficos de *Aeminium* e o de Almourol foram paleograficamente localizados nos tempos de Cláudio e Nero, parecendo o texto perdido dos *G. Kadii* poder ser contemporâneo.

E recordemos, mais uma vez, a Caio Cádio Rufo, procônsul de 43 a 48 d.C., portanto, em pleno reinado de Cláudio. De acordo com o sistema estabelecido por Augusto, teria sido cuidadosamente escolhido para as funções de entre os senadores mais antigos (68). O bom cumprimento dessas funções terá talvez justificado a prorrogação do seu mandato. Na verdade, a partir de Augusto, os governadores de província tenderam a ser mais conscienciosos, e teríamos tomado Cádio Rufo como exemplo se, em 48, não tivesse sido acusado de *leges repetundarum* pelos mesmos bitínios que antes o intitulavam *patronus*. Porquê?...

Sabemos que, durante o seu mandato, cunhou moedas gregas e bilingues anualmente (69) : a primeira comemorativa do nascimento de Britânico, ostenta a legenda latina *Britannici Caesaris*, algumas com *Claudii* ou *Britannici*, por fim, uma com *Messalina*, em Niceia, e uma última, em 48, com [MsJaaaXsiva ZeßaaT?][vsa 'Hpa] em Nicomédia: o ano em que é condenado, o ano em que

(«7) GRANT, 1960, p. 45-6.

(68) *Ibidem*, p. 50.

(69) PIR II, p. 1-2.

Messalina se divorcia de Nero, o mesmo ano em que este a manda matar ⁽⁷⁰⁾... Traduzirão estas moedas alguma espécie de apoio ou contestação, por parte do procônsul, às ambições de Messalina?

Terá sido Caio Cádio Rufo justamente condenado? Ou teria sido apenas mais uma vítima das intrigas cortesãs, frequentes nos finais da dinastia júlio-claudiana ?

Uma das particularidades do *imperium* de Cláudio foi a fundação de um gabinete secreto imperial de libertos. Estes, normalmente orientais e, em particular, da Ásia Menor, «de poder e riqueza sem precedentes, competiram ou cooperaram com a terceira e quarta esposas do imperador» ⁽⁷¹⁾.

Recordemos, então, o liberto de Caio, Caio Kádio Cimbro, o qual poderá ter sido coevo, como dissemos. Não poderia estar, eventualmente, a sua importância social — se pudermos ver no texto vestígios do orgulho que os dois filhos sentiam em ser filhos do liberto de C. Cádio... —relacionados com estes factos, com estas intrigas?... Um liberto ficava ligado ao seu patrono por laços de clientela, que o sujeitavam à prestação de serviços algo mal definidos, e à permanência na sua dependência económica, até certo ponto. Contudo ⁽⁷²⁾, estes condicionamentos não se estendem aos seus descendentes, e um filho de liberto será cidadão como qualquer outro, se for caso disso. A filosofia que presidiu à criação do gabinete secreto imperial de libertos ter-se-á, certamente, baseado nestes pressupostos.

Pensamos, assim, que, talvez para seguir as filosofias bucólicas difundidas no século de Augusto ⁽⁷³⁾, por necessidades de exílio e/ou por vergonha da *virtus* maculada, talvez até porque aqui tivessem uma *villa* de província ⁽⁷⁴⁾, os Cádios vieram para a Lusitânia, estabelecendo-se no território da *civitas Aeminiensis*.

Qaul o seu valor aqui?

A nosso ver, ambas as categorias gentilicias por nós definidas se encontram aqui presentes, desempenhando, aparentemente, um importante papel no seio da burguesia municipal da cidade.

⁽⁷⁰⁾ STEVENSON *et alii*, 1964, p. 555.

⁽⁷¹⁾ GRANT, 1960, p. 26-7 e 51.

⁽⁷²⁾ GRIMAL, 1986, p. 205.

⁽⁷³⁾ PEREIRA, 1982, p. 233 e 236.

⁽⁷⁴⁾ GRIMAL, 1985, p. 85-7.

Primeiro os *G. Kadii*, libertos, ligados à também importante *gens Albania*, de libertos de Cádiz. Documentados mesmo em *Aeminium*, aí estariam radicados.

Depois os *L. Cadii* de Montemor, provavelmente da *villa* da Senhora do Desterro. Consideramo-los de inequívoca filiação «nobre». A sua importância e o seu prestígio na cidade seriam grandes: ao ponto de uma mãe solteira, indígena, não baptizar o filho com o seu gentílico (aliás importante a nível local ⁽⁷⁵⁾), o que geralmente acontecia aos filhos naturais, mas com o próprio gentílico do pai, que o terá certamente reconhecido... Este filho, educado na cultura clássica pelo elevado nível cultural que parece transparecer do seu monumento funerário, homenagem de sua mãe, terá certamente (?) desempenhado também algum papel de relevo na administração local.

Assim, de elites externas, os Cádios ter-se-ão convertido em elites internas, fomentando o desenvolvimento económico, político e cultural local.

Ainda um argumento a favor da importância dos *Cadii*, e com eles, provavelmente, da própria *Aeminium*: Caio Cádio Rufo, o procônsul, será perdoado por Otão em 69, e readmitido no Senado... Otão ⁽⁷⁶⁾, amigo pessoal de Nero (e membro de uma ilustre família etrusca), foi afastado para o governo da Lusitânia quando o imperador manifestou desejos de desposar a que fora até então sua esposa, a bela Popeia. Ajudou Galba a destronar Nero e, depois, ele próprio destronou Galba.

Necessitou, portanto, de garantir o apoio senatorial a um *imperium* tão traiçoeiramente conseguido. Terá sido, talvez, também essa a razão do perdão para os *Cadii*, concedido ainda antes de ser morto pelas tropas de Vitélio. Condição requerida pela «burguesia» da *civitas* eminiense em troca do seu apoio a Otão e, eventualmente, ao próprio Galba?... Ou será tudo apenas uma grande coincidência?...

Qual o papel dos Cádios de Almourol ? Qual a sua relação com *Aeminium*? ... Apesar da cronologia sugerida por Borges de

(75) ÉTIENNE, ALARCÃO, 1976, p. 98.

(76) STEVENSON, 1964, p. 590-1.

Figueiredo, pensamos serem contemporâneos dos eminienses, anteriores ao ano dos quatro imperadores. Que pensar da sua filiação externa e interna ?

Documentada está a ligação matrimonial com indígenas, o que não seria, talvez, tão próprio da elite senatorial, embora se saiba que as leis do coração não são deste mundo... A corroborar a sua filiação na categoria dos libertos estará, porventura, o carinho e o sentimento depositos na redacção do formulário, em que os filhos são tratados pelos *cognomina* e é acentuada a saudade pela esposa. O orgulho com que é mencionado o facto de ter um dos filhos em Roma, seria também, eventualmente, típico daquela burguesia local de origem servil ou indígena, que, tendo enriquecido, ou tendo posses para isso, manda os seus filhos estudar em Roma, ou na capital da província ⁽⁷⁷⁾. Embora sendo uma placa, destinada, portanto, a ser aplicada num monumento de maiores proporções, nada tem já da graciosidade clássica dos monumentos eminienses, à parte a elegância das pequenas folhas de hera na invocação inicial... semelhantes às utilizadas no epitáfio dos *L. Cadii* de Montemor, aliás... O facto de viverem numa *villa*, de terem um jazigo de família, acentua, apesar disso, a ideia do seu poder económico e consequente prestígio social.

Deste modo, três coisas, pelo menos, caracterizam todos os Gádios: o seu desafio económico; o seu prestígio social; a sua largueza intelectual. Algumas dúvidas subsistem, no entanto: por que razão o padrão de identificação recomendado pela *lex Iulia* nunca foi utilizado nos formulários encomendados na Hispânia?... A filiação é sempre indicada, de maneira indirecta, na expressão dos laços familiares, mas a tribo nunca foi mencionada... Sinal de cidadania incompleta, ou da *damnation*...

2.3. *Importância*

Beneficiando da imperial *pax romana*, as duas *civitates* do Mondego terão gozado, como as províncias romanas no geral, de um período de franca dinamização económica e social, trabalhando as

⁽⁷⁷⁾ GRIMAL, 1985, p. 76-7.

burguesias municipais no sentido da promoção jurídica a um estatuto mais vantajoso — não esqueçamos que, a acreditar em Plínio, *Aeminium* e *Conimbriga* estariam sujeitas ao pagamento de um *stipendium* desde o tempo de Augusto.

O facto de não haver *Cadii* epigraficamente atestados em Conimbriga, poderia restringir, à partida, a sua acção ao território da *civitas* eminiense. Contudo, convém não esquecer que não se conhece ainda a necrópole de Conimbriga...

De qualquer modo, os Cádios não terão tido dificuldade em chegar a *Aeminium*, ponto de passagem obrigatório da via *Olisipo-Bracara*.

Qual o valor da cidade na altura ? Os poucos vestígios arqueológicos referidos são dificilmente datáveis, mesmo a um nível estritamente hipotético, o que contribui para a manutenção das interrogações colocadas. No entanto, seguindo o raciocínio de Fabre e Le Roux (1971, p. 121), dada a precocidade do fenómeno da romanização a nível local, o processo de evolução político-económico devia estar bastante avançado e activo. É nossa opinião que os Cádios nele devem ter influído de forma directa e decisiva.

Como em todos os tempos, o poder económico, sobretudo se associado a um bom nível cultural, gera e alimenta o prestígio social, podendo facilmente transformar-se em prestígio político. Tudo se compõe para alicerçar a hipótese de um forte peso dos Cádios na administração local.

Economicamente, os seus contributos não terão sido escassos. Segundo o costume das elites romanas citadinas, os L. *Cadii* não terão vivido na cidade, mas sim numa *villa* suburbana próxima, pequena unidade de exploração agro-pecuária, certamente. A nobre actividade agrícola era cara às classes senatoriais abastadas e a distância à cidade, ou mesmo a Mérida, não seria muito difícil de percorrer. Lembremo-nos de que Galba soube da morte de Nero logo trinta e seis horas após a sua ocorrência, na distante capital da Tarraconense ⁽⁷⁸⁾. Em todo o caso, o cognome *Celia* pode indicar a actividade agrícola significando celeiro, adega ou armazém em geral ⁽⁷⁹⁾. A proximidade do rio tornaria bastante férteis as terras

⁽⁷⁸⁾ GRANT, 1960, p. 45.

⁽⁷⁹⁾ OXFORD, 1968, p. 122.

ribeirinhas da Senhora do Desterro. Contudo, essa mesma proximidade pode sugerir a existência de um outro sector económico, já com largas tradições no território: o comércio. Não seria essa a ocupação dos libertos G. Ràdio ...nilano e G. Kádio Salviano ? As influências gregas patentes na grafia dos seus nomes poderiam até explicar-se pelo facto de estarem habituados ao manuseamento frequente de moeda oriental — Cádiz era conhecido como um dos portos peninsulares com mais contactos com o Oriente; recordemos as moedas cunhadas pelo nosso procônsul na Bitínia, ostentando sempre o seu nome em grego: Tatou KaStou Poucpou Av0o7ua0o<7 ria0povoa... A própria ligação com os *Albanii* de Cádiz, família de libertos, normalmente dedicados ao comércio na cidade «com mais capitalistas do que qualquer outra do Império»⁽⁸⁰⁾.

Não esquecer ainda a importância das relações atestadas com a capital da Lusitânia⁽⁸¹⁾ de ordem política, decerto, mas também, necessariamente, de ordem comercial, uma vez que, a norte do Tejo, *Emerita* parece ter funcionado como o principal centro abastecedor da Lusitânia⁽⁸²⁾.

O carácter costeiro da cidade, a sua fácil acessibilidade, terão sido assim talvez determinantes para a fixação, temporária ou não, dos *Cadii* no local.

Embora situados numa região de francas possibilidades agrícolas, inclinamo-nos a atribuir o mesmo tipo de ocupação aos Gádios de Almourol, como vimos residindo também numa *villa*, eventualmente. Perto da confluência do Zêzere com o *Tagus*, portanto, nas margens de um rio de ampla navegabilidade⁽⁸³⁾, que melhor situação para a actividade comercial ?

Os mosaicos «das suas *villae*» (possivelmente), a grandiosidade e qualidade dos monumentos colocados aos seus mortos — placas (a inserir num monumento de maiores proporções), pedestais, cipos (?), em mármore ou calcário de boa qualidade, decorados — são os primeiros indícios, e os mais directos, do seu poder económico.

⁽⁸⁰⁾ GRANT, 1960, p. 51.

⁽⁸¹⁾ ENCARNÇÃO, 1979, p. 172-8.

⁽⁸²⁾ ALARCÃO, 1988, p. 87.

⁽⁸³⁾ CENTENO, 1981, p. 168, cit. Estrabão, III, 3,1.

A nível cultural, a sua importância não terá sido menor. A correcção dos seus epitáfios — e lembremos o «avant-garde» das fórmulas utilizadas, o próprio padrão textual tão invulgar na Hispânia em monumentos de cronologias tão altas ⁽⁸⁴⁾ —, o classicismo atestado nas suas decorações (n.º 3 e 4, nomeadamente), o facto de os pensarmos oriundos do Oriente—portanto, dominando tão bem o Grego como o Latim — confere-lhes um incontestável grau de cultura. O seu papel no domínio da romanização local terá sido, assim, forçosamente importante, sobretudo porque conhecemos a sua fusão, directa ou indirecta, com elementos da população indígena — *Alleicela Avita* e *Cornelia Albura*.

Embora não tenham sido, certamente, os únicos agentes da romanização local, o facto de uma elite senatorial externa se ter, de forma mais ou menos permanente, estabelecido no território, terá determinado, ou até exigido, uma adequação cultural mais rápida dos seus habitantes indígenas que, aliás, revelavam, de antemão, uma grande facilidade de aculturação.

Estes contributos têm também a sua importância a nível social: no âmbito de um processo de romanização rápida e precoce, temos documentada a união do substracto indo-europeu pré-existente com um substracto exógeno latino, e, mais do que isso, de elites externas com as elites internas locais : o exemplo de Cádio Cariano e, talvez também, o exemplo dos Cádios de Almourol.

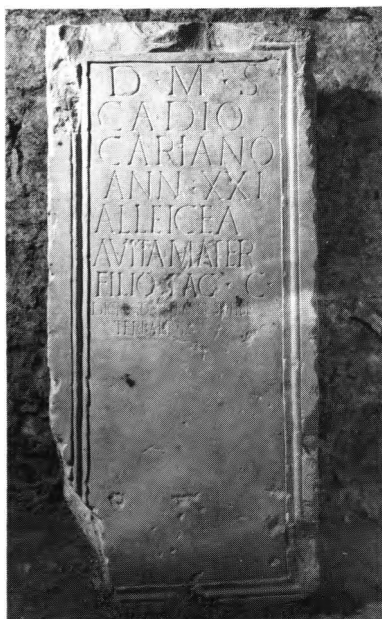
Deste modo, ligados ao comércio e/ou à agricultura (e indústria?), os Cádios tornaram-se parte integrante da burguesia administrativa local, acompanhando o processo evolutivo do crescimento da *Aeminium* romana, desde os Júlios-Cláudios até... quem o sabe ? ...Não poderiam, uma vez perdoados, ter intercedido junto das entidades imperiais e provinciais no sentido da municipalização de *Aeminium* ?

*

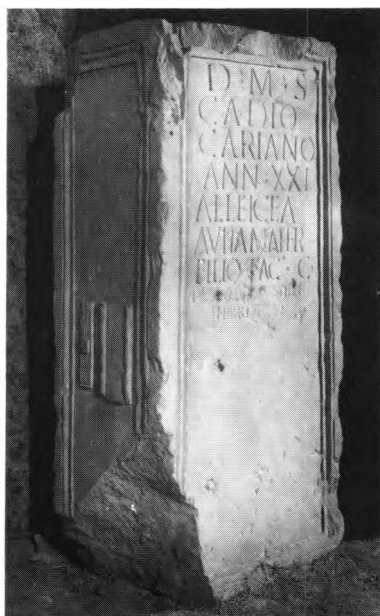
**

Em conclusão: conhecemos os *Cadii* como uma família nobre, com assento no Senado, e cujos elementos seguiam normalmente o

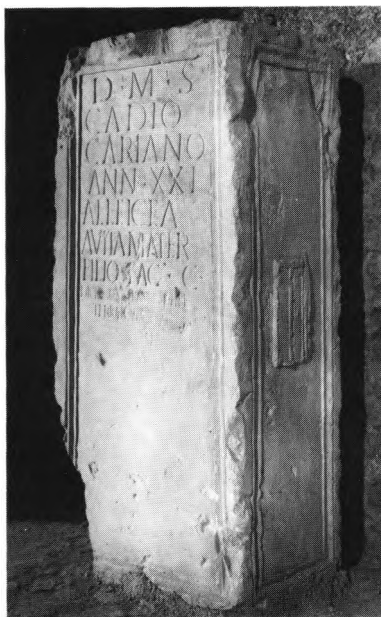
(84) ALARCÃO, ÉTIENNE *et alii*, 1976, p. 209.



O monumento de Aeminium
(Fot. do Museu Nacional de Machado de Castro)



O monumento de Aeminium
(Fot. do Museu Nacional de Machado de Castro)



O monumento de Aeminium
(Fot. do Museu Nacional de Machado de Castro)



A placa de Montemor-o-Velho (Fot. do Museu Nacional de Machado de Castro)



A placa de Almourol (Fot. de J. M. Bairrão Oleiro)

(Página deixada propositadamente em branco)

caminho do *cursus honorum*. Devia ser uma família influente e importante porque um procônsul *Cadius*, magistratura normalmente de eleição anual, ocupou o cargo durante quatro anos, até ter caído em desgraça. A sua eventual raiz etrusca poderia ter sido até um factor do prestígio sócio-político que os caracterizou, pelo menos até aos meados ou finais do séc. i d.C.. Depois, algures entre o último quartel do séc. i a.C. e os meados do séc. i d.C. a libertação de um escravo terá dado origem a um novo ramo da *gens*: uma *gens Cadia* de libertos, também estes importantes, ao ponto de cedo ter adquirido a cidadania romana (talvez no Oriente, devido à grafia grega que utilizam na sua identificação...).

Contemporâneos dos primeiros, e talvez também dos segundos citados, são os Cádios de *Aeminium*. Pensamos ter documentado as relações entre eles e as duas categorias de *Cadii* exógenas antes apresentadas: os de filiação claramente «nobre» da *villa* da Senhora do Desterro; os de filiação claramente liberta de *Aeminium*, (ligados, aliás, a uma importante *gens* de libertos de Cádiz). Estes últimos também se identificam à grega. Essas influências orientais, parecendo não perdurar a nível de antroponímia, talvez se possam considerar ligadas à temática «culturalista» dos monumentos epigráficos eminienses.

Matrimonial ou extra-matrimonialmente, os *Cadii* não parecem hesitar em ligar-se com elementos da população indígena local, e também o seu papel de agentes da romanização pôde ser aqui realçado. A sua envolvimento, directa ou indirecta, na dinâmica política, social, económica e até cultural da *civitas* eminiense parece-nos comprovada, e ambas as categorias de *Cadii* identificadas se poderão considerar membros influentes da burguesia municipal da cidade.

Terão permanecido, com estas características, na Lusitânia, sempre perto das vias de comunicação fluviais e terrestres... A sua presença aí após o ano dos quatro imperadores é incerta... Não conhecemos qualquer outro documento epigráfico que os refira, pelo menos.

Ter-se-ão afastado de *Aeminium*?... Ter-se-ão ido embora após o perdão de Otão?...

Para obter mais respostas, e para ter algumas certezas, seris necessário termos tido possibilidade de acesso a muitos main

corpora, espalhados por todo o Império, e, inclusivamente, de analisar as próprias pedras, numa tentativa de as datar, de conhecer melhor os seus contextos arqueológicos, se possível. Entretanto, ficam de pé as hipóteses, levantados na sequência de todo um incrível conjunto de coincidências, as quais parecem poder relacionar entre si sete inscrições dispersas pelo território do Alto Império Romano...

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de, *Portugal Romano*, Lisboa, 1983, 3.^a ed. (= Alarcão, 1983).
 ———, *Roman Portugal*, Warminster, 1988 (= Alarcão, 1988).
 ———, *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, 1988, (= Alarcão¹, 1988).
 ALARCÃO, J. de; ÉTIENNE, R. (dir.), *Fouilles de Conimbriga*, II —• *Epigraphie et Sculpture*, Paris, 1976 (= Étienne, Alarcão, 1979).
 ALBERTOS, M. de Lourdes, *La Antroponimia Prerromana en la Península Ibérica*, sep. «Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas en la Península Ibérica (1974)», Salamanca, 1976 (= Albertos, 1976).
 ———, *La Onomastica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Rética*, Salamanca, 1966(= Albertos, 1966).
 BAILLY, *Dictionnaire Grec-Français*, Paris, 1941 (= Bailly, 1941).
 BARRACLOUGH, G. (dir.), *Le Petit Atlas de l'Histoire Mondiale*, Paris, 1984.
 BÉSNIER, M., *Lexique de Géographie Ancienne*, Paris, 1914 (= Bésnier, 1914).
 CAGNAT, R., *Cours d'Épigraphie*, Paris, 1914, 4.^a ed. (= Cagnat, 1914).
 CENTENO, Rui, *A Dominação Romana*, in «História de Portugal», vol. I, (dir. J. Hermano Saraiva), Lisboa, 1983 (= Centeno, 1983).
 CHAVES, L., *Mosaicos Romanos em Portugal*, «Revista de Archeologia», 3, 1936 (= Chaves, 1936).
 CORREIA, Virgílio, *Obras*, I, Coimbra, 1946 (— Correia, 1946).
 CRUZ, Belchior da, *Notícias Várias*, «O Archeologo Português», 4, 1898 (= Cruz, 1898).
 DESCHAMPS, Pierre, *Dictionnaire de Géographie Ancienne et Moderne*, Hildesheim, 1965 (= Deschamps, 1965).
 ENCARNÇÃO, J. d', *Sociedade Romana e Epigrafia*, Setúbal, 1979.
 ———, *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*, Coimbra, 1979.
 ———, *Notas sobre a Epigrafia Romana de Coimbra*, «Actas das I Jornadas do G.A.A.C.», Coimbra, 1979 (= Encarnação, 1979).
 ———, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975 (= Encarnação, 1975).
 ERNOUT; MEILLET, *Dictionnaire Etimologique de la Langue Latine*, Paris, 1959, 4.^a ed. (= Ernout; Meillet, 1959).
 FIGUEIREDO, Borges de, *Miscellanea*, «Revista Archeologica e Historica», II, 1888 (= Borges de Figueiredo, 1888).

- , *Miscellanea Epigraphica, opus cit.*, III, 1889 (= Borges de Figueiredo, 1889).
- FORCELLINI, *Lexicon Totius Latinitatis, Onomasticon*, V e VI (= Forcellini).
- GODWIN, *Greek Grammar*, London, 1983 (= Godwin, 1983).
- GRANT, M., *O Mundo de Roma*, Lisboa, 1967 (= Grant, 1967).
- GRIMAL *et alii*, *Historia Geral da Europa — I. A Europa das Origens ao Começo do séc. XVI*, Lisboa, 1986 (= Grimal *et alii*, 1986).
- GRIMAL, P., *A Vida em Roma na Antiguidade*, Lisboa, 1985 (= Grimal, 1985).
- , *A Civilização Romana*, Lisboa, 1988 (= Grimal, 1988).
- HÜBNER, *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlin, 1869 (e *Supplementum*, 1892) (= GIL II).
- , *Ephemeris Epigraphica*, Vili, Berlin, 1899 (= EE).
- KAJANTO, Iiro, *The Latin Cognomina*, Helsinki, 1965 (= Kajanto, 1965).
- LE ROUX, P.; FABRE, G., *Inscriptions Latines du Musée de Coimbra*, «Conimbriga», IX, 1971, (= Le Roux; Fabre, 1971).
- Oxford Latin Dictionary*, Oxford, 1968. (= Oxford, 1968).
- Pauly's Realencyclopädie der Classischen Altertums-Wissenschaft*, Stuttgart, (vários volumes) (= RE).
- PEREIRA, M. Helena da Rocha, *Estudos de História da Cultura Clássica*, II — *Cultura Romana*, Lisboa, 1984 (= Pereira, 1984).
- PIGOTT, Stuart, *A Europa Antiga*, Lisboa, 1981. (= Pigot, 1981).
- Prosopographia Imperii Romani*, II, Berlin/Leipzig, 1936 (= PIR).
- RESENDE, Maria Ângela, *Subsídios para o Estudo da Epigrafia Pagã em Portugal*, Coimbra, 1971 (= M. Angela Resende, 1971), policopiado.
- ROCHA, Santos, *A Necrópole Luso-Romana da Senhora do Desterro, Montemor-o-Velho*, «Portugália», 1, Porto, 1859-1903 (= Rocha, 1903).
- , *Memórias e Explorações Arqueológicas*, II, Coimbra, 1971 (= Rocha, 1971) .
- RODRIGUES, M. de Lurdes, *Inscrições Romanas do Museu Machado de Castro*, «Humanitas», VIII-IX, 1959-60 (= M. L. Rodrigues, 1959-60).
- SA A, Mário, *As Grandes Vias da Lusitânia*, Lisboa, 1956 (= Saa, 1956).
- SCHULZE, Wilhelm, *Zur Geschichte Lateinischer Eigennamen*, Bulin, 1966 (= Schulze, 1966).
- SIMÕES, Filipe, *Escritos Diversos*, Coimbra, 1888 (= Simões, 1888).
- STEVENSON *et alii*, *A Dictionary of Roman Coins, Republican and Imperial*, London, 1964 (= Stevenson *et alii*, 1964).
- SUSINI, Giancarlo, *Epigrafia Romana*, Roma, 1982.
- The Oxford Classical Dictionary*, Oxford, 1970, 2.^a ed.
- TORRINHA, F., *Dicionário Latino-Português*, Porto, 1981.
- UTERMANN, *Elementos de un Atlas Antroponimico de la Hispania Antigua*, Madrid, 1965 (= Untermann, 1965).
- VASCONCELOS, Leite de, *Inscrição Romana de Montemor-o-Velho*, «O Archeologo Português», XVIII, 1913 (— L. de Vasconcelos, 1913).
- VIVES, *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 (e *índices*, 1972)(= ILER).

(Página deixada propositadamente em branco)

T. KUZNETSOVA-RESENDE

Assistente da Faculdade de Letra5 de Lisboa

**O MOSAICO COM MOTIVOS BÁQUICOS DE TORRE DE PALMA:
TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO**

«Conimbriga», XXVIII (1989), p. 205-221

RESUMO: O presente artigo é uma primeira tentativa de interpretação global, à luz da história das religiões, dos temas do mosaico de Torre de Palma. Situado no chão de urna «villa» rústica (Monforte, Alentejo) o mosaico encerra, além de dois grandes quadros, um com o cortejo báquico e outro com as nove musas, vários pequenos medalhões com cenas mitológicas referentes a Dioniso, Teseu, Io, Apolo, Heracles, Hermes, Medeia. A hipótese que a autora perfilha é que não se trata de uma amálgama de vários motivos de origem mitográfica diferente e não concordantes, mas da ilustração simbólica de diferentes aspectos do culto dionisiaco, tais como a «mânia» e a salvação «post mortem».

RESUMÉ: Cet article est un premier essai d'interprétation globale, à la lumière de l'histoire des religions, des thèmes de la mosaïque de Torre de Palma. Se trouvant dans une «villa» rustique (Monforte, Alentejo), la mosaïque représente plusieurs petits médaillons avec des scènes mythologiques relatives à Dionysos, Thésée, Io, Apollon, Héraclès, Hermès, Médée, outre deux grands tableaux, l'un montrant un cortège bacchique et l'autre, les neuf muses. Selon l'hypothèse soutenue par l'auteur il ne s'agirait pas d'un amalgame de plusieurs motifs d'origine mytographique différente (et discordants), mais de l'illustration symbolique d'aspects différents du culte dionysiaque, tels la «mania» et le salut après la mort.

(Página deixada propositadamente em branco)

O MOSAICO COM MOTIVOS BÁQUICOS DE TORRE DE PALMA: TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO

Entre os materiais arqueológicos por nós estudados durante a elaboração de um recente trabalho de tese sobre o culto dionisiaco em Portugal⁽⁹⁾, fomos levados a analisar os mosaicos decorados com motivos mitológicos daquele culto. Como é sabido, o seu número é pouco elevado; lembramo-los aqui rapidamente: *a)* representação de um Sileno montando um jumento (mosaico proveniente de Conimbriga); *b)* imagem de um leopardo bebendo numa cratera, proveniente de Santa Vitoria do Ameixial; *c)* cortejo báquico, inserto num conjunto iconográfico encontrado em Torre de Palma (Monforte, Alentejo).

O objectivo do presente artigo é precisamente dar a conhecer os resultados do nosso estudo relativamente ao mosaico de Torre de Palma.

Desde o seu achado e publicação em 1962 por M. Heleno ⁽²⁾, aquela peça arqueológica não havia ainda dado lugar a nenhum estudo consagrado à sua interpretação global. Aquele autor limitara a sua análise a uma descrição do monumento, à identificação das personagens e à datação. Posteriormente, o mosaico foi referenciado por arqueólogos espanhóis em trabalhos dedicados aos mosaicos

(9) *O culto dionisiaco em Portugal*, trabalho de síntese apresentado nas provas de capacidade científica e aptidão pedagógica realizadas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em Novembro de 1988.

(²) M. HELENO, «A «villa» lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte)» in *O Arqueólogo Português*, IV, 1962.

da Península Ibérica, no seu conjunto ⁽³⁾, chegando mesmo a ser objecto de um estudo separado ⁽⁴⁾; todavia, no centro dessas análises, encontram-se sobretudo alguns aspectos formais do mosaico: sua comparação com outras peças do mesmo teor (nomeadamente africanas), analogias das imagens dionisiacas nele contidas com modelos iconográficos utilizados nos sarcófagos romanos.

O estudo que ora apresentamos é efectuado sob um ângulo diferente. Trata-se de uma tentativa de interpretação de conjunto, à luz da história das religiões — no caso, da religião dionisiaca — dos temas que aparecem neste mosaico. Estamos cientes das dificuldades desta abordagem e a elas nos referiremos mais adiante.

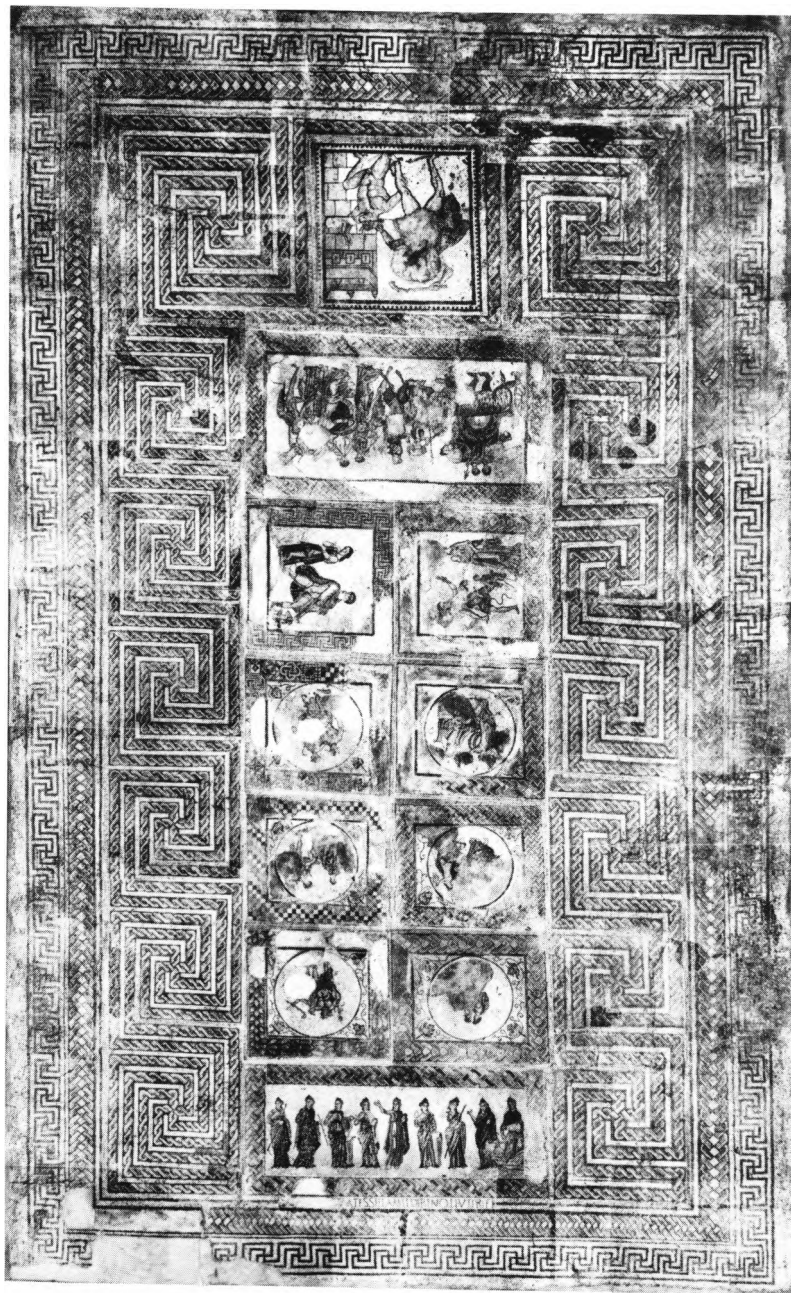
Antes, porém, de iniciar a análise do monumento arqueológico em questão, torna-se necessário recordar rapidamente (de maneira muito sintética e necessariamente redutora) alguns aspectos essenciais da personalidade e do culto dionisiacos, para de seguida traçar as relações que possam eventualmente existir entre o culto e as imagens representadas no mosaico.

Como é do conhecimento geral, Dioniso/Baco (ou Liber, na nomenclatura romana) apresenta-se como um deus ligado à vegetação e à natureza. Posteriormente, a sua imagem identifica-se ao espírito da vinha, embora conservando alguns traços (mais arcaicos) ligados ao espírito da vegetação em geral ⁽⁵⁾. Funda-

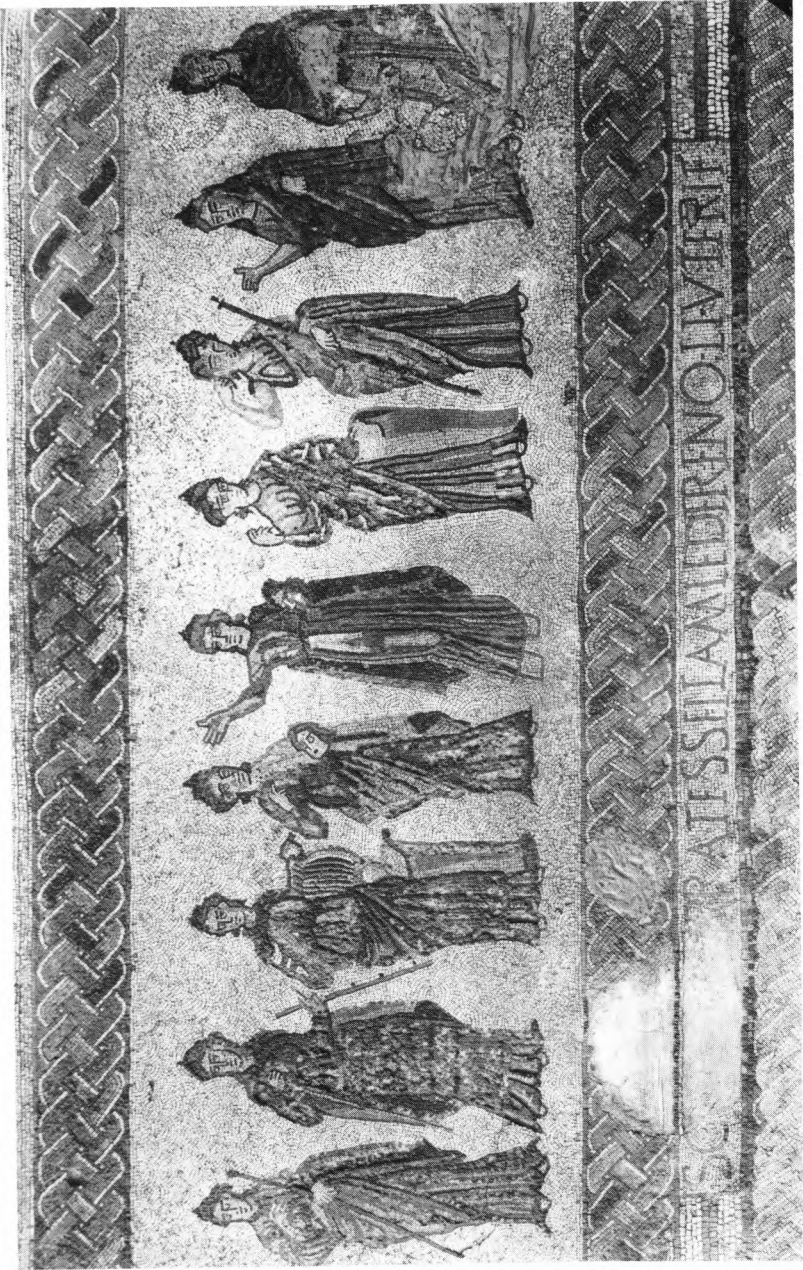
⁽³⁾ J. M. BLÁZQUEZ, «Mosaicos báquicos en la Península Ibérica», in *Archivo Español de Arqueología*, 57, 1984; A. Dimas FERNÁNDEZ GALIANO, «El triunfo de Dioniso en mosaicos hispanorromanos», in *Archivo Español de Arqueología*, 57, 1984.

⁽⁴⁾ J. M. BLÁZQUEZ, «Mosaicos romanos de Torre de Palma (Monforte, Portugal)», in *Archivo Español de Arqueología*, 53, 1980.

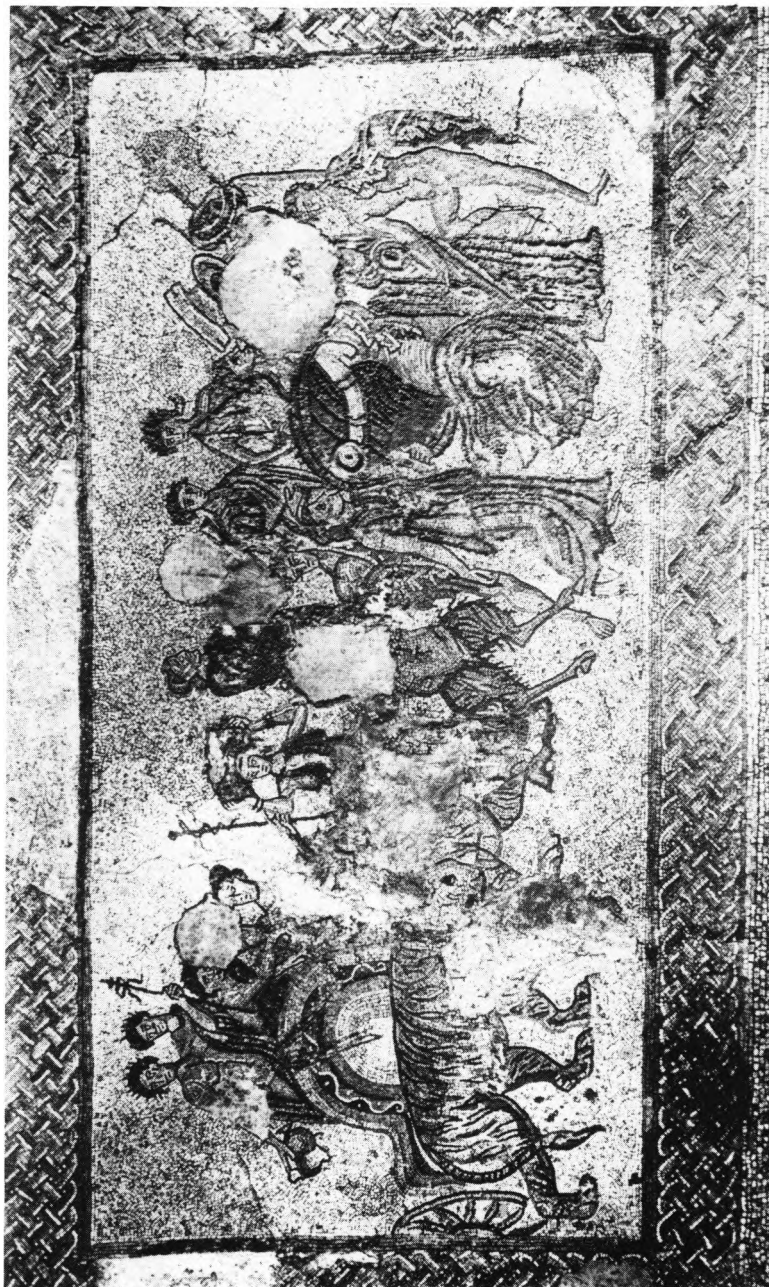
⁽⁵⁾ Na Grécia, Dioniso assume atribuições de um deus ligado ao vinho e à vinha, protector de viticultores, a partir do séc. vu a. C., aquando da generalização da viticultura. No entanto, a análise dos atributos vegetais do deus e do seu séquito, presentes na iconografia ou na literatura que até nós chegaram, não incluem apenas parras, mas toda uma série de outros vegetais: hera, pinheiro, carvalho, fêrula, etc. (ver, por exemplo, EURÍPEDES, *As Bacantes*, 105-115). Nos cultos que na Grécia (na época clássica e posteriormente), são prestados a Dioniso, um pouco por toda a parte, notam-se sobretudo sobrevivências de antigos cultos das árvores; quanto aos epítetos associados ao mundo que se dão a Dioniso, estes são muito variados: Dioniso das flores, Dioniso das grinaldas, Dioniso verdejante, Dioniso dos sarmentos, etc. Em Roma, no momento em



Vista geral do mosaico



O friso das Musas



Cortejo báquico



Teseu e Minotauro



Medeia com o filho e um criado



Héracles e Mégara

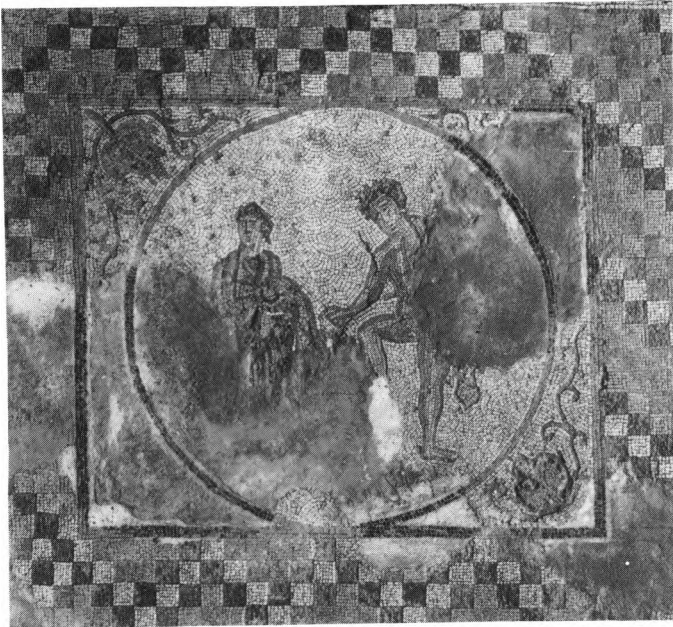
Est. VI



Héraclès e Hermes



Ápolo e Dafne



Io e Argos



Ménades

Est. Vili



Sileno e Sátiro



Uma cena amorosa

mentais embora, estas características não esgotam todos os aspectos da personalidade divina. Dioniso/Baco/Liber surge simultaneamente como deus do êxtase, da loucura, da «mânia», que ele desencadeia nos seus fiéis em certas circunstâncias. Os exercícios orgiásticos praticados no seio dos tíasos dionisiacos encontram-se suficientemente documentados nos textos gregos ⁽⁶⁾ e latinos ⁽⁷⁾ para se poder afirmar que a «mânia» é outro dos rasgos essenciais do dionisismo. Há ainda uma outra faceta marcante do culto que tem

que Dioniso se sincretiza (provavelmente no séc. iv a. G.) com um deus local — Liber, este último apresenta-se como deus da fertilidade «dans tout le domaine de la nature» (ver A. BRÜHL, *Liber Pater*, Paris, 1953, p. 17). Assim, as atribuições iniciais de Liber e de Dioniso (que formaram na Península Itálica uma única figura divina) relacionam-se com todo o mundo vegetal em geral.

⁽⁶⁾ Eurípedes, que é a nossa fonte principal para este aspecto do culto dionisiaco, descreve com bastantes pormenores as orgias das bacantes gregas, durante as quais estas se tornam possesas (ver EURÍPEDES, *As Bacantes*, 30-39, 150-164, 250-251, 299-305). Acrescentamos que uma das principais festas dionisiacas, as Leneias, foi consagrada precisamente a Dioniso extático. As manifestações orgiásticas decorreriam provavelmente de forma pública durante os festejos.

⁽⁷⁾ Tito Livio dá-nos uma descrição das orgias dionisiacas no mundo romano, falando em bacanais que decorrem à noite, durante as quais as mulheres, em delírio, com o cabelo em desordem, correm na direcção do rio Tibre ao som das ululações (ver TITO LIVIO, XXXIX, XV, 6; XIII, 12).

⁽⁸⁾ Na Magna Grécia, a ligação da imagem de Dioniso com o tema de Perséfone, filha de Deméter, raptada por Hades (o rei do mundo dos mortos) regista-se já no séc. vi a. C. : alguns ex-votos em terracota provindos de um templo de Perséfone, em Londres, representam Dioniso associado a essa deusa do mundo além-túmulo. Todavia, «sur la filiation exacte [de Dioniso] ils [os mitógrafos] n'étaient pas d'accord, car suivant les uns sa [de Dioniso] mère était Déméter et suivant les autres Goré-Perséphone. Selon Arrien, les Athéniens honoraient le fils de Zeus et de Goré et c'était le même que Bacchos, et une tradition rapportée par Diodore voulait que Dionysos, inventeur de la culture et du labourage, fût le fils de Zeus et de Perséphone, ou selon certains, de Déméter» (ver A. BRÜHL, *Liber Pater*, p. 38). Seja como for, a ligação, a nível mitológico, da imagem de Dioniso com o tema de Perséfone teve a sua influência na personalidade do deus, desenvolvendo e acentuando a sua faceta funerária. Quanto à Grécia Balcânica da época clássica, a associação de Dioniso ao mundo subterrâneo também está bastante documentada; inclusive, um dos três dias das Antestérias, a mais importante festa dionisiaca, é consagrado às almas dos mortos que neste dia voltam à superfície.

de ser aqui referida: a ligação da figura divina com o mundo subterrâneo, o mundo dos mortos. Claramente esboçada ainda na Grécia arcaica e clássica ⁽⁸⁾, esta ligação afirma-se decisivamente no mundo romano; o culto começa então a ser relacionado com a ideia de imortalidade, operando-se a sua transformação em culto da salvação ⁽⁹⁾. A mitologia e a doutrina dionisiacas (consignadas nos textos órficos) permitem o desenvolvimento do culto naquela direcção, dada a existência do mito do Dioniso/criança, assassinado pelos Titãs e posteriormente ressuscitado ⁽¹⁰⁾. A relação do deus com o mundo vegetal, com o mundo dos mortos e do além, bem assim como os fenómenos do extatismo, da possessão, da «mânia», constituem pois os aspectos principais do dionisismo durante toda a sua existência.

⁽⁹⁾ Já a partir do séc. n a. G., a difusão dos motivos dionisiacos nos monumentos funerários se torna verdadeiramente notória em toda a Península Itálica. Alguns desses monumentos deixam transparecer a ideia de uma vida além-túmulo feliz e alegre na companhia das personagens do séquito dionisiaco; H. Jeanmaire cita um epitáfio proveniente da Macedônia (já da época da dominação romana), em que um pai imagina o seu filho defunto acolhido nas pradarias floridas do além por uma alegre companhia de sátiros, ninfas, iniciados «qui portent le signe de Bacchus»; a criança defunta é representada encabeçando o alegre cortejo (H. JEANMAIRE, *Dionysos, Histoire du culte de Bacchus*, Paris, 1970, p. 424; para o epitáfio em questão, ver GIL III, 686), F. Gumont, por sua vez, refere uma crença, segundo a qual os iniciados nos mistérios dionisiacos têm, após a sua morte, melhor sorte do que os não iniciados (ver F. GUMONT, *Recherches sur le symbolisme funéraire des Romains*, Paris, 1942, p. 459).

⁽¹⁰⁾ O mito dionisiaco — segundo o que nos resta dos textos órficos e em linhas muito gerais — apresenta-se do seguinte modo : Dioniso nasceu na ilha de Greta, duma relação incestuosa de Zeus com Perséfone, sua filha (a rainha do mundo infernal, subterrâneo, como já foi dito). A criança foi confiada pelo pai à guarda dos Curetas. Mas os Titãs subtraem o pequeno Dioniso aos Curetas, atraindo-o com brinquedos (um guiso, dados, uma bola, um espelho), matam-no, esquarteram-no, cozem os pedaços divinos e consomem-nos, pelo menos parcialmente. Quando Zeus sabe do funesto acontecimento, fulmina os Titãs. De acordo com os textos órficos, Dioniso deve ulteriormente voltar à vida (ressuscitar), mas as lacunas existentes no nosso conhecimento dos textos não permitem dizer com precisão como nem quando isso acontece.



A «villa» romana de Torre de Palma, situada em Monforte do Alentejo, perto de Eivas, era uma grande exploração agrícola com duas termas (umas destinadas aos proprietários, outras aos criados), armazéns, «estábulos... cozinha de criadagem..., instalações dos escravos» ("), para além do magnífico edifício habitado pelos proprietários da «villa». Esta funcionava já no séc. n d. C., embora a maior parte do material ali encontrado seja do séc. m ou iv, a exemplo do que acontece com a «villa» romana de Milreu. No séc. iv é-lhe acrescentada uma basílica paleocristã — a igreja privativa da «villa». O mosaico do cortejo báquico situava-se numa das salas do edifício principal e data provavelmente da 1.^a metade do séc. iv. Esta peça arqueológica notável tem a seguinte constituição: dois grandes quadros (um com a representação de um cortejo báquico, outro com a das nove musas) estão situados, respectivamente, em cada um dos lados opostos da sala, que é de forma rectangular; entre estas duas cenas, estendem-se oito medalhões — dois a dois — de forma quadrada ou circular. Por baixo do quadro com o cortejo báquico, encontra-se mais um medalhão (quadrado), que representa Teseu matando o Minotauro. As imagens dos quatro pares de medalhões são as seguintes (partindo da cena do cortejo para o quadro com as nove musas) :

a) no 1.º medalhão do lado direito: Héraclès, Mégara e uma figura infantil no canto inferior direito do medalhão. Trata-se de «Héraclès furioso», no momento em que levanta a clava para matar Mégara;

b) no 1.º medalhão do lado esquerdo: Medeia com o filho e um criado. Segundo J. M. Blázquez, o momento representado é o das «dudas que embargaban el alma de la gran maga antes de cometer el infanticidio» ⁽¹²⁾ ;

^(u) J. ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisboa, 1983, p. 117.

⁽¹²⁾ J. M. BLÁZQUEZ, «Mosaicos romanos...», p. 137.

- c) no 2.º medalhão do lado esquerdo: Apolo sentado, apoiando-se numa lira, com Dafne de pé, em frente dele;
- d) no 2.º medalhão do lado direito: Héraclès «bibans» amparado por Hermes;
- e) no 3.º medalhão à esquerda : duas ménades ;
- f) no 3.º medalhão à direita : Io e Argos ;
- g) no 4.º medalhão à esquerda: uma cena amorosa (as figuras estão fortemente danificadas);
- h) no 4.º medalhão à direita: um Sileno bêbado amparado por um sátiro.

J. M. Blázquez considera o cortejo báquico como a cena central desta composição. Todavia, a simples enumeração dos temas do mosaico põe-nos frente a um problema: é que, de facto, não se trata de uma justaposição de cenas mitológicas pertencentes a diversos ciclos da mitografia dionisiaca, mas de uma aglomeração heteróclita de motivos que correspondem a mitografias divinas distintas. Estaremos, pois, em face de um conjunto incoerente, com uma função meramente decorativa ? Ou haverá algum meio de se saber se tanto as imagens representadas nos emblemas, como as imagens das nove musas estão efectivamente subordinadas à imagem central de Dioniso, do ponto de vista temático ? A questão é de difícil resolução e, por nossa parte, não pretendemos mais do que dar algumas achegas para a clarificação das interrogações que acabamos de fazer.

A interpretação mais simples e directa deste mosaico é que se trata de uma amálgama de vários motivos de origem mitográfica diferente e não concordante (os mitos de Dioniso, Minotauro, Teseu, Io, Argos, Dafne, Héraclès, Hermes, Mégara, Medeia encontram aqui a sua expressão) ⁽¹³⁾. Nada parece assim indicar que, na sua arbitrariedade temática, a construção do mosaico tivesse obedecido a outro intuito que não houvesse sido o de uma mera decoração faustosa e bem executada.

⁽¹³⁾ Tanto mais que todas estas cenas, tomadas separadamente, têm analogias com outros mosaicos ou com frescos do mundo romano dos sécs. II-IV d. G. J. M. Blázquez, na obra aqui citada, refere todas estas analogias.

É claro que, se o mosaico se limitasse a apresentar em toda a sua extensão motivos exclusivamente dionisiacos, talvez se pudesse atribuir um significado religioso a este monumento, pensar, por exemplo, que se tratava de um aposento onde era praticado o culto dionisiaco doméstico (uma espécie de sala de iniciação). O facto em si nada teria de insólito, dado que o culto, na sua forma de culto familiar, foi muito divulgado no período imperial. Demais, Dioniso/Liber, deus protector da viticultura, foi uma divindade muito popular nos meios rurais; ora, no caso do nosso mosaico, trata-se precisamente de uma grande propriedade rural.

Será, então, de todo em todo impossível surpreender, nesta aparente amálgama de mitologias distintas, alguma (ou algumas) linhas de coerência interna? Antes de mais é necessário notar que, pelo menos, três dos pequenos grupos são, sem a menor dúvida, de inspiração dionisiaca: duas ménades, um Sileno e um sátiro, uma cena amorosa. Quanto aos outros grupos de origem mitológica «alheia», talvez não seja impossível tentar explicar a sua presença no conjunto se recorrermos à análise da simbologia de cada mitografia, em função de alguns temas da mitologia dionisiaca mais em voga nos sécs. II-IV.

Admitimos que a simbologia de algumas imagens do mosaico de Torre de Palma é idêntica à que essas mesmas imagens ostentam nos monumentos funerários (e porque não se o culto dionisiaco está aparentado às religiões da salvação?). A questão da utilização directa, relativamente ao nosso mosaico, dos modelos de imagens dos sarcófagos foi levantada com pertinência por Dimas Fernandez Galiano : «el interés de esta obra radica precisamente en la composición del tema, más próxima a la de los sarcófagos que a la de los mosaicos [...] otros mosaicos que presentan el tema en paneles alargados, como el de Nea Pafos en Chipre o el aspecto que presenta el mosaico portugués» ⁽¹⁴⁾.

O quadro com as nove musas não destoa, segundo J. M. Blázquez, do motivo dionisiaco presente na imagem central ⁽¹⁵⁾. As

⁽¹⁴⁾ Dimas FERNÁNDEZ GALIANO, «El triunfo de Dioniso en mosaicos hispanorromanos», in *Archivo Español de Arqueología*, n.º 57, 1984, p. 107.

⁽¹⁵⁾ J. M. BLÁZQUEZ, «Mosaicos romanos...», p. 133.

musas já foram postas em relação com os temas dionisiacos por A. García y Bellido ⁽¹⁶⁾. Por sua vez, F. Cumont demonstra a ligação da imagem das musas com a imortalidade ⁽¹⁷⁾, tema central da religião dionisiaca enquanto religião de salvação.

A cena de Teseu matando o Minotauro, no medalhão isolado, por baixo da cena do cortejo dionisiaco, pode ser posta em relação com os temas dionisiacos, enquanto alusão ao mito de Ariadna e, como relembra J. M. Blázquez, «Dionysos se puso en relación con Ariadna, una vez que ésta había sido abandonada por Teseo» ⁽¹⁸⁾. Por outro lado, a imagem de Teseu (salvo do Hades por Héracles num dos seus «doze trabalhos») pode incarnar a ideia de sobrevivência após a morte e, por conseguinte, estar ligada à temática da religião dionisiaca (aparentada às religiões da salvação).

Quanto às imagens dos medalhões que se situam entre o cortejo báquico e as nove musas, todas elas podem estar ligadas, em maior ou menor grau, ao tema central de inspiração dionisiaca. Vejamo-las uma a uma, a começar pela imagem de «Héracles furioso». Já em si mesma a associação da figura de Héracles à de Dioniso não é de maneira nenhuma inédita ⁽¹⁹⁾, (o que, talvez, * II

⁽¹⁶⁾ A. GARCÍA Y BELLIDO, *Esculturas romanas de España e Portugal*, Madrid, 1949, p. 228.

⁽¹⁷⁾ F. CUMONT, *Recherches...* : todo o cap. V da obra é consagrado a este tema.

⁽¹⁸⁾ J. M. BLÁZQUEZ, «Mosaicos romanos...», p. 15.

⁽¹⁹⁾ «L'arrivée au pouvoir suprême de Septime-Sévère fut très favorable aux progrès du culte bachique, car le nouvel empereur était originaire de Leptis Magna, ville africaine dont Liber était le protecteur en même temps qu'Hercule. Sévère resta fidèle à *dii patrii* à qui il donna en quelque sorte une consécration officielle comme les divins patrons de la dynastie fondée par lui. Il fit élever un temple en leur honneur à Rome et frapper des monnaies avec les images de ces deux divinités. Lors des jeux séculaires donnés en 204, les noms de Bacchus et d'Hercule furent introduits pour la première fois dans le carmen rituel chanté à cette occasion» — ver A. BRÜHL, *op. cit.*, p. 167. Esta associação, como vemos, foi popular na África romana com a qual a Península Ibérica tem afinidades culturais. Ademais, a figura de Hércules encontra-se muitas vezes nos sarcófagos de inspiração dionisiaca; o herói faz aí parte dos tiasos báquicos.

pudesse explicar a presença do herói em dois dos medalhões do mosaico). Porém, neste medalhão, Héraclès não está representado isoladamente, antes surge associado a Megara, princesa tebana e sua primeira esposa. Relembramos o trágico episódio, narrado por Eurípedes na sua tragédia *Héraclès furioso*, quando, num momento de possessão, de loucura divina por Hera, Héraclès assassina Mégara e os próprios filhos que ela lhe dera. Ora, H. Jeanmaire prova que a possessão, a «mânia» a que o herói foi sujeito é da mesma espécie que a «mânia» dionisiaca ⁽²⁰⁾. Por conseguinte, um tema destes não será deslocado num mosaico de inspiração dionisiaca, na medida em que ilustra um dos aspectos do culto báquico — a possessão. Mais: o assassinio dos próprios filhos por Héraclès coloca-o simbolicamente no mesmo plano de Medeia igualmente assassina dos filhos, curiosamente representada no medalhão que faz face ao de «Héraclès furioso». Encontramos, assim, em dois episódios mitológicos o tema da morte prematura e violenta das crianças, tema que quase involuntariamente se associa à ideia da morte violenta de Dioniso-criança, ao conjunto de ideias acerca da salvação dionisiaca das crianças, mortas prematuramente ⁽²¹⁾ e

⁽²⁰⁾ H. JEANMAIRE, *op. cit.*, p. 111-115.

⁽²¹⁾ O mito da «paixão» de Dioniso/criança foi narrado brevemente na nota 10 do presente trabalho. A parte ética da cosmogonia contida nos textos órficos desenvolve-se a partir deste mito de Dioniso/criança morto pelos Titãs. A raça humana é manchada por um «pecado original» — o assassinio da criança divina — visto que os homens foram criados a partir das cinzas dos Titãs fulminados por Zeus. Todas as misérias a que o homem está sujeito durante a vida decorrem desta maldição inicial que sobre ele pesa. Daí se segue que as crianças quando nascem já estão conspurcadas pelo «pecado» cometido pelos assassinos do pequeno Dioniso. Ademais, recorda-nos F. Cumont, «dans le cycle des générations, chaque existence terrestre était la conséquence de fautes passées» (ver F. CUMONT, *op. cit.*, p. 281). Assim as crianças são marcadas, desde a nascença, pelos erros cometidos pelos seus antepassados desde a criação dos homens, a partir das cinzas dos Titãs. Se morrerem jovens, sem terem tido tempo de se purificar, a sua sorte no mundo além-túmulo pode tornar-se pior do que a de um adulto, que se preocupou com a salvação durante a vida. Daqui provém o costume de iniciar as crianças, mesmo muito pequenas, nos mistérios dionisiacos (ver F. CUMONT, *op. cit.*, p. 282, nota 3 e p. 343). Os antigos acreditavam que esta iniciação assegurava a salvação após a morte.

ainda, talvez, à própria iniciação dionisiaca, de que faz parte, possivelmente, a morte simbólica do iniciado. Por outro lado, na simbologia funerária, a figura de Héraclès, herói que desceu ao Hades e se tornou imortal devido às suas proezas, incarna a ideia de imortalidade, de sobrevivência após a morte ⁽²²⁾, assim se estabelecendo a ligação daquele herói com a religião dionisiaca da salvação. Como vemos, são múltiplos os aspectos do culto dionisiaco que a figura de Héraclès pode ilustrar («mânia» divina, salvação, sobrevivência após a morte e, talvez, alguns momentos da própria iniciação dionisiaca).

Como dissemos, o medalhão representando Medeia no momento em que decide matar os próprios filhos faz frente ao medalhão de «Héraclès furioso». Tanto quanto nos é dado saber, não existe uma relação mitológica directa entre as imagens de Medeia e de Dioniso. Por isso, é de facto difícil entender a sua imagem na temática dionisiaca, a não ser precisamente através do episódio do assassinio dos próprios filhos por Medeia, que pelo significado da sua simbologia se aproxima do que já foi dito algumas linhas acima, a propósito do morticínio dos filhos por Héraclès. Poderemos acrescentar que Medeia possui o dom de prever o futuro; os iniciados nos mistérios dionisiacos também têm essa capacidade (as palavras pronunciadas durante o transe foram consideradas pelos gregos como profecias).

A presença das figuras de Apoio (sentado) e de Dafne (de pé, à sua frente), no segundo medalhão do lado esquerdo, não é contrária à ideia de poder existir uma certa unidade temática entre a imagem dominante de Dioniso e as dos medalhões. A associação do culto de Dioniso com o de Apoio (já existentes na cultura helénica, nomeadamente em Delfos) é suficientemente conhecido no meio dos especialistas da religião clássica para insistirmos aqui nele. H. Jeanmaire consagra as p. 157-158, 187 e seguintes da sua monografia a essa associação. Mais tarde, já na época da dominação romana, a dita associação continua a expressar-se a vários

(22) F. CUMONT, *Recherches...*, p. 294.

níveis ⁽²³⁾. A isso acrescentamos que, na opinião de A. Bruhl⁽²⁴⁾, Apolo foi considerado pelos Romanos capaz de assegurar, como o próprio Dioniso, a imortalidade. Apolo está representado no mosaico de Torre de Palma juntamente com Dafne. O mito de Dafne (transformada em árvore) pode ser visto como reflexo do culto naturalista da vegetação; ela é, no fundo, a ninfa da árvore: por essa sua qualidade, Dafne aproxima-se de Dioniso enquanto espírito da vegetação. Pelas razões aduzidas, estamos em crer que a presença do par Apolo-Dafne não destoa num mosaico de inspiração dionisiaca.

O medalhão que faz face ao de Apolo e Dafne representa Héraclès «bibans» amparado por Hermes. A ligação entre estas duas personagens está bastante documentada na arte clássica. Como nos diz J. M. Blázquez, «Hermes es un dios muy vinculado a Hércules, como acompañante en algunas de sus empresas. Cuando era pequeño, Hermes lo llevaba en brazos» ⁽²⁵⁾. O mesmo autor considera lógica a presença deste medalhão no mosaico com os motivos dionisiacos na medida em que «con cierta frecuencia se le [Héraclès] representa bebido en los sarcófagos, en el thiasos báquico» ⁽²⁶⁾. Como já foi acima dito, a figura de Héraclès está ligada à religião dionisiaca da salvação. Quanto à imagem de Hermes que faz aqui par com Héraclès, é interessante notar que os Romanos atribuíam a Hermes, assim como ao próprio Dioniso, o poder de assegurar a imortalidade ⁽²⁷⁾. A associação, no mosaico de Torre de Palma, de Héraclès e de Hermes é, pois, a associação

⁽²³⁾ Diz-nos A. Brühl que «la secte néo-pythagoricienne, dont M. Carcopino a fait l'histoire, avait Apollon comme principale divinité, mais depuis des temps très reculés il y avait eu des contacts entre les disciples de Pythagore et les sociétés dionysiaques. Dionysos a une place dans la théogonie pythagoricienne et sa légende y est utilisée. On en a la preuve sur les stucs de la basilique [a da Porta Maggiore, em Roma]». — Cf. A. BRÜHL, *op. cit.*, p. 143-144.

⁽²⁴⁾ A. BRÜHL, *op. cit.*, p. 187-188.

⁽²⁵⁾ J. M. BLÁZQUEZ, «Mosaicos romanos...», p. 135.

⁽²⁶⁾ *Idem.*

⁽²⁷⁾ A. BRÜHL (*op. cit.*, p. 187-188), escreve, a este propósito: «[...] plusieurs divinités qui avaient en commun la jeunesse et la beauté, et auxquelles on attribuait le pouvoir de rendre la vie aux défunts, [...] des dieux grecs et égyptiens, Hermes, Apollon, Dionysos et Osiris».

de duas figuras divinas ligadas à ideia de imortalidade, ideia central do próprio culto dionisiaco na época por nós focada.

A seguir, temos o medalhão que representa duas ménades dançantes e que dispensa qualquer comentário por tão inequívoca ser a ligação do tema com o culto dionisiaco. Em frente deste, situa-se o medalhão representado Io e Argos. Estas imagens são as mais dificilmente relacionáveis com a presumível temática do mosaico. No entanto, é interessante notar que o eminente especialista da religião dionisiaca, já aqui citado, evoca o mito de Io quando fala do fenómeno da possessão, aparentando a possessão de que sofre Io com a loucura — delírio dionisiaco. Vejamos o que nos diz este autor: «Dans cette galerie des possédés du vieux théâtre attique, sans parler, mais pour y revenir, des Bacchantes d'Euripide, sans parler du délire d'Oreste, démoniaque hanté par les Erinnyes, ces proches parentes des Gorgones, le personnage d'Io, autre victime d'Hera, apparaît sous des traits d'un réalisme pathétique, dans le Prométhée d'Eschyle, au moment où, à la fin de son entretien avec Titan, lancinée à nouveau par «oistros», le taon qui cause son torment de possédée à obsession animale (le mot «oistros» est assez souvent employé comme équivalent de «lyssa» pour désigner l'accès de frénésie dû à la «mânia»), elle est atteinte des symptômes d'une nouvelle crise» ⁽²⁸⁾. É ainda de notar que Io está representada em frente de duas ménades que são, por excelência, duas possessoras de «mânia» dionisiaca. Talvez que, através do fenómeno de «mânia», de possessão, o medalhão possa ligar-se com a temática dionisiaca ⁽²⁹⁾.

Os dois últimos medalhões, um em face do outro, representam respectivamente uma cena amorosa (entre, talvez, um sátiro e uma ninfa — as figuras estão bastante mal conservadas) e um Sileno bêbado amparado por um sátiro, e dispensam-nos de comentários por tão claras serem as suas filiações nos motivos dionisiacos.

⁽²⁸⁾ H. JEANMAIRE, *op. cit.*, p. 116.

⁽²⁹⁾ A figura de Argos não tem relação (tanto quanto sabemos) com o culto dionisiaco. Perguntamo-nos se, ao querer representar a imagem de Io, o mosaísta ou o seu cliente não teriam encontrado, entre os modelos disponíveis, apenas o que representava o par Io e Argos?

Finalmente, a imagem da personagem vestida de toga, que participa no cortejo dionisiaco, poderia ser facilmente explicada: tratar-se-ia do próprio dono da casa, que, na sua qualidade de iniciado e adepto da religião donisiaca, faz parte do cortejo (aliás nos monumentos funerários era precisamente assim que se representava o iniciado, como participante no cortejo de personagens dionisiacas). No entanto, e para finalizar o que aqui ficou dito sobre o mosaico de Torre de Palma, gostaríamos de sublinhar mais uma vez que não existem elementos que permitam classificar cabalmente a sala do mosaico de Torre de Palma como uma sala de iniciação e prática do culto familiar dionisiaco, por mais sedutora que essa ideia seja. Pretendíamos apenas mostrar aqui que a unidade deste mosaico pode, na realidade, ser muito maior, a escolha das personagens muito mais coerente do que parece à primeira vista. Aliás, esta ideia (a que chegamos através de uma análise exclusivamente «interna» da iconografia do mosaico) sai porventura reforçada se atentarmos na existência de outro material com motivos dionisiacos, encontrado também na «villa» de Torre de Palma e ainda não mencionado.

Antes de tudo, refira-se que no território de Portugal não são muito frequentes objectos com motivos daquele tipo. Ora, dentro deste panorama, a «villa» parece ser um local privilegiado de concentração desse material. Em primeiro lugar, mencionamos dois pequenos bronzes, um representando uma lucerna que figura a máscara de um Sileno, e outro uma cabeça de pantera. Como se sabe, a pantera é um animal consagrado a Dioniso /Liber e poderia ter pertencido, por exemplo, a um grupo báquico no qual o pequeno Dioniso apareceria cavalgando a pantera ⁽³⁰⁾. Mas tanto quanto nos é dado saber, nem todos os materiais provenientes de Torre de Palma foram ainda publicados. Assim, quando em 1985 passámos em revista as peças dessa estação no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, em Belém, encontrámos algumas lucernas com um

⁽³⁰⁾ Um motivo bastante popular na arte helenística (ver. I. MANFRINI-ARAGNO, *Bacchus dans les bronzes hellénistiques et romains*, Lausanne, 1987, p. 136 e seguintes, fotos 278-289).

friso de parras e cachos de uvas⁽³¹⁾, bem como um falo em pedra vulcânica que, pelo material em que está executado, parece indicar um fim cultural ligado à fertilidade; fertilidade a que não é alheio o culto de Liber (pode mesmo tratar-se ainda de um dos «símbola» sagrados presentes nas cerimónias de iniciação dionisiaca) ⁽³²⁾. Estes materiais encontram-se sem código, apenas com a indicação do campo arqueológico a que pertencem.

Finalmente, gostaríamos de dizer algumas palavras sobre o mosaico com a representação de cinco cavalos, descoberto na «villa». O mosaico do triclinio «apresentava em cinco quadros outros tantos cavalos com os seus nomes: Leneus, Lenobatis, Hiberus, Pelops e Inacus. São muito provavelmente cavalos que de facto existiram e que o proprietário da «villa» quis ver representados na sua casa»⁽³³⁾. Todos os nomes são de origem grega. Não é de excluir que dois deles — Leneus e Lenobatis — possam estar relacionados com a popularidade que os temas dionisiacos pareciam disfrutar nesta casa, num determinado período. «Lenobatis provém certamente do vocabulário grego $\chi\upsilon\upsilon\upsilon\sigma\alpha\tau\tau^{\wedge}$, o que pisa a uva. [...] Leneus: «Cor de linho (Heleno) ou $\chi\upsilon\upsilon\upsilon\sigma\alpha\upsilon\omicron\varsigma$, epíteto de Baco»⁽³⁴⁾. De qualquer modo, o ou, talvez melhor, os proprietários da

⁽³¹⁾ Esta ornamentação das lucernas é das mais frequentes no território português. Embora a sua divulgação possa estar relacionada com a *popularidade* do culto dionisiaco (atendendo às suas ligações com a viticultura e com a ideia da sobrevivência após a morte, sendo a imagem de uma vide ou de um cacho de uvas o símbolo da vida eterna), a presença deste motivo nas lucernas portuguesas não pode servir por si só como prova da implantação, da prática do culto. Todavia a presença destas lucernas no conjunto de objectos com significado dionisiaco, provenientes de Torre de Palma, pode ser significativa.

⁽³²⁾ A faloforia faz parte dos rituais dionisiacos na Grécia (ver ARISTÓFANES, *Acamamos*, 241-261) e em Roma (ver A. BRUHL, *op. cit.*, p. 18). O falo, juntamente com o espelho, o guiso, os dados, faz parte dos objectos contidos no *licnon* e que são manipulados durante a iniciação dionisiaca.

⁽³³⁾ J. ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisboa, 1983, p. 118.

⁽³⁴⁾ J. D'ENCARNAÇÃO, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, p. 665. Sobre este assunto, ver ainda O. SARGNON, *À la ferme-villa romaine de Torre de Palma (Portugal)*, «Revue Archéologique», L, Jul-Set., 1957, e P. PIERNAVIEJA, *Corpus de inscripciones deportivas de la España romana*, Madrid, 1977, p. 90-91, 97-100, ambos referidos pelo autor citado.

«villa» surgem como adeptos da cultura helénica, se atendermos a que as figuras e os temas escolhidos para o mosaico do cortejo báquico são referentes à mitologia grega, bem assim como os nomes dos cavalos que figuram no mosaico do triclinio.

Em todo o caso, o conjunto de materiais com motivos reconhecidamente dionisiacos provenientes de Torre de Palma parece-nos bastante sugestivo, devendo, pelo menos, ser posto em relação com características próprias da região na qual se situa a «villa», e que o nosso estudo sobre o dionisismo no território de Portugal pôs em relevo. Assim, para além de se notar no Alentejo, e em geral em toda a zona a sul do Tejo, uma presença discreta, mas persistente, do dionisismo, não devemos esquecer que, no território que circunda Eivas, estava difundido o culto luso-romano de Prosérpina-Atégina ⁽³⁵⁾, relacionado com o dionisiaco. Além disso, a leste da «villa», e a uma distância relativamente curta, situa-se Mérida, a capital da província, cidade que forneceu um material dionisiaco bastante significativo.

Para concluir, diremos que as circunstâncias aqui referidas adicionalmente são de molde a fortalecer, em nossa opinião, a hipótese de o mosaico de Torre de Palma poder encerrar um significado dionisiaco específico e não constituir apenas uma sobreposição ininteligível de mitografias diferentes com fins meramente decorativos.

Acrescentamos, ainda, que o acto de pisar uvas é representado com frequência nos sarcófagos com motivos dionisiacos, que têm, como se sabe, um significado simbólico, ligado à imortalidade.

⁽³⁵⁾ Reencontramos a atmosfera helénica na figura e no nome de Prosérpina (equivalente de Perséfone). Sobre a relação que existe entre esta deusa e Dioniso, ver nota 8. Divulgada sobretudo em Tarento, esta nomenclatura, a partir do séc. m a. C., estende-se por toda a Magna Grécia.

(Página deixada propositadamente em branco)

MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES

Assistente estagiária da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

SIGILLATA DE MONTANS NO MONTE DA CEGONHA (VIDIGUEIRA)
«Conimbriga», XXVIII (1989), p. 223-228

RESUMO: O achado de *sigillata* sudgálica de Montans, na escavação da Cegonha, Selmes — Vidigueira (Beja), coloca algumas interrogações importantes no que se refere à difusão destes produtos, bem como à sua identificação com base nas características da pasta e do verniz.

A partir dos achados nos sítios arqueológicos de Portugal, tenta-se determinar a forma como as *sigillatas* de Montans chegaram à Lusitânia meridional, região tradicionalmente excluída da área de difusão destes produtos.

RÉSUMÉ: Les sigillées sud-galiques de Montans trouvées dans la fouille de Cegonha, Selmes—Vidigueira (Beja), nous permettent de poser des questions importantes, soit au niveau de la diffusion de ces produits soit au niveau des caractéristiques de la pâte et du vernis.

À partir des trouvailles dans les sites archéologiques du Portugal on essaie de savoir comment ces produits sont arrivés jusqu'à la Lusitanie méridionale.

(Página deixada propositadamente em branco)

SIGILLATA DE MONTANS NO MONTE DA CEGONHA (VIDIGUEIRA)

Desde 1985 temos dirigido, de colaboração com R. Alfenim, os trabalhos arqueológicos na *villa* romana do Monte da Cegonha — Selmes — Vidigueira (¹). O espólio arqueológico recolhido (cerâmica, vidro, metais, etc.), as estruturas arquitectónicas já postas a descoberto e o longo período de ocupação do local (²) fundamentam a importância que atribuímos a esta estação arqueológica. Até ao momento, na região de Beja, nenhuma outra estação revelou tão longo e contínuo horizonte cronológico-cultural.

Embora, por razões de ordem científica, sejamos contra a publicação de parcelas do espólio de uma estação (porque, qualquer que seja o material, este vê a sua importância e dimensão reduzidas quando separado do conjunto em que se insere), decidimos noticiar o achado de *terra sigillata* sudgálica de Montans no Monte da Cegonha. Pretendemos, com esta nota, tão somente chamar a atenção para a presença destas produções em Portugal e motivar a publicação, por outros arqueólogos, de peças de idêntica proveniência de que eventualmente tenham conhecimento.

A *terra sigillata* de Montans é praticamente desconhecida nas estações romanas de Portugal. Exceptuando Conimbriga, onde se identificaram apenas duas marcas (³) e, ainda assim, a segunda sem leitura definitiva, e Represas — Beja, onde Nunes Ribeiro recolheu à superfície um vaso de paredes finas de fabrico mon-

f¹) Carta Militar 1/25000 n.º 500. Serviços Cartográficos do Exército. Lisboa, 1944.

(²) *Grosso modo* desde o séc. I d. C. ao séc. XII/XIII.

(³) M. DELGADO, F. MAYET, A. MOUTINHO ALARCÃO, *Fouilles de Conimbriga — IV: Les Sigillées*, Paris, 1975, p. 113, n.º 253; p. 115, n.º 264.

tañes ⁽⁴⁾ e onde Dias Diogo julgou poder identificar três marcas de *sigillata* da mesma proveniência ⁽⁵⁾, não se conhecem até ao momento outras referências bibliográficas relativas a estas produções.

A raridade da *sigillata* de Montans ⁽⁶⁾ em Portugal facilmente se justifica se atendermos ao facto de que esse centro exportava as suas produções fundamentalmente para o Oeste da Gália, sobretudo para a Aquitânia. A Península Ibérica estaria fora da zona de influência dos *negotiatores* das cerâmicas de Montans (excepção para o Nordeste peninsular, que recebeu com alguma frequência *sigillata* aí produzida, veja-se mapa de difusão ⁽⁷⁾ fig. 1); a presença de *sigillata* de Montans no extremo ocidental da Península Ibérica seria, antes de mais, fruto de um acaso.

Não devemos, contudo, excluir a hipótese de que o desconhecimento destas cerâmicas em Portugal se deva também e, em grande parte, à sua deficiente identificação. Algumas peças de Montans apresentam uma coloração de pasta e verniz indiferenciável da produção de La Graufesenque ; «la pâte de La Graufesenque est fine, dure de couleur beige-rosé, avec des fines particules de calcaire blanc. La couverture est rouge corail, semi vitrifiée, très adhérente» ⁽⁸⁾. As peças de pasta clara, bege-rosada, mais correntes em Montans ⁽⁹⁾, podem ainda ser confundidas com produções itálicas

⁽⁴⁾ F. Nunes RIBEIRO, «Um vaso de paredes finas com decoração mista», in *Arquivo de Beja*, XXII, 1965, p. 203-210.

⁽⁵⁾ A. M. Dias DIOGO, «Algumas notas sobre a «terra sigillata» em território português», in *Pyrenae*, 21, 1985 (X Symposium de Prehistoria y Arqueologia Peninsular, II Reunió d'Economia Antiga de la Península Ibérica, Barcelona 20-22 mars 1982), p. 147. A informação fornecida não se reveste de importância, pois o A. deve ter feito o seu trabalho com base nas publicações de F. Nunes Ribeiro, hoje incompletas. Confrontadas com o material de Represas, verificámos serem legíveis 80 marcas e não 56 e apenas duas poderão provir de Montans.

⁽⁶⁾ F. MAYET comunicou-nos haver em S. Cucufate uma marca de um oleiro de Montans.

⁽⁷⁾ Th. MARTIN, «Les ateliers du sud de la France. Groupe de Montans», in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire. Implantations, Relations* (sous la direction de C. BEMONT et J.-P. JACOB), in *DAF* 6, Paris, 1986 (= *DAF* 6), p. 6.

⁽⁸⁾ *Id.*, p. 59.

⁽⁹⁾ *Id.* p. 8.

e hispânicas de Andújar⁽¹⁰⁾. A dificuldade em distinguir estas produções é tanto maior quanto, na maioria dos casos, se encontram apenas pequenos fragmentos quase sempre sem marca ou com uma marca de oleiro que trabalhou em La Graufesenque e Montans.

Face a isto, não nos é difícil admitir que outros sítios arqueológicos possam ter, entre o seu espólio, *sigillata* de Montans.

A identificação de *sigillata* montañesa na *villa* romana do Monte da Cegonha foi feita a partir de fragmentos de pasta com a textura de La Graufesenque, mas de cor ocre claro e verniz vermelho opaco mais próximo do das produções de Montans.

A visita que fizemos aos *ateliers* de Montans e La Graufesenque confirmou a proveniência das nossas cerâmicas: entre os vários tipos de pastas de Montans havia aquele em que podíamos filiar os nossos fragmentos; além do mais, entre eles havia um fundo de taça DRAG. 29 com marca incompleta atribuída ao oleiro *Repentinus* (fig. 2) que Th. Martin, responsável pelos *ateliers* de Montans, diz tratar-se de um oleiro que apenas aí trabalhou no período de Cláudio-Nero. A marca *in tabula ansata* confirma ainda esta proveniência, já que se trata de uma forma de estampilha praticamente desconhecida em La Graufesenque.

A presença destas produções no Centro e no Sul de Portugal, em Conimbriga e na região de Beja, respectivamente, coloca-nos algumas interrogações cuja resposta não se apresenta fácil.

Desde há muito se conhece a importância das exportações de cerâmica do Sul da Gália para a Península Ibérica, sobretudo porque delas se encontram vestígios em praticamente todos os sítios arqueológicos romanos, mesmo os mais «perdidos» e/ou pouco romanizados (fig. 3). Contudo, em termos quantitativos, a posição de Montans nestas exportações é quase insignificante se comparada com a de La Graufesenque.

Das publicações mais importantes, Belo não fornece nenhum exemplar proveniente de Montans ("), Mérida tem identificadas

(10) F. MAY ET, *Les Céramiques Sigillées Hispaniques (Contribution à l'Histoire Économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire Romain)*. (Publications du Centre Pierre Paris, 12), Paris, 1984, p. 41: Le centre de production de Andújar.

(ⁿ) P. SILLIÈRES, «Belo, important marché espagnol de la céramique de la Graufesenque», in *Caesarodunum* (Colloque sur la Géographie Commerciale de la Gaule), 2, p. 436-437.

apenas duas marcas ⁽¹²⁾, Tarragona e Ampurias têm um pequeno lote de vasos montañeses ⁽¹³⁾ entre a enorme quantidade de cerâmica de La Graufesenque. Só Pamplona parece ter um importante e significativo número de cerâmicas dos *ateliers* do Tarn⁽¹⁴⁾.

Se a presença destas cerâmicas em Pamplona se justifica pelo facto de a cidade se incluir na área tradicional da sua difusão, para os achados na parte mais ocidental da Península não encontramos por ora explicação satisfatória.

Sabemos que a difusão das cerâmicas de Montans se fazia sobretudo por via terrestre (para a Península Ibérica, a via utilizada seria provavelmente a via *Hispania-Aquitania*), embora se utilizasse também a via marítima a partir de «armazéns» situados na costa atlântica francesa; isto, porém, não permite determinar que via se utilizou para fazer chegar os produtos até à Lusitânia.

A investigação que fizemos tendente a verificar a presença destas produções no Noroeste peninsular atlântico não forneceu nenhum achado, pelo que se torna impossível ver nessa zona a rota de difusão.

Admitimos, ainda que hipoteticamente, que os vasos da Lusitânia aqui tenham chegado de forma mais ou menos casual. O comércio marítimo entre a Lusitânia e a Gália do Sul era mais ou menos frequente. As embarcações navegavam com mais segurança quando carregadas, pelo que facilmente se compreende que após descarga dos produtos destinados ao mercado gaulês, os *negotiatores* carregassem os navios com produtos disponíveis nos portos, quaisquer que eles fossem, isto é, sem olharem à sua proveniência. Se a carga aumentava a segurança da viagem de retorno, era, por outro lado, vendável; qualquer que fosse o valor comercial dos produtos carregados, tirava-se sempre algum lucro da sua venda.

(12) F. MAYET, «Les importations de sigillées à Merida au I^{er} siècle de notre ère», in *Conimbriga*, XVII, 1978, p. 79-100.

(13) A. BALIL, «Economia de la Hispania Romana», in *Estudios de Economía Antigua de la Península Ibérica*, Barcelona, 1968, p. 356-361.

(14) M. A. MESQUIRIZ DE CATALAN, *La excavación estratigráfica de Pompado*, Pamplona, 1958, p. 98-104.



FIG. 1 Mapa de distribuição da sigillata de Montans, segundo Th. Martin (DAF. 6, p. 79. Achados em Portugal.

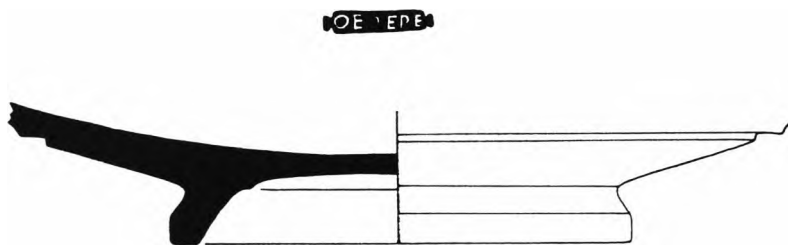


FIG. 2 Drag. 29 proveniente de Montans da oficina de Repentinus, encontrada no Monte da Cegonha — Seimes, Vidigueira.



FIG. 3 Mapa de distribuição da sigillata de La Graufesenque, segundo A. VERNHET.

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

M.^a C. GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, *Las unidades organizativas indígenas del area indoeuropea de Hispania*, Vitória/Gasteiz, 1986, 171 p. + I mapa.

Esta tese de doutoramento, com prólogo de J. Santos Yanguas, insere-se no conjunto de estudos orientados para a análise das comunidades indígenas peninsulares (sobretudo as do Noroeste hispânico) e a sua relação com as estruturas romanas.

Na Introdução (p. 11-12), a autora diz que o objecto do estudo são as unidades organizativas indígenas, também chamadas «unidades suprafamiliares», expressas na epigrafia peninsular pelos termos «gens» e «gentilitas» e por genitivos do plural, formando parte do sistema onomástico individual, na área indoeuropeia da Península Ibérica. A partir do estudo sistemático de todas as inscrições com menção dessas unidades (estudo de conjunto que ora se faz pela primeira vez), espera a autora «descubrir y definir el contenido real de los terminos mencionados desde el primer momento que aparecen formuladas hasta el momento de su desaparición en la documentación epigráfica, sus transformaciones con el paso del tiempo e su posible inclusion o substitución por otras instancias organizativas por los romanos» (p. 11). Mas, embora se baseie fundamentalmente nos dados epigráficos, a autora não se limita a eles, recorrendo às fontes literárias e comparando-as com as fontes epigráficas. Rigor que se manifesta desde logo na Introdução, ao serem-nos apresentados o porquê do trabalho, os seus objectivos, a metodologia seguida e a sua estrutura.

Las unidades organizativas indígenas del area indoeuropea de Hispania divide-se em três capítulos: delimitação geográfica e cronológica e tipologia das inscrições ; análise do material epigráfico ; análise e avaliação das unidades organizativas indígenas.

No Capítulo I (p. 13-21) M.^a González traça em primeiro lugar os limites geográficos do estudo, coincidentes em parte com a Hispânia indoeuropeia: o Tejo constitui o seu limite sul, enquanto, a oeste, segue a costa atlântica portuguesa até à desembocadura do Douro e, a este, coincide com o vale médio do Ebro ; o seu limite norte será, pois, a costa cantábrica com excepção, a oeste, da zona entre esta e a desembocadura do Douro e, a este, da zona compreendida entre a costa e o vale médio do Ebro. Nesta área assim traçada

os achados estão desigualmente distribuídos, sendo muito escassos nas zona lusitana (três achados) e mais abundantes na área celtibérica.

Quanto aos limites cronológicos, eles situam-se entre o séc. I a. C. (87 a. C.) e o séc. IV (399 d. C.), sendo o período compreendido entre os sécs. I/II d. C. e meados do séc. III d. G. aquele que regista maior número de achados.

Conclui-se o capítulo com uma análise formal do conjunto epigráfico em estudo, tendo em conta, por um lado, o carácter do texto (os textos funerários são os mais abundantes) e, por outro, o suporte, considerando elementos como a morfologia externa, elementos decorativos, presença, ou não, de moldura e material. M.^a González Rodríguez verifica que as características externas das inscrições com menção de unidade suprafamiliar não diferem das características dos núcleos epigráficos a que pertencem. Além disso, reflectem um indigenismo próprio de áreas rurais, donde, aliás, provém a maior parte (p. 21).

No capítulo II (p. 23-75) a autora aborda o estudo dos elementos dos textos epigráficos, começando por tecer algumas considerações sobre algumas inscrições fragmentadas ou de difícil interpretação, propondo novas leituras — aí se manifesta mais uma vez, o rigor científico da autora tal como a sua modéstia (não formulando respostas definitivas, antes propõe soluções), porquanto não se limitou ao trabalho de gabinete, tendo «voltado à pedra» para verificar leituras. Tendo em vista uma melhor interpretação da inscrição C. 4, analisa o uso da palavra «monimam», sugerindo que se trata de um termo equivalente à fórmula «monimentum» que aparece na mesma área cantábrica (p. 25).

No que diz respeito à relação dos nomes das unidades organizativas indígenas com nomes pessoais, teónimos e topónimos, M.^a González Rodríguez descobre uma relação estreita entre nomes pessoais de origem indoeuropeia e os nomes dessas unidades, de modo que «la mayor o menor variedad de denominación de las unidades organizativas indígenas radica en la mayor o menor amplitud del repertorio onomástico» (p. 32) ; já o mesmo não acontece com os teónimos e os topónimos, visto que apenas algumas unidades se relacionam com nomes de divindades e só dois topónimos puderam derivar dessas unidades.

M.^a González Rodríguez debruça-se ainda sobre as fórmulas onomásticas, concluindo que a mais frequente é constituída por nome pessoal -f genitivo do plural -f filiação expressa à romana (nome do pai em genitivo -f f.).

Dividindo as unidades organizativas indígenas em grupos segundo a sua formulação epigráfica, a autora organiza o conjunto epigráfico em vários grupos e subgrupos, elaborando finalmente uma sequência cronológica geral. A propósito da cronologia, M.^a Cruz González Rodríguez chama a atenção (p. 46) para o facto de que os elementos de datação só são válidos para uma datação relativa quando combinados, entrando em linha de conta não só com os critérios internos (fórmulas, onomástica, adjectivos...) mas também com os critérios externos. Não deixa de chamar a atenção para uma certa precaução no seu uso, dada a peculiaridade do conjunto epigráfico e perante

a impossibilidade de conhecer o seu contexto arqueológico, na maior parte dos casos; as notas de rodapé sobre os elementos de datação (notas 51-53 das pp. 46-47) fornecem comentários esclarecedores e uma preciosa selecção bibliográfica sobre o tema.

No capítulo III (p. 77-110) é realizada a análise e avaliação das unidades organizativas. Pretende M.^a Cruz González Rodríguez (p. 77) «comprobar si en la Hispania indoeuropea ha existido, como parecen indicar las fuentes epigráficas, una organización social gentilicia característica de la época anterior a la llegada de los Romanos que pervive durante toda la época romana y que será aprovechada y utilizada por estes para integrar a los indigenos en sus esquemas organizativos propios...» e por outro lado verificar se se está em presença de uma organização social distinta da organização social gentilicia de outros povos da Antiguidade ou não.

Começa por analisar (p. 78-86) em pormenor os estudos feitos por diversos investigadores no que diz respeito aos nomes de unidades documentados epigraficamente. Aí se salientam as conclusões mais recentes sobre esta problemática, aludindo-se designadamente ao aviso de Caro Baroja (cf. p. 80) quanto ao uso vago e abusivo dos termos clã e tribo em relação a estas unidades, advertência que parece continuar a ser ignorada por muitos autores. Uma das críticas mais importantes é a que M.^a González Rodríguez faz (p. 85) à aplicação apriorística de modelos antropológicos à estrutura social do norte peninsular sem recorrer à análise das fontes, nomeadamente as fontes epigráficas — Urruela Quesada («Romanidad e indigenismo en el norte peninsular...», Madrid, 1981) faz isso e, portanto, apenas consegue um esquema teórico sem validade. A mesma crítica e prevenção quanto à utilização dos modelos sociais como a «gens» romana para descrever a sociedade do norte peninsular, na medida em que os autores da Antiguidade, como Plínio, utilizam o termo «gens» em vários sentidos (p. 87) e relacionada com realidades diferentes (p. 89).

Faz-se também a comparação das unidades organizativas com as «gentes» documentadas na epigrafia de outras zonas do Império romano, principalmente com o Norte de África, por um lado (p. 90-93), e com os «castella» da Gallaecia, por outro (p. 93-95), verificando duas diferenças fundamentais em relação às «gentes» do Norte de África e aos «castella»: as unidades organizativas do norte hispânico nunca aparecem como dedicantes de inscrições votivas e honoríficas (p. 93-94) nem têm um território próprio (p. 93-94). Em relação aos «castella», há que salientar que estes só aparecem documentados na epigrafia até finais do séc. I d. C., enquanto as unidades organizativas aqui tratadas se documentam até ao séc. IV d. C.; a autora sublinha também que os «castella» dizem respeito a uma realidade diferente.

Alíneas francamente cativantes são aquelas dedicadas à relação destas unidades com «civitates» (p. 96-101) e com as relações de parentesco (p. 101-110). Em relação às «civitates» reafirma-se o seu papel-chave na coesão de uma realidade indígena fragmentária e na assimilação por parte das populações indígenas do modelo de cidade-estado mediterrânica (p. 96), ausente da sua

realidade. Assim, a «civitas» integrava na sua organização as unidades organizativas indígenas, que são referidas como expressão da «origo» pessoal (p. 99) na área da própria «civitas» — daí que Santos Yanguas (Prólogo, p. 10) fale do papel integrador da «civitas».

Ao relacionar as unidades com as relações de parentesco, M.^a González Rodríguez combina dados adquiridos ao longo do estudo, alinhando finalmente algumas conclusões gerais.

Segundo a autora, os genitivos do plural devem referir-se a agrupamentos familiares, talvez até ao terceiro grau tanto em linha ascendente como descendente e colateral, segundo um regime patriarcal, de estrutura cognática; fazem parte da «origo» pessoal, podendo também aparecer como proprietários de «instrumenta» ou como parte interveniente em pactos de hospitalidade.

Quanto às «gentilitates» não são mencionadas na «origo» pessoal mas aparecem como parte integrante de pactos de hospitalidade ou referindo-se a uma divindade. Não devem, pois, ser confundidas com genitivos do plural, como se vinha fazendo, antes devendo talvez ser entendidas como resultantes de um processo de ampliação das unidades expressas por genitivos do plural — até porque as «gentilitates» estão pouco documentadas e em áreas concretas, tal como as «gentes», que aparecerão, por sua vez, como resultado de um desenvolvimento das «gentilitates». As «gentes» representam uma tal evolução dos agrupamentos familiares em áreas marginais que podem, inclusive, ser aproveitadas pelos Romanos para centro político administrativo de uma «civitas». Efectivamente, são as únicas unidades que aparecem após a menção de «civitas», carecendo de todas as outras características das outras unidades.

M.^a González Rodríguez aborda, ainda, outras questões como o estatuto jurídico dos membros destas unidades (são, na sua maioria, «peregrini», cf. p. 109) ou a equiparação dos termos tribo, clã e linhagem aos termos expressos na epigrafia (se, no caso, da equiparação de tribo com «gens» a resposta é seguramente negativa, a utilização de clã e linhagem é desaconselhável, pelas imprecisões que implica, cf. p. 110). Chama também a atenção para uma importante questão: os termos «gens» e «gentilitas» expressos na epigrafia, apesar da sua raiz latina, não significam necessariamente que estejamos perante uma realidade semelhante à organização gentilícia romana: há semelhanças sem dúvida, mas em muitos dos casos terá havido apenas uma «interpretatio» romana (p. 109-110, p. 114).

Haveria mais a referir acerca do conteúdo desta tese (só as pp. 101-110, por si só, mereceriam um comentário alargado), mas os limites de uma recensão bibliográfica não se compadecem com a grande densidade e interesse duma obra que, mercê da acuidade e do rigor conceptual e metodológico com que a autora abordou as fontes e as questões postas, se assume como obra de consulta fundamental sobre a temática em que se insere.

As notas de rodapé, com referências bibliográficas constantes, acompanhadas de comentários pertinentes e esclarecedores, assim como uma bibliografia exaustiva (p. 115-119), também contribuem para fazer desta

obra um bom instrumento de trabalho; pena é que não tenham sido introduzidos os índices epigráficos que um «corpus» (p. 121-137) como o estudado implicaria, embora haja uma relação de genitivos do plural, «gentilitates» e «gentes» (p. 138-140), seguida de uma descrição do material epigráfico segundo a formulação epigráfica das unidades organizativas (p. 141-166). Conclui-se a parte destinada aos elementos auxiliares de consulta com um índice de fontes literárias (p. 167-168) e um índice de siglas e abreviaturas (p. 169-170) respeitantes essencialmente aos «corpora» epigráficos e às revistas consultadas.

Finalmente apontaremos algumas pequenas imprecisões que poderão ser revistas numa próxima edição :

— Na p. 49, a fórmula onomástica referida no 3.º parágrafo é de tipo E e não D (cf. p. 40) ;

— As inscrições 113 e 168 (*corpus*, p. 129 e 133) são dadas como procedentes de Coimbra quando são efectivamente de Conimbriga (na pp. 33-34, porém, a autora refere-as como procedentes de Conimbriga) ;

— Na inscrição 115 (*corpus*, p. 129) preferimos o desdobramento f(*aciendum*) c(*uravit*) em vez de f(*ecit*) c[*uravit*]\

— Em relação à bibliografia da inscrição 132 (*corpus*, p. 130) registre-se que o artigo referido não vem citado na bibliografia geral tal como a sigla (AEA) da revista em que o artigo foi publicado («Archivo Español de Arqueologia») não consta do índice de siglas;

— Na descrição do material epigráfico (p. 163), com respeito à inscrição 113, dever-se-ia corrigir a designação dos «Lares»: Lubanc(os) e não Luvanc(os).

Cabe salientar a boa impressão da obra, assim como os tipos de letra e os espaços utilizados que contribuem para uma fácil e agradável leitura de texto, que, de resto, apenas contém raríssimas gralhas.

LUÍS DA SILVA FERNANDES

J. C. EDMONDSON, *Two industries in Roman Lusitania: mining and garum production*, Oxford, 1987 (BAR International Series 362), I voi., 355 p. + 12 inum., ilustrado.

O autor pretende, não apenas inventariar as minas e cetárias romanas da Lusitânia, mas inserir o estudo da produção de metais, *garum* e conservas de peixe num estudo mais global da economia da província.

O problema da propriedade das minas lusitanas é difícil de resolver, por falta de dados. As duas leis conservadas de Vipasca (Aljustrel) demonstram, inequivocamente, que a propriedade destas minas era estatal (ou imperial) e que a área constituía um couto mineiro independente da *civitas* de *Pax Iulia*, em cujo território Vipasca se situava. A propriedade estatal das minas de Aljustrel não excluía a iniciativa privada na exploração; renunciando à gestão directa, o Estado arrendava a exploração por meio de concessões.

O regime de propriedade e exploração documentado em Aljustrel não seria, certamente, a regra. Edmondson inclina-se (e, a nosso ver, muito justamente) para a hipótese de uma grande parte das minas (pelo menos, as de pequenas dimensões) ser de propriedade privada. Situadas num *fundus*, estas minas seriam exploradas pelos proprietários das respectivas *villae*.

O autor põe, assim, o problema da relação entre a grande propriedade fundiária e a exploração industrial mineira. Na medida em que essa relação não pode esclarecer-se por fontes literárias ou epigráficas, procura uma resposta confrontando a implantação ou distribuição geográfica de *villae* e minas: elabora uma carta das *villae*, mapas das minas e uma lista de *villae* situadas nas vizinhanças de explorações mineiras ou nas quais se têm encontrado escórias (p. 74-75).

A ideia de que os grandes proprietários da terra investiam na exploração de minas situadas em terreno próprio ou procuravam obter concessões em minas estatais parece-nos correcta; mas a pesquisa de *villae* nas proximidades de minas parece-nos caminho pouco fecundo que não conduz (como, aliás, o autor reconhece) a nenhuma conclusão segura.

Edmondson não pôde aproveitar dados recentes da investigação. Os *castella* do Baixo Alentejo, aos quais ainda se refere como postos militares situados num caminho entre as minas de Vipasca e o porto fluvial de Mértola, são, afinal, *villae* fortificadas instaladas no século I a. C. (WAHL, in *Madrider Mitteilungen*, 26, 1985, p. 149-176), *villae* que exploravam pequenas jazidas de prata e cobre (MAIA, in *Madrider Mitteilungen*, 27, 1986, p. 195-223). Aqui, sim, temos um dado arqueológico importante confirmativo do interesse de proprietários fundiários na exploração mineira. Só que os *castella*, situados geralmente em terreno pouco fértil, não parecem corresponder a grandes unidades de exploração agrária.

A investigação sobre a natureza dos investidores poderia ter sido levada mais longe. O número de libertos cujas inscrições funerárias se encontraram em *Pax Iulia* é considerável, dando a esta cidade um perfil social muito diferente do de Évora ou Conimbriga, por exemplo. Que fariam esses

libertos? Não terão, muitos deles, sido os concessionários da exploração de Vipasca?

A nossa pergunta não significa uma contestação da hipótese de Edmondson; apenas sugere uma possibilidade complementar: é muito possível que proprietários de *villae* e libertos se tenham interessado, uns e outros, por uma exploração que o Estado promovia em regime de concessão.

Os resultados de prospecções luso-francesas realizadas na área da Vidigueira (ainda inéditas, a publicar no relatório das escavações de S. Gucufate) deixam-nos dúvidas sobre a existência de *latifundia* na região de *Pax Iulia*: as propriedades, pelo menos na área prospectada, parecem apenas médias. Por outro lado, as residências (de que S. Gucufate é um exemplo) revelam, por vezes, uma riqueza incompatível com a exploração de uma média propriedade. Seria a exploração mineira, para alguns proprietários de *villae*, um complemento (ou até o fundamento) de uma riqueza que não podia vir só da terra? Ou deveremos admitir que certos proprietários, não explorando directamente grandes herdades, recebiam rendas de outras *villae* mais modestas ou mesmo de simples casais?

Da existência de escórias de fundição nalgumas *villae*, retira Edmondson um argumento a favor da participação desses proprietários em explorações mineiras. Sem um exame mais profundo da natureza e volume das escórias, a interpretação delas é altamente duvidosa. As escórias são frequentes em sítios romanos, *villae*, casais ou cidades. Em muitos casos, correspondem, não a uma exploração mineira, mas apenas à existência de um pequeno artesanato transformador (como, aliás, o autor também admite, p. 77): muitas *villae*, por exemplo, teriam o seu ferreiro ou até o seu caldeireiro; as escórias derivarão de pequenas explorações de minério de ferro que seriam muito frequentes na época romana, tal como na Idade Média ou ainda em épocas mais recentes: o número de topónimos «Ferrarias» em Portugal é considerável e corresponde certamente a uma multiplicidade de pequenas indústrias extractivas que terão mantido, da Idade Média até ao séc. XIX, um modo de exploração artesanal que já se ia a norma na época romana. As nossas dúvidas sobre a interpretação das escórias achadas em *villae* romanas assentam ainda em casos concretos: na *villa* romana de S. Gucufate, o maior volume de escórias corresponde, não à época romana, mas ao período de utilização do edifício como convento ou até a época posterior ao séc. XVI; perto de Abrantes, num sítio chamado Casal de Pedro Ferreiro, onde há abundantes escórias, acham-se alguns materiais romanos que deixam supor ocupação desta época; mas serão romanas as escórias? ou do séc. XII? O Pedro Ferreiro que deu nome ao local deve provavelmente identificar-se com aquele a quem o rei D. Sancho doou, em 1191, a herdade de Ordiais, confinante com o termo de Tomar (Rui DE AZEVEDO *et alii*, *Documentos de D. Sancho I* (1174-1211), voi. I, Coimbra, 1979, p. 85-86).

O inventário das minas da Lusitânia apresentado por Edmondson em apêndice constitui uma valiosa síntese de informações dispersas pela bibliografia arqueológica portuguesa e espanhola (incluindo alguma informação inédita que o autor obteve de outros investigadores). Um inventário deste

tipo não pode deixar de ser provisório (como Edmondson reconhece) : primeiro, porque a carta arqueológica da Lusitânia está atrasada e prospecções sistemáticas ou achados casuais virão a descobrir novas estações; segundo, porque a informação relativa a muitas minas é precária. Os vestígios de minerações antigas são frequentes, mas a atribuição desses vestígios à época romana é, em muitos casos, insegura. Tendo de optar por um critério — apresentar tudo quanto tem sido considerado como romano ou seleccionar apenas as minas cuja exploração romana se pode comprovar por achados — Edmondson escolheu o primeiro. A opção é, certamente, legítima, e até a mais recomendável numa obra que se propõe ser uma síntese da informação disponível; mas o autor vai longe de mais na argumentação a favor da romanidade de certas minas, que considera romanas só porque nas vizinhanças se encontraram vestígios dessa época. A «vizinhança» não é quantificada. Certos vestígios romanos seguros que são argumento a favor da cronologia romana de algumas minas estão, afinal, demasiadamente distantes para que a relação proposta possa ser convincente. Nos casos em que a proximidade é evidente, a ausência de um exame dos vestígios pré-romanos ou medievais eventualmente existentes torna a proposta igualmente duvidosa: se houver vestígios pré ou pós-romanos, a cronologia pré-histórica ou medieval da mina em questão é igualmente possível.

Mais do que uma crítica, esta nossa observação constitui uma advertência. Concordamos na vantagem de, em obra monográfica de síntese, se inventariarem vestígios «antigos» ainda que não comprovadamente romanos; mas é necessário que estas minas duvidosas (bem como a área envolvente) sejam no futuro objecto de prospecção sistemática, atenta não apenas aos vestígios de época romana, mas aos de qualquer outro período.

Na área da Lusitânia que hoje integra o território português, os vestígios de exploração aurífera aluvionar são abundantes no vale do Tejo e no curso de alguns dos seus afluentes a montante da foz do Zêzere. Edmondson parece considerar esta grande área, onde as explorações se estendem por vezes por vários quilómetros quadrados, como um couto mineiro estatal (p. 35). Não obstante as referências literárias clássicas à riqueza aurífera do Tejo, a prudência recomenda que se não tomem, à partida, todos os vestígios como romanos; por outro lado, e apesar da tendência, manifesta desde a época de Augusto, para a apropriação estatal das minas de ouro, não devemos excluir a possibilidade de explorações privadas, ainda que muito vigiadas para que se não perdessem os réditos fiscais e para que os industriais dessem preferência ao Estado na venda do ouro explorado.

A cronologia das explorações mineiras da Lusitânia é difícil de precisar, por falta de dados. A opinião de Edmondson, de que os Romanos se interessaram pela exploração ainda na época republicana (p. 422), parece-nos aceitável; só não concordamos com a utilização dos tesouros de denários republicanos como argumento a favor dessa cronologia. Mesmo quando achados em áreas onde também se localizam minas, os tesouros de denários republicanos parecem representar, na maioria dos casos, tesouros públicos de castros e

não tesouros particulares de colonos itálicos ou romanos estabelecidos na Lusitânia. É certo que o problema da propriedade dos tesouros é distinto da questão da sua origem. O numerário que integrava os tesouros, fossem estes públicos ou particulares, havia de ser obtido de alguma forma; mesmo sendo públicos os tesouros, o numerário poderá ter resultado da venda, aos Romanos, de metal explorado por populações castrejas. A verdade, porém, é que num período de guerra, como foi o republicano, os tesouros podem ter sido constituídos por saques, designadamente em operações militares vitoriosas dos indígenas contra os Romanos ou contra determinadas cidades filo-romanas. O tesouro do castro de Alvarelhos, que o autor parece considerar como o aforro resultante de actividade mineira (p. 39), integrava algumas bolas de prata, duas delas marcadas com a palavra *Caesar*. Ainda que seja passível de outra interpretação, este tesouro, cuja última moeda data de 27 a. G. pode representar um saque de qualquer corpo expedicionário romano actuante na área durante as campanhas de Augusto no Noroeste.

No capítulo IV, Edmondson trata das consequências da exploração mineira. Uma delas foi a imigração interna, decerto muito mais vasta do que aquela que se pode comprovar por algumas raras lápides funerárias de indivíduos deslocados (lápides recenseadas nas p. 62-63). Não nos parece, ao contrário do que o autor diz (p. 61), que a deslocação dos Lusitanos para a margem esquerda do Tejo, referida por Estrabão e agora documentada pelo estudo onomástico realizado por José d'Encarnação, se possa explicar pela exploração mineira na área; nem tão pouco, como já vimos, se pode defender a ideia de que os *castella* do Baixo Alentejo correspondam a postos militares destinados a vigiarem uma mão-de-obra parcialmente hostil (p. 61 e 69). Por outro lado, parece-nos duvidoso explicar o *sodalitium Bracarorum* de *Pax Iulia* como uma associação de imigrantes envolvidos na exploração mineira ou interpretar *Castra Caepiana* como um acampamento para vigiar a exploração aurífera do Tejo (p. 70). Também nos não parece correcto (embora tenhamos, em tempo, defendido essa ideia) tomar a inscrição funerária de um *praefectus equitum alae I Singularium Civium Romanorum* como prova da instalação, em Idanha-a-Velha, de um corpo militar que vigiaria a exploração do ouro da Beira Baixa (p. 70).

Dos vestígios do povoado mineiro de Vipasca e dos materiais encontrados na necrópole, Edmondson conclui pelo baixo nível da vida dos mineiros (p. 85-86). Há, talvez, um certo exagero na afirmação.

Outra consequência da exploração mineira foi a deflorestação, assunto de extremo interesse de que o autor trata nas p. 77-81, com cálculos suficientes para nos fazerem tomar consciência da dimensão do fenómeno. A deflorestação foi talvez um factor determinante na decadência das minas, cuja exploração poderá ter sido reduzida ou mesmo abandonada por falta de combustível para os fornos de fundição.

O peixe salgado (*salsamenta*) e os molhos de peixe usados como condimento (*garum*, *liquamen*, *muria*, *bailee*) representaram uma das principais exportações da Hispânia e, de modo particular, da Lusitânia. Em setenta e

oito naufrágios mediterrânicos de embarcações procedentes da Península Ibérica, ocorridos entre 50 a. C. e 250 d. C., cerca de 66% da carga era constituída por ânforas de *garum* (ou de *salsamenta*). Cálculos efectuados em Óstia, o grande porto abastecedor de Roma, confirmam a importância da exportação hispânica para a Itália. A venda foi manifestamente menor para a Bretanha, talvez, como observa Edmondson, por razões culturais: seria menor, aqui, o gosto pelo *garum* (p. 104).

Qual o regime de propriedade da indústria do *garum*: estaria esta nas mãos de particulares? haveria, pelo menos nalguns casos, propriedade estadual ou municipal da indústria? seriam a pesca e o fabrico de *salsamenta* e de *garum* direitos estatais ou municipais exercidos por particulares em regime de concessão? O assunto é discutido por Edmondson, aliás com referências a outras regiões do Império e a outras épocas históricas para além da romana (p. 116-117). A ausência de dados impede quaisquer conclusões, paia além da certeza de que os particulares exerciam a indústria e da probabilidade de esta ter constituído, através de taxas, fonte de receitas fiscais para o Estado ou para a administração local.

Tróia foi um dos maiores centros conserveiros da Antiguidade, comparável a Baelo, na Bética. Noutros centros urbanos da Lusitânia, como Olisipo, Gaetobriga, Sines, Ossonoba, Balsa e Baesuris, há vestígios desta mesma indústria, embora os achados sejam insuficientes para se avaliar a sua importância. Por outro lado, têm-se reconhecido cetárias em diversas *villae* do litoral algarvio e da foz do Sado. A área escavada destas *villae* não permite saber se o *garum* era preparado em pequena escala, apenas para consumo próprio ou de um mercado local, ou se representava uma produção considerável destinada à exportação que, neste caso, se faria pelo porto de Tróia e, para o Algarve, pelo de Ossonoba. Também se não pode demonstrar a hipótese de Edmondson, de que, nas *villae*, a preparação do *garum* ocupava a mão-de-obra rural, mais vaga durante os meses de Verão, exactamente aqueles em que a actividade industrial se concentrava.

No centro urbano de Tróia, cuja instalação Edmondson data dos fins do séc. I a. C. (embora esta data nos pareça discutível, tendendo nós a atribuir a fundação do povoado a data posterior mas, de qualquer forma, no decurso da primeira metade do séc. I d. C.), a actividade industrial não era compatível com trabalhos rurais porque os solos da península não eram favoráveis à agricultura : ou, na ocasião em que a pesca e a preparação do *garum* se concentravam, havia deslocação de trabalhadores rurais do interior, ou a indústria era praticada por uma população permanentemente residente. Neste caso, porém, que actividades poderiam ocupar a população nos meses de Inverno? Edmondson apresenta uma sugestão de interesse: a colheita de *murex* e de *purpura haemastoma*, a preparação dos tintos e a própria tinturaria dos tecidos ocupariam parte da população nos meses de Inverno e no início da Primavera, antes de começar a grande safra da pesca.

As escavações de Tróia têm sido, até agora, demasiadamente reduzidas para resolver este e outros problemas que a estação nos põe. Entre eles, o da

propriedade das indústrias: essas seriam pequenas empresas, eventualmente constituídas ou agrupadas em sociedades cooperativas? ou grandes indústrias, segundo um modo de produção que poderíamos classificar de «capitalista»? A riqueza de certas habitações da cidade e dos materiais arqueológicos recolhidos (entre eles, boa sigillata e sigillata clara e vidros caros) inclinam-nos para a segunda hipótese.

Baseado em estatísticas recentes, Edmondson chama a atenção para consideráveis flutuações, de ano para ano, na tonelagem de pescado nas costas portuguesas. Estas flutuações poderão ter criado, se não crises, pelo menos variações importantes de produção. As consequências de tais variações no mercado seriam, segundo o autor, minimizadas (e os preços mantidos razoavelmente constantes) por um sistema regulador de abastecimento: os produtores ou abastecedores poderiam guardar a produção de anos abundantes para colocarem no mercado em anos fracos. É possível que Edmondson tenha razão: mas, na época romana, terão sido as flutuações do pescado tão grandes como hoje? Por outro lado, as flutuações só têm impacto a partir de um certo nível industrial: mais ou menos abundante, de ano para ano, talvez o peixe fosse sempre suficiente para abastecer as indústrias romanas, cujas necessidades de matéria-prima poderiam ter ficado sempre abaixo dos recursos disponíveis mesmo em anos de relativa escassez de peixe. Em terceiro lugar, talvez as estatísticas globais não possam considerar-se representativas de eventuais flutuações nas áreas em que se situam as cetárias romanas; por outras palavras, a variação anual dos recursos de peixe no litoral algarvio e na foz do Sado poderia ser menor do que a variação global ao longo da costa portuguesa.

A produção muito considerável de *garum* na costa portuguesa exigia o fabrico de ânforas e a existência de armadores que assegurassem o transporte.

O capítulo que Edmondson apresenta sobre as ânforas lusitanas (a título, aliás, e como diz, provisório e mais com intenção de encaminhar do que de resolver o assunto) está ultrapassado por recentes descobertas posteriores à redacção desta obra. De qualquer forma, e tendo em conta a informação disponível na data em que a obra foi publicada, o capítulo representa uma actualização notável dos nossos conhecimentos sobre a produção de ânforas lusitanas.

A primeira ânfora de *garum* indiscutivelmente lusitana é uma variante do tipo Dressel 14. A sua produção não parece ter começado antes de meados do séc. I d. G. O *garum* fabricado na primeira metade do século pode ter circulado em ânforas do tipo Dressel 7/11, tão semelhantes às produzidas na Bética que, até agora, não foi possível identificá-las. O tipo Dressel 14 foi produzido na foz do Bado e no Algarve (designadamente em S. Bartolomeu de Castro Marim). Edmondson não regista marcas; conhecem-se todavia várias: MA.MV.S; T.M.G.; G.I.P. ; L.I.A. ; LV///; BP; MO.

O fabrico desta variante lusitana do tipo Dressel 14 continuou até aos fins do séc. II ou aos inícios do III, coexistindo então com o tipo Almagro 50. A produção deste segundo tipo está atestada na foz do Sado, mas é possível que se tenha realizado também no Algarve. Edmondson apresenta uma útil lista

das marcas presentes neste tipo e regista a sua ampla distribuição geográfica, que inclui (fora de Portugal) Itália, Ampúrias, Barcino (Barcelona), Óstia, Roma, Alba Fucens, Luni, Roselle (Etrúria), Narbo, Marrocos e Samaria (Palestina).

Outro tipo lusitano, Almagro 51 A-B, foi fabricado igualmente na foz do Sado, dos fins do séc. Ili aos fins do séc. V d. C.

O tipo Almagro 51 G, produzido não só nos fornos do Sado mas também no Algarve, começou ainda no séc. Ile continuou até ao IV.

O capítulo é completado com um inventário extenso de lugares onde estes diversos tipos têm sido encontrados e ilustrado com mapas de distribuição.

Além destes quatro tipos de ampla difusão, há diversos outros, particularmente algarvios, que parecem ter tido uma circulação muito restrita, possivelmente (como Edmondson sugere) porque correspondem a pequenas produções.

Sobre os transportes sabemos, por enquanto, muito pouco. Edmondson regista as duas únicas inscrições romanas de Portugal que têm sido apresentadas como testemunhos da existência de armadores: GIL II 25 e 260. A primeira foi encontrada em Mirobriga e a segunda, em Armés (Sintra), no território de Olisipo. Num recente estudo, Cardim Ribeiro demonstrou que L. Iulius Maelo Gaudicus, citado nesta última, não foi, afinal, um armador (*Sintria*, I-II, 1982-1983, p. 151 s.).

Em face desta pobreza de elementos, podemos perguntar-nos se a produção da Lusitânia era transportada por armadores mesmo lusitanos ou por negociantes não residentes na província. O grande porto bético de Gades poderia ser, como sugere Edmondson, pelo menos de início, o empório para o qual o *garum* da Lusitânia era transportado em pequenas embarcações, sendo aí transferido para navios de maior tonelagem. O testemunho de algumas embarcações naufragadas, com uma carga exclusiva ou maioritariamente constituída por ânforas lusitanas, sugere, porém, a existência de um transporte directo da Lusitânia para o Mediterrâneo central, possivelmente para Óstia; mas, mesmo no caso de transporte directo, seria este assegurado por armadores lusitanos ou itálicos?

Pelos problemas que claramente formula, as relações que estabelece entre produção e fiscalidade ou produção agrária e industrial, pelos inventários de minas, cetárias, fornos e ânforas, esta obra constitui uma importante síntese da mineração e da produção do *garum* na Lusitânia. As reservas que num ou noutro ponto formulámos não diminuem o valor do trabalho. É pena, todavia, que no inventário das minas e cetárias, Edmondson não tenha desenvolvido as observações e notas críticas, distinguindo mais claramente o incerto do seguro. Poucos leitores irão refazer a pesquisa bibliográfica ou conferir as citações. Facilmente os sítios aqui apresentados passarão para obras futuras como estações confirmadas. Ora, como genericamente já observámos, a cronologia romana de muitas minas é extremamente insegura. As minas P 01, 02, 06, 10, 12, 15, 17, 19, 20, 22, 35, 37, S 30, 33 têm vestígios de trabalhos «antigos» mas não necessariamente romanos. Os Furados de Pombeiro, S 42,

são medievais. Os pontos P 07, 16 e 46 não parecem corresponder a minas concretas, mas a grandes áreas nas quais se localizam diversas minas, aliás de cronologia incerta. Quase todas as explorações aluviais de ouro e de estanho registadas no *conventus scallabitanus* são incertas por falta de materiais claramente associados, embora a sua atribuição à época romana nos pareça provável. As estações P 37 e 38 devem reduzir-se a uma só, na qual é manifesta a exploração medieval, mas não a romana. Diversas referências bibliográficas apontadas revelam cepticismo ou cautela quanto à cronologia romana, facto que o autor não salientou devidamente. Há ainda um ou outro erro de integração administrativa.

Relativamente às cetárias, a estação G 01 deve ser desdobrada em duas, Ilhéu da Baleeira e Forte de Beliche; a bibliografia citada por Edmondson não regista, porém, cetárias em nenhum destes pontos. A estação C 05 deve ser suprimida e substituída por Lagos, cidade onde se encontraram cetárias junto ao Hospital Militar. Os vestígios referidos em C 15A não devem corresponder a cetárias, visto que no Largo da Sé, em Faro, se situava o forum de Ossonoba. Os tanques referidos em G 17, 23, 28 e 38 devem ser considerados com suspeição. Os tanques de G 24 são geralmente considerados como tanques de tinturaria e não de salga.

JORGE DE ALARCÃO

William R. Biers, *Mirobriga. Investigations at an Iron Age and Roman site in southern Portugal by the University of Missouri—Columbia*, 1981-1986. Com contribuições de Jane G. Biers, Albert Leonard Jr., Kathleen Warner Siane, Maura F. Gorman e Craig E. Order. *British Archaeological Reports*, International Series, 451, Oxford, 1988, 1 vol., 244 p. -h 297 figs.

O volume agora editado constitui relatório parcial das escavações realizadas em Mirobriga pela Universidade de Missouri — Columbia.

A área escavada de Mirobriga é relativamente reduzida (2,8 hectares). Inclui uma acrópole cujo significado se mantém duvidoso (forum ou santuário?), diversos edificios parcialmente escavados ao longo das ruas que descem pela encosta, duas termas na base dela e um circo. Os investigadores americanos realizaram o primeiro levantamento topográfico completo do sítio e este é, sem dúvida, um dos mais importantes contributos que a obra nos traz.

A distância entre a acrópole e o circo é considerável: mais de 600 metros. Assim, impunha-se pelo menos uma batida sistemática do terreno entre o núcleo urbano conhecido e o circo, de modo a detectar eventuais vestígios de

construções. A batida não produziu os resultados esperados : não se detectaram ruínas e a colheita de materiais dispersos à superfície do terreno foi extremamente pobre. Conclui daqui o autor que a área urbana era efectivamente reduzida e que o circo ficava mesmo distante do aglomerado, isolado, sendo a sua localização eventualmente justificável pela proximidade de uma estrada. Os vestígios de Mirobriga sugeririam assim um pequeno aglomerado, mais do que uma verdadeira cidade. Aliás, a ausência de uma basílica, de muralhas e de necrópoles confirmaria a interpretação do sítio como simples santuário, o que já havia sido sugerido por Fernando de Almeida.

Esta interpretação parece-nos contraditada pelo facto de Plínio citar os *Mirobrigenses qui Celtici cognominantur* entre os *oppida stipendiaria* da Lusitânia. Na lista que apresenta em IV, 118, o Naturalista não menciona, a nosso ver, senão as *civitates*. Temos, pois, de admitir o facto de Mirobriga ter sido capital de *civitas*. Como uma área de 2,8 hectares é efectivamente muito pequena para uma cidade capital, devemos admitir que os vestígios até agora postos a descoberto correspondem apenas a uma parte da cidade; e se esta efectivamente não se estendia entre a colina e o circo, será nas encostas e eventualmente a norte da acrópole que devemos procurá-la.

Apesar de não se terem localizado as necrópoles de Mirobriga, conhecem-se diversas inscrições funerárias. Uma delas (ENCARNAÇÃO, *Inscrições romanas do conventus pacensis*, n.º 158) refere-se a um cidadão inscrito na tribo Quirina. Se a inscrição CIL II 25 (= IRCP, n.º 150) é, como sustentam os autores, prova débil da categoria municipal de Mirobriga, aquela inscrição constitui um argumento inegável pelo menos para o *ius Latii* da cidade. Aliás, na própria inscrição GIL II 25, se a leitura *Municipii Flavii Mirobrigensis* é duvidosa, refere-se todavia um edil e duúviro.

Não podemos, pois, seguir os autores na interpretação que fazem do sítio. Teremos também de lamentar a opção pelas termas e pelo circo em vez da acrópole. A competência com que sondaram e restituíram estes edifícios, se tivesse sido aplicada na acrópole parcialmente escavada po*- Fernando de Almeida, teria resolvido o problema: trata-se de um santuário ou de um forum?

A acrópole era dominada por dois templos. Não vemos razão para duvidar de que o templo com ábside corresponde a um santuário de Vénus e achamos pouco viável a hipótese de que se trata de uma basílica paleocristã. Concordamos todavia em que não existem provas de que o templo principal era consagrado a Esculápio. Poderia tê-lo sido ao culto imperial, a Júpiter ou a Marte.

Se o edifício do lado nascente da acrópole não pode interpretar-se como uma basílica, já não diremos o mesmo da construção que se observa a poente; mas apenas a re-escavação deste conjunto monumental poderá vir um dia a resolver o problema que ele nos põe.

William Biers descreve pormenorizadamente todos os vestígios hoje visíveis de construções na colina. Na maior parte dos casos, trata-se de pequenos estabelecimentos comerciais ou industriais ; mas só uma re-escavação

permitiria recuperar as plantas e determinar a probabilidade de terem tido um piso superior destinado a residência dos próprios comerciantes ou artífices. Entre estas lojas, o autor nota a excepcional solidez de um edifício que admite possa ter sido um templo. A interpretação não nos parece muito convincente.

A maior e mais segura parte desta obra é todavia consagrada ao exame do circo e dos dois edifícios termais. Aliás, foi apenas no circo e nas termas que o Prof. Biers realizou sondagens tendentes à reconstituição da planta e à determinação da cronologia.

O circo, construído talvez na primeira metade do séc. IIe sem quaisquer materiais que permitam afirmar a sua manutenção no séc. IV ou V, é uma estrutura tão pouco monumental (apesar das suas dimensões: 559 X 77,5 metros) que o autor é levado a perguntar-se se serviu de facto para espectáculos ou apenas para treinos. A pergunta não deixa de ser pertinente, embora nos pareça que os assentos para os espectadores poderiam ter sido estruturas precárias de madeira que não teriam deixado vestígios.

A descrição das termas é circunstanciada; a interpretação que é feita das sucessivas fases de evolução das Termas Orientais, convincente ; a cronologia, embora assente em escassos dados, parece aceitável. Teríamos, assim, primeiramente, umas pequenas Termas Orientais, com uma palestra relativamente considerável, construídas nos inícios do séc. II d. G., pelo mais tardar; depois, umas Termas Ocidentais edificadas na segunda metade do mesmo século; no séc. III, as Termas Orientais teriam sido reconstruídas e alargadas, à custa da sua própria palestra; talvez ainda na segunda metade do séc. III, estas mesmas termas teriam sido abandonadas, mas as Termas Ocidentais teriam sobrevivido.

Construídas umas junto das outras, ocupando os dois braços de um L, as duas termas poderão ter servido umas para homens e outras para mulheres. Pode surpreender-nos o facto de não terem sido instaladas ainda no séc. I d. C. ; mas talvez noutro ponto da cidade venham a encontrar-se termas mais antigas. Aliás, a cronologia não nos parece extremamente segura. As Termas Ocidentais já estavam totalmente escavadas e as Orientais, quase completamente descobertas. Os autores não puderam, pois, estabelecer a cronologia senão a partir de reduzidas sondagens cujos materiais não foram, infelizmente, nem abundantes nem ricos.

O estudo dos materiais recolhidos, quer nas sondagens, quer na batida do terreno, constitui objecto de apêndices. Outros apêndices são consagrados à análise de telhas e tijolos encontrados nas termas, ao estudo técnico das pinturas murais e à geologia do sítio.

O trabalho apresentado pelo Prof. William H. Biers é uma monografia que merece louvores. Esperemos que David Soren e Olívio Gaeiro nos proporcionem, brevemente, os resultados das investigações de que directamente se encarregaram noutros pontos de Mirobriga.

JORGE DE ALARCÃO

MANUELA MARTINS, *O povoado fortificado do Lago, Amares, Braga, 1988*.
(Cadernos de Arqueologia, 1), 154 p. e 44 estampas.

Situado nas margens do Cávado, o povoado fortificado do Lago assenta num cabeço de baixa altitude, com a cota máxima de 65,30 m. Reduz-se a uma plataforma de configuração poligonal irregular, circundada a oeste por uma muralha. É um exemplo típico dos «castros» baixos que nos últimos anos têm sido identificados nas bacias dos rios Cávado, Lima, Minho e Vez.

As escavações, realizadas entre 1980 e 1982, não tiveram como objectivo definir a estrutura interna do habitat, mas datar o povoado e determinar-lhe o sistema defensivo. Por isso, a autora, renunciando a uma escavação em área, optou por um corte na muralha (corte A) e uma série de sondagens no interior da área defendida.

O corte A permitiu detectar uma primeira muralha de terra, uma segunda defesa, já de pedra mas simplesmente partida e não afeiçãoada, acompanhada por um fosso, e uma terceira obra, reforço tardio aparentemente construído para sustentar o derrube da muralha anterior. Ainda no corte, aparecem algumas lareiras, bolsas e cinzas e carvões e alicerces de estruturas de habitat, todavia extremamente difíceis de interpretar dada a estreiteza da área escavada; a presença de numerosas lareiras em vários níveis sugere uma área residencial intensamente ocupada mas as habitações, provavelmente feitas de materiais vegetais, não deixaram vestígios identificáveis.

Os cortes no interior do povoado não foram tão bem sucedidos porque o pendor das camadas geológicas, a erosão, a falta, do lado nascente, de uma muralha capaz de conter as terras e os trabalhos de lavouia todos se conjugaram para diminuir a espessura dos sedimentos terrosos. Raros buracos de postes, algumas lareiras e toscos alinhamentos de pedras não permitiram definir claramente nenhuma estrutura habitacional. Foram todavia detectadas numerosas fossas, cuja cronologia relativa a autora estabeleceu graças a um paciente confronto dos materiais cerâmicos recolhidos nos enchimentos com os materiais encontrados no corte A. Com base nesse confronto, foi ainda possível detectar uma quarta fase de ocupação do povoado, não visível no corte A. A história do povoado foi assim dividida em quatro fases, Lago IA e IB, HA e IIB.

A ausência de análises de C¹⁴ e de materiais metálicos datáveis torna difícil atribuir àquelas fases uma cronologia absoluta. O achado de um bordo de ânfora Haltern 70 e de dois fragmentos de sigillata itálica permitem atribuir a meados do séc. I d.C. o fim do povoado; a ausência de cerâmica comum romana, que a partir daquela data surge nos castros da região, não permite descer até aos fins do século a ocupação do Lago.

As fases IA e IB do povoado, sem cerâmica a torno rápido e sem as formas características do séc. I a. C., devem datar dos sécs. I-II a. C. A conclusão, assente numa análise de formas cerâmicas que não permitem uma cronologia fina, é deduzida também da técnica de trabalho da pedra usada na construção da segunda muralha: pedra simplesmente partida, sem o trabalho

a pico que parece caracterizar as estruturas do séc. I a. G. Se, em função dos argumentos, são legítimas algumas dúvidas sobre a cronologia proposta, esta parece pelo menos provável, o que não invalida outra mais baixa para povoados do mesmo tipo, que, nalgumas regiões, parecem ser do séc. I a. G. ou até mesmo contemporâneos daromanização.

A instalação de povoados em cotas baixas, povoados a que alguns chamam «castros agrícolas», parece um fenómeno comum no Noroeste, relacionável com uma estratégia de ocupação das terras baixas dos vales com vista a um aproveitamento dos terrenos de aluvião. Talvez a pastorícia e a pequena agricultura de encosta, praticadas nos povoados elevados, fossem, a partir do séc. III a. C., insuficientes para garantir a sobrevivência de uma população que teria atingido níveis críticos de densidade. Infelizmente, como a autora reconhece, o espólio exumado e as estruturas descobertas não permitem formular uma ideia clara quanto à funcionalidade do povoado do Lago. Pela vizinhança do vale, o castro do Lago parece vocacionado para a exploração agrária; mas seriam os solos de aluvião, no séc. III ou II a. G., mais propícios à agricultura? não seriam antes ocupados por densas matas ribeirinhas que tornariam difícil o arroteamento? O espólio e as estruturas reconhecidas não permitem claramente falar de um castro «agrícola», termo que, aliás, a autora prudentemente evita. As numerosas fossas descobertas não podem ser facilmente interpretadas como silos; mais parecem, pelo menos na maior parte e desde a origem, fossas detriticas.

Seja como for, é óbvio, neste caso pontual, que o nível técnico-económico não era elevado; o carácter singelo e tosco das estruturas tem correspondência na pobreza do espólio exumado, que não inclui objectos de prestígio nem, praticamente, objectos de metal.

A obra relata uma escavação bem conduzida e revela uma invulgar capacidade de relacionar estratigrafias obtidas em desencontrados pontos da estação. A análise cerâmica é levada a extremos de rigor, tanto mais dignos de elogio quanto é certo que a sua pobreza poderia ter desencorajado os estudos tipológicos e estatísticos. O relatório agora apresentado constitui um modelo num país onde as escavações insuficientemente ou nunca relatadas têm constituído a regra.

JORGE DE ALARCÃO

URBANO ESPINOSA, *Calagurris Iulia*, ed. do Colégio Oficial de Aparejadores de la Rioja e do Ayuntamiento de Calahorra, Logroño, 1984, 352 p., il.

Dois anos após a publicação da sua magistral tese de doutoramento, *Debate Agrippa-Mecenas en Dion-Cassio: Respuesta senatorial a la crisis del Imperio Romano en época Severiana* (Madrid, 1982), publicou o Prof. U. Espinosa uma excelente monografia da cidade romana de *Calagurris*.

Conimbriga, 28 (1989), 229-252

Esta monografia abre com um prólogo (p. 7-10), repartindo-se depois por dezasseis capítulos (p. 11-322), aos quais se seguem alguns índices auxiliares de consulta (p. 325-349).

O Cap. 1 trata da formação e configuração do substrato demográfico, tal como o nosso conhecimento no-lo dá à data dos primeiros contactos com os romanos. É um capítulo muito bem informado, que demonstra bem as grandes qualidades de síntese histórica do A. que, contudo, reconhece não dispensar um mais completo ensaio monográfico da proto-história da região.

A conquista da cidade, e o reflexo nela da política interna de Roma, nos finais do séc. I a. C., que, a nível peninsular local, levaram à destruição de *Calagurris* por Pompeu; o papel da cidade na recuperação da região para o partido de César e o processo de latinização que, certamente, desempenharam os militares dela recrutados, e de que a guarda calagurritana de Octávio foi o mais flagrante testemunho, ocupam os Cap. 2 e 3. É de realçar, na valoração das fontes históricas deste período, o esforço feito pelo A. no sentido do seu entendimento em função da posição política a que aderiram os diversos autores clássicos, num período em que não havia lugar para a indiferença política, e que se vai necessariamente reflectir nas referências a esta cidade que tomou posição em favor de Sertório. A introdução desta exegese historiográfica relativa à ideologia, ou simplesmente ao pensamento político, dos autores clássicos, revela aquela preocupação de rigor, seriedade e consciência profissional que muito poucas vezes temos encontrado nos grandes trabalhos de história peninsular e, muito menos, nas monografias locais.

Os Caps. 4 e 5 ocupam-se da época de Augusto e da fundação do município, da vida social e política, relacionando-as com o território que a envolve e, ainda, com a própria dinâmica da história política do estado romano.

Os Caps. 6, 7 e 8 ocupam-se do estudo da cidade no Alto-Império. Pela sua leitura, observamos que a importância dada à figura de Augusto, enquanto patrono da cidade, vai introduzir, simultaneamente o tema do patronato e o das relações entre o poder central e o poder local que terão, nos finais do séc. I d. C. e no séc. II, as suas mais significativas expressões com a importância que certamente teriam tido *Q. Glitius Atilius Agricola* e *T. Iulius Maximus Manlianus*; as vantagens que os Calagurritanos podiam esperar dos seus patronos são o último tema tratado no Cap. 8; no Cap. 7, o A. ocupa-se de Quintiliano, não só enquanto pedagogo, mas também como expoente das relações que ligavam as elites locais a Roma.

O Cap. 9 ocupa-se da crise do século III e da restauração do Baixo- Império, temas que o A. trata segundo uma perspectiva tradicional, admitindo contudo a tese de invasões bárbaras (em dois momentos), como propôs M. Tarradell, face às quais são os vestígios do apressado amuralhamento defensivo de que a cidade necessitou a prova mais evidente, amuralhamento que deixou de fora, sem defesa, boa parte da antiga área urbana. Na reorganização administrativa do séc. IV, a política de recuperação económica que favorecia a aristocracia rural, é para o A., uma das causas que contribuem para a decadência dos núcleos urbanos, nomeadamente para *Calagurris*, e de

que temos ecos na correspondência entre Ausônio e Paulino de Nola; mas, pese embora a redução do perímetro urbano, e o abandono dos dois aquedutos que serviam a cidade, o A. crê na sobrevivência, acomodada, da aristocracia local que, embora com menos pujança que a do séc. TI, conseguia ainda manter a cidade como um ponto de referência essencial no povoamento do curso médio interior do alto-Ebro, o qual, por toda a época baixo-imperial, vemos semeado de explorações agrícolas com as suas *villae* rústicas.

Seguem-se três capítulos que nos introduzem nas ideologias dominantes deste período cronológico, evidentemente com uma aproximação clara e sólida à *Calagurris* cristã, desde a implantação da nova religião até à sua consolidação institucional como sede de bispado. Também agora, e tal como o fizera anteriormente quanto a Quintiliano, o A. dedica todo um capítulo, o Gap. 11, a Prudêncio, outro Calagurritano, que desenvolveu, como se sabe, uma pujante actividade literária ao serviço dos novos ideais.

No Gap. 13, a história política é retomada para nos descrever os tempos que decorrem entre as invasões bárbaras e o estabelecimento do reino visigótico de Toledo.

No capítulo seguinte, «O caso do bispo Silvano», a propósito da actuação deste, abordam-se os problemas que, à data, se punham no que diz respeito à disciplina eclesiástica e à criação do território diocesano de Calahorra.

Uma avaliação da situação da região de *Calagurris* no Baixo-Império, sob a perspectiva da continuidade e da descontinuidade do processo da romanidade, é do que se ocupa o Gap. 15, onde, ponderando sobre estas duas tendências do comportamento sócio-cultural, o A. admite que apesar das invasões e da revolta bagáudica, a continuidade foi mantida, e os *honorati* e *possessores* que apoiaram Silvano, mantendo-se como aristocracia, são, conjuntamente com o episcopado local, ainda os que melhor representam a romanidade ocidental nesta região.

O Gap. 16 encerra este livro já com o novo papel de Calahorra, agora como cidade eminentemente estratégica, sob o domínio do reino godo.

É evidente que, para cada um dos períodos de tempo que aborda, o A. dispõe de fontes históricas muito díspares, e se há temas muito bem documentados nas fontes escritas, outros há em que o recurso aos dados arqueológicos é o único tipo de informação disponível, e acontecendo isto numa região em relação à qual parece não existir grande unanimidade de opiniões entre os diversos autores que dela se ocuparam; assim, a sua perspetivação histórica, que aliás não deixa de lado os dados arqueológicos (mas que também não faz da sua enunciação um rol de erudição a despropósito, isto é, totalmente não significativo), passa pela escolha dos temas condutores de cada um desses períodos de tempo, sem perda de significado, por redução a lugares comuns, de toda a massa documental, antes ela suporta toda a síntese, onde surgem novos enquadramentos historicamente admissíveis, novos problemas e onde se ‘recriam’ panorâmicas explicativas aceitáveis.

De facto, é o processo histórico da região o autêntico protagonista deste livro, sendo a documentação arqueológica largamente utilizada como sua

evidência. Assim, desde logo, a Iberização da região é focada na perspectiva do ‘encontro* entre a tradição cultural continental e a mediterrânica, tendo como consequência, no panorama urbano, o desaparecimento de muitos povoados e o agigantamento dos que sobreviveram, com o conseqüente aumento da sua área urbana e de influência, caso flagrante da própria *Calagurris*; este processo de crescimento e concentração populacional teria sido, para os romanos, mesmo depois da conquista, e como recorda o A., uma das ameaças à efectivação e à perpetuação do seu domínio, assim se vendo que, nos tratados de paz, a proibição de crescimento das cidades era, tal como a da construção de muralhas, uma preocupação constante dos interesses de Roma. Por outro lado, todo o processo de Iberização, enquanto processo de aproximação às culturas mediterrânicas, veio facilitar a dominação romana.

Apesar de este livro ser apenas uma síntese de história local, o A. não deixou de fazer, no que se refere, por exemplo, ao papel dos patronos da cidade, alguns ensaios de explicação do que teria sido, em pormenor, a sua actuação, propondo mesmo, no âmbito de uma preocupação já anteriormente anunciada, a das interconexões do poder central e do poder local, o estudo das relações possíveis entre o exercício do patronato de *Calagurris* e a função de legado jurídico da Hispânia Citerior.

O princípio teórico subjacente à estrutura e ao discurso historiográfico deste livro de U. Espinosa, vem explicitado na seguinte afirmação sua, p. 18: «Si los problemas sólo cobran plena significación situados en perspectivas históricas generales, a la inversa será legítimo descubrir las líneas básicas del acontecer general en el estrictamente local».

MARÍA MANUELA ALVES DIAS

RAFAEL ATENCIA PÁEZ, *La ciudad romana de Singilia Barba (Antequera —*

Málaga), ed. da Diputación Provincial de Málaga, Málaga, 1988, 182 p., il.

Rafael Atencia Páez, jovem docente da Universidad de Málaga, dera-nos em 1981, em colaboração com Encarnación Serrano Ramos, as *Inscripciones latinas del Museo de Málaga*, uma publicação cuidada e de muito boa apresentação, que é, sem dúvida, um útil instrumento de trabalho para todos os epigrafistas peninsulares; nesta sua nova publicação, que nos é apresentada num piólogo de Pedro Rodríguez Oliva (p. 9-23), depois da introdução (p. 25-30), onde nos dá um enquadramento geográfico da região, em que outrora se implantara a antiga cidade, previne o leitor que será exactamente a área da cidade que o ocupará, deixando propositadamente de fora tudo o que diz respeito ao *ager singiliensis*, e, seguidamente procura inventariar os vestígios arqueológicos de *Singilia Barba* (Gap. I, p. 31-114) e, também, traçar o panorama do que tei ia sido a história desta cidade da Bética até à dominação árabe (Cap. II, p. 115-181).

Conimbriga, 28 (1989), 229-252

Desde o primeiro capítulo vê-se que é notória a preocupação do A. de referir e, muitas vezes, transcrever as opiniões dos autores dos séculos XVI, XVII e XVIII, bem como, ainda, os dos trabalhos regionais dos inícios do nosso século, dando, assim, com este recurso metodológico (aliás, muito vulgarizado) aos «antiquários» e aos pioneiros, um panorama bibliográfico da evolução histórica do conhecimento da cidade.

O substracto cultural ibérico de *Singilia Barba* é referido, e ilustrado, por alguns fragmentos de cerâmica de bandas pintadas (p. 42-44); as ruínas das antigas construções romanas (o teatro e o aqueduto) ocupam as páginas seguintes (p. 45-55), reeditando-se os desenhos e as narrativas dos autores do séc. XVIII e encerrando-se o tema com uma planta do que resta do teatro. Segue-se o catálogo da epigrafia da cidade onde, além das inscrições já publicadas anteriormente e de correções de leitura às *CIL* II, 2014, 2023 e 2024, nos dá a conhecer quatro inscrições inéditas (n.º 17, 18, 24 e 25): as duas primeiras são bases honoríficas públicas e referem, uma, *M. Hirrius M. f. Quir. Annianus*, duúnviro da cidade, outra, *M. Hirrius [...Jolixo]* as restantes duas mencionam *M. Sempronius L. f. Cepalo Cornelianus* e *M. Cornelius Firmus*; fora do catálogo (p. 160), aparece uma outra inscrição inédita, encontrada nos arredores de Fuente de Piedra, que menciona o singiliense *L. Cornelius Secundinus*. A escultura de *Singilia Barba* está representada por um *herma* báquico inédito, um Sileno de bronze e um relevo de sarcófago paleocristão com a figuração de Daniel. Das necrópoles de que há notícia, apenas pode o A. reconstituir um túmulo de cantaria (p. 97) e enumerar o riquíssimo espólio de uma sepultura colectiva. Com a descrição dos mosaicos conhecidos, com a notícia de alguns moldes e outros materiais de uma das oficinas cerâmicas locais de *terra sigillata* hispânica e, ainda, com um pequeno apontamento sobre cerâmicas de achados de superfície e sobre pequenos objectos encerra-se o Cap. I.

No Cap. II, R. Atencia passa a ocupar-se da história de *Singilia Barba* que situa no actual «cortijo del Castellón» e onde foram encontradas as bases de estátuas com inscrições de carácter honorífico público. Tal como já acontecera no capítulo anterior, abre com uma resenha dos estudos históricos, ou das referências que aparecem em obras de conjunto, do séc. XVIII à actualidade (p. 115-120). O nome da cidade é o segundo tema estudado (p. 120-134), a que se segue o da sua população, baseado em grande parte nas inscrições recolhidas no catálogo da epigrafia e que o A. interpreta dando especial relevo às instituições civis e religiosas (p. 125-146). Inventaria as *gentes* de *Singilia Barba* destacando os *Acilii*, os *Iunii*, os *Cornelii*, os *Sempronii* e os *Hirrii*.

Quanto à identificação (p. 115-157) de [*L. Iu*]nius Nothus Cor(nelia tribu) [... *Jvietinus* (inscrição n.º 8) com o séviro augustal *L. Iunius Nothus* (*CIL* II, 2022 e 2023) que, em segundas núpcias, teria casado com [*L*]ollia *L. f. Marciana*, parece-nos, de todo, impossível; de facto, um liberto, como eram os seviros augustais, mesmo quando lhe era dada a qualidade de cidadão, tinha que se inscrever na tribo da sua cidade, que, neste caso, seria a *Quirina* e não a *Cornelia*; deve, isso sim, tratar-se de um outro, e anterior, *L. Iunius Nothus*,

que teria sido muito provavelmente quem teria libertado o futuro séviro.

Com uma estrutura de exposição mais virada para a recuperação, revisão e discussão das fontes da história local, sem, no entanto, esquecer alguns problemas que as fontes epigráficas suscitam, esta pequena monografia não deixa nunca de ser útil ao historiador da Antiguidade, principalmente pela apresentação de novos materiais, e, também, ao erudito local, pelo desfazer de equívocos que a bibliografia antiga fomentou e foi perpetuando.

MARIA MANUELA ALVES DIAS

INDEX NOMINVM

A

- Abellinum* — Itália, 185.
Abelterium, 64, 65.
Abranles, 165, 237.
Acinippius, 76.
Acrópole — Atenas, 49.
Actium, 101, 104, 105.
Adriano, imperador romano, 66.
Adriático, 188.
Aeminium, 140, 146, 169-172, 179, 187, 192-194, 196, 198, 200, 201.
,4/Wca, 92, 214, 233.
Alandroal, 23.
Agricola, Q. Glitius Atilius, 248.
 Maior ou a *Velha* [Júlia *Agripina*], 157, 159-165.
Agripina Minor ou a *Nova*, 157, 160-164.
^4/arcão, Adília Moutinho, 148, 149.
Alarcão, Jorge de, 53, 55, 57, 59, 60, 62, 64, 65, 67, 69, 121, 128, 130-132, 139, 140, 144, 146-148, 179.
Alba Fucens, 119, 242.
Albânia Anchiale, 173.
Albânio, Gaio, 174.
Albertos Firmat, Maria de Lourdes, 123, 126, 129, 135, 137-139, 174, 177, 183, 189, 191-193.
Albino, Clodio, 119.
Albura, Gornélia, 181-183, 200.
Alcacer do Sal, 73, 81, 97, 99, 117.
 — Vide também: *Imperatoria Salacia* e *Salacia*.
Alcalá del Rio, 87.
Alcântara, ponte, 62, 63.
Alcolea del Rio — Sevilha, 88.
Alcoy, 85, 86.
Aldeagordillo — Ávila, 24, 25.
Aldeia do Rispo, 27.
Alentejo, 9, 21, 24, 221.
Aléria, 104.
Alfaiates, 60.
Alfenim, R., 225.
Algarve, 21, 240-242.
Algigo, 192.
Aliobriga, 68.
Aljustrel, 118, 236.
Alleicela Avita, 176, 177, 200.
Almeida, Bartolomeu Maria d', 124, 134, 136.
Almeida, Fernando de, 244.
Almourol, castelo, 169, 170, 173, 181, 187, 194, 196, 199, 200.
Alpedrinha, localização duvidosa do *vicus* Talabara, 66.
Alpiarça, 7, 17.
Alsácia, 150.
Alto Alentejo, 19.
Alvarelos, castro, 239.
Alvarez Martinez, José Maria, 163.
Alvega, antes provavelmente *Aritium Vetus*, 165.
Alves, Francisco, 99.
Amares, 246.
Amasia, 105.
Amio, 192.
Ammala, 65.
Ampurias, 86, 228, 242.
Anchiale, Albânia, 173.
Anchialus, cidade grega — Trácia, 174.
Anchialus, escravo, 175.
Anços, rio, 124.
Andaluzia, 57.

Anderson, 132.
Andugep, magistrado monetário, 85, 87.
Andújar, 227.
Annaeus Seneca, 188.
A/inianas, M. Hirrius M. f. Quir., duúnviro de Singilia Barba, 251.
Anobriga, 68.
Antequera (Antikaria), 76, 84.
Anubriga, 68.
Apuleio Deciano, L., 63.
Aquae Flaviae, deturpado como *Aquae Laiae*, município romano, 65.
Aquileia, 119.
Aquitânia, 86, 226, 228.
Ar abriga, 62.
Aracela, 62.
Araya — Mérida, 21, 24-26.
Aróois de Jubainville, 151.
Arce, Javier, 57, 165.
Ar denas, 150.
Argomil, 60.
Arias Fi/as, Filipe, 141.
Aristides, 41.
Aristóteles, 50.
Aritium Vetus, hoje provavelmente Al vega, 165.
Armes — Sintra, 242.
Aroche, antes talvez Arucci, 62, 160, 161.
Arquidamo, rei, 48.
Árquio, Sexto, «libertus», 185, 186.
Arrepiado — Pinheiro Grande, Chamusca, 182.
Arrióos, A., 22.
Arrien, 209.
Artemisio, 39.
Arucci ou Aruccitana, «civitas», 62, 159-163, 165.
Arucci Nova, suposta cidade romana identificada, também erradamente, com Moura, 160, 161.
Arulenus Rusticus, Q. Iunius, 118.
Arpa, 87.
Ásia, 176.
Ásia Menor, 35, 40, 187, 191, 192, 194, 195.

Atenas, 33, 35-40, 42-50.
Atencia Páez, Rafael, 250, 251.
Ática, 37.
Atilius Agricola, Q. Glitius, 248.
Attico, 116.
Aadaz, assassino de Viriato, 82.
Augusta Emerita, forma preferível a *Emerita Augusta*, 58.
Augusto, Octaviano César, imperador romano, 53, 59, 61, 64, 88, 101, 103-109, 117, 157, 162, 163, 165, 166, 186, 194, 195, 198, 238, 239, 248.
Ausônio, 249.
Avellino — Itália, 185.
Avieno, 57.
Ávila — Espanha, 19, 21, 22, 24-26.
Avita, Alleicela, 176, 177, 200.

B

Bacelar, Huet, 14.
Badajoz, 21, 22, 25, 27.
Baelo — Bética, 240.
Baesuris, nome pré-romano de Castro Marim, 67, 240.
Baetica — Vide : *Bética*.
Baetis — Vide : *Bétis*.
Baixo Alentejo, 236, 239.
Balfet, H., 16.
Balsa, 240.
Baptista, Joaquim, 7, 9, 13, 17, 19, 20, 25.
Barcelona, 242.
Barcelos, 149.
Barcino — Barcelona, 242.
Barr ocal 23.
Beira, 5, 7.
Beira Alta, 19.
Beira Baixa, 20, 23, 26, 239.
Beja, 88, 223, 225, 227.—Vide também: *Pax Iulia*.
Belas, 99.
Belém — Lisboa, 219.
Belo, 227.
Benoit, F., 150.
Benquerenças, 27.

Beseo, possível radical de Viseu, 137.
Bèsnier, 185.
Bélica, 57, 58, 64, 67, 83, 86, 240, 241, 250.
B élis, rio, 84.
Biers, William R., 243-245.
Bilbilis Italica, 109.
Biseo, possível radical de Viseu, 137.
Bitínia, 186, 187, 193, 199.
Bizâncio, 40.
Blázquez, J. M., 121, 124, 126, 128, 129, 138, 139, 141, 143, 211-214, 217.
Bobadela, 93.
Boidobra, 69.
Bracava Augusta, município romano, 65, 198.
Braga, 137, 149.
Bretanha, 240.
Briard, J., 22.
Brigantia, 68.
Brindisi, 164.
Britânia, 60.
Britânico, 194.
ĩ?rçŁo, Bernardo de, 128.
ÆruÂZ, A., 217.
Bruto, Marco, 116.
Brutus, M. Iunius, primeiro cônsul, 116.
Bueno Bamires, P., 21, 23, 25.
Buttrey, T. V., 80.
Byrne, Inés, 8.

G

Cabeça Velha — Vila Velha de Rôdão, 27.
Cabeço da Amoreira — Muge, 23.
Cabeço da Arruada, 23.
Cabeço da Mina — Torrão, 20, 21, 23, 24, 26.
Cabeço Pelado — Alcains, 25.
Cabral, Luís de Almeida, 160.
Cdceres, 26, 27, 144.
Cadi, cidade — Ásia Menor, 191.
Cádia Tusca, 181, 183.
*Cadio (...)*nilano, Gaio, 173, 199.

Cádio Cariano 175-177 200.
Cádio Caro, Lúcio, 178.
Cádio Cela, Lúcio, 178.
Cádio Frontão, Quinto, 180, 181, 183.
Cádio Bufo, Caio, procônsul da província asiática do Ponto e da Bitínia, 186, 187, 193-196, 201.
Cádio Bufo, Marco, 181-183, 186, 187.
Cádio Salviano, Gaio, 173, 199, 187.
Cádio Sétimo, Caio, 188, 189.
Cádios, gens, 169-203.
Cádis, 174, 175, 196, 199, 201.
Cado Pedaquiano, Marco, 192.
Caeiro, Olívio, 245.
Caes ar augusta, 164, 166.
Caessa, Ana, 8.
Caetobriga, 240.
Cagnat, 135, 136, 141, 142.
Caio, patrono de um liberto, 185, 186, 195.
Caio Albânio, 174.
Calabi Limentani, Ida, 135.
Calagurris, depois *Calahorra*, 108, 247-250.
Calçada das Eirinhas — Ramalhão, 10.
Calígula, imperador romano, 157, 161-166. *i*
Callaecia, 64, 137.
Campania, 185, 193.
Campidoglio, 116.
Camps, G., 16.
Candnil, 76.
Candnil, magistrado monetário, 71, 84.
Caninas, J., 27.
Cannes, 117.
Cantnec, cognomen, 76, 84.
Cantnec ..., M. Sempronius, 84.
Cantnipo, 71-99 (*passim*).
Caparide — Cascais, 118.
Capera, 118.
Capinha, 66.
Caramujeira II — Lagoa, 20, 21, 26.
Carcopino, M., 217.
Careiae, 191.

- Cariano*, Cádio, 175-177, 200.
Caristo, cidade — Eubeia, 40.
Carmona, 87.
Carnoy, A., 137, 142.
Caro, Lúcio Cádio, 178.
Caro Baro ja, 233.
Carriça — Maia, 185.
Carsioli, 116, 119.
Carthaginiensis, província romana da Península Ibérica, 64.
Casa Branca — Pavia, 23.
Casal de Pedro Ferreiro — Abrantes, 237.
Cascais, 88, 118.
Castelo de Aguiar — Vila Pouca de Aguiar, 20, 26.
Castelo Branco, 7, 9, 25, 27.
Castelo Branco, Canaes de Figueiredo, 124, 125, 128, 129, 132, 134-136.
Castelo Velho do Caratão — Mação, 23.
Castra Caepiana, 239.
Castro de Alvarelos, 185.
Castro Marim, 67, 241.
Catius, Titus, 191.
Caudicus, L. Iulius Maelo, 242.
Cávado, rio, 246.
Çaadam, forma utilizada numa referência trecentista ao rio Sado, 81.
Cegonha, monte — Selmes, 223, 225.
Cela, Lúcio Cádio, 178.
Célere, Marco K/Cádio, 184-186.
Celtibéria, 78, 177.
Cempsibriga ou *C is imbrium*, 68.
Centeno, Rui, 67.
Centumcellas, 68.
Cepalo Cornelianus, M. Sempronius, 251.
Cerro de la Virgen — Granada, 22.
César, imperador romano, 64, 80, 104, 166, 180, 248.
César Augusto Germânico, Gaio, nome de Calígula — Vide : *Calígula*.
Chamusca, 182.
Charneca de Fratei — Vila Velha de Ródão, 27.
Chasseense — Paris, 22.
Chaves, 19-21, 24-26.
Chibanes — Palmeia, 97.
Chipre, 40, 213.
Cilpes, 68.
Cimber, antropônimo relacionado com os Cimbri, 185.
Cimber, cidadão gaulês, 185.
Cimbro (Cimber), patrono de um liberto, 186.
Cimbro, Caio K/Cádio, 184-187, 193, 195.
Címon, 43, 45.
Cisimbrium — Vide: *Cempsibriga*.
Cláudio, imperador romano, 60, 162, 169, 170, 178, 184, 193-195, 227.
Cléon, 48.
Clodio Albino, 119.
Coimbra, 12, 14, 121, 124, 169, 171-173, 176, 178, 179, 235.
Cola, 63.
Collipo — Santarém, 127, 146.
Colos, 63.
Columbia — Estados Unidos da América, 243.
Conceição, Augusto dos Santos, 128, 134, 143.
Conimbriga, 65, 67, 118, 140, 146, 148, 171, 172, 179, 180, 192, 198, 207, 225, 227, 235, 236.
Constâncio Cloro, imperador romano, 172.
Constantino o Grande, imperador romano, 142.
Cora, 119.
Corani(us), magistrado monetário, 88.
Corchero — Valencia de Alcantara, 21, 23.
Cordoba, 22, 88, 189.
Corinthia, Iunia, 117.
Corinto, 37, 38.
Cornélia Albura, 181, 183, 200.
Cornelianus, M. Sempronius Cepalo, 251.
Cornelius Firmus, M., 251.
C(ornelius) O(ptatus), L(ucius), 115.

Cornelius Secundinus, L., 251.
Correia, Paula, 8.
Correia, Virgílio, 144, 147.
Cortadouro — Ourique, 20.
Corte-Real, Artur, 144.
Cortez, F. R., 23.
Covões, 27.
Crasso, T. Otacilio, 116.
Creia, 40, 210.
Cristóvão, José, 27.
Cuesta del Negro — Granada, 22.
Cumont, F., 210, 214, 215.
Cunho — Mogadouro, 20, 23.
Curado, Fernando Patricio, 111, 149, 150.

D

Daehnhardt, Rainer, 98, 99, 105, 106.
Daniel, 251.
Z)aiás //, dolmen — Valencia de Alcantara, 25.
Dauzat, A., 150.
Deciano, L. Apuleio, 63.
Delfos, 216.
Delgado, Manuela, 128, 140.
Delibes de Castro, G., 25.
De/os, 33, 35, 40-45, 47, 48, 51.
Deschamps, 185.
Dessau, Hermann, 137.
Dios, E. Rocha, 126.
Diocleciano, imperador romano, 64.
Diodoro, 209.
Diogo, A. M. Dias, 99, 226.
Domiciano, imperador romano, 118, 119.
Donati, Angela, 113.
Douro, rio, 59, 60, 183, 186, 229.

E

Ebora—Vide: *Évora*.
Ebro, rio, 231, 249.
Edmondson, J. G., 58, 236-243.
Éfeso, 108.

Efialtes, 45.
 mar, 35-38, 40-43, 49, 50.
Egina, 36, 37.
Egitânia, 61, 65.
Ehrenberg, 37.
Eirinhas, calçada — Ramalhão, 10.
Eiroa, J. J., 25.
El Cerro del Ahorcado — Zamora, 21, 22.
El Cigarralejo, 86.
El Lobo — Badajoz, 21.
Elêusis, santuário, 49.
Eliaaa, Iunia, 114.
Eivas, 211, 221.
Elvia Ybas, 114.
Emerita, 58-59, 117, 199. — Vide também: *Mérida*.
Emerita Augusta, 172. — Vide também: *Augusta Emerita*.
Encarnação, José d', 121, 124, 129, 130, 134, 135, 144, 169, 172, 239.
Enriquez Navascués, J. J., 21, 24, 26.
Ensérune — Gália, 77.
Espanha, 23.
Esparta, 38, 40, 44, 45, 47.
Espinosa, U., 247, 250.
Estrabão, 105, 239.
Esuri, 161.
Étienne, Robert, 63, 140, 145> 147-149, 164-166.
Etrúria, 184, 190, 191, 242.
Eubeia, 40, 48.
Europa, 38.
Évora (Ebora), 64, 118, 236..
Extremadura Espanhola, 19, 21, 24, 183.

F

Fábio Hispano, Q., flâmine dos Augustos, 164.
Fabre, Georges, 140, 145, 147-149, 198.
Faria, João Carlos Lázaro, 99.
Farinha, Ana Cristina, 8, 14, 27.
Faro, 243.
Fernández Corrales, J. M., 22.

Fernández Galiano, Dimas, 213.
Fernández-Posse y de Arnaiz, M. D., 25.
Ferreira, Isabel Alves, 8.
Ferreira, O. V., 23.
Ferreira, Olímpio, 8.
Ferreiro, Pedro, 237.
Ferrestelo — Montemor-o-Velho, 179.
Figueiredo, Borges de, 181, 182, 184, 196-197.
Fines, 161.
Finley, 48-50.
Firmina, Iunia, 113-116, 119.
Firmus, M. Cornelius, 251.
Flaccus, C. Norbanus, 61.
Flamino, Augusto, 97, 99.
Flávios, imperadores romanos, 63.
Flavius Secundus Philippianus, T., legado, 119.
Flêgon de Traies, 62.
Fonte Salgueira — Aldeia do Bispo, 27.
Forcellini, 190.
Forrest, 47.
Forte de Beliche, 243.
Fraga d'Aia — S. João da Pesqueira, 21.
Fréjus, 104.
Frontão, 181, 183.
Frontão, Quinto Cádio, 180, 181, 183.
Fuente de Piedra — Málaga, 251.
Fuente Seca, jazida, 161.
[Fiç]mZima, *[Iu]nia*, 118.

G

Gadir/Gades, 75, 76, 91, 242.
Galba, imperador romano, 196, 198.
Gá/ia, 77, 185, 226, 227.
Golia Cisalpina, 191.
Golia Narbonense, 138, 176, 191.
GáZZa Oriental, 151.
Golia do Sul, 228.
Gállos (Três), 60.
Galiza, 183.

Gallaecia, 233.
Galsterer, 65.
Galvões — Alandroal, 23.
Gambetta, Agostinho Ferreira, 98, 99.
Garcia, José Manuel, 144, 145, 147.
Garcia-Bellido, M. P., 92.
Garcia y Bellido, A., 214.
Garcia Iglesias, 58.
Gaspar, Filomena, 8.
Gèlon de Siracusa, 38.
Germania, 185.
Germânico, 157, 160, 162-166.
Gil-Mascarell Boscá, M., 25.
Glitius Atilius Agricola, Q., 248.
Gneu, 80.
Golfo Sarónico, 37.
Gomes, Fernando, 99.
Gomes, M. V., 20, 21, 26.
Gómez-Moreno, M., 77.
Gonçalves, Nogueira, 144.
González, Julián, 161-163.
González Bodríguez, M. C., 231-234.
Gordon, Arthur E., 135, 141.
Gordon, Joyce S., 135, 141.
Gorginos I, 21, 23.
Goulão, Helena, 8.
Gouveia, 23.
Granada, 22.
Grécia, 37, 38, 48, 49, 190, 208, 210, 220.—Vide também : *Hélade*.
Grécia Asiática, 42.
Grécia Balcânica, 209.
«Grupo de Gord» — Picardia, 22.
Gruterus, Ianus, 150.
Guadiana, rio, 58.
Guerreiro, Maria Amália, 105.

H

Heichelheim, 121, 127, 128, 138.
Hélade, 38, 40, 44, 46, 49. — Vide também: *Grécia*.
Heleno, Manuel, 140, 207.
Henriques, F. J. R., 27.
Herdade da Amendoeira — Neves, Beja, 88.
Heródoto, 33, 35.

Hirrius [...]*Jolixo*, M., 251.
Hirrius M. f. Quir. Annianus, M.,
 duùnviro de Singilia Barba, 251.
Hispânia, 57, 60-62, 88, 118, 128,
 141, 165, 172-174, 177, 184, 185,
 188, 189, 191, 193, 197, 200, 228,
 229, 233, 239.
Hispânia Citerior, 57, 84, 250.
Hispânia Ulterior, 57, 85.
Hispano, Q. Fábio, flâmine dos
 Augustos, 164.
Holanda (Ollanda)
 ----- Francisco d' 62.
Holder, Alfred, 121, 126, 138, 151,
 191, 193.
Hoz, Javier de, 73, 78, 131, 132, 139.
Hübner, Emílio, 121, 125-130, 134,
 135, 140, 141, 157, 162, 163, 172,
 173, 176.
Huelva, 21, 26.
Huesca, 57.
Hunsrück, 150.
Hurtado de San Antonio, Ricardo,
 138.

I

Ibéria, 94.
Idanha-a-Velha, 239.
Igaedi, *Igaeditania*, *Igaedium*, tal-
 vez primitivo nome da cidade que
 depois foi a Egitânia, 61.
Iglesias Gil, José Manuel, 139.
Ilerda, municipium, 108.
Ilhéu da Baleeira, 243.
Imperatoria Salacia, cidade, 74,
 79, 95, 108. — Vide também:
Alcácer do Sal e Salacia.
Inêsta Mena, J., 21.
Insubria, 191.
Interamnium—*Hispânia*, 62.
Interaniesia, topónimo de existência
 duvidosa, 62.
Ipolca, 83.
Irippo, 109.
Isibra, 67.
Ipses, 68.

Itália, 107, 119, 240, 242. — Vide
 também: *Magna Grécia*.
Iulius Maelo Caudicus, L., 242.
Iulius Maximus Manlianus, T., 248.
Iunia Corinthia, 117.
Iunia Eliaaaa, 114.
Iunia Firmina, 113-116, 119.
[Iu]nia [Fu]ndana, 118.
Iu[nia] T[usca], 118.
Iunia Verecunda, flaminica, 118.
Iunius, L., 117.
Iunius Arulenus Rusticus, Q., 118.
Iunius Brutus, M., primeiro cônsul,
 116.
Iunius Latro, M., 117.
Iunius Mauricus, 119.
Iunius Mauricus, Q. *Iulius Cordus*,
 118.
[Iu]nius Nothus, [L.], patrono de
 um liberto, 251.
Iunius Nothus, L., séviro augustal,
 251.
Iunius Puteolanus, L., Vivir augus-
 talis, 119.
Iunius Receptus, G., 117.

J

Jeanmaire, H., 210, 215, 216.
Jordão, Levy Maria, 125, 134.
Jorge, Susana O., 20, 21, 25, 26.
Jorge, V. O., 21.
Julia, 161.
Julia Agripina, 160-165.
Júlios-Cláudios, imperadores roma-
 nos, 186, 200.

K

K/Cádio Célere, Marco, 184-186.
K/Cádio Cimbro, Caio, 184-187, 192,
 193, 195, 201.
K/Cádio Rufo, Caio, 184-186, 192,
 193, 201.
Kajanto, liro, 137, 142, 174-177,
 180, 183, 184, 186.
Keune, 121, 127, 141.

L

La Graufesenque, 226-228.
La Guardia, 164.
La Rambla — Córdoba, 88.
La Serreta — Alcoy, 85.
Lácio, 174, 190.
Laelia, 109.
Lago, «castro baixo» — Amares, 246, 247.
Lagoa, 20, 26, 27.
Lagos, 243.
Lambrino, S., 57.
Lamego, 68.
Lancia, «oppidum», 63.
Lancia Transcudana, cidade cuja existência é duvidosa, 63.
Landeiro, 10.
Langres, 150.
Langsdorf, 162.
Lapa do Fumo — Sesimbra, 21, 22, 26.
Las Pozas — Zamora, 25.
Latro, M. Iunius, 117.
Láurion, 36.
Lo Roux, Patrick, 65, 140, 141, 145, 149, 198.
Loa, Pinho, 125, 126, 128, 134.
Leiria, 126, 140.
Leisner, G., 20-23, 25.
Leisner, V., 20-23, 25.
Leitão, Manuel, 7, 13, 17, 19, 25.
Lépido, 80.
Leptis Magna, 214.
Lesbos, 44.
Letiobri, 65.
Lima, rio, 246.
Lima, Frágoso de, 160.
Linckenheld, Emile, 151.
Lisboa, 88, 99. — Vide também: *Olisipo*.
[L]ollia Marciana, 251.
Lomba do Canho, 66.
Londres, 209.
Lopez Plaza, 19-24, 26.
Los Rarruecos — Cáceres, 26, 27.
Los Castillejos — Badajoz, 22, 27.

Los Castillejos de Peña de los Gitanes — Granada, 22.
Los Cortinalles — Badajoz, 25, 27.
Los Murciélagos — Córdova, 22.
Lourenço, Gonçalo, 81.
Luca, 190.
Lucas, Maria Miguel, 8.
Lúcio, 187.
Lugdunum, 119.
Luguualium, 66.
Luni, 119, 242.
Lusitânia, 53, 58, 60, 61, 64, 69, 117, 118, 127, 136, 143, 151, 171, 172, 183, 186, 187, 192, 194-196, 199, 201, 223, 228, 236-240, 242, 244.

M

Mação, 23.
Macedônia, 210.
Machado, José Pedro, 138.
Macias, Santiago, 160.
Madeira, José Luís, 14.
Madrid, 96.
Maelo Caudicus, L. Iulius, 242.
Magna Grécia, 209, 221. — Vide também: *Itália*.
Maia—Porto, 185.
Maia, Maria Garcia Pereira, 56.
Malcata, serra, 9, 16.
Mangas, Júlio, 129.
Manique de Raixo — Cascais, 88.
Manlianus, T. Iulius Maximus, 248.
Mantas, Vasco Gil, 61, 144, 146.
Maratona, 36, 45.
Marciana, [L]ollia, 251.
Marco António, 104.
Marco Rruto, 116.
Marinho, José Rodrigues, 99.
Marinianus, 125, 130, 133-135, 137, 142, 151.
Marinianus, «uicarius Hispaniarum», 137.
Marinianus, C. Porcius, 137.
Mário, 185.
Maroneia, jazida, 36.

Marques, G., 7, 21, 22, 26.
Marquesa — Marvão, 23.
Marrocos, 242.
Martin, Th., 227.
Martin de la Cruz, J. C., 21, 26.
Martin Valls, R., 25.
itfaríms, Manuela, 246.
Marvão, 23, 27.
Mauricus, Iunius, 119.
Mauricus, Q. Iulius Cordus Iunius, 118.
Maximus Manlianus, T. Iulius, 248.
Mayet, Françoise, 148.
Medelim, 20.
Mediterrâneo, 42, 49, 190, 242.
Meidubriga, 62.
Melena, José L., 62.
MeZos, 40.
Menéndez Pidal, Ramon, 128.
Mentesa Bastitanorum — La Guardia, 164.
MérZda, 21, 24-26, 163, 164, 198, 221, 227. — Vide também: *£raerita*.
Mer obriga, 68.
Mértola, 236. — Vide também: *Afr/rtilis*.
Meseta Espanhola, 19, 20, 22, 24.
Messalina, 195.
Metellinum, 118.
Mícale, 38, 39.
Milcíades, 45.
Milreu, 211.
Minho, rio, 246.
Minhotães — Barcelos, 149, 150.
Miranda, J. A. Godinho, 97, 99, 105.
Mirobriga, hoje Santiago do Cacém, 96, 106, 242-245.
Mitilene, 46, 48.
Mogadouro, 23.
Molina, F., 22.
Molina Gonzalez, F., 22.
Mommsen, T., 162.
Mondego, rio, 171, 179, 197.
Monforte do Alentejo, 205, 207, 211.
Mows Herminius — Vide : *Montes Herminios*.

Montans, 223-228.
Monte da Cegonha, Seimes — Vidi-
gueira, 223, 225, 227.
Monte Novo — Sines, 20.
Monte Real — Leiria, 126, 128, 140, 145, 146.
Monte da Tumba — Torrão, 23.
Montemolin — Bética, 58.
Montemor-o-Velho, 178, 179, 196, 197.
Montes Herminios (Mons Herminius), 57.
Monts-Faucilles, 150.
Morales, A., 160, 162.
Moura, 62, 159, 160, 164, 166.
Mourisco, ribeiro, 9.
Moutinho, José Alberto, 8.
Mwge, 23.
Munda, 80.
Muñoz Amibilia, A. M., 22.
Myrtilis, 63, 64. — Vide também: *Mértola*.

N

Narbo, 242.
Navascuès, Joaquim Maria de, 128.
Naxos, 43.
Aea Pafos — Chipre, 213.
Aero, imperador romano, 160, 162-164, 169, 170, 178, 184, 193-196, 198, 227.
Nerva, imperador romano, 60, 61.
Neves — Beja, 88.
Niceia, 187, 194.
Nicomédia, 187, 194.
AZsa, 27.
Nolen, J. S., 148.
Norba, 118.
Norbanus Flaccus, C., 61.
Nothus, [L. Iu]nius, patrono de um liberto, 251.
Nothus, L. Iunius, séviro augustal, 251.

O

Octaviano — Vide : ^4 *ugusto*.
Octavio — Vide : *Aagasio*.

Odacis, magistrado de Cantnipo, 82, 83.
Odacis (Odacisa), antropônimo não indo-europeu, 82, 83.
Oducia, 83.
Oleiro, João Manuel Bairrão, 148, 181.
Olisipo, 64, 118, 198, 240, 242.— Vide também: *Lisboa*.
Olival da Pega — Reguengos de Monsaraz, 21, 23, 25.
Optatus, magistrado monetário de Ipolca, 83.
O(ptatus), L(ucius) C(ornelius), 115.
Ordiais — Tomar, 237.
Osca, 57.
Osse(t) Constantia lulia, 108.
Ossónoba, 118, 240, 243.
Óstia, 165, 240, 242.
Ostiponensis, 76.
Otacilio Crasso, T., 116.
Otacilius, magistrado monetário de Ipolca, 83.
Otão, imperador romano, 187, 196, 201.
Otati, magistrado monetário de Ipolca, 83.
Ourique, 20.
Outão, 93.
Ouvêze — Gália Narbonense, 138.

P

Paço I, 21.
Paestum, 119.
Palência, 192.
Palestina, 242.
Palmeia, 97.
Pamplona, 228.
Pancieria, Silvio, 162.
Pandataria, 165.
Pa/?a /—Huelva, 21, 26.
Par anhos da Beira — Seia, 111, 113.
Parede I, 21, 26.
Pareja López, E., 22.
Passo, 23.
Pastoria — Chaves, 20.
Paulino de Nola, 249.

Pausânias, 40.
Pavia, 23.
Pa# Augusta, nome dado por Estrabão a Pax lulia, 105.
Pax lulia, 64, 101, 103-105, 107, 108, 161, 236, 237, 239.—Vide também: *Beja*.
Peacock, D. P. S., 66.
Pech Maho — Gália, 77.
Pedaquiano, Marco Cado, 192.
Pellicer, M., 23.
Peloponeso, 35, 38, 40, 44-46, 48.
Peña del Aguila — Ávila, 19, 20, 22-26.
Peñalba de Villastar, 85.
Penamacor, 5, 7-10, 13, 26.
Penela, ribeira, 9.
Península Ibérica, 60, 63, 73, 75, 80, 82, 85, 87, 90-92, 137, 140, 163, 169, 173, 176, 177, 183, 184, 190, 208, 214, 226-229, 240.
Península Itálica, 169, 170, 173, 179, 184, 185, 193, 209, 210.
Per ais, 20.
Pereira, F. A., 20.
Pereira, Félix Alves, 56.
Pereira, M. A. H., 23.
Péricles, 45, 46, 48.
Peroledo — Vila Velha de Ródão, 27.
Perpena ou Perperna, 57.
Pérsia, 36, 38, 40, 41.
Peutinger, 162.
Philippianus, T. Flavius Secundus, legado, 119.
Picardia, 22.
Pinção, Júlia, 8.
Pinheiro Grande — Chamusca, 182.
Pinto, José, 14.
Pireu —* Atenas, 36, 37, 50.
Pitágoras, 217.
Plateias, 38, 40.
Plínio, 63, 65, 198, 233, 244.
Pokorny, Julius, 138, 139.
Pombeiro, 242.
Pompeio, Sexto, 79, 80.
Pompeu, 248.
Ponda, 165.
Pônsul, rio, 9.

Ponte, Sálete da, 149.
Ponto, 186, 187, 193.
Popeia, 196.
Porcius Marinius, C., 137.
Portimões, possivelmente evolução de *Portus Magonis*, 69.
Porto, 14, 185.
Portugal, 9, 19-25, 57, 66, 89, 183, 207, 219, 221, 223, 225-227, 237, 242.
Portus Magnus, 68-69.
Portus Magonis, forma que terá evoluído para *Portimões*, 69.
Pozas—*Zamora*, 21, 22.
Praia do Ribatejo, 181.
Propôntida, 40.
Prudêncio, 249.
Ptolemeu ou *Ptolomeu*, 57, 65, 73, 75, 80.
[Pub?]licia, 118.
Puteolanus, L. Iunius, *Vivir augustalis*, 119.
Puteoli, 119.

Q

Quinta da Madalena — *Soure*, 124.
Quintiliano, 248, 249.
Quios, 44, 46, 50.

R

Ramalhão, também conhecida por *Serra Pedreira*—*Penamacor*, 5, 7-9, 14, 15, 19-21, 23-27.
Reburus, 118.
Receptus, G. Iunius, 117.
Regengos de Monsaraz, 20, 21, 23, 25.
Represas — *Beja*, 225, 226.
Resende, André de, 159-163.
Ribeiro, Cardim, 242.
Ribeiro, F. Nunes, 225, 226.
Ribeiro, Orlando, 9.
Rio Torto — *Gouveia*, 23.
Rocha, Santés, 179.
Rodrigues, M. L., 176, 177.

Rodriguez de Berlanga, 96.
Rodríguez-Díaz, A., 25.
Rodríguez Oliva, Pedro, 250.
Roma, 116-119, 142, 162, 164, 165, 176, 180, 181, 187-189, 192-194, 197, 208, 214, 217, 220, 240, 242, 248, 250.
Roscher, 129.
Roselle — *Etrúria*, 242.
Rufina, Valéria, 178-180, 192.
Rufo, Gaio Gádio, procônsul da província asiática do Ponto e da Bitínia, 186, 187, 194-196.
Rufo, Gaio K/Cádio, 184-186, 192, 193.
Rufo, Marco Gádio, 181-183, 186, 187.
Rusticus, Q. Iunius Arulenus, 118.

S

Saa, Mário, 128, 134.
Sabugal, 14.
Sado, rio, 74, 81, 93, 241, 242.
Sagres, 92.
Sagunto — *Hispania*, 85.
Salacia, 64, 71, 73, 74, 80, 95.
 — Vide também : *Alcácer do Sal* e *Imperatoria Salacia*.
Salamanca, 144.
Salamina, 33, 38, 39, 40.
Salatum/s, depois *Sado*, 81.
Salviano, Gaio Gádio, 173, 199.
Samaria — *Palestina*, 242.
Samnium — *Itália*, 185.
Samos, 44, 46, 48.
Sanches, M. J., 20, 23.
Sancho I (D.), rei de Portugal, 237.
Santa Maria — *Ávila*, 21.
Santa Vitoria do Ameixial, 207.
Santarém, 64, 127.
Santiago do Cacém, antes *Miróbriga*, 96.
Santos, Ana Isabel, 99.
Santos, L., 149, 150.
Santos, M. Farinha dos, 75.
Santos Yanguas, J., 231.

- São Bartolomeu de Castro Morim*, 241.
São Brissos, 118.
São Cucufate, 226, 237.
São João da Pesqueira, 21.
São Lourenço —• Chaves, 20, 26.
São Vicente, cabo, 91.
Saône, rio, 151.
Sauceda Pizarro, M. I., 26.
Schüle, W., 23.
Schulze, W., 177, 189, 190, 193.
Secundinus L. Cornelius, 251.
Secundus Philippianus, F. Flavius, legado, 119.
Segobriga, 109.
Segoiva, 69.
Segouia, 109.
 111, 113.
Seimes — Vidigueira, 223, 225.
SemedOy Alice, 8.
Sempronius Cantnec..., M., 84.
Sempronius Cepalo Cornelianus, M., 251.
Sempronius Sisanna, M., 84.
Senahriga, 68.
Sêneca, 189.
Sêneca, Annaeus, 188.
Senhora do Desterro — Montemor-o-Velho, 179, 196, 199, 201.
Senhora da Quebrada — Benquerenças, 27.
Seniponnisy 76.
Senna-Martinez, J. C., 23.
Septimio Severo, imperador romano, 214.
Serpa, topônimo que evoluiu possivelmente de *Sirpa*, 69.
Serra da Moleata, 9, 16.
Serra Pedreira — Vide : *Bamalhão*.
Serrano Bamos, Encarnación, 250.
Serrão, E. C., 21, 22, 26.
Sertório, 248.
Sesimbra, 26.
Sétimo, Caio Cádio, 188, 189.
Severos, imperadores romanos, 119.
Sevilha, 88.
Sexs, cidade de fundação fenícia, 91.
Sexto Árquio, «libertus», 185, 186.
Sexto Pompeu, 79, 80.
Shepard, 16.
Sicília, 47.
Sila, 57.
Silva, Armando Coelho Ferreira da, 131, 132, 139.
Silva, Carlos Tavares da, 20-24, 26, 27.
Silva, Mário, 8.
Silvano, bispo de Calahorra, 249.
Sines, 20, 26, 240.
Singilia Barba, cidade — Bética, 250, 251.
Sintra, 242.
Sinus, 69.
Siracusa, 47.
Síria, 164, 165.
Sirpa, forma que terá evoluído para *Serpa*, 69.
Sisanna, M. Sempronius, 84.
Sisbe, magistrado monetário, 84.
Sisera, 84.
Sisipo, 76.
Sisucurhil, magistrado monetário, 85.
Soares, Joaquina, 20-24, 26, 27.
Sobral, Pedro, 8.
Solin, Heikki, 142.
Soren, David, 245.
Soure, 121, 124, 125, 128, 132, 140, 141, 143, 145-148, 150, 151.
Spindler, K., 23.
Steuding, 121, 126, 134.
Strada, 162.
Suelitano, 119.
Sula, 57, 104.
Sutrium, 191.

T

- Tagus*, rio, 199.—Vide também:
Tejo.
Talabara, «vicus» localizado duvidosamente em Alpedrinha, 66.
Talabriga, 68.
Toliscas, ribeira, 9.
Talores, 62.

Tameobriga, 68.
Tanginus, 114.
Tarento — Itália, 221.
Tarn, 228.
Tarquinio, 116.
Tarraconense, 58, 64, 198.
Tarradell, M., 248.
Tarragona, 228.
Tasos, 43.
Tavares, 69.
Tavares, António, 12.
Taveira, 69.
Teate, cidade — Adriático, 188.
Teixoso — Covilhã, 65.
Tejo, rio, 9, 27, 60, 68, 199, 221, 229, 238, 239.
Temistocles, 33, 36-39.
Teodosio, imperador romano, 137.
Tera, ilha, 40.
Teso deZ Moral — Zamora, 19, 20.
Thevenot, Émile, 150.
Thylander, Hilding, 142.
Tibério, imperador romano, 164-166.
Tç6re, rio, 165, 191, 209.
Tiöiir, 116, 119.
Tiio, imperador romano, 117.
Tims Catius, 191.
Tocho, Luís de Melo, 124.
Tole, nome por que era conhecida
 Toletum no séc. II A. C., 57.
Toledo, 137, 138, 249.
Tornar, 237.
Torebriga, 68.
Torrão, 20, 23, 26.
Torre de Palma — Monforte do
 Alentejo, 205, 207, 211, 213, 217,
 219, 221.
Torres Vedras, 118.
Torio, rio, 9.
Toutain, 121, 126, 130, 132.
Tovar, Antonio, 128, 137, 142.
Tràcia, 174.
Tranoy, A., 65, 141, 149.
Trillmich, W., 163.
Tróia, 240.
Tucidides, 41, 46-48.
Tullica, cidade dos Caristos, 87.
Tullonium, cidade dos Várdulos, 87.

Turanus, 114.
Tureobriga, «castellum», 68.
Turico, 68.
Tusca, 118.
Tusca, Cádiz, 181-183.
T[wsca], Iu[nia], 118.

U

Ullastret, 86.
Úmbria, 184, 191.
Untermann, J., 57, 77, 82-84, 86,
 123, 126, 129, 131, 137, 139, 177,
 183, 184.
Urgueira — Perais, 20.

V

Fâldecab aller os — Bética, 58.
FaZe Pincel II — Sines, 20, 21,
 24, 26.
Valencia de Alcantara, 21, 23, 25.
Valentia, 88.
Valéria Rufina, 178-180, 192.
Vasagus, topónimo gaulês, 151.
Vasconcelos, José Leite de, 56, 61,
 63, 121, 124, 126, 127, 129, 178.
Vasegus, topónimo gaulês, 151.
Vaseo, possível radical de Viseu, 137.
Vcubitanus, «ager» — Augusta Eme-
 rita, 58.
Verecunda, Iunia, 118.
Vesci, 84.
Vesegus, topónimo gaulês, 151.
Feseo, possível radical de Viseu, 137.
Veseum, 62, 68.
Vez, rio, 246.
Vicente Zaragoza, A. M., 22.
Vidal-Naquet, 42.
Vidigueira, 223, 225, 237.
Vila Nova da Barquinha, 181.
Vila Nova de São Pedro, 23.
Vila Pouca de Aguiar, 19, 20, 26.
Vila Velha de Ródão, 27.
Vila Viçosa, 114, 118.

- Villaronga*, 97.
Vindolanda, 66.
Vinha de Soutilha — Chaves, 20, 21, 25, 26.
Vipasca — Aljustrel, 236, 237, 239.
Vir iato, 83.
Viseo, forma de Viseu documentada a partir do séc. X, 138.
Viseu, possível derivação de Vaseo, 137.
Vitélio, imperador romano, 196.
Vives, A., 95-99, 105, 106, 108, 109.
Vives, José, 129, 137, 138, 173.
Vosges, 150.
Vrbs Victrix Osca, «municipium», 108.
- W
- Williams*, D. F., 66.
Wissowa, 129.
- X
- Xerxes*, 35, 42, 49.
- Y
- Yhas*, Elvia, 114.
- Z
- Zamora*, 19, 21, 25.
Zehras, topónimo zoonímico, 67.
Zehreira, topónimo zoonímico, 67.
Zêzere, rio, 199, 238.

INDEX MONVMENTORVM

A — *Fontes litterariae*

ANTONINO, *hin.*, 427, 2: 62, 161.
 ARISTÓFANES, *Acarmanios*, 241-261: 220.
 ARISTÓTELES, *AP.* 24.2: 46; 24.3: 50.
 ARISTÓTELES, *República dos Atenienses*, 1.10-11: 50.
 AVIENO, *Ora Maritima*, 215-216: 92.
 CÍCERO, *Att.* XIII, 31.4: 174; *De nat. deor.*, II, 23, 61: 116; *Fam.* 13, 45: 175; 15, 16: 191.
 CLÉON 3.37.2: 48.
 DIOD., XXII, 57, 11-12; 59, 12: 117; XXXIV, 6, 12: 117; XXXVI, 4, 8: 117.
 EURÍPEDES, *Héraclès furioso*: 215; *As bacantes*, 30-39, 150-164, 250-251, 299-305: 209, 218.
 ÉSQUILO, *Persas*, W. 585-594: 42-43; *Prometeu*: 218.
 ESTRABÃO, *Geografia*, III, 1, 4: 91; III, 2, 5: 105; III, 3, 1: 74, 93.
 Hdt 7.145 spp. : 38.
Hino Homérico a Apolo: 41.
 PLÍNIO, *N. H.*, IV, 117: 104.
 PTOLOMEU, II, 5, 2: 73.
 MACROBIO, *Sat.*, I, 12, 30-33: 116.
 NEP., *Att.*, 18, 3: 116.
 OV., *Fast.*, VI, 1-96, 241-248: 116.
 SUETONIO, *os Doze Césares*, VI X e XV: 165; XXIII: 166.
 TITO LÍVIO, Liv. XXII, 9, 10; 10, 10: 116; Liv. XXIII, 31, 9; 32, 20: 116; Liv. XXXIX, XV, 6; XIII, 12: 209.

TUCÍDIDES, 1.96: 41; 1.70.8-9: 46; 2.11.2: 48 ; 2.41.3: 46 ; 2.63.2: 47 7.67: 47; 5.116.2-3: 49.
 VAL. MAX. VII. 6, 1: 117.

B — *Corpora epigraphica*

AE	1953	257	118
	1969-1970	215	118
	1972	238	118
	1980	542	118
	1981	492	118
	1982	461	117
	1982	468	118
	1982	486	117
	1984	464	118
CIL			
II	2	117	
	5	118	
	25	242, 244	
	115	118	
	118	118	
	135	114	
	136	114, 118	
	137	114	
	139	136	
	144	136	
	172	157	
	229	118	
	260	242	
	319	118	
	337	126, 128, 140, 145	
	363	121, 124- 126, 129, 132, 140	

	380	173			
	453	66			
	563	117			
	568	117			
	569	117			
	570	117			
	571	117			
	572	117			
	612	118			
	707	118			
	837	118			
	861	126			
	894	136			
	963	157, 161			
	971	190			
	1944	119			
	2014	251			
	2022	251			
	2023	251			
	2024	251			
	2372	185			
	3125	137			
	3379	164			
	4977	136			
	5133	117			
	5183	117			
	5206	114, 118			
	5241	175			
	5242	118			
	5264	117			
	6252,6	118			
	6254,24	118			
	6268	136			
	6271	180, 191			
	6338	192			
III		176			
VI		176			
IX	1533	191			
	3254	191			
	3764	191			
XI	398	190			
	1327	116			
XII		176			
			XIII	6027	150
				6059	150
				6080	150
			EE		
			VIII	124 ⁵	188
			ILER		
				3	136
				297	119
				454	126, 140
				647	165
				683	115
				745	118
				801	136
				948	129
				1082	117
				1259	163, 164
				1260	164
				1261	161, 163
				2252	118
				2255	118
				2746	117
				3439	180
				3793	175
				4082	178
				4239	118
				4243	117
				4460	117
				4587	118
				4611	117
				4724	117
				4872	173
				5208	118
				5429	137
				5464	192
				5898	185
				6198	117
			ILS		
				3916	150
				6914	119
			IRCP		
				10	118
				11	117

21	118	414	118
121	118	485	118
150	244	510	114
186	117	514	114, 118
193	117	531	114
399	118	647	157
400	118	p. 443 = CILII 115	118

(Página deixada propositadamente em branco)

INDEX RERVIM

A

Academia de Berlim, 125.

Academia [Real] das Ciências de Lisboa, 121, 124-126, 129, 132, 144.

Achados diversos

Situação geográfica dos mesmos — Arrepiado, 182; Lago, 246; Lusitânia, 236, 237; Miróbriga, 245; Monte da Cegonha, 225; Ramalhão, 13-32; Senhora do Desterro, 179; Singilia Barba, 251; Soure, 143.

Formas e espécies — Alicerces, 179, 182; Aqueduto, 251; Bolsas e cinzas, 246; Carvões, 12, 246; Cerâmica de construção, 182; Cerâmicas, 16-25, 143, 225, 246, 251; Cerâmicas de bandas pintadas, 251; Enxós, 14, 15, 28; Escórias de fundição, 236, 237; Fragmentos ósseos, 28; Lareiras, 246; Líticas, 14-16; Machados, 14, 15, 28; Materiais de construção, 143; Metais, 225; Moedas, 143, 179; Mós, 13-15, 143; Mosaiços, 179, 182; Pinturas murais, 245; Sepulturas, 179; Teatro, 251; Terra sigillata hispânica, 251; Telhas e tijolos, 245; Vidro, 225.

Administração romana no território que hoje é Portugal, 53-69.

Almas dos mortos — Cultos dionisiacos, 205, 209-210.

Amoedação romana — Reflexo da política imperial de Calígula, 164-166.

Ânforas

Itálica — Haltern 70, 246.

Lusitanas — Almagro 50, 241; Almagro 51 A-B, 242; Almagro 51 C, 242; Dressel 7/11, 241; Dressel 14, 241; Dressel 20 (oleária classe 25), 66-67.

Animais

Atuns, 89, 91, 95, 97.

Cavalos, 220, 221.

Golfinhos, 79, 89, 92, 98, 99.

Hipocampo, 89, 93-96.

Jumento, 207.

Leão, 91, 95.

Leopardo, 207.

Pantera, 219.

Peixes, 92, 236, 239-240.

«Skyphos», 89, 94, 99.

Antropônimos

Aquitanos — Aedunniae, 85; Andos, 86; Andossus, 86; Andoston, 86; Edunis, 85.

Ibéricos — Andos, 86; Andotus, 86; Andumobios, 86; Antor, 86; Antu, 86; Antubelliscus, 86; Attenius, 86; Attinius, 86; Binicebin, 86; Bortoloicebolam, 86; Broccus, 86; Ednoum, 85; Eona, 85; Isbatar(is), 85; Isbetar(ticer), 85; Isbinai, 85; Kebes, 86; Siseanba, 86; Sisi ren, 86; Sisuc., 87; Sorseiterceboi, 86.

Pré-romanos — Alicia, 177; Alheia, 177; Allucius, 177.

Areopago — Atenas, 45.
Arte rupestre — Estações arqueológicas no actual concelho de Vila Velha de Ródão, 27.
Árvore — Cultos dionisiacos que a têm por objecto, 208, 217.
Arvores, arbustos, subarbustos e ervas
 Azinheira, 9.
 Carvalhos, 10, 208.
 Carvalho negral, 9.
 Estevas, 9, 10.
 Fécula, 208.
 Fetos, 10.
 Giesta, 10.
 Hera, 208.
 Oliveiras, 10, 108.
 Pinheiro 208.
 Rosmaninho, 10.
 Sobreiros, 9, 10.
Assembleia—Atenas, 36, 39, 43, 45, 48.

B

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 160.
Biblioteca Pública [= Nacional] de Lisboa, 126, 128, 129.
Burguesia — Seu crescimento em Aeminium por acção da *gens Cadia*, 169-203.

C

Câmara Municipal de Moura, 160.
Câmara Municipal de Penamacor, 8.
Cargos civis, eclesiásticos, militares e religiosos
 Bispo de Viseu (Besensis, Bisensis, Vasensis, Vssensis), 137-138.
 Cônsul, 189.
 Cônsul (Primeiro) da República Romana, 116.
 Decuriões, 117, 119.
 Duúnviros, 65, 117, 244, 251.
 Edil de Miróbriga, 244.
 Flâmine dos Augustos, 117, 164.
 Flâmine da província da Lusitânia, 117.

Flaminica perpetua municipii Eborensis, 118.
 General, 41, 45.
 Helenotamias, 42.
 Imperadores — Vide pelos respectivos nomes.
 Legado dos Severos da província gálica, 119.
 Magister Iunius, 116.
 Magistrados monetários, 71, 82-99.
 Praefectus equitum alae I Singularium Civium Romanorum, 239.
 Proconsul da província asiática do Ponto e da Bitínia, 186, 187, 193-196, 199, 201.
 Sévires augustales, 117, 119, 251, 252.
 Illvir, 118.
 Vivir, 119.
 Uicarius Hispaniarum, 137.
 Vigário da vara de Moura, 160.
Carta de couto passada por D. João I — Sado, 81.
Carta Geológica de Portugal 1: 50 000
 Folha 21-A, 14.
Carta dos Serviços Cartográficos do Exército
 Folha 248, 9.
 «Castella» — Definição, 64-66, 68.
 Baixo Alentejo, 236, 239.
 Gallaecia, 233.
Castros
 Alvarelhos, 239.
 Lago — Amares, 246-247.
 «Castros agrícolas» ou «castros baixos» — Seu aparecimento no noroeste peninsular a partir do séc. m A.C., 246-247.
Cecas — Casas de moeda
 Cantnipo, 73, 94.
 Visigótica, possivelmente localizada no Teixoso — Covilhã, 65.
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 35.

Cerâmicas pré-históricas

Gores, 17.

Decoração: plástica, 24, 26; incisa, 24-26.

Técnica das pastas, 16-17.

Tipos morfológicos — generalidades, 17-25.

Formas: bojo, 12; carenadas (Formas M 12, M 15, T 11), 7; colheres, 19, 22-23; fundos planos, 19, 22; recipientes esféricos, 18-20, 22; taça Drag, 29, 227; taças em calote, 20; taças carenadas, 18, 20-21; vasos, 18, 21-22.

Cetárias — Lusitânia Romana, 236-243.

Civitas — Unidade administrativa dos Romanos, 59-61.

Localizações geográficas : Aeminium ou Civitas Aeminiensis, 169, 172, 173, 179, 195-198; Ciuitas Ammaiensis, 60 ; Giuitas Arauorum, 60; Ciuitas Aruccitana, 62, 159-163, 165; Ciuitas Baniensium, 60; Conímbriga, 179, 197-198; Ciuitas Igaeditanorum, 60-62 ; Mirobriga, 244 ; Ciuitas Ossonobensium, 60; Pax Iulia, 236; Ciuitas Romulensium, 60; Nova Ciuitas Arucitana, 62.

Civitates — Seu papel aglutinador de uma realidade indígena fragmentária, 233-234.

Localizações geográficas : Civitates Ponti et Bithiniae, 187; Três Gálias e Britânia, 60.

Clãs — Teónimo com eles relacionado e que mais tarde poderá ter eventualmente dado origem a topónimo, 137.

Classes sociais

Cavaleiros, 39, 188.

Cidadãos romanos, 188.

Coloni, 103.

Escravos (= servus), 117, 142, 175, 179, 185, 186, 193, 201, 211.

Escravos da casa imperial, 161.

Homens livres, 180.

Ingenui, 179, 186.

Libertos, 116, 119, 142, 174-175, 179, 184-186, 193-197, 199, 201, 236, 237, 251.

Metecos, 50.

Patrono, 142, 186, 193-195.

Peregrini, 234.

Personalidades da ordem equestre, 165.

Senadores, 118, 179, 193, 194, 200.

Tetas, 37, 39, 48.

Cleruquias — Colónias estabelecidas pelos Atenienses nas cidades que se revoltavam, 49-50.

Cognomes

Albicus, 183; Albonius, 183; Alburus/a, 183; Antullus, 86; Artemidorus, 175; Avitus, 177; Cantnec, 76, 84; Carianus, 175, 176; Celer, 186; Cella, 180, 198; Carus, 180; Firmus/a, 117; Fronto, 183; Gallus, 118; Germanus, 118; Marinianus, 137, 142; Martilla, 175; /.../nilani Salvianus, 173, 174; PIVS- - César, 80; Quintilius, 175; Rufinus/a, 179-180; Rufus, 179-180, 186; Saxo, 118; Septimianus, 188; Septimius, 188; Septimus, 188.

«*Cognomina*» de família — Origem dos cognomes terminados em -ianus, 176-177.

«*Cognomina*» geográficos ou relativos à origem

Anchiale, 174.

Anchialus, 174-175.

Tusculum/a, 118, 183-184.

Colóquio sobre «Religiones Prehistóricas de la Peninsula Iberica», 1, Salamanca-C áceres, 1987, 144.

Comunidades indígenas peninsulares — Relações com as estruturas romanas, 231-235.

Concílios

Braga II (572), 137.

Toledo III (589), 137; V (636), 138; VI (638), 137; XII (681), 137; XVI (693), 137.
Conselho dos Quinhentos — Órgão da democracia grega, 45.
Contas de colar — Formas Camps (1981: 289-290), 16.
 «*Conuentus iuridici*» — Estrutura da administração romana na Península Ibérica, 61-64. — *Conventus Scallabitanus*, 243.
Corpos militares
 Alae I Singularium Civium Romanorum, 239.
 Guarda calagurritana de Octávio, 248.
 Legiões de *volones*, 117.
Cultos dionisiacos, 205-210.
 Bacanaís, 209; Antestérias, 209; Leneias, 209; Orgias, 209.
Cultura — Elevado grau revelado pela *gens Cadia* em Aeminium, 169-203.
Cunhagem de moeda — Myrtilis, 63.

D

«*Damnatio memoriae*», 197.
 «*Deductio*»
 Colonia Octauanorum Pacensis Classica Forum Iulii (Fréjus), 104.
 Colonia Veneria Pacensis Restituta (Aléria), 104.
 Pax Augusta, 105.
 Pax Iulia, 101-109.
Democracia ateniense — Interrelação entre sistema político e situação económica e social, 33-51.
Deuses, divindades e figuras mitológicas
 Abisai = Auisai?, 138.
 Abna, 143.
 'Ayx^{ta^}> 175.
 Apoio, 41, 205, 212, 216, 217.
 Aponianicus Poliscinius (pretensa divindade hispânica), 123.
 Araugelensis, 131.

Argos, 212, 218.
 Ariadna, 214.
 Arus, 130.
 Atégina, 221.
 A turros, 130.
 Ausesis, 138.
 Ausiuos, 138.
 Austinco, 138.
 Ausua, 138.
 Baal Hammon, 90-92.
 Baco/Liber/Dioniso, 208-210, 220.
 Banda = Bandua = Bandue, 127, 130-132.
 (Banda) Vasecus, 132, 139.
 Bandua Bollecus, 143.
 Bandua Etobrico, 131.
 Bandua Lanobrigae, 131.
 Bandua Veigebreaegus, 143.
 Bandua Verubricus, 143.
 Bandue Bolecco, 135.
 Bormanicus, 143.
 Brigus, 143.
 Carna sul Celio, 116.
 Cohvetena, 141, 143.
 Coré-Perséfona, 209.
 Coronus, 143.
 Cosus, 130.
 Curetas, 210.
 Cusu Neoneocus, 143.
 Dafne, 212, 216, 217.
 Deméter, 209.
 Deus Dominus Cusuneneacus, 127.
 Dialcus, 136.
 Dioniso/Baco/Liber, 205, 208-210, 212-217, 219, 221.
 Domina Turibrigensis Adaegina, 127.
 Dominus Aecus Rougiavesucus, por Dominus Corougia Vesucus, 150.
 Dominus Corougia Vesucus, 150.
 Eirene/Pax, 106.
 Endovellicus, 114.
 Ervdinus, 143.
 Esculápio, 244.
 Esibraeus, 131.
 F(ontana), 140.

Fortuna, 131, 140.
 Fortuna Redux, 119.
 Genii loci, 130.
 Genio Gonimbricae, 132.
 Genio Laquinesii, 132.
 Genio Tiauranceaico, 132.
 Genius Baselecae (Aeminium),
 140, 171.
 Gorgonas, 218.
 Hades, 209, 214, 216.
 Hera, 215, 218.
 Héracles, 91, 205.
 Héracles «bibans», 212, 217.
 Héracles/Hércules, 211, 212, 214-
 -216.
 Hércules, 89-91, 94, 95, 99.
 Herinias, 218.
 Hermes, 205, 212, 217.
 Ilurbeda, 130.
 Io, 205, 212, 218.
 Isibraiecus, Isibraiecus, 67, 131.
 Iuno, 130.
 Iuno (Moneta), 116.
 Iuppiter Depulsor, 119.
 Júpiter, 89-92, 97, 244.
 Júpiter Ótimo Máximo, 166.
 Lares Lubancos, 235.
 Lares Viales, 140.
 Lari Girceiebaeco Proeineitaeco,
 132.
 Lari Pemaneieco, 132.
 Laribus Aquitibus, 147.
 Liber/Dioniso/Baco, 208, 209,
 213, 214, 219, 220.
 Liber Pater, 140.
 Longobricus, 131.
 Lurunis, 130.
 Manes, 174-176, 178, 180-182,
 184.
 Mars Borus, 114.
 Marte, 244.
 Medeia, 205, 211, 212, 215, 216.
 Mégara, 211, 212, 215.
 Melkart, 90, 91.
 Ménades, 212, 213, 218.
 Mens Bona, 111, 113, 115-117, 119.
 Menti Bonae Saluti, 116.
 Mentoviacus, 143.

Mercurius, 127, 131.
 Mervasecus (pretensa divindade
 ibérica), 125-128.
 Minotauro, 211, 212, 214.
 Munis ou Munidia, 130, 143.
 Musas, 205, 211-214.
 Nabia/Nauia, 130, 143.
 Neptuno, 79, 89, 90, 92, 93, 96, 98.
 Neptuno Augusto, 119.
 Nimphae Lupianae, 143.
 Ninfas, 175, 218.
 Ocrimira, 130.
 Orestes, 218.
 Osiris, 217.
 Paisicaicus, 130.
 Pax, 106, 108.
 Perséfone, 209, 210, 221.
 Phoebus Theos, 140.
 Posídon, 93.
 Prosérpina, 221.
 Quangeius, 114.
 Reva, 130.
 Sático, 212, 213, 218.
 Saturno, 90, 92.
 Sileno, 207, 212, 213, 218, 219,
 251.
 Tabudicus, 130.
 Tanit, 92.
 Teseu, 205, 211, 212, 214.
 Titãs, 210, 215, 218.
 Tutela, 131.
 Tutela Bolgensis, 132.
 Tutela Tiriensis, 132.
 Vase cus, 130.
 Vasego, 121-156.
 Vasio, 138.
 Vénus, 244.
 Verora, 143.
 Vestius Aloniecus, 143.
 Vesucus, 151.
 Virrora Villiaegus, 143.
 Vosegus, 150, 151.
 Vosegus Silvester, 150.
 Yam, 94.
 Zeus, 209, 210, 215.
Deuses indígenas — Teónimos como
 epítetos de um conjunto restrito
 de divindades, 130-131.

Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 9.

Direito latino — Origem da sua concessão a algumas cidades da Península Ibérica, 88.

Dolmens ou *antas*, 21, 23, 25.

Datas II—Valência de Alcântara, 25.

Urgueira (Perais), 20.

Valência de Alcântara, 21, 23.

«*Domínio (O) romano em Portugal*», 53, 55.

E

Edificações

Acrópole — Miróbriga, 243, 244.

Basilica paleocristã — Torre da Palma, 211.

Basilica da Porta Maior — Roma, 217.

Circo — Miróbriga, 243-245.

Convento das religiosas do castelo de Moura, 160.

Criptopòrtico do Museu Machado de Castro, 179.

Fortaleza no Outão (séc. vxn) sobre templo dedicado a Neptuno, 93.

Forum — Ossónoba, 243.

Larário — Conímbriga, 147.

Moinho, 28.

Muralha de Adriano — Vindolanda, 66.

Ninfeu — Conímbriga, 147.

Tanque de Conímbriga, 147.

Termas — Miróbriga, 243-245; Torre de Palma, 211.

Epigrafia

A *gens Cadia* em Aeminium, 169-203.

Homenagem a Agripina a Velha, 157-167.

Escavações — Ramalhão (Penamacor), 5-32.

Escruta ibérica — Os seus caracteres nas moedas de Cantnipo, 71-99.

Escultura

Aedes dedicada a Iuno Moneta, 116.

Aras e ámulas votivas, 111-119, 121-156.

Base de estátua, 163.

Cabeça de pantera em bronze, 219.

Cipo de mármore azulado, 159, 160, 166.

Cipo pedestal, 176.

Cipos, 199.

Estatuetas de bronze, 90.

Ex-votos em terracota, 209.

Falo em pedra vulcânica, 220.

Herma báquico — Singilia Barba, 251.

Instrumenta scriptoria — alto-relevo lateral em monumento funerário, 177, 192.

Linhas auxiliares decorativas — utilizadas em monumentos votivos, 141, 146.

Lucerna de bronze figurando a máscara de um Sileno, 219.

Lucernas com um friso de parras e cachos de uvas, 219-220.

Monumento funerário de grande dimensão — Teate, 188-189.

Pedestais, 199.

Placas funerárias, algumas de carácter monumental, 178-184, 186, 197, 199.

Relevo de sarcófago paleocristão com a figuração de Daniel, 251.

Sileno de bronze, 251.

Volutas com folhas de acanto, 178.

Estações arqueológicas

Lomba do Canho, 66; Ramalhão (Penamacor), 5-32.

«*Ex vota*» (—*ex-votos*)—Sua provável utilização em santuário dedicado ao deus Vasegus, 143.

F

Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, 14.

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 14.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 8, 27.

Fornos — Lusitânia Romana, 241-242.

Fundação de Pax Iulia, 64, 101-109.

G

Gabinete secreto imperial de libertos — Cláudio, 195.

Gens

Originárias de várias partes do mundo romano
Albania, 174, 175 196, 199.

Annaea, 188.

Aurelia, 172.

Cadia, 169-203.

Herrenii, 189.

Iunia, 116-118, 172.

Iulia, 104, 172.

Q. Iulia, 119.

Valeria, 179, 180.

Originárias de Singilia Barba

Acilia, 251.

Cornelia, 251.

Hirrii, 251.

Iunia, 251.

Sempronia, 251.

Gens-Gentilitas — Sua peculiaridade na Península Ibérica, 231-235.

Gentilicios — Cadienus, Cadilla, 190.

Grafemas monetários

Símbolo astral, 74-77.

T, 78.

Grafitos

Em ânforas — ESVRI, 67.

Em moedas: celtibéricas, 77-78;
gaulesas, 77; ibéricas, 76-79.

Guerras

Peloponeso, 44, 46, 48; Pérsicas, 33-51.

H

Helieia — Atenas, 39, 45.

Hospital Militar — Lagos, 243.

I

Imortalidade — Fundamento da religião dionisiaca, 214-218, 220, 221.

Imperialismo ateniense — Sua hegemonia, 33-51.

Indústrias — Lusitânia Romana

Cerâmicas, 241-242.

Conserveiras

Conservas de peixe, 236.

Garum, 66, 236, 239-242.

H allée, 239.

Liquamen, 239.

Muria, 239.

Peixe salgado (*salsamenta*), 239-240.

Mineiras, 236-239.

Tinturarias

Colheita de *murex* e de *purpura haemastoma*, 240.

Tanques, 243.

Inscrições

Funerárias, 173-189, 192.

Honoríficas, 157-167, 187, 251.

Votivas, 111-119, 121-156.

Inscrições de carácter territorial
«Termini augustales», 58-63.

Inscrições peninsulares — Análise geral do seu conteúdo, 229-235.

Inscrições romanas — Únicos testemunhos epigráficos da existência de armadores no território que depois foi Portugal, 242.

Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 14.

Instituto Português do Património Cultural, 8.

Instituto Nacional de Investigação Científica, 35.

<*dus Latin*

Cidades que o receberam no tempo de Octaviano, 108.

Sua concessão a Miróbriga, 244.

«*lusiurandum Aritiensium*» — Reabilitação de familiares empreendida pelo imperador Calígula, 157.

L

Laboratório de Mineralogia da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, 14.

Largo da Sé — Faro, 243.

Legendas monetárias

Gregas

Bitínia — Taiou KaSiou Poucpou
Av0o7uaOoa IlaÔpova 199.

Nicomédia — [Me]aaaXetva Seß-
aaT7)[vea 'Hpoc], 194.

Latinas — Diversas emissões
AGRIPPINA. MAT. C. CAES.
GERM., 164.

Britannici ou Britannici Cae-
sar, 194.

Claudii, 194.

IMP.SAL ou IMP SALAC,
79, 93.

Messalina, 194.

Myrtilis Iulia, 63.

PAX.IVL, 105, 106.

SAL, 80.

Latinas — Numária de Cantnipo,
82-88, 95-99.

Leges repetundarum — Crime de que
foi acusado Cádio Rufo, procôn-
sul do Ponto e da Bitínia, 187,
194.

Lex Iulia Municipalis, 186, 197.

M

«*Mânia*» — Característica essencial
do dionisismo, 205, 209-210, 215,
216, 218.

Marca possivelmente de um saque

Em bolas de prata — Caesar, 239.

Marcas de oleiros

Em ânforas — BP, 241; G.I.P.,
241; L.I.A., 241; LV, 241;
MA.MV.S, 241; MO, 241;
T.M.C., 241.

Em fundo de taça DRAG. 29 —
Repetinus, 227.

Marcas de Oleiros — Estações ar-
queológicas onde têm sido
encontradas

Ampurias, 228; Belo, 227; Mé-
rida, 227; Monte da Cegonha,
225, 226; Represas, 225, 226;
São Cucufate, 226; Tarragona,
228.

Marcas de oleiros — Oficinas

Andújar, 227; La Graufesenque,
226, 227; Montans, 225, 226,
228; Tarn, 228.

Marinha grega — Seu papel na
democracia ateniense, 36-42.

Materiais

Anfibolito, 15.

Aplito granítico, 15.

Argila, 12.

Bronze, 73, 90, 94, 219, 251.

Calcário, 176, 178, 199.

Calcedonia, 14.

Cobre, 236.

Estanho, 243.

Feldspato, 12.

Ferro, 16.

Granito, 9, 12, 15.

Grau vague, 16.

Linho, 220.

Líticos, 14-16.

Mármore, 173, 175, 181, 199.

Mármore azulado, 159.

Metais, 236.

Mica, 17.

Ouro, 238, 243.

Óxidos de ferro, 16.

Pedra vulcânica, 220.

Pele de leão, 91, 95.

Prata, 236, 239.

Quartzito, 14, 15.

Quartz, 12, 17.

Sílex, 14.

Terracota, 209.

Xisto, 9, 15, 16.

Megalitismo — • Megálitos e monu-
mentos megalíticos

Anta da Urgueira — Perais, 20.

Pedra d'Anta — Medelim, 20.

Reguengos, 21, 23, 25.

Sul do distrito de Castelo Branco, 27.
 Valência de Alcântara, 25.
Minas — Lusitânia Romana, 236-243.
Mitologia grega — Sua representação nos mosaicos da «villa» de Torre de Palma, 205-221.
Moedas
 Espécies
 Asses, 76, 79, 84, 95-99, 105, 106, 108.
 Aurei, 164.
 Denários, 79, 92, 107, 108, 164.
 Denários republicanos, 238.
 Semisses, 76, 77, 79, 83, 88, 96, 97, 99.
 Talentos, 36, 41.
 Iconografias
 Caduceu, 106, 108.
 Cistóforos, 108.
 Clava, 95, 99.
 Cornucópia, 106, 108.
 Diadema de louros, 91.
 Tridente, 96, 98.
 Legendas e representações comemorativas de eventos
 Deductio de Pax Iulia, 101-109.
 Liber/Hércules, 214.
 Proconsulado de Cádio Rufo no Ponto e Bitínia, 187.
Moedas gregas e bilingues, 194.
Moedas orientais, 199.
Moedas pré-romanas de Cantnipo, 71, 73.
{Monumenta Linguarum Hispanicarum} (Untermann), 82.
Mortos — Cultos dionisiacos, 205, 209-210.
Mosaicos
 Conímbriga, 207.
 Nea Pafos — Chipre, 213.
 Santa Vitória do Ameixial, 207.
 Torre de Palma, 205-221.
 «Villae» romanas, 199.
Mundo dos mortos — Característica essencial do dionisismo, 205, 209-210.

{Municipii iuris Latini}, 61, 64-65.
Museus
 Academia das Ciências de Lisboa, 126.
 Arqueológico da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 23.
 Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco, 7, 25.
 Machado de Castro — Coimbra, 12, 176, 178-179.
 Municipal de Alcácer do Sal, 97, 99.
 Municipal de Moura, 159, 166.
 Municipal de Santiago do Cacém, 105, 106.
 Nacional de Arqueologia e Etnologia, 60-61, 96-99, 144, 219.
 Nacional de Arte Romana de Mérida, 163, 164.
 Penamacor, 7, 13.
 Pio XII — Braga, 149.

N

Necrópoles

Conímbriga (ainda desconhecida), 198.
 Ferrestelo, 179.
 Singilia Barba, 251.
 Teate — Adriático, 188.
 «Villa» dos L. Cadii, 179.
Neo-pitagorismo — Utilização dos mitos dionisiacos, 217.
Núcleo Regional de Intervenção Arqueológica — Vila Velha de Ródão, 27.

Numária

Cantnipo — • Catálogo dos numismas, 95-99; cronologia, 94; legenda toponímica, 73-81; legendas latinas, 82-88; tipologia, 89-94.
 Gades — * Paralelismo iconográfico com a de Cantnipo, 90-92, 95.

O

*Oficina lapida** — Conímbriga — sécs. II e in D.C., 148-149.

«*Onomasticon*» (Forcellini), 190, 191.
Ordem dos decuriões, 164.
 «*Oppida stipendiaria*» — Lusitânia
 Romana, 61, 64-65, 244.
 «*Ora Maritima*» (Avieno), 57.
Ordem senatorial, 189.
Orfismo — Vide : *Cultos dionisiacos*.

P

Paredes finas — Montans
 Vaso, 225.
Parentesco — Relações na Hispânia
 pré-romana e romana, 233-234.
Patronato — Relações entre o poder
 central e o poder local na Penín-
 sula Ibérica a partir do séc. I D.C.,
 248-250.
Península Ibérica — Imigrantes itá-
 licos nos primórdios da Romaniza-
 ção e sua influência entre a popu-
 lação indígena, 88.
Períodos
 Calcolítico, 8, 19, 20, 22, 28.
 Calcolítico Inicial, 21, 24, 25.
 Calcolítico Inicial /Médio, 21.
 Calcolítico megalítico, 20.
 Horizonte de Cogotas I, 24.
 Idade do Bronze, 7, 22, 23.
 Idade do Bronze Inicial, 22.
 Idade do Bronze Médio e Tardio,
 24-25.
 Idade do Bronze Final, 17, 19, 25.
 Idade do Bronze/Ferro, 7.
 Neolítico, 26.
 Neolítico das Grutas, 24.
 Neolítico Médio/Final, 21.
 Neolítico Pleno, 22.
 Neolítico Final, 19, 20.
 Neolítico Final/Calcolítico, 5, 22,
 24, 26, 27.
Picagem de estátuas — «*Damnatio*
memoriae», 164.
Populi — Lusitânia Romana, 68.
 «*Portugal Romano*» (J. Alarcão), 55,
 56, 62, 67.
Possessão dionisiaca, 215, 218.

Potamónimos — Cantnup, 73, 75,
 76, 80; Cuda, 63.
Povos
 Arabrigenses, 62.
 Aricienses, 165, 166.
 Atenienses, 42-44, 46, 48, 209.
 Banienses, 58.
 Bárbaros, 43.
 Calagurritanos, 248.
 Caristos, 87.
 Cartagineses, 90, 92.
 Celtas, 59, 60, 63, 66, 67, 189-191,
 193.
 Cimbri, 185.
 Coilarni, 63.
 Colami, 63.
 Corintios, 46.
 Dieniensis, 137.
 Etruscos, 189-193, 201.
 Fenícios, 90, 92.
 Gregos, 38-40, 201.
 Helenos, 38, 40, 42.
 íterannienses, 62.
 Ionios, 41.
 Lacedemónios, 40.
 Lancienses (Oppidani), 63.
 Lancienses Transcudani, 63.
 Lusitanos, 57, 239.
 Marrucini, 188.
 Mauri, 57.
 Meidubrigenses, 62.
 Mirobrigenses qui Celtici cogno-
 minantur, 244.
 Persas, 37-40, 42.
 Romanos, 59, 60, 62, 217, 233,
 234, 238, 239, 250.
 Semitas, 91, 92.
 Várdulos, 87.
Prefixos de teónimos hispânicos
 band, 126, 127.
 «*Proceedings of the Society of Anti-*
quaries of London» (1859), 125,
 136.
Profissões
 Armadores de barcos, 242.
 Artífices, 245.
 Caldeireiro, 237.
 Comerciantes, 91, 245.

Ferreiro, 237.
Hoplitas, 39.
Marinheiros, 37, 39.
Mercadores, 92.
Mineiros, 239.
Navegadores, 91.
Negociadores das cerâmicas de Montans, 226, 228.
Ordinator, 182, 186.
Professores em Córdoba, 189.
Sculptores, 93.
Signatores, 75.
Viticultores, 208.

Projecto «Estudos de Cultura Clássica» do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 35.

R

Religião romana — Suas manifestações no território que depois foi Portugal, 67-68.

Religiões da salvação — Sua tradução por intermédio de motivos báquicos no mosaico de Torre de Palma, 205-221.

Romanização — Papel desempenhado pela gens *Cadia* em Aemimium, 169-203.

S

Sacrifício religioso romano numa árula a «Mens Roña», 113-114.

Santuários

Grego — Elêusis, 49.
Pré-romano — Gantnipo, 90.
Romanos — Miróbriga (basílica), 244; Miróbriga (Vénus), 244; Soure (Vasegus), 143-144.

Sarcófagos romanos — Reformulação da sua iconografia no mosaico de Torre de Palma, 208, 213, 214, 217, 219, 221.

Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro (I.P.P.C.), 8, 14, 143.

Sigillatas

Itálica

Formas — Fragmentos, 246.

Sudgálica

Formas — Fundo de taça

DRAG. 29, 227; Vasos, 228.

Oficinas — Montans, 223, 225-227.

Silabismo ibérico — Problemas na sua transliteração para grego ou latim, 76-79.

Simaquias

Delos, 33, 35, 40-45, 47, 48, 51.

Peloponeso, 40, 44-46, 48.

Sodalitium Bracarorum — Pax Iulia, 239.

Sufixos utilizados pelos povos hispânicos

Gognomes: -o/nis (origem céltica), 183.

Gentilícios: -ius (raiz etrusca), 189.

-us (raiz latina), 189.

Teónimos: -aeceus (hispânico), 131.

-aecus (hispânico), 126, 131, 137, 142.

-aegus (hispânico), 137, 142.

-aicus (hispânico), 126, 131.

-aiegus (hispânico), 131.

-ecus(hispânico), 126, 127, 137, 142.

-egus (hispânico), 137, 142.

Topónimos : bris, sufixo celta latinizado sob a forma briga, 65-66.

-ipo, terminação latinizada de topónimo pré-romano, 73, 74.

T

- «*Tabula hospitalis*» — Noroeste da Península, 63.
 «*Tabula Siarensis*», 164.
Talofovia — Rituais dionisíacos na Grécia e em Roma, 220.
Templos
 Héracles/Melkart — Cabo de São Vicente, 91.
 Liber/Hércules — Roma, 214.
 Neptuno — Outao, 93.
 Perséfone — Londres, 209.
Teónimos abreviados — Interpretação e motivos, 114-115.
 «*Termini augustales*»
 Entre Tejo e Douro, 60; Montemolin (Bética), 58; Salvador, 63; Valdecaballeros, 58.
Tesouros de moedas, 238-239.
Tipologías monetárias
 Cantipo
 Animais, 89, 92-99.
 Astros, 92.
 Cabeça de deuses, 89, 90, 95-99.
 Espigas, 89, 92, 95, 96, 99.
 Pax Iulia
 Cabeça de Octaviano, 105-106.
Transportes — • Lusitânia Romana, 242.
Tribos
 Cornelia, 251.
 Galeria, 101, 103, 117, 185, 186.
 Quirina, 244, 251.
Tribos ibéricas
 Chilasurgun, 87.
 Isurgut, 87.
 Tul, 87.

- Tribunais de Helieia*, 39, 45.
Turma ibérica
 Salluitana, 84.

U

- Universidade de Coimbra*, 8, 14, 35.
Universidade de Málaga, 250.
Universidade de Missouri — Columbia (USA), 243.
Universidade do Porto, 14.
U tensilios — Alisador, 16 ; Seixos naturais (tritadores/perçutores), 15.

V

- Vegetação* — Simbologia báquica/ /dionisiaca das parras com uvas e da vinha/vinho, 208, 213, 219-221.
Vias
 Itinerário de Antonino, 161: Hispania-Aquitania, 228; Olisipo-Bracara, 198; Ramalhão, 10.
 «*Vicus*» — Lusitânia Romana, 64-66, 68.
 «*Villae*» — Lusitânia Romana, 66.
 Possuidores — Cádios : Aeminium, 195; Almourol, 199; Arrepiado, 182; Conímbriga, 198; Senhora do Desterro, 179, 196, 197, 201.
 Situação geográfica de algumas «*villae*»: Milreu, 211; Monte da Cegonha, 223-228; Torre de Palma, 205-221.
 Utilização de algumas «*villae*» — exploração mineira, 236-237.

índices elaborados por

JOAQUIM TOMÁS MIGUEL PEREIRA

ÍNDICE GERAL

RAQUEL VILAÇA — <i>O povoado pré-histórico do Ramalhão</i>	5
JOSÉ RIBEIRO FERREIRA — <i>A hegemonia de Atenas</i>	33
A. MARQUES DE FARIA — <i>A presença romana no território português</i> .	53
A. MARQUES DE FARIA — <i>A numária de *Cantnipo</i>	71
A. MARQUES DE FARIA — <i>A fundação de Pax Iulia</i>	101
FRANCESCA CENERINI — <i>Mens Bona: proposta por un'Iscrizione Lusitana</i>	111
J. CARDIM RIBEIRO — <i>O teónimo Vasegvs</i>	121
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO — <i>Homenagem a Agripina, mulher de Germânico</i>	159
MARIA MIGUEL LUCAS — <i>A Gens Cadia em Aeminium</i>	169
T. KUZNETSOVA-RESENDE — <i>Mosaico com motivos báquicos de Torre de Palma</i>	205
MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES — <i>Sigilata de Montans no Monte da Cegonha (Vidigueira)</i>	223
Recensões Bibliográficas.....*	229
Index Nominvm.....	253
Index Monvmentorvm.....	267
Index Rervm.....	269

(Página deixada propositadamente em branco)

Composto e impresso na G. C. — Gráfica de Coimbra, Lda.

750 ex. — Abril de 1991 — Dep. legai n.º 2892/84

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

ERRATA

<i>Pág.</i>	<i>linha</i>	<i>onde se lê</i>	<i>deve ler-se</i>
132	30	Est. I	Est. II
133	2	Est. II E	Est. III E
	5	Est. IA e B, Est. li B	Est. II A, Est. III C e D
	7	Est. I B	Est. I
	13	Est. m	Est. I
	18	dm	cm
	20	II, 2-8/ :0,8cm/0,6 cm; 1.9/ ; 1,2 cm	11. 2-8: 0,8 cm/0,6 cm; 1. 9: 1,2 cm
145	11	8 cm	9 cm

(Página deixada propositadamente em branco)

CONIMBRIGA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

PUBLICAÇÃO ANUAL

COLABORAÇÃO SOLICITADA

PEDIDOS:

DIGLIVRO — Rua Ilha do Pico, 3 B — Pontinha
P — 1675 Lisboa

MOVILIVRO — Rua Gomes Leal, 93, cv.
P — 4300 Porto

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir l'échange.
Sollicitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkehrr erwünscht.*

